



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Matheus Serva Pereira

“Grandiosos Batuques”: identidades e experiências dos
trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques
(1890-1930)

Campinas

2016

Matheus Serva Pereira

**"GRANDIOSOS BATUQUES": IDENTIDADES E EXPERIÊNCIAS DOS
TRABALHADORES URBANOS AFRICANOS DE LOURENÇO MARQUES (1890-
1930)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Doutor
em História, na Área História Social

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
MATHEUS SERVA PEREIRA, E ORIENTADO
PELA PROFA. DRA. LUCILENE REGINALDO.



CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2013/11516-8

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P414g Pereira, Matheus Serva, 1985-
"Grandiosos batuques" : identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930) / Matheus Serva Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Lucilene Reginaldo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Colonialismo. 2. Batuque (Música). 3. Cotidiano. 4. Moçambique - História. I. Reginaldo, Lucilene, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Great batuques" : identities and experiences of the urban African workers of Lourenço Marques (1890-1930)

Palavras-chave em inglês:

Colonialism
Drumming (Music)
Everyday life
Mozambique - History

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Lucilene Reginaldo [Orientador]
Omar Ribeiro Thomaz
Robert Wayne Andrew Slenes
José Luís de Oliveira Cabaço
Lorenzo Gustavo Macagno

Data de defesa: 12-12-2016

Programa de Pós-Graduação: História



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 12 de dezembro de 2016, considerou o aluno Matheus Serva Pereira aprovado.

Prof.^a Dr.^a Lucilene Reginaldo (Unicamp)

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp)

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (Unicamp)

Prof. Dr. José Luís de Oliveira Cabaço (Universidade Técnica de Moçambique)

Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno (UFPR)

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas

2016

Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo e Pesquisa de São Paulo pela bolsa de doutoramento concedida. Sem o amparo financeiro dessa instituição, dificilmente teria conseguido realizar a pesquisa como um todo, especialmente as viagens que foram necessárias para a coleta de materiais arquivísticos.

A minha orientadora, Lucilene Reginaldo, merece inúmeros louvores. Sua parcimônia em conversar comigo a respeito de temas diversos auxiliaram-me, inúmeras vezes, ao longo da confecção da tese.

Os professores José Luís de Oliveira Cabaço, Lorenzo Gustavo Macagno, Omar Ribeiro Thomaz e Robert Slenes, membros da banca avaliadora, foram de uma distinção ímpar. A formação dessa banca interdisciplinar e internacional mostrou-se valiosíssima. Ao José Cabaço, pessoa de uma gentileza fenomenal, fiquei muito emocionado com a sua participação na defesa. Só tenho a agradecer aos comentários criteriosos de Lorenzo Macagno. E a participação de Omar Thomaz e Robert Slenes na banca, que haviam auxiliado a pesquisa com suas excelentes contribuições na qualificação, trouxe imensa alegria para mim.

Foram inúmeros os professores que me auxiliaram ao longo da pesquisa. Como são muitos, posso acabar cometendo a indelicadeza de esquecer algum. Desde já, peço desculpas. Agradeço especialmente aos professores Aurélio Rocha, Chapane Mutiua e Teresa Cruz e Silva, que muito me ajudaram durante a estadia em Maputo. Em Lisboa tive a companhia de queridos professores, como Augusto Nascimento, Carlos Almeida, Diogo Ramada Curto, Eugênia Rodrigues, José Neves, Nuno Domingos e Paulo Jorge Fernandes. No Brasil, muitos foram aqueles que estiveram comigo ao longo desse caminho. O professor Marcelo Bittencourt, um dos primeiros a auxiliarem-me nas pesquisas sobre Moçambique. Hebe Mattos e Martha Abreu, professoras queridas que me ensinaram muito ao longo da graduação e do mestrado. Fernanda Thomaz e Marcos Dias Coelho, que também acompanharam minha jornada desde o tempo em que ainda era aluno da Universidade Federal Fluminense (UFF). Regiane Mattos, querida amiga que compartilha comigo a paixão pelos estudos do passado moçambicano. Washington Nascimento e Silvio de Almeida Carvalho Filho não poderiam estar fora dessa lista. Assim como todos os membros do grupo *NEAF-UFF e Áfricas*.

Das viagens de pesquisa que fiz, trouxe comigo algo além dos documentos. Minha estadia em Maputo, no segundo semestre de 2014, e em Lisboa, em diferentes momentos da pesquisa, estiveram recheadas de amizades. De Maputo, veio o amigo maputense Adiodato Gomes, fotógrafo de mão cheia. Ainda tive a sorte de conhecer outros brasileiros que, como eu, frequentavam a Universidade Eduardo Mondlane. Tenho um carinho especial por todos. Mas, merecem destaque, Lauana Alves e Thiago Mota. Companheiros permanentes. De Lisboa, tenho fantásticas recordações, especialmente daquelas que pude construir com as amizades queridas de Ana Laura Oliveira, Diogo Duarte, Inês Galvão, José Ferreira, Lais Pereira e Pedro Martins.

A lista de agradecimentos é grande. Ainda tem os amigos da Unicamp, que conheci ao longo do doutorado, como a Crislayne Alfagali, a Fernanda Gallo, o Felipe Souza, o João Paulo, o José Pereira, o Manuel Bivar. Outros fiz graças ao período que estudei na UFF ou durante as pesquisas nos laboratórios de lá. Alexandre Reis, Eric Brasil, Juliana Magalhães, Luiz Guilherme Burlamaqui, Renato Silva, bem-humorados, possuidores de uma inteligência aguçada, companheiros.

Outros tantos estão ou estiveram na minha vida muito antes de começar o doutorado e que precisam ser agradecidos por compartilharem comigo um pouquinho dos seus tempos. Ao pessoal da Rep 51. Todos uns amores! Thiago Tavares, Luis Espinoza e William Soldera, cheios de alegria de viver, me acolheram mais de uma vez em Barão Geraldo. Outro que me acolheu quando precisei ficar perto da Unicamp foi Chico Santana. Músico fantástico, amigo querido. A Sheila, uma pessoa especial e que muito me ajudou. Aos amigos André, Bill, Bruninho, Dudu, Gustavo, Luis Gustavo e Yuri.

Ainda preciso agradecer aos meus familiares. Tenho certeza que sem eles não teria conseguido concluir a tese. Um abraço especial a minha mãe, Geysa, que também foi minha professora ao longo do ensino médio, mostrou-me como um modelo de competência e dedicação. Ao meu pai, Camilo, pessoa com um lindo coração, carinhosa e que sempre esteve junto quando precisei. Aos meus irmãos, Camila e Vinícius, engraçados, parceiros, sempre prontos para deixar a vida mais leve e divertida. Aos meus avós, José Francisco, Silvina e José Luiz, que, infelizmente, faleceram antes de eu conseguir concluir essa fase da minha vida. E a minha avó, Marlene, que pode acompanhar o seu segundo neto a defender um doutorado e, tenho certeza, está muito feliz com as mais recentes novidades.

São muitos nomes para lembrar. Um, no entanto, nunca vou esquecer: o da minha amada Claudia. Sua personalidade, que me traz muita paz e amor, seu jeito carinhoso de ser, seu bom humor contagiante, tudo que existe em você é belo e me faz amá-la cada vez mais. Saiba que você é um dos principais motivos da minha constante alegria. Te amo muito!

Havia um ditado em Umófia que dizia: o batuque dos tambores acompanha o modo de dançar de cada homem.

Chinua Achebe

Resumo

Os chamados “batuques” praticados no espaço urbano e nos arredores de Lourenço Marques – atual Maputo, capital de Moçambique –, entre as décadas de 1890 e 1940, são tomados como objeto e, ao mesmo tempo, como uma janela privilegiada para o mundo das experiências cotidianas daqueles classificados pelo linguajar colonial português como “indígenas”. No bojo do processo da colonização portuguesa foram elaboradas categorias classificatórias que, do ponto de vista social e jurídico, visaram criar homogeneizações e controlar as populações sob o domínio português. No entanto, essas categorizações forjadas pelo discurso colonial não deram conta da multiplicidade das vivências cotidianas das populações nativas do Sul de Moçambique. Nesse sentido, a pesquisa pretendeu investigar as experiências e as reinvenções criativas daqueles indivíduos classificados como indígenas no jogo cotidiano que estabeleceram com as formas de poder construídas e implementadas pelo colonialismo português na região.

Palavras Chave: Moçambique; colonialismo; batuques; cotidiano.

Abstract

The so-called "batus" (drums) practiced in the urban spaces and suburban areas of Lourenço Marques - present-day Maputo, capital of Mozambique -, between the 1890s and 1940s, are taken as an object and as a window for the world of daily experiences of those classified by the Portuguese colonial language as "indigenous". During the early colonialism process developed by the Portuguesees in the south of Mozambique, from a social and juridical point of view, were elaborated classificatory categories that created important homogenisations to control the populations under Portuguese rule. This process was important to stablish the instruments that were used by the colonial administrative staff. However, these categorizations forged by the colonial discourse did not account for the multiplicity of everyday experiences of the native populations from the southern Mozambique. In this sense, the research investigate the experiences and the creative reinventions of those individuals classified as indigenous during the daily relations they established with the forms of power built and implemented by Portuguese colonialism in the region.

Keywords: Mozambique; colonialism; drums; everyday life.

Lista de Fotografias

Fotografia 1 – “O vertical cá da terra”	43
Fotografia 2 e 3 – As “danças cafres” registradas pelos irmãos Lazarus.....	50
Fotografia 4, 5 e 6 – Os “batuques” na obra de Santos Rufino.....	56 e 57
Fotografia 7 e 8 – Os “pseudocivilizados”	62 e 63
Fotografia 9 – Anúncio em português da loja Fabião e Silva.....	88
Fotografia 10 – Anúncio em ronga da loja Fabião e Silva.....	89
Fotografia 11, 12 e 13 – Anúncios com a utilização de imagens.....	90
Fotografias 14 e 15 – Quiosques em Lourenço Marques.....	93 e 94
Fotografia 16 - Condutores de rickshaw.....	116
Fotografia 17 – “Um grupo de mulheres cafres de Delagoa Bay”	178
Fotografias 18, 19, 20 e 21 – Trabalhadoras e trabalhadores “indígenas” de Lourenço Marques.....	181 e 182
Fotografia 22 - Bilhete/ticket supostamente adulterado de um trabalhador “indígena”	205
Fotografias 23 e 24 – “Batuque em Malasche”	213
Fotografias 25, 26, 27 e 28 – As homenagens à D. Luiz Filipe.....	235
Fotografias 29 e 30 – “Explanatory Programme of Monster Native Dance at the Wanderers”	247 e 248

Lista de Tabelas

Tabela 1 – “Mapa indicativo das diferentes mercadorias, importadas como bagagem por dez indígenas vindos do Transvaal”	128
Tabela 2 – Categorização da diversidade populacional nativa	146
Tabela 3 - Crescimento da população classificada como “africana” em Lourenço Marques (1890 - 1930).....	172
Tabela 4 – Mapa do “número de palhotas e do número provável de indivíduos adultos da raça indígena, de ambos os sexos” do Distrito de Lourenço Marques (1907).....	173
Tabela 5 - Naturalidade das "mulheres indígenas serviçais, dos donos de cantinas" (1903 - 1905).....	179

Lista de Mapas

Mapa 1 – “Planta da cidade de Lourenço Marques” em 1903 e seus “batuques”	35
Mapa 2 – Mapa do Sudeste da África	189

Sumário

Introdução

Esse batuque é História..... 13

Capítulo 1: Algazaras ensurdecedoras..... 30

1.1. *Cantando e dançando até altas horas*..... 30

1.2. *Batuques na cidade*..... 34

1.2.1. *As letras impressas periódicas, os batuques e seus participantes/praticantes*.... 37

1.2.2. *Uma geografia dos batuques em Lourenço Marques*..... 51

1.3. *Representação e repressão dos batuques no espaço urbano*..... 58

Capítulo 2: Lourenço Marques: cidade e cidades..... 74

2.1. *Cosmopolitismo enevado*..... 74

2.2. *Espaços de lazer e a criação de uma civilização das necessidades*..... 77

2.2.2. *Conflitos em torno da “conversa burguesa”*..... 91

2.3. *Um “membrudo negralhão”: calças e cotidiano em Lourenço Marques*..... 111

2.3.1. *Regulamentação e pudor no espaço público de Lourenço Marques*..... 112

Capítulo 3: Para além de “homens degenerados e mulheres dissolutas”: “tipos” e experiências cotidianas em Lourenço Marques..... 131

3.1. *Um alferes-médico e os “pretos” em Lourenço Marques*..... 131

3.2. *Construindo categorias, homogeneizando diferenças, enquadrando pessoas*..... 135

3.2.1. *Imaginando “homens degenerados e mulheres dissolutas”*..... 148

3.3. *Experiências da “maior parte da população” de Lourenço Marques*..... 160

3.3.1. *Entre a “escola de vício” e o “mundo temperado de ritmo e poesia”: mulheres “indígenas” em Lourenço Marques*..... 169

Capítulo 4: Entre o subsídio e a subversão: projetos coloniais e negociações ao redor dos “batuques” e das “danças nativas”..... 188

4.1. *Apropriações, negociações e resistências*..... 188

4.2. *Forçando as frestas do poder colonial*..... 193

4.3. *Batuques negros, ouvidos brancos*..... 207

4.4. *Entre o subsídio e a subversão aos projetos coloniais*..... 222

4.4.1. *Subsídios*..... 225

4.4.2. *Subversões*..... 236

Considerações finais..... 252

Bibliografia e fontes..... 256

Introdução

Esse batuque é História

Ao passar por uma rua no bairro da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, encontrei um cartaz que chamou minha atenção. Colado em uma das pilastras de sustentação do viaduto Paulo de Frontin, ao lado de tantos outros da agenda de eventos dos subúrbios cariocas, estava o anúncio de uma festa. Em um final de semana próximo, asseguravam cerveja à noite toda, ao som das picapes de DJs que se alternariam enquanto houvesse gente dançando. No entanto, essas promessas, apesar de sempre interessantes, não foram o que cativaram meus olhos. Antes, foi o nome da equipe que organizava aquela versão contemporânea das festas de Baco que me instigou: “Esse batuque é funk”.

A palavra batuque possui uma história longa, multifacetada e plural. Fosse no seu uso pelo padre capuchinho João António Cavazzi de Montecuccolo, no século XVII, para descrever hábitos e costumes dos reinos do Congo, Angola e Matamba,¹ ou do seu emprego disseminado, no século XIX, para referenciar danças realizadas ao som de tambores e outros instrumentos feitas por africanos no Brasil, como constatou Luís da Câmara Cascudo,² a polifonia do termo para designar um arco-íris de danças, ritmos e práticas majoritariamente produzidas por populações de origem africana das mais diversas, pode ser remetida a diferentes contextos históricos que não necessariamente dialogam entre si.

A apropriação do termo pela equipe de som promotora de festas no subúrbio carioca demonstra a permanência de uma característica genérica a respeito da palavra na sua capacidade de definição daquilo que é nomeado e que unifica o seu uso ao longo do tempo. Essa longevidade persiste, exatamente, porque ainda permite estabelecer uma associação com aquilo que “é som de preto / de favelado / mas quando toca / ninguém fica parado”.³ No entanto, a sobrevivência da palavra no século XXI não esconde a sua incapacidade de trazer clareza para o que se pretende designar. Afinal, aquele batuque não é qualquer um, aquele é o do funk, o da música eletrônica carioca nascido nas

¹ A riqueza dos relatos elaborados por Cavazzi fizeram com que uma série de estudos fossem produzidos ao redor de sua obra. Para um exemplo importante dessa produção, ver: ALMEIDA, Carlos. *Uma infelicidade feliz: A imagem da África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*. Lisboa: Tese de doutorado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

² Ver: KUBIK, Gerhard. “Drum patterns in the ‘batuque’ of Benedito Caxias”. In: *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, Vol. 11, nº 2 (Atumm – Winter, 1990), pp. 115-181.

³ *Som de preto*. Composição de Amilcka e Chocolate.

favelas. Ou seja, os promotores de festejos urbanos no Rio de Janeiro perceberam que precisavam de uma segunda definição agregadora de esclarecimento ao “esse batuque”, podendo, assim, explicar-se com maior objetividade ao público.

* *

*

Aquilo que o linguajar português chamou de batuques, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, realizados pelos habitantes do Sul do que hoje é o país independente Moçambique, serão um guia para a tese. Os batuques em si, os momentos em que foram realizados, para quem ocorriam, onde ocorreram, as interpretações e representações, podem ser entendidos como um lugar de tensão onde se percebe o aflorar da experiência colonial enquanto impactante nos colonizados, mas também nos colonizadores. Como janela privilegiada para enxergar aquela sociedade, sua polifonia permitirá ir para determinados lugares, apresentar determinadas questões, e, a partir daí, desenvolver uma reflexão a respeito das experiências coloniais que vá para além dos binômios colonizado e colonizador; e também da ação daqueles sujeitos subordinados a dominação colonial enquanto limitados entre as opções de resistência ou de colaboração ao sistema.

Sem desmerecer a importância dos trabalhos de intelectuais que militaram contra o colonialismo na África e defenderam as lutas de independência no continente, a postura de denúncia da condição de dominação imposta pelas potências europeias presente em seus estudos, por vezes, os levaram a interpretar como passivas as ações dos agentes históricos sob o jugo do colonialismo, enxergando essas pessoas como desprovidas da capacidade de atuarem enquanto agentes históricos.⁴ Além disso, os estudos pós-independência, marcados por essas perspectivas, produziram pesquisas centradas nas ações dos grupos sociais de origem africana detentores de algumas formas de poder e suas posturas de resistência militarizada contra o regime colonial, mantendo um caráter que marginalizava os homens e mulheres comuns como agentes de seus destinos e de suas próprias histórias. Nesse sentido, o novo campo da História da África, nesse período de deslanche das novas nações que se constituíam enquanto independentes, foi ocupado pelos estudos sobre a oposição africana aberta ao

⁴ Nessa perspectiva, ver: MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

colonialismo. Apresentada numa dimensão histórica do nacionalismo e igualmente delimitada pelas agendas nacionalistas, quando a participação africana no período colonial era colocada em questão, essa perspectiva tendeu a analisá-la a partir de uma dicotomia bastante rígida existente entre dois polos, o da resistência e o da colaboração, mantendo um enfoque na atuação das elites, tanto nos líderes tradicionais como nos letrados cidadãos.⁵ A partir dos anos 1980/1990, uma série de estudos passaram a questionar essas perspectivas. Exemplos são encontrados em obras que questionam a capacidade de uma interpretação dicotômica da realidade colonial abarcar toda a sua complexidade⁶ e em abordagens a partir de novas temáticas para além da político-econômico-militar, como as relacionadas a aspectos da cultura e do cotidiano, e a partir de diferentes agentes sociais, expandindo seus olhares para a participação do que podemos designar como classes populares, fossem rurais ou urbanas.⁷

Porém, se os batuques serão uma janela para se ter acesso às experiências das populações originárias do sul de Moçambique durante o início do período colonial português na região, os documentos pelos quais tenho acesso a eles hoje em dia estão repletos de cortinas que impedem que a plenitude da luz do passado adentre pelas vidraças do presente. Fica claro como texto e contexto trazem dificuldades para dialogar com essa multiplicidade de documentos que foram elaborados por diferentes agentes,

⁵ Para um exemplo emblemático dessa perspectiva, ver: SHEPPERSON, G. & PRICE, T. *Independent African: John Chilembwe and the origins, setting and significance of the Nyasaland Native Rising of 1915*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1958. Para uma crítica aprofundada dessa perspectiva, ver: ISAACMAM, Allen & ISAACMAM, Barbara. "Resistance and collaboration in southern and central Africa, 1850-1920". In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 10, n.1 (1977), pp. 31-62.

⁶ COOPER, Frederick. "Conflito e conexão: repensando a História colonial da África". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.21-63, jul. 2008. Para um questionamento da perspectiva dualista da realidade social moçambicana durante o período colonial e pós-colonial, ver: O'LAUGHLIN, Bridget, "Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique". In: *African Affairs* (2000), 99, pp. 5-42. Para um balanço historiográfico a respeito das perspectivas dos estudos coloniais africanistas, ver: IBHAWOH, Bonny & WHITFIELD, Harvey Amani. "Problems, Perspectives, and Paradigms: Colonial Africanist Historiography and the Question of Audience". In: *Canadian Journal of African Studies*. Vol. 39, Nº (2005), pp. 582-600.

⁷ Em 1997, Karin Barber buscou aglutinar as diversas investigações sobre cultura popular no continente africano e como, dentro dos contextos apresentados, o conceito poderia romper as visões estanques que separavam o chamado "tradicional africano" das diversas reapropriações da modernidade e da globalização realizadas pelos próprios africanos, questionando conceitos, como o de autenticidade, que depreciava esse fenômeno e entendendo-o dentro de um contexto de processos históricos e sociais que marcaram o continente ao longo do século XX. Ver: BARBER, Karin (org.) *Readings in African Popular Culture*. Indiana: Indiana University Press, 1997. A mesma autora já havia feito, dez anos antes, um extenso balanço dessas perspectivas para se pensar contextos africanos contemporâneos. Ver: BARBER, Karin. "Popular Arts in Africa", *African Studies Review*, vol. 30, nº 3 (Sep., 1987), pp.1-78. Para esforços subsequentes, relacionados de maneira mais direta a aspectos das realidades urbanas africanas, predominantemente, durante o século XX, ver: FALOLA, Toyin & SALM, Steven J. (edited). *Urbanization and African cultures*. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2004.

em diferentes momentos e com diferentes objetivos. Nesse sentido, a importância de descortinar as fontes, despindo-as de seus filtros, mas sem deixar de ter atenção ao próprio mecanismo de construção desses filtros, serão preocupações que perpassarão toda a tese.

A própria polifonia dos batuques representa uma dificuldade para o trato com as fontes coletadas. De características muito variadas, foram recolhidos relatórios de missões geográficas e militares, relatórios de administradores coloniais, fotografias, censos, artigos de jornais, fontes impressas publicadas, memórias, correspondências administrativas, etc. A intencionalidade de suas produções, que poderiam estar relacionadas ao processo de ocupação colonial e ao acúmulo de informações necessárias para esse processo, o dia a dia do controle sobre os territórios e as populações subjugadas, ou o noticiar cotidiano dos acontecimentos de Lourenço Marques e os desejos de interferência nos rumos da vida naquele espaço, demonstram uma variedade na intencionalidade da produção de cada uma destas fontes que precisa ser encarada como um problema historiográfico. Porém, não encerra a capacidade de utilizar os batuques enquanto fio condutor da minha narrativa. Acrescido a isso, todas estão localizadas em diferentes acervos arquivísticos, com diferentes formas de organização e de disponibilidade de acesso. As cortinas que escureceram os raios de luz terão os batuques como objeto inicial que me permitirá ter acesso às noções de inferioridade a respeito daquele Outro que era subjugado, cujo qual os projetos coloniais trouxeram consigo. O poderoso processo de categorizações racializantes intrínseco a esses projetos, em relação a períodos anteriores da história da África, transformou as maneiras de historiar os testemunhos dos africanos, silenciando ou homogeneizando uma polifonia de vozes registradas em outros tempos.

Por meio de um conjunto de disposições legais formuladas entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram criadas duas categorias jurídicas que definiriam formalmente o lugar das populações naturais da África nos quadros do colonialismo português por meio do acesso a desiguais formas de cidadania: o assimilado e o indígena. Os assimilados, segundo as descrições legais implementadas pelas políticas coloniais, seriam os africanos que haviam abandonado os “usos e costumes da sua raça”, adotando hábitos do chamado mundo civilizado, isto é, do mundo burguês europeu citadino de então. Os indígenas, que compunham a esmagadora maioria, seriam os africanos que continuavam praticando e vivendo a partir dos “usos e costumes da sua raça”, sendo entendidos, sobretudo, como aqueles que habitavam zonas

distantes das áreas urbanizadas. Dessa maneira, os indivíduos classificados como indígenas foram excluídos de qualquer modelo de cidadania oficializado pelo poder. Ou seja, as próprias estruturas que foram sendo construídas e implementadas na medida em que o Estado colonial português efetivou-se enquanto força capaz de controlar o espaço moçambicano, com a adoção dessas classificações racializantes e hierarquizantes das populações nativas, a partir de um modelo ideal de cultura a ser seguido, dificultam uma interpretação mais sofisticada a respeito das experiências e identidades dos grupos africanos abarcados por esse guarda-chuva estanque, homogêneo e binominal de assimilados ou indígenas.⁸

De maneira geral, ambos os rótulos dificilmente foram capazes de traduzir as variações sociais, políticas, étnicas e culturais daquele Outro que foi sumariamente rotulado. No entanto, por um lado, apesar daqueles nativos que se enquadravam na categoria de assimilados serem um número ínfimo da população, uma parcela significativa desses indivíduos notabilizou-se por sua atuação enquanto representante dos anseios desse grupo possuidor de características específicas e que constantemente questionou essa forma de categorização imposta pelo colonialismo a respeito de si. A sua capacidade enquanto produtores de documentos permite, inclusive, percebermos nuances identitárias que os rótulos coloniais enevoavam.⁹ Por outro lado, as dificuldades relacionadas a se estudar a diversidade obliterada pela taxação aglutinadora da heterogeneidade em um único polo por meio do desígnio indígena obscurecem de maneira avassaladora as múltiplas e conflitantes experiências e identidades existentes nessa camada populacional. A necessidade de se recorrer as entrelinhas para encontrar as vozes dos chamados indígenas no passado e, principalmente, demonstrar a panóplia de combinações existentes dentro dessa categoria, estão relacionadas à impossibilidade desses indivíduos de produzirem seus próprios registros escritos. Esses não possuíam os mecanismos de produção documental muito por conta da visão racista que na quase

⁸ Para uma análise ampla dessa tendência do colonialismo, ver: COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2005. Para uma análise específica do mundo colonial português, ver: SILVA, Ane Cristina Fonseca Nogueira da. “Da carta de alforria ao alvará de assimilação: a cidadania dos ‘originários de África’ na América e na África portuguesas, séculos XIX e XX”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de & BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz – Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

⁹ Para alguns exemplos que demonstram a complexidade desse grupo dentro do Moçambique colonial, ver: MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997; ZAMPARONI, Valdemir. *Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998; ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Promédia: Moçambique, 2002.

totalidade os produtores das fontes possuíam a respeito dessa população.¹⁰ Portanto, a utilização do termo indígena ao longo da tese, em momento algum, tem como intuito reforçar a capacidade explicativa desse desígnio e, sempre que possível, tentarei demonstrar a diversidade que o rótulo insistiu em apagar.

As fragilidades explicativas dos rótulos coloniais e as tentativas de compreender a diversidade que anuviavam, especialmente dentro de contextos urbanos, estiveram no cerne de estudos de antropólogos que pautaram seus trabalhos de campo no continente africano, entre as décadas de 1950 e 1970. Após a Segunda Guerra Mundial, em um novo contexto, as cidades africanas constituíram espaços elementares em razão de sua importância econômica e do modo singular de promover a convivência entre indivíduos de proveniências variadas e com vínculos instáveis entre si. A construção de um conhecimento sobre essas sociedades, devido à necessidade de dotar princípios de ação a instituições de fomento econômico internacionais, está diretamente relacionada ao crescimento do interesse das ciências sociais como um todo, mas especialmente da antropologia, pelo tema da urbanização na África e pelas sociedades criadas por esse processo.¹¹ Por um lado, os trabalhos de campo desenvolvidos, sobretudo, pelos investigadores do Instituto Rhodes Livingstone, fundado em 1937 e que ganhou especial destaque durante os anos 1940, quando esteve capitaneado pelas abordagens de Max Gluckman, foram pioneiros em refletir os múltiplos contatos entre pessoas distintas, muitas vezes proporcionados pelas transformações advindas com os contextos coloniais, e que tornaram uma vida urbana plural nas cidades africanas.¹² A partir de uma valorização do trabalho de campo como fundamental para o saber antropológico, pesquisas como as do próprio Max Gluckman, e de outros como Clyde Mitchell e Jaap van Velsen, tiveram como objetivo se “concentrar na vida social ‘real’ na qual as normas e valores, frequentemente contraditórios entre si, seriam utilizados de acordo com a racionalidade do agente social em situações sociais concretas”.¹³ Questionando as

¹⁰ Pesquisas recentes vêm questionando a capacidade das categorias do Estado colonial português que fracionavam e hierarquizavam, especialmente as de cunho racial, os habitantes das coloniais em explicar a complexidade daquela realidade. Ver: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, OMAR; SILVA, Teresa Cruz e. (Org.). *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

¹¹ COOPER, Frederick & PACKARD, Randall Packard (Org.). *International Development and the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1997.

¹² Sobre a importância do Instituto Rhodes Livingstone para a antropologia contemporânea, ver: SCHUMAKER, Lyn. *Africanizing Anthropology. Fieldwork, Network, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa*. Durham & London: Duke University Press, 2001.

¹³ FRY, Peter. “Nas redes antropológicas da escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual”. *Iluminaras*, Porto Alegre, v.12, n.27, p.1-13, 2011, p.5. Sobre essa perspectiva, ver, também:

categorias estanques de análise dos contatos culturais, seus estudos abordaram as relações que os nativos africanos estabeleceram com o mundo que os circundava não como o abandono de um padrão normativo cultural para o ganho de outro, ou como alguém que se encontrava “fora de lugar” por não se basear em normas e padrões basilares. Suas obras privilegiaram a autonomia do indivíduo, legitimando suas ações a partir de uma visão que abordava os valores que aquele sujeito encontrava adequadamente a sua disposição. Essas pesquisas corroboravam um posicionamento político em defesa de um cidadão africano que poderia ser “tribal” e, ao mesmo tempo, participar das políticas nacionais que passaram a emergir no pós-Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, muitas das investigações que se desenvolveram nos contextos pós-1945, especialmente aquelas que estiveram atreladas aos recondicionamentos das políticas coloniais europeias sobre a África, deram ênfase as noções de coesão social, estabilidade e, principalmente, de uma perspectiva do tradicional enquanto algo fixo e imutável, obliterando o impacto das mudanças históricas no continente que vinham ocorrendo desde meados do século XIX, trazidas pelo colonialismo e pelo capitalismo. Nesse sentido, trabalharam com uma perspectiva de que as sociedades africanas seriam naturalmente “homeostáticas” e, quanto menos afetadas por mudanças, mais apropriadas para serem estudadas. A influência dessas argumentações teve como impacto a negligência em se pensar as disputas e as relações de poder existentes dentro dessas sociedades e, principalmente, na redefinição de uma versão menos pejorativa do estereótipo dos africanos enquanto “definidos como pessoas, essencialmente, rurais, fora de lugar nas cidades”.¹⁴

Pensados enquanto indivíduos despreparados para a vivência na urbe, os indígenas que habitavam as cidades sofreriam com o que veio a ser convencionado como o fenômeno da “destribalização”. Segundo Rita-Ferreira, funcionário colonial português em Moçambique, expoente das ciências sociais em Portugal nos anos 1960 e realizador de um dos estudos mais pormenorizados sobre os “africanos de Lourenço Marques”, esse seria um fenômeno perceptível nos subúrbios da capital moçambicana.

SCHUMAKER, Lyn. “The Director as Significant Other: Max Gluckman and Team Research at the Rhodes-Livingstone Institute”. In: HANDLER, Richard (edited). *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2004.

¹⁴ VAIL, Leroy & WHITE, Landeg. “The invention of ‘Oral Man’. Anthropology, literary theory, and a western intellectual tradition”. In: *Power and the praise poem: southern African voices in history*. Charlottesville: University Press of Virginia; London: James Currey, 1991, p. 13. No original: “Africans were defined as essentially rural people, out of place in the cities” (tradução livre).

O afrouxamento de laços considerados tradicionais e o contato com um mundo que supostamente não lhes era compreensível, ocasionado pela presença daqueles chamados como indígenas no espaço urbano, seriam fatores geradores do descontrole colonial nos subúrbios e das ações e práticas dessa população consideradas amorais e/ou criminosas.¹⁵

Nesse trabalho, Rita-Ferreira buscou entender, sobretudo, os costumes e hábitos daqueles classificados como indígenas quando integrados na sociedade de consumo capitalista existente em Lourenço Marques e que compunham parcela majoritária da população citadina.¹⁶ Seu intuito era o de angariar dados passíveis de auxiliarem na formulação de políticas públicas de cunho paternalista que garantissem a manutenção do controle colonial e que pudessem dar cabo de uma interpretação alarmante sobre as condições de vida nos subúrbios. Sua pesquisa delimitou-se a uma perspectiva de interpretação das ações dos “africanos de Lourenço Marques” como um desvio em relação ao “regime tribal” que ameaçava a organização social em razão da “desintegração da estrutura social e ao relaxamento do controle exercido pela comunidade e pela família”.¹⁷ Os objetivos de Rita-Ferreira e suas preocupações de pesquisa não o deixaram ver o processo de reorganização de identidades e experiências dentro do espaço urbano laurentino a partir das interpretações dos próprios agentes envolvidos nesse processo.¹⁸

Apesar da existência da obra de referência de Rita-Ferreira produzida durante o período colonial, Portugal tardou em patrocinar e produzir estudos sobre a mão de obra africana nas cidades e, até recentemente, poucos haviam sido os estudos, principalmente historiográficos, que se debruçavam sobre a realidade urbana na África lusófona.¹⁹ Essa

¹⁵ RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M., 1967/1968.

¹⁶ Vale ressaltar que após o fim do regime do indigenato, em 1962, ocorrido dentro de um contexto crescente de transformações em Portugal e, principalmente, dentro das próprias possessões coloniais lusitanas, as populações africanas deixaram de ser classificadas enquanto indígenas ou assimiladas, passando a serem englobadas como cidadãos portugueses. Por isso mesmo Rita-Ferreira, dentro de seu estudo, evita a utilização dos termos coloniais jurídicos para designar a população negra de Lourenço Marques. No entanto, apesar das mudanças legais, aparentemente pouco de concreto haveria de ser mudado. Ver: CURTO, Diogo Ramada & CRUZ, Bernardo Pinto da. “Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)”. In: *Práticas da História* 1, nº 1 (2015), pp. 113-172.

¹⁷ RITA-FERREIRA, António. Op. Cit., p. 269.

¹⁸ Para uma interpretação da obra de Rita-Ferreira sobre Lourenço Marques, ver: DOMINGOS, Nuno. “A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques”. In: DOMINGOS, Nuno & PERALTA, Elsa (orgs). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.

¹⁹ Para um balanço, ver: DOMINGOS, Nuno & PERALTA, Elsa. “A cidade e o colonial”. In: DOMINGOS, Nuno & PERALTA, Elsa (orgs). Idem.

lacuna vem sendo preenchidas progressivamente com o florescer de pesquisas que possuem como problema central as cidades coloniais portuguesas no continente. Como afirmam Isabel Castro Henrique e Miguel Pais Vieira, por um lado, “a cidade [colonial] deve ser encarada como o espaço preferencial onde se definem as formas de dominação colonial e os meios e os métodos da sua aplicação”, por outro lado, “ela é também o centro de inovação social, econômica, técnica, do alargamento das redes relacionais e das relações civilizacionais”.²⁰ Ou seja, o que foi convencionalmente chamado de batuques será aqui pensado dentro de uma perspectiva que entende os espaços urbanos de Lourenço Marques enquanto locais de interação capazes de revelar, ao mesmo tempo, a opressão colonial e o dinamismo criativo das populações locais em resposta a essa situação. Pensar o estar na cidade como situação social e seus habitantes como seres em constante movimento, portando identidades situacionais que vão sendo invocadas na medida que estabelecem interações complexas dinâmicas, onde as ações individuais não aparecem como mera ilustração de estruturas sociais, mas como ações dentro de contextos que reforçam ao mesmo tempo em que modificam esses contextos, organizam a problemática da minha investigação. Estudando situações concretas, com o intuito de melhor compreender a inserção social complexa daqueles classificados como indígenas de situação em situação é buscar compreender as transformações de hábitos e costumes desses que se deslocaram para Lourenço Marques, bem como suas experiências e suas interações entre si e com o poder colonial que se constituía, pautadas uma parte por suas vivências anteriores, mas também pela nova condição de trabalhadores inseridos nas dinâmicas coloniais.

* *

*

Segue, agora, um mapa. A tese está dividida em quatro capítulos. Talvez, a melhor metáfora nem seja a cartográfica. Os capítulos seriam quase como uma partitura. Cada um deles possuindo um compasso, que carrega um andamento distinto a respeito das questões que acabei de apresentar. Diferentes entre si, cada um deles inicia uma discussão para, em seguida, concluí-la. No entanto, essa conclusão deixa uma nota solta, uma síncope que perdura para ser retomada nas reflexões do capítulo seguinte.

²⁰ HENRIQUE, Isabel Castro & VIEIRA, Miguel Pais. “Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas”. In: DOMINGOS, Nuno & PERALTA, Elsa (orgs.). Idem, p.8.

No primeiro capítulo, com o título de *Algazaras ensurdecedoras*, analiso a dimensão e as dinâmicas dos chamados batuques realizados por uma gama de distintos indivíduos classificados, majoritariamente, como indígenas, na cidade de Lourenço Marques. Localizada no sul de Moçambique, Lourenço Marques tornou-se capital do colonialismo português na região durante a década de 1890, tendo crescido aceleradamente nas três primeiras décadas do século XX. Sua importância estratégica enquanto lugar de passagem de trabalhadores e mercadorias atraiu uma população diversificada, composta por pessoas de diferentes regiões: europeus de diversas nações, indianos, chineses e, sobretudo, africanos que habitavam as áreas rurais ao redor da cidade ou áreas mais distantes, porém, com significativa maioria daqueles que habitavam os distritos localizados ao sul do rio Save. Neste capítulo, o principal objetivo é o de enfocar a presença daqueles sons, músicas e danças na cidade, dando ênfase a multiplicidade de maneiras pelas quais foram apresentados na documentação, algumas das práticas de repressão adotadas para controlar a sua ocorrência, os principais locais em que ocorriam dentro da urbe colonial, como os bairros e espaços privilegiados pelos seus praticantes para se reunirem, quando eram realizados e quem eram os participantes. Estudar esses “batuques urbanos” permitirá vislumbrar grupos subordinados enquanto autores de suas histórias, mesmo num contexto de construção de estruturas de dominação que perpassariam por boa parte do século XX.²¹

A principal fonte utilizada é a imprensa periódica que circulou em Lourenço Marques de finais do século XIX, sobretudo após a virada para o século XX, até meados dos anos de 1930. A ascensão meteórica de Lourenço Marques de região periférica da presença portuguesa na costa oriental africana para capital do colonialismo português veio acompanhada de um crescimento urbanístico que trouxe consigo um florescimento no número de periódicos que permite ao historiador ter acesso a uma série de características cotidianas da vivência de uma urbe colonial africana.²² Por um lado, as

²¹ Para uma perspectiva de análise do espaço urbano africano enquanto local possível para se interpretar a atuação dos subordinados em busca de formas de vida que terminavam por pressionar as estruturas de dominação, ver: COOPER, Frederick. *Struggle for the city: migrant labor, capital and the State in urban Africa*. Beverly Hills: Sage, 1983.

²² A imprensa como uma documentação primordial para a tese veio atrelada a uma problematização dos jornais enquanto fonte histórica. Como explicam Heloisa Cruz e Maria Peixoto: “Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. In: CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa”. In: *Projeto*

notícias referentes aos ditos batuques nos permitirão ter acesso à visão que os produtores dessa imprensa possuíam a respeito dessas práticas culturais e alguns dos mecanismos de exclusão das populações que batucavam pela cidade. Por outro lado, as notícias que foram publicadas nesses meios de comunicação nos ajudarão a obter informações a respeito de algumas de suas características, dos locais onde ocorriam dentro da cidade e quem eram os seus principais participantes. Ou seja, os batuques fora do controle colonial são percebidos aqui enquanto uma manifestação barulhenta que demonstra que a cidade colonial é mais do que um local propagador da civilização, imagem que alguns buscaram construir para ela nesse período.

Com o título de *Lourenço Marques: cidade e cidades*, o segundo capítulo apresenta o processo de consolidação da urbe laurentina enquanto capital colonial de Moçambique. As práticas dançantes e musicais durante aqueles anos iniciais de consolidação da presença portuguesa no sul de Moçambique demonstram uma multiplicidade de realidades que não necessariamente condiziam com os projetos coloniais civilizacionais.²³ Nesse sentido, ao pensarmos a existência de muitas cidades

*História. História e imprensa. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP. São Paulo: EDUC, nº 35, julho / dezembro, 2007, p. 260. Muitos foram os trabalhos historiográficos sobre o passado moçambicano que balisaram suas pesquisas na imprensa, sobretudo a partir dos jornais O Africano e O Brado Africano. Valdemir Zamparoni, por exemplo, mesmo alertando seus leitores de que sua escolha por longas citações de trechos desses jornais não inibia sua própria análise, defende que ambos supririam “a lacuna das fontes orais, ao trazerem à tona, por entre as linhas, a voz daqueles que não tinham outro canal de expressão, daqueles que sequer dominavam a língua portuguesa. Os falares, as gírias, as expressões cotidianas das ruas, bares, cantinas e oficinas, que recheiam os textos destes periódicos, se não suprem, ao menos amenizam, a ausência da informação e da verve próprios da oralidade, particularmente importante nas sociedades em que esta predomina”. In: ZAMPARONI, Valdemir: *Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998, p. 4. Críticas a crença de que nos periódicos encontrar-se-ia o mundo da realidade oral, das verdadeiras experiências vividas pelos indivíduos, o mundo exterior daquele das palavras impressas, é compartilhado por uma vasta gama de pensadores da contemporaneidade. Ítalo Calvino, por exemplo, no seu desejo de estar em contato com essa realidade oral vivida quotidianamente procurou-a nos jornais. Porém, desiludido, afirmava que através deles só encontraria “uma leitura do mundo feita por terceiros, ou então por uma máquina anônima especializada em selecionar, entre a poeira infinita de eventos, aqueles que podem cair na malha da ‘notícia’”. In: CALVINO, Ítalo. *A palavra escrita e a não-escrita*. In: AMADO, Janaína & Ferreira, Marieta de Moraes (org.) “Usos & abusos da história oral” - 8ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 143. No entanto, continua sendo verdadeira a afirmativa de Machado de Assis sobre a elaboração da análise histórica do passado a partir da palavra impressa periódica. Afinal, o “Jornal antigo é melhor do que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo”. In: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.164-165.*

²³ Sobre os diferentes projetos coloniais portugueses e a noção de colonização enquanto projeto civilizacional, ver: JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009. O surgimento e/ou o crescimento de cidades na África durante o processo de consolidação da presença europeia no continente pode encontrar paralelos interessante que demonstram características em comum dos diferentes projetos coloniais e das respostas africanas a esses projetos. Como exemplo, ver:

dentro de uma só, que travaram diálogos conflitantes constantes, o principal objetivo será o de pensar como o exercício de construção de Lourenço Marques enquanto exemplo propagador do projeto civilizacional colonial enfrentou outras formas de ocupar e viver naquele espaço urbano e, nesse processo, construiu-se enquanto excelência moderna do projeto colonial português.

Num primeiro momento do capítulo apresento a relação entre lógicas de exploração da mão de obra, a construção de espaços de lazer na cidade e projetos coloniais civilizacionais. Essas são questões que conjuntamente podem ser entendidas como a elaboração de uma “civilização das necessidades”. Para explorar essa concepção enfatizo tanto as representações elaboradas a respeito da própria cidade de Lourenço Marques, como aos locais de lazer que começaram a ser construídos no final do século XIX e se consolidaram enquanto locais de divertimento e de consumo, principalmente, nas duas primeiras décadas do século XX. Reconstruindo esses cenários, como os teatros, os hotéis, os cinematógrafos, os bares, os quiosques, as lojas de roupas, todos responsáveis pela construção de novas necessidades materiais e por uma pluralidade de transformações nos hábitos e costumes que podem ser percebidas por meio dos novos ambientes de convívio social, pelos novos serviços que passaram a ser oferecidos e pelos produtos que poderiam ser adquiridos no trânsito entre a África do Sul e Moçambique ou na própria Lourenço Marques, utilizo, como fonte principal, as notícias publicadas na rica imprensa laurentina daquele período. Ao mesmo tempo, busco demonstrar como a mesma atuou como mais um agente histórico que compreendia aquela Lourenço Marques como um espaço que deveria ser moldado. Alguns exemplos de textos publicados em diferentes seções desses jornais podem ajudar a entender de que maneira farei essa reconstrução. *A Tribuna*, por exemplo, em novembro de 1907, informava que o proprietário de um cinematógrafo localizado no centro da cidade havia encomendado direto de Paris “34 fitas coloridas de grandes efeitos cênicos” e estava em negociações para que mensalmente fossem “expedidas remessas das fitas que mais conquistaram o agrado e o aplauso do público”.²⁴ Dois anos depois, *O Africano*, que dependia muito dos anúncios de sua seção de classificados para poder sobreviver,²⁵ publicou durante vários meses a presença em Lourenço Marques do “Chalet kiosque

YOSHIKUNI, Tsuneo. *African Urban Experience in Colonial Zimbabwe. A Social History of Harare before 1925*. Harare, Zimbabwe: Weaver Press, 2007.

²⁴ *A Tribuna*, 26 de novembro de 1907. Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP).

²⁵ Ver: PEREIRA, Matheus. “‘Anúncios e comunicados: 80 réis por linha’: propaganda e cotidiano nas páginas de *O Africano* (1909-1919)”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira & GEBARA, Alexander Lemos de Almeida (org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

(quiosque da má língua) de Biagio Sorgentini”, onde poderiam ser encontradas as bebidas das “melhores marcas, leite fresco, sanduiches, tabacos, charutos, chá, café, chocolates”. Não apenas os paladares poderiam ser ali aguçados, mas também o sentido da audição, com a “boa música as 3^a, 6^a e domingos e palestra de primeira ordem a todas as horas do dia e da noite”.²⁶

A imprensa não apenas anunciou, mas também discutiu a importância desses espaços. Em artigo de opinião publicado no *A Tribuna*, em setembro de 1907, discordando da maneira como o restante da imprensa caracterizava os bares de Lourenço Marques, vulgarmente designados como “perigosos focos de desmoralização”, o colunista afirmou que os mesmos cumpriam uma função pública de utilidade social. Nessa questão dos bares, o que preocupava, majoritariamente, os colunistas dos jornais era uma suposta ausência de locais de divertimento propícios para uma “conversa burguesa” que não fosse apenas aqueles onde se vendiam bebidas alcóolicas.²⁷

Nessa cidade em que determinados seguimentos lutavam para que a “conversa burguesa” reinasse soberana, existiram desafios concretos para a realização desse projeto, na medida em que a dominação e a expansão colonial, com o seu intento classificador e, sobretudo, hierarquizante das realidades socioculturais que encontrou sob seu domínio no continente africano, provocou uma série de encontros e desencontros. O colonialismo português na cidade de Lourenço Marques, considerada como centro exemplar e propagador desses objetivos no Moçambique colonial, encontrou dificuldades concretas para a efetivação desse intento. As ações dos colonizadores não foram homogêneas e muito menos recebidas de maneira passiva. Diferentes reações, interpretações e ressignificações foram sendo produzidas pelos povos colonizados na medida em que um “sistema mundial” veio a ser implementado por europeus em sociedades com lógicas culturais autônomas. O afloramento de múltiplas cidades dentro daquela Lourenço Marques obrigou os adeptos da “conversa burguesa” a dialogar, mas também, por vezes, discutir aos berros com outros grupos que a todo momento fugiam ao seu controle. A realidade criativa daqueles que não se enquadravam dentro de um projeto pré-determinado de construção do espaço urbano colonial africano, se torna perceptível quando expandimos nosso escopo de análise para

²⁶ *O Africano*, 31 de julho de 1909. Esse mesmo anúncio pode ser encontrado em diversos outros exemplares desse ano. World Newspaper Archive (doravante, WNA).

²⁷ *A Tribuna*, 30 de setembro de 1907. BNP.

as transformações criativas da ordem cultural de uma parcela da população citadina africana que insistia em andar com uma gama variada de vestimentas – ou simplesmente sem vestimenta alguma – pelas ruas laurentinas, burlando a persistência da obrigatoriedade do uso de calças por todos os seus habitantes. As notícias publicadas pela imprensa em prol da campanha pelo uso das calças, conjuntamente com diferentes legislações coloniais, como o *Regulamento de Serviçais e Trabalhadores indígenas no Distrito de Lourenço Marques aprovado por decreto de 9 de setembro de 1904*; o *Regulamento para o serviço dos Rickshaws de praça e particulares. Aprovado pelo acordo do conselho administrativo do distrito, nº 6, de 1903*, e diferentes correspondências administrativas, são as fontes principais para pensar esse aspecto.

No terceiro capítulo, intitulado *Para além de “homens degenerados e mulheres dissolutas”: “tipo” e experiências cotidianas em Lourenço Marques* o objetivo é o de explorar as tensões existentes entre a construção e a produção de representações e as experiências da maior parte da população da cidade. Classificados pelo missionário e etnógrafo Henri Alexandre Junod, como “homens degenerados e mulheres dissolutas”, essas pessoas moveram-se pela cidade produzindo imbricados processos de ressignificação e apropriação por meio do acionamento, dependendo da situação social em que se encontravam, dos distintos poderes constituídos. Esses poderes, especialmente aqueles que lidavam diretamente com o trato cotidiano das questões dos chamados indígenas, estiveram relacionados com as próprias elaborações de categorias classificatórias que, do ponto de vista social e jurídico, visavam criar homogeneizações e, por conseguinte, controlar as populações sob o domínio português. O meu argumento é de que essa categorização realizada pelos agentes coloniais portugueses sobre as populações urbanas originárias do atual Moçambique e de suas práticas culturais, não foi capaz de dar conta da multiplicidade e da porosidade da vida daqueles que se buscava compreender para dominar.

Essa sociedade do sul de Moçambique na qual os portugueses já haviam estabelecido contatos ao longo de muitos séculos, marcada por formas organizacionais assentadas em determinados costumes, encontrava-se, no início do século XX, em processo de despedaçamento. Melhor dizendo, as pressões coloniais levadas a cabo por Portugal na região causaram um processo de reestruturação, onde o mundo desses sujeitos nativos passou a ser reconstruído entre outras coisas nos próprios batuques. Era um universo de tradições que estava sendo acossado por novas instituições reguladoras da vida social, que se esforçavam para legitimar-se como detentoras da única verdade –

a civilização europeia -, em detrimento daquelas outras acreditadas por longo tempo na região. O mundo urbano era pensado como local detentor por excelência dessas verdades. A consolidação e a expansão de Lourenço Marques como centro atrativo de pessoas e capitais coincidiram com o desmantelamento de formas culturais pré-existentes e o alvorecer de uma nova forma de vida que se desenvolvia naquele espaço citadino. Nesse sentido, neste capítulo busco compreender essas novas maneiras de ser, que, trazidas à tona pelo colonialismo, também bagunçaram o intuito organizativo de catalogação das populações locais e de suas culturas.

Continuando o que desenhei no final do capítulo anterior, a imprensa deixa de ser a fonte primordial, dando espaço para o acervo de publicações existentes na Biblioteca Nacional de Portugal e para a vasta documentação do Arquivo Histórico de Moçambique. É, por um lado, por meio delas que percebo a construção de categorias classificatórias homogeneizadoras das populações nativas do Sul de Moçambique existente em obras de homens da colonização portuguesa, como o político e militar Ayres d’Ornellas ou o administrador colonial António Augusto Pereira Cabral. Por outro lado, por meio dos registros realizados pela Secretaria dos Negócios Indígenas para averiguar as andanças de Albino pelos subúrbios de Lourenço Marques ou para controlar as trabalhadoras serviçais em cantinas,²⁸ que adentro no mundo das experiências de um mundo cheio de novos gingados que vinham sendo construídos e que pouco se encaixavam nas categorias que se tentava implementar.

Aprofundar numa análise desses indivíduos para além de sua característica enquanto mão de obra mercantil colonial que foi duramente explorada é fundamental para compreender aspectos cotidianos da vivência dessas pessoas que ocupavam as cantinas, as esquinas, as ruas, os quintais, os postos de trabalho, os subúrbios em geral, num contínuo processo migratório entre suas terras de origem, a cidade de Lourenço

²⁸ Vale frisar que a importância das cantinas, especialmente para a venda do vinho, principal produto de exportação colonial português, vêm sendo objeto de análise da bibliografia. Infelizmente, a devastação que o consumo excessivo de álcool produziu, muitas vezes de péssima qualidade, ofuscou um caleidoscópio de experiências que transitaram ao redor desses espaços de comércio e sociabilidade. Para exemplos dessa bibliografia, ver: CAPELA, José. *O vinho para o preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009; CAPELA, José. *O álcool na colonização do sul do Save, 1860-1920*. Maputo: Edição do Autor, 1995; BIRMINGHAM, David. “Vinho, mulheres e guerra”. In: Alexandre, Valentim (org.) *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2008; ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007. Para uma abordagem a respeito da importância das cantinas em outro contexto colonial africano, ver: MALOKA, Tshidiso. “Khomolua Oela: Canteens, Brothels and Labour Migrancy in Colonial Lesotho, 1900-1940”. In: *The Journal of African History*. Vol. 38, nº 1 (1997), pp. 101-122.

Marques e as zonas de exploração econômica no Transvaal ou na África do Sul. Ao mesmo tempo, ao elencar uma perspectiva historiográfica que pensa a ação desses sujeitos dentro de suas próprias expectativas torna-se possível analisar as entrelinhas da documentação presente em órgãos como a Secretaria dos Negócios Indígenas. Uma instituição criada pelo poder colonial para controlar aqueles classificados como indígenas acabou sendo usada, por vezes, como um espaço propício para a apresentação de suas reivindicações.

O tipo de reivindicação predominante que encontrei é referente as reclamações que dizem respeito aos maus tratos, abusos ou do não pagamento de salários previamente acordados entre os ditos indígenas e os seus patrões, na sua maioria esmagadora colonos europeus. As diversas artimanhas adotadas pelos empregadores para o descumprimento desses acordos e os percalços enfrentados para que as reclamações fossem, ao menos, ouvidas, demonstram aspectos cruéis intrínsecos ao sistema colonial.²⁹ Porém, essa vida, definitivamente sofrida, felizmente não se resumia a opressão. Essas condutas diversas confrontavam-se com a construção das categorias sócio-jurídicas adotadas pelo colonialismo português que dividia as populações africanas sob o seu domínio em dois grupos estanques de assimilados ou indígenas e que buscou homogeneizar uma série de diferenças que dificilmente se encaixavam perfeitamente nesse quebra-cabeça de classificação jurídico-identitária.

No quarto e último capítulo, chamado *Entre o subsídio e a subversão: projetos coloniais e negociações ao redor dos “batuques” e das “danças nativas”* essas práticas socioculturais e, principalmente, os processos de espetacularização dessas para serem apresentadas para um público específico, são analisadas como momentos onde forças coloniais e as populações nativas entravam em disputa. Em conversas informais que pude realizar durante minha estadia em Maputo, no segundo semestre de 2014, pessoas relembavam que durante suas infâncias, vividas nos anos 1950 e 1960, administradores coloniais portugueses organizavam apresentações do que vulgarmente chamavam de batuques para serem realizados em frente às sedes do poder colonial. Espetáculos promovidos para um público específico, naquele contexto de desestruturação da

²⁹ Esse é um dos temas mais recorrentes da produção historiográfica sobre o colonialismo português em Moçambique: os sistemas de exploração da mão de obra africana com a construção dos mecanismos do trabalho forçado que serviram como meio para o enriquecimento da empresa colonial e também a denúncia das atrocidades provocadas pelo sistema elaborado pelos portugueses para a exploração dessa mão de obra. Para um exemplo recente dessa bibliografia, ver: ALLINA, Eric. *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.

dominação colonial e crescimento das contestações contrárias ao regime, o objetivo seria o de demonstrar um controle pleno sobre as populações locais e, também, uma adesão dessas populações à autoridade portuguesa instituída.³⁰ A escolha por esse tipo de demonstrativo simbólico da dominação, nesses anos derradeiros da presença do poder colonial português na região, não parece ter sido ao acaso. A prática de promover para uma autoridade europeia um “grande batuque”, parece ter se disseminado tão rapidamente quanto a própria presença da administração colonial portuguesa pelo território do que é hoje Moçambique.

Por um lado, fica evidente que o linguajar colonial que unificava diferentes práticas musicais e dançantes nativas na palavra batuque era semelhante ao processo racializante de homogeneização das diversidades populacionais na construção da figura do indígena. Nesse sentido, os projetos coloniais portugueses em Moçambique promoveram interpretações e ações que produziram formas de apresentação designadas como batuques que foram incorporadas a retórica da dominação. Por outro lado, a problematização das conceituações coloniais a respeito do Outro é complexificada com a compreensão de que o próprio termo batuque foi mais um dos vocábulos usados para descrever uma variedade de ações e práticas que sumariamente terminaram englobadas em uma única palavra. O destrinchar dessa variedade de práticas revelam traços de uma multifacetada experiência dessas populações dominadas que, por meio de suas ações, produziram incontáveis e inesperadas reinterpretações e ressignificações.

Uma observação final para o leitor. O título oficial da tese é “*Grandiosos batuques*”: *identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930)*. Esse foi o título do projeto pelo qual ingressei na Unicamp e ganhei a bolsa da Fundação de Amparo e Pesquisa de São Paulo. Ao longo da pesquisa, esse título foi alterado para “Os ‘Grandiosos batuques’: tensões, arranjos e experiências coloniais em Lourenço Marques (1890-1940)”. No entanto, por questões burocráticas, a tese permaneceu com o seu título inicial. No entanto, essa questão não altera o conteúdo propriamente dito da tese.

³⁰ Ainda são recentes as pesquisas que buscam associar aspectos das transformações culturais vivenciadas pelas populações ditas indígenas nos anos 1950 e 1960 e os processos de independências na África portuguesa. Para um exemplo de bibliografia que explora esse tema, ver: ALPERS, Edward. “The role of culture in the liberation of Mozambique”. In: Ufahamu, vol. 12,13 (1983), pp. 143-189. Para um exemplo dessa bibliografia voltada para o caso angolano, ver: MOORMAN, Marissa J. *Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens: Ohio University Press, 2008.

Capítulo 1

Algazaras ensurdecadoras

1.1. Cantando e dançando até altas horas

Em 22 de dezembro de 1904, o jornal *O Distrito: semanário de notícias*, lançado em abril daquele ano e que angariava para si importância como um dos principais meios de comunicação no trato dos reclames cotidianos da população de Lourenço Marques, veio, novamente, chamar a atenção para fatos ocorridos em uma localidade não muito distante da cidade baixa, região central da capital colonial. Eram os “moradores da avenida Afonso Albuquerque, próximo de Maxaquene” que haviam pedido visibilidade para serem providenciadas medidas contra supostos “fatos anormais” de que estariam sendo vítimas. Segundo o periódico, aqueles moradores haviam procurado sua redação por conta das reuniões numas cantinas que ali existiam, “onde, de dia [...] soldados das diversas unidades” se juntavam e faziam “toda casta de obscuridades com pretos que ali vivem em quartos”. O incomodo reinante não acontecia apenas durante a luz do dia, mas também à noite, nos eventos onde se “enxameiam pretos, cantando e dançando até altas horas, fazendo uma algazarra de ensurdecar”. Alguns vizinhos teriam solicitado aos cantineiros que proibissem “os pretos de fazerem tal inferneira”. Porém, sem resposta positiva, procuraram o jornal, que terminou por cobrar o responsável pela segurança na cidade, o sr. Comissário de Polícia, a adoção de medidas que acabassem com aquela “série de infâmias”.³¹

Localizada no sul de Moçambique, capital do atual país independente e rebatizada de Maputo, Lourenço Marques teve como ponto de partida para a formação de uma pequena malha urbana a construção de um presídio em 1782. Na primeira metade do século XIX, estabeleceram-se os primeiros colonos portugueses e uma comunidade proveniente de Damão e Diu. Nesse mesmo período, provavelmente por conta de sua privilegiada localização geográfica, desenvolveu-se um dinâmico comércio

³¹ *O Distrito: semanário independente*. 22 de dezembro de 1904. BNP. Vale mencionar que sempre que as grafias de determinadas palavras apareçam de maneira diferente de como são escritas hoje em dia, optei por escrevê-las de acordo com a versão atual. Um exemplo é o do bairro de Maxaquene, pois, originalmente, o jornal a grafou com ch e não com x. Quando for o caso da diferença na grafia fizer alguma diferença no sentido que a fonte emprega a palavra, será evidenciado no corpo do texto.

de escravos para o Brasil.³² Segundo Nuno Domingos, em 1850 Lourenço Marques possuía 600 habitantes. O poder português estava confinado ao litoral e, para manter-se, precisou enfrentar os reinos locais e a esquadra inglesa antitráfico de escravos.³³ Durante este período, Lourenço Marques possuía diminuto valor político e econômico para a administração colonial portuguesa em Moçambique.³⁴

Na segunda metade do século XIX, esse cenário transformou-se radicalmente. A princípio uma zona relativamente periférica, Lourenço Marques paulatinamente ganhou importância. A descoberta de jazidas de ouro no Transval (atual África do Sul), na década de 1870, tornou a região um importante mercado para a aquisição de mão de obra e de escoamento da indústria mineira. O crescimento econômico da região, somado às disputas europeias por zonas de controle na África, nos permite entender a elevação de Lourenço Marques à categoria de vila, em 1876. No ano seguinte, chegava à vila a expedição de obras públicas, com o objetivo de drenar o pântano que a cercava e preparar o terreno para a construção de uma estrutura urbana moderna. Na década de 1880, Lourenço Marques era mais uma vez elevada, ganhando o título de cidade.³⁵

Ao longo da década de 1890, Lourenço Marques continuou crescendo e manteve sua importância. Com o processo de conquista efetiva do território na região sul de Moçambique, promovido pelos portugueses no último quartel do século XIX, e a definição de fronteiras após 1891, a cidade consolidou-se como um dos eixos da economia regional impulsionada pela precoce industrialização sul-africana, tornando-se a capital da província de Moçambique.³⁶ O processo de exploração das minas e da

³² Ver: CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Afrontamentos, 2002. Ou, CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

³³ DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 59.

³⁴ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.

³⁵ ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Promédia: Moçambique, 2002; DOMINGOS, Nuno. "Urban football narratives and the colonial process in Lourenço Marques". In: *The International Journal of the History of Sport*, Vol. 28, Nº 15, 2011, pp. 2159-2175.

³⁶ Sobre a relação que Portugal estabeleceu com os reinos localizados no sul de Moçambique ao longo do século XIX, ver: SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010. Existe uma indefinição com relação as datas sobre a elevação de Lourenço Marques a capital da província. Na bibliografia existente é possível encontrar datas diferentes para a sua transformação em capital oficial da colônia portuguesa de Moçambique. Por exemplo, segundo Nuno Domingos, isso teria ocorrido em 1897. Ver: DOMINGOS, Nuno. "Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques". In: Melo, Vitor Andrade de; Bittencourt, Marcelo; Nascimento, Augusto. *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 214. Enquanto que para Malyn Newitt teria sido em 1902. Ver: NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda,

produção de açúcar na África do Sul estiveram relacionados à crescente necessidade de escoamento da produção através do mar, sendo o porto de Lourenço Marques local estratégico. Concomitantemente, criou-se uma demanda crescente pela transferência da mão de obra moçambicana para as zonas produtoras de açúcar e, principalmente, mineradoras. Ambos foram fatores impulsionadores do crescente interesse de Portugal pela região.³⁷

Nas obras de Alexandre Lobato, um dos primeiros autores a se debruçar na elaboração de uma história da formação da cidade de Lourenço Marques, publicando boa parte de seus textos em finais dos anos 1940, é possível encontrar informações que, dadas as características descritivas de seus trabalhos, têm sido usadas com frequência por pesquisadores da história colonial moçambicana.³⁸ Entretanto, seus estudos adotaram como eixo discursivo dessa história as ações portuguesas para a consolidação de sua presença na região e um esforço sistemático para incorporar Moçambique como parte de uma nação lusitana intercontinental.³⁹ Por isso mesmo, segundo Lobato, para se estudar Lourenço Marques seria necessário estudá-la enquanto a “cidade dos brancos”,⁴⁰ começando no “descobrimento, continuar pelas viagens anuais [...], prosseguir com a

1997, p. 340. Já para Valdemir Zamparoni, isso teria ocorrido em 1893. ZAMPARONI, Valdemir. ZAMPARONI, Valdemir. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de ‘O Africano’ – 1908-1920”. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP – S. Paulo, 11(1): pp.73-86, 1988, p.78. Apesar da diferença na data a argumentação desses autores a respeito da mudança da capital da Ilha de Moçambique para a cidade de Lourenço Marques está relacionada aos rumos pelos quais a colônia e a colonização portuguesa na região se dirigiam e minhas argumentações – assim como a desses autores – não perdem o seu sentido por conta dessa variação nas datas. No entanto, ainda cabe um questionamento a respeito dessa diferença. A minha hipótese é de que isso ocorra por conta do lento processo de transposição da máquina burocrática da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques e dos consequentes conflitos de interesses ocorridos por conta desse processo produzidos pelo deslocamento da região de interesse dentro dos agentes que atuavam na administração colonial. Ver, por exemplo: Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU). Direção Geral do Ultramar (doravante DGU). 1ª Repartição. Caixa 1181, Registro de Correspondência (1908-1911); ou AHU, DGU, 1ª Repartição, 2ª Seção, Caixa Sem Número, Correspondência (1903-1904).

³⁷ Ver: PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição. 1854-1918. Volume I & II*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

³⁸ Vide, ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.*, 2002, especialmente o capítulo II: *Lourenço Marques: evolução histórica e configuração política*.

³⁹ Corroborando essa perspectiva, em *História da Fundação de Lourenço Marques* o autor afirma: “A defesa contra a cobiça estrangeira, em toda a parte, tem sido a preocupação mais dolorosa da Metrópole, e é por isso mesmo que Portugal não pode deixar de considerar as Colônias como seus prolongamentos naturais, em si integrados. Na orientação política de Portugal não se consideram – e nunca se consideraram – separadamente as Colônias; a Nação é um bloco político”. In: LOBATO, Alexandre. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Edições da Revista Lusitânia, 1948, p. XIV.

⁴⁰ LOBATO, Alexandre. *Lourenço Marques, Xilunguine: biografia da cidade*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

história dos estrangeiros e tentativas nacionais para se evitar a perda da baía [...] e entrar então na história propriamente portuguesa de ocupação definitiva”.⁴¹

Apesar das conclusões de Lobato serem marcadas por uma visão eurocêntrica da história de Lourenço Marques, no que diz respeito ao processo de construção da cidade enquanto uma urbe moderna, diversas pesquisas têm demonstrado como isso ocorreu por meio da elaboração de espaços para a vivência de homens brancos/europeus e a partir de um contínuo procedimento rumo a uma segregação espacial de grupos sociais e raciais considerados distintos. Durante a vigência do período colonial, no próprio cerne da capital moçambicana existiria, por um lado, o seu centro marcadamente europeu e, por outro lado, o subúrbio africano, no qual seus habitantes transitaram entre sua categorização como assimilados e/ou indígenas. A ênfase recorrente é de que cada um desses espaços possuiria suas próprias características e pouco dialogariam entre si, para além daqueles momentos expressivos das lógicas da exploração colonial que exerciam o poder para manter aquela separação.⁴²

No entanto, a notícia que abre o presente capítulo coloca algumas questões para essas interpretações. Baseando-se em José Capela, Nuno Domingos, por exemplo, afirma que, em 1891, as populações locais, o que *O Distrito* chama simplesmente como “pretos”, teriam sido retiradas da zona central de Maxaquene para bairros mais distantes, como Munhuana, Hulene e Chamanculo.⁴³ Os reclames publicados em 1904 não necessariamente colocam em xeque o deslocamento forçado de moradias realizados anteriormente, mas demonstra que, provavelmente, nem todos os “pretos” saíram de Maxaquene ou que, pelo menos, posteriormente a esse primeiro processo de expulsão, alguns voltaram a ocupar essa zona da cidade. Esse processo evidentemente ocasionou conflitos. Esses “pretos” traziam consigo uma série de práticas que não condiziam com a maneira de se viver numa urbe de acordo com os preceitos dos novos moradores do bairro. Nesse sentido, antes de questionar a existência desses espaços separados que, efetivamente, se consolidaram, sobretudo, a partir de meados dos anos 1920, pretendo

⁴¹ LOBATO, Alexandre. *História do Presídio de Lourenço Marques. 1º vol. 1782-1786*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1949, p. XI.

⁴² Para alguns exemplos, ver: PENVENNE, Jeanne Marie. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993; PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995; ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* 2002. VALDEMIR, Zamparoni. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007. DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

⁴³ DOMINGOS, Nuno. *Op. Cit.* 2012, p. 59.

aqui analisar a ocorrência dos batuques em Lourenço Marques com o objetivo de demonstrar algumas das formas estrepitosas que seus praticantes encontraram para expressar outras maneiras de ocupação e usufruto da cidade, revelando aspectos que, naquele período, ainda fugiam ao controle colonial. Ao mesmo tempo, serão nas respostas a essas algazarras ensurdecadoras que posso perceber algumas das construções de ferramentas que terminariam por silenciar aquela polifonia de vozes.

1.2. Batuques na cidade

Retornando ao reclame feito pelo *O Distrito*, no final de 1904, o jornal insistiu em chamar aquelas reuniões noturnas com muita cantoria e dança de “fatos anormais”, o que pode designar uma interpretação a respeito das ações dos “pretos” como algo que foge ao padrão considerado correto para se agir dentro do meio urbano, que escaparia à ordem habitual das coisas. Ao mesmo tempo, como aquilo que é ocorrência incomum nos arredores das principais avenidas e ruas do bairro de Maxaquene. No entanto, alguns anos antes, outro jornal que circulou por Lourenço Marques nessa primeira década do século XX, já havia chamado a atenção para esse tipo de evento, dando a entender que batuques em Maxaquene não eram tão raros assim. No dia 03 de abril de 1901, o jornal *O Português*, que possuía um subtítulo pomposo de *Semanário independente, noticioso, literário e comercial – órgão dos interesses das colônias portuguesas*, levantou uma bandeira, para quem pudesse competir, muito semelhante àquela erguida em 1904.

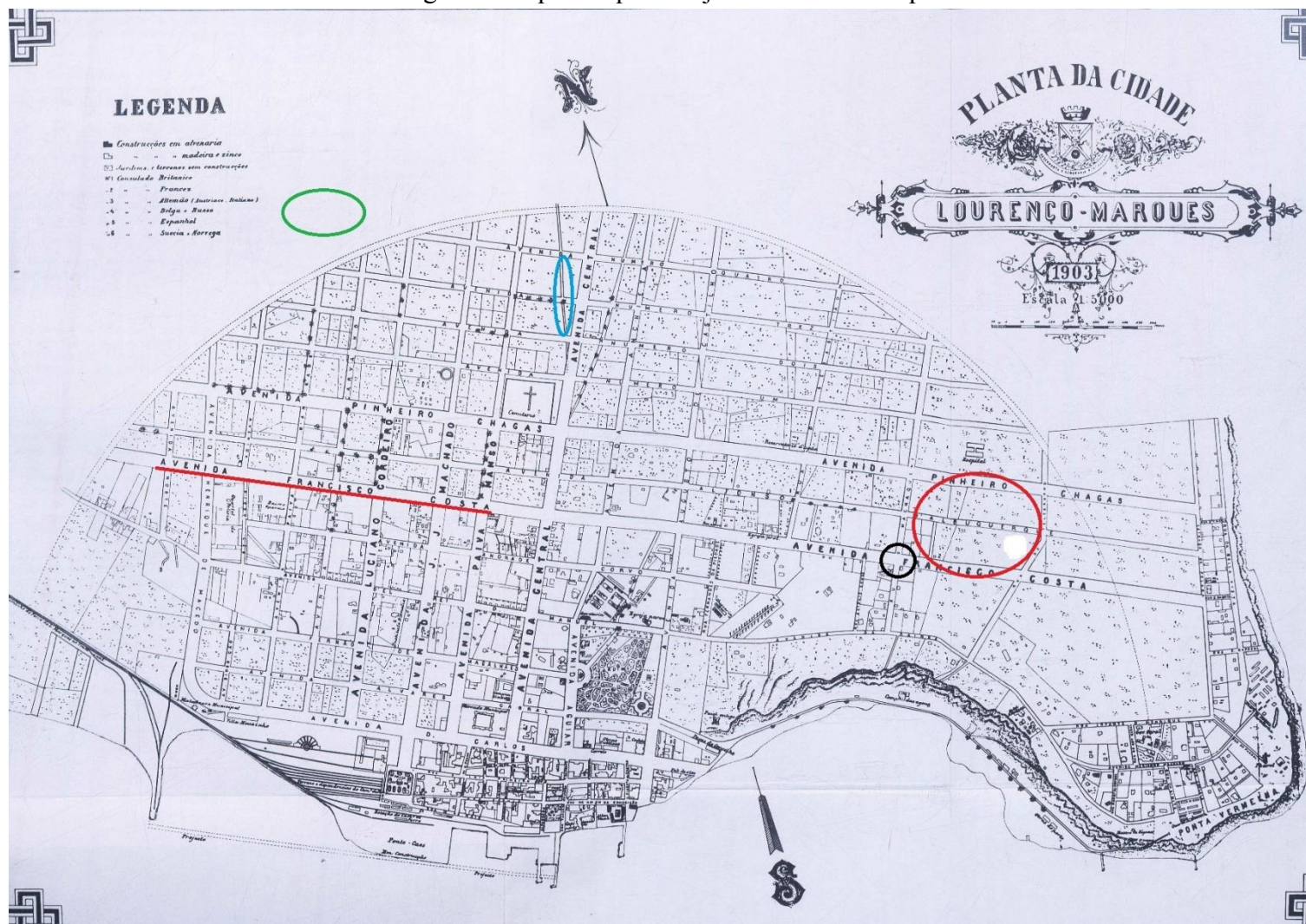
Segundo o periódico, apesar das proibições das manifestações dentro do espaço urbano de Lourenço Marques, não existiriam dúvidas sobre a realização constante de “batuques cafreais [...], não só na cidade alta, como na baixa”, o coração nervoso do perímetro cimentado e aquele considerado mais civilizado da cidade. Argumentou o autor do texto, acusando as autoridades de “consentimento tácito” e “indiferentismo inaudito”, de que não era preciso ir muito longe para se presenciar os “batuques de pretos” que ocorriam em “qualquer cantina da cidade baixa”. Porém, quem mais sofria com os “batuques e toques cafreais desta ordem” seriam os habitantes de Maxaquene, banhados com aqueles sons “de dia, de noite e de toda hora”.⁴⁴

No periódico argumentou-se que, apesar de “terem pago renda, contribuições” os vizinhos das cantinas sofriam um duplo incomodo com os batuques formalmente

⁴⁴ *O Português: Semanário independente, noticioso, literário e comercial – órgão dos interesses das colônias portuguesas*. 03 de abril de 1901. BNP.

proibidos na cidade. Estariam sendo afrontados no que consideravam como os bons costumes que se buscou implementar. Ao mesmo tempo, eram prejudicados no seu momento de descanso, após as “fadigas durante o dia”. Novamente, os mais incomodados com aquilo eram os moradores de Maxaquene, que tinham seus “negócios a tratar na cidade baixa” durante o dia e não estariam conseguindo pregar os olhos de noite, não podendo mais “suportar semelhante pouca vergonha dos tais infernais batuques cafreais, que ali se repetem a todos os estantes”.⁴⁵

A leitura corrente dos periódicos da primeira década do século XX em Lourenço Marques foi de que a ocorrência daqueles “espetáculos” era estapafúrdia dentro dos limites da cidade, causando embaraços para o viver cotidiano de alguns de seus habitantes, principalmente aqueles que não compartilhavam da relevância daquelas práticas sonoras para suas vidas. Assim como *O Distrito* solicitou, três anos depois, *O Português* terminou por pedir “providências energéticas” contra os fatos descritos. A solução imediata defendida para aquele tipo de descabido contra a ordem que se tentava construir para o perímetro urbano de Lourenço Marques era o da expulsão “para o mato onde não incomode ninguém” daqueles que desejavam “fazer batuque”.⁴⁶



A cidade de Lourenço Marques, ao longo da primeira metade do século XX cresceu de uma maneira acelerada. Porém, suas representações gráficas poucas vezes incorporaram os bairros suburbanos onde residiam a maioria esmagadora da mão de obra classificada como indígena. O silenciamento dessa presença restringe de maneira significativa a possibilidade de identificarmos com precisão de algumas zonas suburbanas constantemente referenciadas pela imprensa, como a Munhuana. Ainda assim, acho importante referenciar, dentro do possível, os pontos que correspondem as localizações aproximadas que os jornais citados nesse capítulo identificaram como tendo ocorrido os chamados batuques. O círculo vermelho corresponde ao local dos reclames dos batuques nas cantinas de Maxaquene. O sublinhado vermelho é um realce da localização da Avenida Francisco Costa que o jornal *O Português*, em 1901, identificou a ocorrência de “infernais batuques”. O círculo verde é a localização aproximada da estrada da Zixaxa, onde “raparigas de Maxaquene” se apresentaram em 1912. A estrada ligava o perímetro urbano da cidade as zonas suburbanas de Xipamanine, Munhuana e Mafalala. O círculo verde corresponde a possível localização da estrada de Anguane, onde, em janeiro de 1913, ocorreram batuques apresentados por “belas raparigas dos arredores”. Por último, o círculo preto é referente a reclamação publicada pelo *Lourenço Marques Guardian*, de batuques que ocorriam em frente a algumas cantinas, em 1914. O mapa foi publicado em: REIS, Carlos Santos. *A População de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1973.

O mapa do perímetro urbano de Lourenço Marques de 1903 nos revela a localização da Avenida Afonso Albuquerque, referenciada no *O Distrito*, entre a Avenida Francisco Costa e a Avenida Pinheiro Chagas. Como é possível perceber pelo mapa, por se tratar de uma avenida muito extensa, a menção a proximidade de Maxaquene era importante para localizar espacialmente a ocorrência dos batuques. Olhando o mapa, o bairro ficava localizado à direita da Avenida Central, mais próximo do que aparece referenciado como Ponta Vermelha e do Hospital.

A partir dessas referências posso traçar algumas características importantes a respeito da vivência da maior parcela populacional existente em Lourenço Marques, sobre a representação das práticas culturais dessa população naquele espaço urbano e sobre a própria ocorrência daquilo que convencionou-se chamar de batuque. Contudo, antes disso, é importante explorar o contexto e algumas das características de uma das principais fontes utilizadas pelos historiadores que dedicaram suas pesquisas para analisar o início do século XX em Lourenço Marques: a imprensa.

A cobertura periódica para aquelas práticas que varavam noites tendeu para uma adjetivação quase sempre pejorativa e, sobretudo, racializante, para as cantorias, as danças e os seus participantes/praticantes. Aqueles que se encontravam nos batuques foram constantemente categorizados como os “pretos” ou os “cafresais” e os espetáculos como “infernais”, infames, dignos de protesto. Essas atribuições de valores pouco falam a respeito dessas pessoas ou das características dessas práticas musicais, mas informam muito sobre o meio social no qual foram produzidas as informações que chegaram até os dias atuais.

1.2.1. As letras impressas periódicas, os batuques e seus participantes/praticantes

A imprensa periódica em Moçambique surgiu por meio de um incentivo inicial do governo metropolitano português. O primeiro jornal publicado data-se de 1854. Intitulado *Boletim do Governo de Moçambique*, sua vida, obviamente não homogeneia, foi longa, tendo perdurado até a independência, em 1975. Apesar de possuir seções dedicadas a notícias gerais, sua vocação era de cunho oficial e constituía-se de publicação oficiosa da metrópole a respeito de leis e documentos. A tipografia para a sua impressão foi instalada na então capital, a Ilha de Moçambique, e a mesma tinha suas funções estendidas também para eventuais impressos particulares. O *Boletim* reinou absoluto no meio periodista moçambicano até a década de 1870, quando apareceram jornais particulares tanto na ilha como em Quelimane. Para Lourenço Marques, o primeiro jornal da cidade é datado de 1888. Porém, a cidade logo presenciou o surgimento acelerado de títulos periódicos, especialmente após a virada do século XIX para o XX. O próprio *Boletim*, a partir de 1898, transferiu sua tipografia para Lourenço Marques. O desenvolvimento da imprensa na cidade é um dos indicativos do crescimento de sua importância frente à administração colonial portuguesa.⁴⁷

A partir da leitura dos principais jornais publicados na capital colonial portuguesa em Moçambique, durante as três primeiras décadas do século XX, é possível salientar algumas hipóteses, sejam sobre aspectos tipográficos, dos grupos sociais que aquela imprensa majoritariamente representava ou das temáticas predominantes.⁴⁸ Também encontro em suas páginas indicativos das dificuldades enfrentadas pelos homens de letras que publicavam nos primeiros periódicos existentes em Lourenço Marques. Infelizmente, de jornais como o *Heraldo* e *O Chocarreiro* a Biblioteca Nacional Portuguesa ou o Arquivo Histórico de Moçambique possuem apenas alguns exemplares avulsos. Ainda assim, o que fica evidente ao ler esses poucos volumes é que a tiragem dos mesmos era pequena e, provavelmente, tiveram um curto período de vida. *O Distrito* e *A Tribuna*, por outro lado, foram jornais mais longevos. A própria

⁴⁷ Essa breve narrativa sobre o surgimento da imprensa em Moçambique é baseada no trabalho de síntese desenvolvido por Ilídio Rocha. Ver: ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique. História e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

⁴⁸ Existem poucos trabalhos que abordam a imprensa em Moçambique, de uma maneira ampla, através de um viés historiográfico. Um exemplo dessa bibliografia, que, no entanto, mistura relatos memorialísticos com algumas tímidas abordagens históricas, pode ser encontrado em: RIBEIRO, Fátima & SOPA, António (org.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Associação Moçambicana de Língua Portuguesa: Maputo, 1996. Na presente análise são usados como exemplos, principalmente, os seguintes jornais: *O Português*, *O Progresso*, *O Distrito*, *A Tribuna*, *Lourenço Marques Guardian*, *Heraldo*, *O Chocarreiro*, *O Africano* e *O Brado Africano*.

existência de forma mais completa de suas tiragens em acervos arquivísticos pode ser um indicativo de suas importâncias durante suas existências. Jornais como o *Lourenço Marques Guardian*, *O Português* e *O Progresso* são, provavelmente, os exemplos mais bem-sucedidos da primeira década do século XX.

Fundado em 1905, por um jornalista inglês chamado Arthur William Bayly, que havia se radicado inicialmente na República Bôer do Transval e migrou para Lourenço Marques por conta das consequências da guerra Anglo-Bôer (1899-1902). O *Lourenço Marques Guardian* (1905-1952), durante o período analisado, foi publicado em português e inglês, representando de maneira bastante direta os interesses das camadas europeias da cidade, especialmente de uma crescente população de origem inglesa, sendo exemplar para demonstrar a relação íntima do sul de Moçambique com as colônias vizinhas inglesas.⁴⁹

A preocupação portuguesa com o que chamavam de “olhar estrangeiro” sobre suas ações coloniais na África, considerado uma ameaça a legitimidade da presença e da posse portuguesa sobre seus territórios no continente, foi um tema recorrente na metrópole e também internamente nas coloniais. Para o caso de Lourenço Marques durante o final do século XIX e início do século XX, os interesses ingleses de controle sobre a região eram entendidos como uma ameaça concreta e constante.⁵⁰ O jornal *O Português*, surgido em outubro de 1900, sofreu com essa espécie de paranoia. Seu nome, que remetia a um óbvio apelo aos interesses portugueses na região, não foi suficiente para fazê-lo escapar das garras da autoridade colonial, sendo fechado sumariamente pelo administrador do conselho de Lourenço Marques, em agosto de 1901, após acusações de atos que desmoralizavam a autoridade portuguesa, terminando por auxiliar interesses ingleses.⁵¹ Nas palavras de seus redatores, o jornal sofreu um “Atentado contra a liberdade de imprensa e propriedade alheia”, por conta de uma postura de “Violência e ignorância do administrador do conselho”.⁵²

Contudo, no final de janeiro de 1902, na mesma tipografia onde era impresso *O Português*, e com o mesmo editor chefe, surgiu *O Progresso de Lourenço Marques: Semanário independente, noticioso, literário e comercial – órgão dos interesses das colônias portuguesas*, que perdurou entre os anos de 1902 e 1908. Na primeira

⁴⁹ Ver: ROCHA, Ilídio. Op. Cit. P, 323.

⁵⁰ Nesse sentido, ver: SANTOS, Maria Emília Madeira. “Ultimatum, espaços coloniais e formações políticas africanas”. *África. Revista do CEA - USP*, 16 - 17(1), 1993-1994.

⁵¹ Ver: AHU, DGU, Processo sobre a apreensão do jornal “O Português”, 1ª Repartição, 1ª Seção, Caixa 1322, Correspondência, 1902.

⁵² *O Português*, 28 de agosto de 1901. BNP.

publicação d'*O Progresso* fica evidente que a mudança de nome não significou, necessariamente, uma mudança imediata de postura com relação à linha editorial do jornal anterior. Tal continuidade pode ser atestada com a decisão de enviar edições do novo jornal para aqueles leitores que já haviam pago a assinatura d'*O Português*, quando o mesmo foi empastelado pelo governo.⁵³

Esse não parece ter sido o único caso de mudança de nome sem, necessariamente, uma transformação no conteúdo ou nos próprios produtores daquelas informações. Essa prática representou muito mais uma tática da imprensa da época para burlar a tentativa de censura implementada pelos diversos setores da administração colonial e, ao mesmo tempo, um indicativo das características econômicas/financeiras desses primeiros empreendimentos das letras periódicas em Lourenço Marques. Como explica Ilídio Rocha, publicar “jornais com títulos diferentes, ligeiramente iguais ou mesmo iguais, como números únicos ou como números programa, em substituição dos que estavam suspensos ou que aguardavam habilitação foi um expediente muito usado”⁵⁴ até 1926, quando da criação da Lei João Belo, que passou a exigir um diretor com título universitário para cada jornal.

Assumir a liderança de um jornal em Lourenço Marques não pareceu ter sido uma empreitada muito fácil ou corriqueira. Primeiramente, seus proprietários e/ou editores correram o risco de serem processados por conta de seus questionamentos sobre a administração colonial. Segundo, os homens que encabeçaram essas iniciativas correram riscos econômicos significativos, pois, apesar das diversas páginas dedicadas a publicidade, dificilmente obtinham lucros com suas publicações. Segundo relatório publicado pelo *O Progresso*, seu antecessor havia sofrido um prejuízo significativo em suas finanças.⁵⁵ O jornal *A Tribuna*, por sua vez, precisou solicitar emprestada a máquina de impressão do jornal *O Futuro*, em 23 de dezembro de 1907. A sua encontrava-se em concerto por conta do “muito uso”.⁵⁶ Provavelmente a máquina nunca foi concertada. Poucos dias depois, mais precisamente no dia 30 de dezembro de 1907, o jornal encerrou suas atividades com a publicação do seu um último número.

Segundo o levantamento realizado por Ilídio Rocha, entre 1900 e 1930, chegaram a existir períodos com mais de 40 títulos circulando por Lourenço Marques.⁵⁷

⁵³ *O Progresso*, 26 de janeiro de 1902. BNP.

⁵⁴ ROCHA, Ilídio. Op. Cit., p. 50.

⁵⁵ *O Progresso*, 15 de maio de 1902. BNP.

⁵⁶ *A Tribuna*, 23 de dezembro de 1907. BNP.

⁵⁷ ROCHA, Ilídio. Op. Cit., pp. 223-224.

Apesar de efêmeros, na sua maioria, essa proliferação demonstra, por um lado, um processo de amadurecimento da empresa periodista na cidade, que através de diferentes experiências, adotou mecanismos de produção cada vez menos amadores nas suas publicações. Por outro lado, revelam um imbricado meio social, onde diferentes interesses se sobrepujavam e buscavam apresentar suas opiniões e demandas através das páginas da imprensa. Tais jornais tinham uma importância evidente naquela sociedade de Lourenço Marques que via com obstinação a necessidade de afirmar o seu caráter de progresso civilizacional. Nesse sentido, muitos dos fatos que foram transformados em notícias foram aqueles relacionados a vida dos membros das elites locais, tendendo constantemente para a defesa dos interesses portugueses na região. Isso não quer dizer que eram completamente defensores dessa atuação na África. Adotando uma postura por vezes contraditória, mas não excludente, os periódicos das três primeiras décadas do século XX buscaram, por um lado, demonstrar a capacidade de Portugal em assumir o compromisso civilizacional que exorou ser capaz de cumprir. Por outro lado, não deixaram de denunciar arbitrariedades realizadas por empregadores privados ou administradores coloniais contra as populações nativas e a ineficácia das políticas metropolitanas para a região.

Com relação aos produtores e consumidores desse conteúdo, tudo indica que seus idealizadores foram, majoritariamente, de origem europeia, chegados relativamente há poucos anos em Lourenço Marques, que, apesar de advogarem para si uma postura de independência em relação aos partidos políticos, dedicaram especial atenção em suas páginas as questões relacionadas à política oficial colonial portuguesa. *O Distrito*, por exemplo, reforçou essa postura em seu editorial de apresentação. Em seu primeiro número afirmou aos leitores que “não vimos fazer política, não faremos propaganda”, deixando a cargo do público a avaliação da “conduta do [...] jornal” e se o mesmo mereceria “confiança, ou antes se é digno de sua proteção”.⁵⁸ Esse posicionamento levou a afirmações que reforçavam um pertencimento a nação e a pátria portuguesa, construindo uma marcação de diferença em relação as populações locais e uma semelhança aos europeus. Ao mesmo tempo, essa postura pode ser lida como uma forma de proteger o empreendimento jornalístico de possíveis intervenções da administração colonial sob acusações de que seus ataques a mesma significariam uma

⁵⁸ *O Distrito*, 07 de abril de 1904. BNP.

postura emancipatória ou um sinal de apoio aos interesses coloniais de outras potências europeias na região.

No entanto, existiram aqueles que se diferenciavam dessa origem. *O Português*, por exemplo, seria apoiado por parcelas da população não-branca de Lourenço Marques. A postura do Governador Geral de Moçambique, em 1902, quando das reivindicações contrárias ao fechamento sumário do jornal, demonstram um grupo muito plural de não-brancos dando apoio ao periódico. Essa característica parece ter sido fundamental para a adoção de uma postura que menosprezava essas camadas populacionais como dignas ou com capacidade para pressionarem o Estado colonial em prol de suas demandas por meio do jornal. No encaminhamento enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, o então governador afirmou com desdém que referente “a importância das representações apenas direi a V. Ex^a que segundo informação do administrador do concelho de Lourenço Marques, figuram entre os signatários diversos pretos, chins e monhés e nenhum negociante de importância”.⁵⁹ Como *O Progresso*, surgido logo em seguida ao fechamento do *O Português*, manteve as características de seu predecessor, é plausível supor que até 1908, quando do encerramento das atividades do *O Progresso*, aquele continuou a ser o principal e, provavelmente, o único espaço no meio periodista para “pretos, chins e monhés” apresentarem suas reivindicações.

Naquele mesmo ano de 1908, mais precisamente em dezembro, surgiu o jornal *O Africano*. Tendo uma vida atribulada em 1909, deixando de ser publicado no ano seguinte e retornando em 1911 com força que perdurou por muitos anos, sendo propriedade do Grêmio Africano de Lourenço Marques até ser vendido para o padre Vicente de Sacramento, em 1918, o jornal tinha como importante diferencial dentro do meio periodista laurentino a origem social dos seus produtores. Os irmãos José e João Albasini, conjuntamente com Estácio Dias, foram alguns dos principais idealizadores do Grêmio e fundadores dos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, seu sucessor direto no campo das ideias. Ambos os periódicos e, sobretudo, João Albasini, o irmão mais atuante na imprensa e no cenário político moçambicano no início do século XX, são

⁵⁹ AHU, DGU, Processo sobre a apreensão do jornal “O Português”, 1ª Repartição, 1ª Seção, Caixa 1322, Correspondência, 1902. Carta do Governador Geral de Moçambique ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 25 de janeiro de 1902.

largamente estudados pela bibliografia, tanto como fonte, quanto como objeto de análise.⁶⁰

Num contexto mais amplo de diálogo entre as publicações jornalísticas existentes no meio laurentino das três primeiras décadas do século XX, *O Africano* surgiu exatamente durante um período onde jornais semanários como *O Intransigente*, criado na segunda metade de 1911, satirizavam a capacidade de indivíduos como aqueles que faziam parte do Grêmio Africano de Lourenço Marques de atuarem politicamente no cenário colonial moçambicano.

Tendo uma vida curta, o semanário *O Intransigente* não aparenta ter exibido nenhuma característica especialmente inovadora em relação aos demais impressos periódicos circulantes pela cidade no início do século XX.⁶¹ Porém, provavelmente com o objetivo de alavancar suas vendas, em dezembro de seu primeiro ano lançou um suplemento de cunho humorístico. Ele trazia na sua edição inaugural um programa simples: “Rir, sempre rir”.⁶² Prometendo publicar as melhores piadas, anedotas e pequenas histórias satíricas, o impresso também assegurou trazer, a cada lançamento, charges que representassem figuras consideradas típicas do meio laurentino. Logo na primeira edição, o “vertical cá da terra” escolhido para ser caricaturado era o do que aparenta ser um homem negro, vestindo um fraque, com sapatos e chapéu. Desenhado de maneira a aparentar estar desajeitado dentro daquela vestimenta, o personagem era descrito como possuidor de uma boca grande demais para os padrões de beleza, um

⁶⁰ Como alguns exemplos de estudos centrados principalmente na atuação dessa imprensa, ver: ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1988; RIBEIRO, Fátima; SOPA, António (org.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Associação Moçambicana de Língua Portuguesa: Maputo. 1996; PENVENNE, Jeanne Marie. “João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique”. *Journal of African History*, v. 37, n. 3, 1996, p. 419-464; HOHLFELDT, Antonio & GRABAUSKA, Fernanda. “Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão”. In: *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, nº 1, 2010, pp. 195-214; PEREIRA, Matheus Serva. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha. Propaganda e cotidiano nas páginas de O Africano (1909-1919)”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. (Org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013; BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014. Existe uma discussão a respeito do fato de João Albasini ser ou não um dos pais da literatura moçambicana. Nesse sentido, ver: LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995; para uma visão controversa sobre o tema, ver: ALBUQUERQUE, Orlando de; MOTTA, José Ferra. *História da literatura em Moçambique*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1998.

⁶¹ Infelizmente, a Biblioteca Nacional de Portugal possui apenas dois exemplares completos do jornal. O primeiro deles é datado de outubro de 1911, o segundo é um número especial referente às comemorações do aniversário da proclamação da República em Portugal, de setembro de 1911. Ver: *O Intransigente*. 05 de setembro de 1911. BNP. No Arquivo Histórico de Moçambique, lamentavelmente por conta das péssimas condições que encontrei, no segundo semestre de 2014, no antigo prédio do arquivo, localizado na Avenida Felipe Samuel Magaia, na qual se encontram os periódicos em posse do mesmo, não pude ter acesso aos exemplares do *O Intransigente* que poderiam existir naquele arquivo.

⁶² *O Intransigente: suplemento humorístico e ilustrado*: 14 de dezembro de 1911. BNP.

“beijo a mais”, e, associado à essa característica estética, uma deficiência na sua inteligência, “miolo a menos”, remetendo-o a uma postura simiesca⁶³

O vertical cá da terra



BEIÇO A MAIS, MIOLO A MENOS...

“O vertical cá da terra. Beijo a mais, miolo a menos...”. In: *O Intransigente: suplemento humorístico e ilustrado*: 14 de dezembro de 1911. BNP. Descrever personagens que seriam típicos da cidade de forma satírica, as vezes apelando para formas que depreciavam a figura detalhada, foi tema recorrente na imprensa laurentina. Outros jornais fizeram isso, como *O Brado Africano*, nos anos 1920. Um exemplo pode ser visto, em: *O Brado Africano*, 30 de julho de 1921. WNA. Para além disso, as caricaturas de negros com lábios grossos, orelhas proeminentes e características simiescas está diretamente ligada a história do racismo e, mais especificamente, do racismo científico surgido no século XIX. Esse modelo de caricaturizar a população negra incorporou referências da frenologia e de outras ciências da racialização. Como exemplo que demonstra que essas características circularam por diversos continentes nesse mesmo período que *O Intransigente* publicou sua charge, ver: ALMEIDA, Silvia Capanema & SILVA, Rogério Sousa. “Do (in)visível ao risível: o negro e a ‘raça nacional’ na criação caricatural da Primeira República”. In: *Estudos Históricas*. Vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: FGV, Jul/Dez, 2013.

No suplemento humorístico d’*O Intransigente* não foi realizada uma associação direta e explícita da sua sátira cartunista com algo que estaria representando abertamente um homem negro. No entanto, em conjunto com a caracterização do personagem como alguém possuidor de um traço físico considerado marcante dessa população e ao utilizar a expressão “cá da terra”, fica aberta a possibilidade de fazermos uma associação do desenho àqueles homens responsáveis pela fundação do Grêmio Africano de Lourenço Marques e produtores de jornais, como *O Africano* e *O Brado Africano*, que se autodesignavam como filhos da terra.⁶⁴ O suplemento humorístico, ao mesmo tempo em que espelhou, também construiu e reforçou uma noção pejorativa sobre as populações negras/africanas como um todo, especialmente aquelas que se

⁶³ *O Intransigente: suplemento humorístico e ilustrado*: 14 de dezembro de 1911. BNP.

⁶⁴ O nome dado ao grupo social que havia fundado e compunha o Grêmio Africano de Lourenço Marques, *O Africano* e *O Brado Africano*, assim como suas principais características, continua sendo tema de inúmeros debates. Para maiores detalhes, ver: MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997; ZAMPARONNI, Valdemir. Op. Cit. 1998; ROCHA, Aurélio. Op. Cit. 2002; THOMAZ, Fernanda. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Niterói: dissertação de Mestrado, UFF, 2008.

encontravam no limiar das classificações hierarquizantes impostas pelo colonialismo português e encontravam no mundo urbano de Lourenço Marques um local propício para desenvolver um movimento de lusco-fusco cultural iniciado pela dominação portuguesa na região.⁶⁵

Quando de seu surgimento enquanto associação, os membros do Grêmio Africano de Lourenço Marques buscaram se afirmar como um grupo homogêneo que produziu sua união a partir de uma identidade racial única, inclusive em oposição a posicionamentos como o exemplificado pela charge d'*O Intransigente*. No entanto, a partir da década de 1920, questões internas ligadas às clivagens de origem socioeconômica e cultural que se materializavam em disputas raciais internas da associação, deram origem a dissidências. As experiências de discriminação dentro dos espaços e momentos de convívio social do Grêmio foram destacadas por Raúl Bernardo Honwana como um dos principais motivos para essas dissidências. Seu relato de frustração durante os bailes de sua juventude apresenta clivagens de cunho racial existentes dentro daqueles que se autodenominavam filhos da terra:

Quando chegou a altura de eu e outros jovens fazermos vida associativa, inscrevíamo-nos na única agremiação que então existia para nós, o Grêmio Africano. Eu fui assinante de *O Brado Africano*, do qual era também colaborador. Porém, quando chegava altura dos bailes e das festas, as raparigas, na sua maioria mistas, recusavam-se a dançar conosco, os pretos. Havia, portanto, participação intelectual, se posso assim dizer, mas não integração social. Nós quase nos tornamos numa associação dentro do próprio Grêmio.⁶⁶

A primeira cisão institucional, que durou um curto período de tempo, ocorreu com a fundação do Congresso Nacional Africano, formado por membros negros não católicos do Grêmio, sobretudo maometanos e protestantes, insatisfeitos com os rumos da agremiação.⁶⁷ Novamente segundo as memórias de Honwana, “no Grêmio Africano se tinha instalado a ideia de que os mistos queriam dominar os pretos ou pelo menos estes assim o entenderam”.⁶⁸ Por esse motivo resolveram constituir uma associação própria. O dismantelamento da unidade existente no início do século XX desse grupo social encontrou uma segunda cisão, quando foi fundado, em 1932, o Instituto

⁶⁵ É interessante notar a existência de um diálogo entre os processos de construção das “cores locais” e questões mais gerais em torno da racialização produzida pelo pensamento colonial português. Nesse sentido, ver: CASTRO HENRIQUE, Isabel. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1997.

⁶⁶ HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias*. Maputo: Marimbique, 2010, p. 101.

⁶⁷ THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.*, p. 80.

⁶⁸ HONWANA, Raúl Bernardo. *Op. Cit.*, p. 99.

Negrófilo. Apoiado por importantes membros do governo colonial, o instituto teria adotado uma atitude menos agressiva em relação às posturas de segregação desenvolvidas pelo colonialismo português e agregado um número maior de membros junto à maioria negra.⁶⁹ Porém, apesar de se beneficiar dessas cisões, a fragmentação das organizações nativistas não deve ser vista apenas como uma consequência das interferências da administração colonial. Seus conflitos internos, na maioria das vezes, se manifestavam de maneira independente dos interesses coloniais diretos e representavam uma competição entre grupos em busca de uma representatividade na sociedade colonial.⁷⁰

De maneira geral, os estudos a respeito da atuação desses homens, que se auto designavam, majoritariamente, como filhos da terra e, conseqüentemente, dos meios que utilizaram para se organizarem e produzirem suas reivindicações frente ao Estado colonial, deram ênfase as ambiguidades que emanavam em seus discursos. Colocando-se estrategicamente num pendulo que ia, por um lado, para uma identificação enquanto “nós negros/africanos/indígenas” e, por outro lado, para “nós portugueses/civilizados”, buscaram através de um gesto retórico que usava da língua portuguesa, mas também de línguas locais, como o ronga, “dirigir cobranças ao colono e convocar o africano a exigir seus direitos”, tendo como efeito “fazer com que um se coloque no lugar do outro, mas também posiciona[ndo] a elite intelectual não-branca no centro de um conflito do qual ela será [ou melhor, pretendia ser] porta-voz”.⁷¹

De uma maneira geral, o campo de publicações diárias em Lourenço Marques nesse início de século XX revela um diálogo que ajuda a complexificar algumas questões, abrindo novas possibilidades de análise e sendo capaz de demonstrar como a própria imprensa rapidamente tornou-se um importante agente social no contexto de consolidação das forças coloniais portuguesas no sul de Moçambique. Uma das maiores dificuldades encontradas por aqueles que se embrenharam em análises acadêmicas utilizando-se das letras impressas nesse período é a de conseguir identificar as identidades pelas quais poderiam responder os indivíduos que aparecem referenciados nos jornais laurentinos.

⁶⁹ ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p. 515.

⁷⁰ Nesse sentido, ver: ROCHA, Aurélio. Op. Cit., p.376-377; ou MENDONÇA, Fátima. “Dos confrontos ideológicos na imprensa em Moçambique”. In: BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. Op. Cit. 2014, p.27.

⁷¹ BRAGA-PINTO, Cesar. “João Albasini e o olhar estrábico de *O Africano*”. In: BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. Op. Cit. 2014, p.53.

No bairro da Munhuana, subúrbio de Lourenço Marques, por exemplo, em 1909, o jornal *O Africano*, naquela época com o subtítulo de *Quinzenário noticioso e de propaganda da instrução*, publicou uma pequena nota com o título de “Batuques”, onde protestou “contra o barulho ensurdecedor que uns sujeitos macuas e em nome de uma religião [...] fazem a noite na Munhuana”.⁷² Ao longo de todo esse período, os periódicos utilizaram diferentes termos para definir a população negra/africana da cidade. Aparecem termos variados, sendo os mais comuns deles aqueles de cunho racializantes, como negro ou preto, por vezes somados ao de caráter mais oficial, como indígena. Noutros momentos, foram utilizados termos que remetiam a designações étnicas mais específicas, mas que ainda assim careciam em larga medida de precisão, como os vátuas, os landins ou os macuas.

A limitação das nomenclaturas utilizadas para definir aquilo que pretendia-se nomear pode ser vista em paralelo com o emprego a respeito da denominação macua usada pela imprensa laurentina das primeiras décadas do século XX. A utilização de uma designação mais específica para nomear aqueles que estavam praticando os batuques no subúrbio não necessariamente significou uma postura anticolonial de negação da categorização das populações nativas dentro das categorias coloniais. Assim como não significou uma melhor definição dessas populações dentro de categorias de autopertencimento. De maneira sistemática, a alcunha “macua” foi utilizada de forma pejorativa para descrever atos cometidos por indivíduos que perpetravam furtos a residências e/ou outros crimes que ocorriam pelas estradas, ruas e becos de Lourenço Marques.

O jornal *O Português*, em novembro de 1900, por exemplo, noticiou o caso em que “dois macuas armados de machados” tentaram furtar uma casa. Sem sucesso, acabaram sendo perseguidos pelos moradores da residência ao longo da Av. Central e da Av. Francisco Costa.⁷³ Alguns anos depois, *O Progresso*, sucessor direto do *O Português*, continuou reclamando a respeito da impunidade “nas suas proezas” de uma “horda de salteadores macuas”.⁷⁴ O jornal utilizou o temo macua para se referir a ação de diferentes sujeitos na perpetração de variados crimes e os responsabilizou por “quase

⁷² *O Africano*, 23 de dezembro de 1909. World Newspaper Archive (doravante, WNA). As sociedades macuas estariam localizadas no norte de Moçambique, principalmente na região de Angoche. Sobre a o estabelecimento das relações dessas comunidades com o colonialismo português, durante o início da colonização, ver: MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: USP, 2012.

⁷³ *O Português*, 17 de novembro de 1900. BNP.

⁷⁴ *O Progresso*, 28 de agosto de 1902. BNP.

todas as noites” fazerem “batusques e descantes de ensurdecer os ouvidos”.⁷⁵ No ano seguinte, os “malditos e infernais batusques” não eram mais correlacionados aos chamados macuas. Mas, mesmo sem a presença desses, os finais de semana no bairro suburbano de Machaquene continuavam banhados pelos sons e danças daqueles “divertimentos”.⁷⁶

Por seu turno, em abril de 1904, *O Distrito* buscou complexificar a utilização da alcunha macua como bodes-expiatórios dos crimes ocorridos em Lourenço Marques. Sua interpretação foi de que parecia ser muito simples “abrir-se a cabeça a qualquer cidadão na volta de uma esquina, e no dia seguinte lá estão os macuas para responderem pelas tratantadas dos outros”.⁷⁷ No entanto, essa postura não durou muito tempo. Em setembro daquele mesmo ano o jornal passou a corroborar com as posturas dos periódicos correntes, afirmando categoricamente que a “maior parte dos ladrões são macuas, e bom seria evitar tanto quanto possível a entrada desta raça na cidade”.⁷⁸

Quando da notícia dos batusques dada, em 1909, pelo *O Africano*, a associação dos supostos macuas existentes nos subúrbios de Lourenço Marques com práticas religiosas não católicas também não era inédita. Ao relatar as peripécias de Afai, um “macua que assassinou um preto na estrada de Anguane”, *O Progresso* publicou que teriam ouvido o mesmo afirmar que “Preto não é gente – é bicho. E português, inglês e francês também não é gente. Gente é só mouro, esse sim; esse que é gente”. A conclusão do periódico era de que todos os “macuas são mais ou menos dominados pelo fanatismo religioso do alcorão, que só considera filhos de Deus os sectários de Maomé”.⁷⁹ Em edições anteriores aquela em que *O Africano* reclamou de batusques realizados por supostos macuas, apesar de não usar a palavra batusque, o jornal havia chamado a atenção para o “barulho de ensurdecer” que era feito numa casa na Munhuana. Novamente afirmando que lá se reuniam “dezenas de macuas”, assegurou que aquilo que escutavam era uma “reza muçulmana, para a propaganda da religião Maometana” e que só serviria como “pretexto para a vidinha ociosa” que atrapalhava a colonização, pois aquilo terminava por “desviar o indígena da civilização portuguesa”.⁸⁰

O jornal *O Africano* reclamou de maneira constante da presença do islamismo proclamado pelos chamados macuas, nos subúrbios de Lourenço Marques. Chegou a

⁷⁵ *O Progresso*, 21 de janeiro de 1903. BNP.

⁷⁶ *O Progresso*, 16 de junho de 1904. BNP.

⁷⁷ *O Distrito*, 07 de abril de 1904. BNP.

⁷⁸ *O Distrito*, 05 de setembro de 1904. BNP. Ver, também, 23 de abril de 1904

⁷⁹ *O Progresso*, 04 de setembro de 1902. BNP.

⁸⁰ *O Africano*, 22 de maio de 1909. WNA.

solicitar, inclusive, a atuação da repressão policial sobre os praticantes dessa religião na cidade.⁸¹ Posteriormente, essas posturas foram mantidas. Para o *Brado Africano*, a solução para “tão incômodos batuques”, como um que havia gerado uma “pancadaria grossa entre macuas” num domingo de outubro de 1920 na Munhuana, era colocar cobro com aquelas manifestações “pelo menos de noite [...], [com a utilização de] alguns soldados a cavalo”.⁸²

Infelizmente, os censos existentes para esse período não dão conta de uma possível composição étnica da população negra/africana existente em Lourenço Marques. Os dados estatísticos existentes a respeito da composição da população de Lourenço Marques para o final do século XIX e início do século XX são escassos e imprecisos. Para o período entre 1890-1940, foi possível encontrar diferentes tentativas de recenseamento dessa população. Todos os dados produzidos durante esse período precisam ser questionados, como revelam correspondências datadas de 1902. Naquele ano ocorreu a tentativa de elaboração de mapas estatísticos da população de diversos distritos de Moçambique. Ao remeter os mapas para Portugal, o Secretário Geral em Lourenço Marques informou que alguns dos mapas que iam em branco encontravam-se assim porque não havia sido “possível preenche-los por absoluta falta de elementos necessários para isso”.⁸³

Ainda assim, é importante nos ater a percepção de que os critérios de categorização das populações nativas tenderam a produzir uma leitura racializante dos habitantes da cidade que refletia as tendências classificatórias do pensamento colonial corrente. Em geral, os dados censitários da população de Lourenço Marques dividiram seus habitantes entre europeus/brancos, asiáticos/amarelos e africanos/negros, por vezes adotando classificações que englobavam também indivíduos que pudessem ser designados como indianos e/ou mistos. Para o censo de 1894, por exemplo, as estatísticas portuguesas previram como tipos somáticos as categorias de “amarelo, branco, indiano misto e negro”.⁸⁴ Alguns anos depois, segundo um mapa da população de Lourenço Marques produzido pela seção de estatísticas da Secretaria Geral do Governo de Moçambique, referido a 31 de dezembro de 1897, a cidade possuiria um total de 4.902 habitantes. Essa população foi dividida de acordo com sua

⁸¹ Ver, dentre outros, as edições: *O Africano*, 16 de agosto de 1909, 09 de setembro de 1909 e 21 de agosto de 1915. WNA.

⁸² *O Brado Africano*, 23 de outubro de 1920. WNA.

⁸³ AHU, DGU, 3ª Repartição, Caixa 1644, 1900.

⁸⁴ REIS, Carlos Santos. *A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1973, p.33.

“nacionalidade”, listando, ao todo, 22 países. A categoria “nacionalidade” subdividia-se na categoria “raças”, que, por sua vez, foram separadas entre “europeus e americanos”, “asiáticos” e “africanos”. Do total de 4.902 habitantes, 2.242 eram “europeus”, 913 “asiáticos” e 1.747 “africanos”.⁸⁵ Dez anos depois, foi estimado no Boletim Oficial uma população total para a cidade de 9.849 habitantes. Nesse curto período de tempo, os “europeus” deixaram de ser a maioria, correspondendo a cerca de 48% da população.⁸⁶ Segundo o censo realizado em dezembro de 1912 a população de Lourenço Marques, englobando inclusive seus subúrbios, já atingia a marca de 26.079 habitantes. Esse total foi dividido no recenseamento de 1912 entre africanos e não-africanos, sendo que o segundo critério era subdividido entre europeus e asiáticos/mistos.⁸⁷ Cerca de trinta anos depois, em 1930, de um total de 37 mil habitantes, a população negra/africana da cidade foi estimada em 28 mil indivíduos provenientes de diferentes distritos de Moçambique. No entanto, novamente nenhuma referência a uma possível composição étnica foi apresentada.⁸⁸ Sendo assim, não sou capaz de averiguar a efetiva presença de grupos com uma possível designação étnica macua como membros importantes dessa camada populacional suburbana.

Como explica Patrick Harries, uma parte importante do processo de modernização na África implementado pela conquista Imperial dizia respeito a classificação de detalhes em unidades organizadas homogeneizadoras da diversidade e que buscaram racionalizar aquele mundo dentro das estruturas do pensamento europeu de então. Baseados nessa forma de ver o mundo, linguistas, etnógrafos e tantos outros adeptos das ciências coloniais, classificaram os africanos em diferentes grupos étnicos que refletiam, por vezes, mais uma produção do discurso europeu do século XIX/XX, do que um reflexo das realidades locais.⁸⁹ Para o caso dos macuas em Lourenço Marques, o que é possível afirmar é que essa designação empregada pelos jornais pareceu servir para indicar qualquer muçulmano de origem africana e, num sentido mais

⁸⁵ AHU, DGU, 3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas.

⁸⁶ Números extraídos do *Boletim Oficial*, nº 48 de 1904, que informava existirem 4.691 europeus na cidade.

⁸⁷ RITA-FERREIRA, António. OP. Cit., 1967/1968, p. 223. Ver, também: *Recenseamento da População e das Habitações da Cidade de Lourenço Marques e seus Subúrbios: referidos a 1º de dezembro de 1912*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1913.

⁸⁸ ROCHA, Aurélio. Op. Cit., p.114.

⁸⁹ HARRIES, Patrick. “The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in South-East Africa”. In: *African affairs*, Vol. 87, nº 346 (jan. 188), pp.25-52. Sobre o norte de Moçambique, seus grupos nativos e suas relações com o poder durante o colonialismo e no pós-colonialismo, ver: WEST, Harry G. *Kupilikula. O poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

lato, muitas vezes foi empregado para acusar qualquer indivíduo que poderia ser classificado como indígena que, migrado para a cidade, não seguia os padrões de comportamento que os meios periódicos entendiam como civilizado para aquelas paragens.



Na esquerda: “A ‘Mafalala’. Dança cafre de Moçambique”. Na direita: “The ‘M’Shongola’. Dança cafre (Bakonga) da Baía de Delagoa”. In: J. & M. Lazarus. *A Souvenir of Lourenço Marques. An album of views of the town*. Lourenço Marques: Tabler & Co., 1901, p.41 e 42. No original: “The ‘Mafalala’. Mozambique Kafirs Dance” e “The ‘M’Shongola’. Delagoa Bay Kafirs’ (Bakonga) dance”. Os irmãos Joseph e Moses Lazarus foram, provavelmente, os primeiros a registrar e comercializar em fotografias a cidade de Lourenço Marques (para os ingleses: “Delagoa Bay”). Apesar dos fotógrafos não especificarem o local onde essas imagens foram produzidas, a pequena casa na direita, ao fundo, indica que ambas parecem ter sido realizadas no mesmo local. Do lado esquerdo, aparentemente posando para a foto e vestindo roupas que se assemelham as dos membros da religião muçulmana, posso supor que temos um registro único do que os jornais do início do século XX publicados em Lourenço Marques insistiram em caracterizar de maneira pejorativa como um batuque realizado pelos macuas. Esses são, provavelmente, homens semelhantes aqueles que, em 1909, saíram numa noite de sexta-feira “com cantorias e berros de ‘há-há-há-há’ satisfazendo uns preceitos da religião maometana”. In: *O Africano*, 16 de agosto de 1909. WNA. Do lado direito, temos algo completamente diferente, mas que para o olhar e para a audição dos periódicos laurentinos daquele contexto foi designado pelo mesmo termo empregado para descrever a imagem da direita: batuque. Assemelhando-se a outras formas de dança e música que eram comuns entre populações nativas do sul de Moçambique, a imagem da esquerda parece apresentar algo que ficou comumente conhecido no linguajar colonial português como um “batuque de guerra”, onde homens e, às vezes, mulheres, interpretavam, com suas armas em mãos, aspectos das batalhas em que se viram envolvidos ou questões relacionadas a vida cotidiana da comunidade. Sobre as comunidades muçulmanas em Moçambique, ver: MACAGNO, Lourenço. *Outros Muçulmanos. Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006. Sobre o trabalho dos irmãos Lazarus na região, ver: SANTANA, Noeme. “Olhares britânicos: visualizar Lourenço Marques na ótica de J and M Lazarus, 1899-1908”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.) *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

Nesse sentido, existiu uma semelhança compartilhada de uma visão sobre as reuniões ao som de danças e músicas por “pretas, pretos” nas cantinas e esquinas de Lourenço Marques, assim como a designação do que viam com o genérico nome de batuque, independente da origem de seus produtores, do público que pretendiam alcançar ou dos objetivos políticos vinculados a suas folhas impressas. Essas visões análogas propaladas sobre os batuques reforçam uma continuidade na postura dos periódicos a respeito da relação de seus produtores com formas de pensamento que estavam a todo momento numa afinidade ambígua com o colonialismo português na região, assim como com a sua relação conflitiva com formas de vida predominantemente rurais que passavam a transformar-se ao transloucarem-se para um novo contexto urbano. Essas características demonstram como existe uma possibilidade de que a própria utilização do termo macua, em detrimento da designação de indígena ou assimilado, por parte dos jornais produzidos pelos membros do Grêmio Africano, possa ser uma atitude por parte desses homens de recusa a adotar de maneira indiscriminada as formas de nomenclatura homogeneizadoras criadas pelo colonialismo português. No entanto, ao mesmo tempo, nas notas publicadas pelo *O Africano* e pelo *O Brado Africano* o termo batuque continuou sendo usado de modo versátil para definir de maneira homogênea as diferentes manifestações culturais observadas por sujeitos de fora dessas práticas.

1.2.2. Uma geografia dos batuques em Lourenço Marques

Mesmo podendo perceber, em comparação com os demais periódicos da época, variações mais amplas dentro das diferentes manifestações de dança e música que o genérico termo batuque poderia englobar, as descrições produzidas pelos jornais dos irmãos Albasini e, conseqüentemente, da camada social que o jornal representava, demonstram a sua relação íntima com a construção de um espaço urbano laurentino que exigia a adoção de comportamentos e códigos de apresentação, que “moldavam estilos de vida e reforçavam processos de diferenciação social e dominação simbólica”.⁹⁰ Em 1914, João Albasini afirmou que nas cantinas e dependências existentes na Munhuana, bastava o “ligeiro esforço de abrir os olhos” para ver que “dançava-se rebolados batuques salientando o posterior, desconjuntando os quadris nuns movimentos eróticos

⁹⁰ DOMINGOS, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, p.398.

‘de fazer babar um morto’”.⁹¹ Num sentido lato, a descrição de Munhuana enquanto terra “dos vícios e dos batuques”,⁹² palavras usadas por Albasini, demonstra, por um lado, o incomodo causado pela presença de práticas culturais interpretadas enquanto fora do lugar dentro do mundo urbano, precisamente por serem entendidas como incivilizadas e símbolo de um atraso. Por outro lado, a despeito dos protestos, faziam parte da cultura da cidade ao mesclar-se com novas situações sociais onde elementos fundamentais da experiência colonial aparecem em destaque, servindo como mecanismo de adaptação ao espaço urbano e adquirindo uma função de sociabilidade desses novos moradores.

Em outro texto, ainda em 1914, João Albasini, agora utilizando-se do pseudônimo de Chico das Pegas, conta que numa caminhada, retornando da Munhuana, com “as mãos nos bolsos regressava [...], farto de poeira, moído de cansaço”, terminou por ficar com “a cabeça cheia do barulho infernal dos tambores de Quelimanes e outros narros que tornam a vida detestável nos subúrbios”.⁹³ A todo momento os jornais insistiram em demarcar regiões onde mais ocorriam aqueles encontros, regados por apresentações musicais e dançantes que foram rapidamente homogeneizadas pelo emprego do termo batuque para descreve-las. A alusão aos bairros da Munhuana ou de Maxaquene são importantes para percebermos como o processo de expansão da estrutura urbana cimentada da cidade para locais anteriormente desocupados ou ocupados por populações nativas, veio acompanhada de um processo de expulsão desses indivíduos e pela fixação de novos moradores.

No entanto, é perceptível a não linearidade desse processo. Os novos hábitos e as novas perspectivas trazidas por esses recentes moradores foram marcados por uma tensão de expectativas a respeito das ações que os indivíduos deveriam possuir dentro de uma urbe. Essa tensão aflorou na insistência da realização dos batuques. O desrespeito a essas expectativas, revelado pelas constantes referências ao “barulho infernal dos tambores” na Munhuana ou dos “pretos, cantando e dançando até altas horas” em Maxaquene, afrontavam uma nova ordem cultural que se buscou infligir para aquele espaço. O estabelecimento de regras que deveriam ser seguidas, como a delimitação de horários diários para a realização das tarefas hodiernas, como o tempo diurno sendo o do trabalho e o noturno de descanso, em oposição as múltiplas

⁹¹ *O Africano*, 13 de maio de 1914. WNA.

⁹² *O Africano*, 06 de julho de 1918. WNA.

⁹³ *O Africano*, 03 de outubro de 1914. WNA.

utilizações do tempo, presente na ideia dos batuques que rompiam noite a dentro sem hora para acabar, são exemplos marcantes desse processo.

Para além dos exemplos desses dois bairros, a presença “de pretos”, que incomodaram os vizinhos por causa de seus hábitos ou seus padrões de comportamento no espaço urbano, poderia ser sentida em outras avenidas, inclusive muito mais próximas da cidade baixa. Foi o que ocorreu, por exemplo, na avenida D. Carlos, onde o jornal *O Distrito*, talvez atendendo a apelos dos moradores da proximidade, solicitou providências ao presidente da comissão municipal de Lourenço Marques para a retirada de um “acampamento indígena” que ali existia. As fogueiras que acendiam e a “gritaria infernal” que produziam gerou uma reação nos transeuntes, onde “o menos pudico” dizia sentir-se “ruborizar ao ver o estado da indecência em que os acampados se mostram”.⁹⁴

Esses embates revelam uma cidade muito mais prolixa do que aquela desenhada por Alexandre Lobato e uma atuação preta/indígena longe de passiva em relação às instituições que foram criadas para regular e fiscalizar o perímetro urbano de Lourenço Marques. Ao mesmo tempo, para além de uma região específica da cidade, é importante perceber como os jornais destacaram a importância das cantinas enquanto espaço de convívio, trabalho, moradia e lazer desses indivíduos. Seria exatamente nesse local múltiplo que, ou melhor, seguindo a metáfora da fonte, nessas colmeias onde enxames de “pretos” direcionavam-se, que, a despeito dos esforços iniciados para conceber Lourenço Marques enquanto local de moradia de uma camada branca europeia, eram transmitidos aprendizados relacionados a formas de convívio com uma variedade de tipos, práticas e hábitos, encontrados em acelerada transformação naquela virada de século.

Corroborando essas características, ao longo de sua existência o jornal *O Português* manteve uma postura contrária ao que entendia como formas impróprias a “moralidade e a higiene” de se viver no perímetro urbano de Lourenço Marques.⁹⁵ Um dos primeiros alvos dessa ação foi, justamente, o que chamavam de batuques. No dia 15 de maio de 1901, o periódico alertou para a existência de “infernais batuques que se dão

⁹⁴ *O Distrito*. 23 de abril de 1904.

⁹⁵ *O Português*. 13 de julho de 1901. BNP. Essa ação do jornal pode ser encontrada também no seu sucessor, *O Progresso*, e é claramente percebida na sua campanha maciça contrária aos bares da cidade e a associação que fazia entre esse comércio e a prostituição. Ver, por exemplo, as edições de 09 de fevereiro de 1901, de 17 de abril de 1901 ou 11 de maio de 1901. BNP.

dentro da cidade”. Dessa vez especificou a rua de onde vinham aqueles sons. Era na Avenida Francisco Costa, paralela à Avenida Afonso de Albuquerque (vide mapa).⁹⁶

Recorrendo a polícia para acabar com aqueles “indigestos divertimentos”, para, logo em seguida, acusá-la de conivência com a sua realização e de “menosprezar o edital da autoridade administrativa que proíbe os batuques” na cidade, aquelas exhibições dos “amadores do gênero” agora não apenas atormentavam o sono, mas também estariam colocando vidas em risco, como a de um dos acionistas daquela empresa. A solução, mais uma vez, era a de afastar ao máximo do perímetro urbano a exibição daqueles “esgares, que tanto divertem a pretalhada”. O destino não era mais a denominação genérica do mato. Os batuques deveriam ser exilados para “bem longe do povoado”, rumo a “lagoa de Munhuana”.⁹⁷

Na edição seguinte, três dias depois, o jornal voltou a reclamar contra os “batuques na Avenida Francisco Costa”, com o agravante de que agora “muito perto da cantina onde tais batuques se dão” supostamente encontrava-se enferma a esposa de um sargento. Sendo mais incisivos, questionando altas figuras da administração municipal, como o administrador do conselho e o comandante de polícia, do porquê de não terem tomado providências imediatas contra “tão intolerável abuso”, passaram a identificar aquilo que viam como um “infernál e nojento divertimento”. No final, ameaçaram recorrer ao “Sr. Governador do Distrito”, caso suas demandas não fossem cumpridas.⁹⁸

Após esses protestos, o jornal simplesmente se silenciou sobre o assunto. Porém, ao enfocarem a ausência de controle dos poderes coloniais na organização dos preceitos urbanos, sobretudo nos aspectos considerados amorais do divertimento promovido pelos batuques, demonstraram a conflitualidade que a presença dos ditos indígenas na cidade aflorou. Esse silêncio pode ter sido dos próprios batuques, que se calaram momentaneamente ou que apenas mudaram de lugar, não mais incomodando indivíduos relacionados com a empresa d’*O Português*. Talvez suas demandas tenham sido acolhidas naquele momento.

Porém, como apresentei no início do capítulo, as cantinas localizadas em Maxaquene continuaram a ser paragem para as apresentações e os encontros aos sons dos chamados batuques. Neste caso, diferentemente do ocorrido em 1901, o jornal que protestou contra os encontros promovidos nas cantinas, entendidas enquanto

⁹⁶ *O Português*, 15 de maio de 1901. BNP.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ *O Português*, 18 de maio de 1901. BNP.

“verdadeiros focos de imoralidade”, terminou por celebrar junto ao seu público o “muito acertado” procedimento adotado. A solução encontrada pelo comissário de polícia “afim de evitar os escândalos e as algazarras” de “pretas, pretos e soldados” foi a de colocar um guarda de serviço permanente no local. A materialização do Estado colonial era personificada através dessa figura, o que deixou aqueles que não participavam dos batuques bastante satisfeitos.⁹⁹

Regiões como a Munhuana, que não aparece como pertencente ao perímetro cimentado da cidade no mapa de 1903 e que os jornais insistiram em classificar como local quase que infestado pelos sons dos batuques, veio a ser referência nos subúrbios de Lourenço Marques. Escolhida para a edificação de residências destinadas aos chamados indígenas, a Munhuana constituiu-se como o primeiro, e praticamente único, projeto de construção de locais específicos de moradia para a população nativa, os chamados “bairros indígenas”. Segundo Rita-Ferreira, embora uma série de regulamentos e taxas tenham sido criados desde o início do século XX, somente em 1922 foi possível a “construção, embora numa baixa inundada e insalubre, de 350 habitações no atual Bairro Popular da Munhuana, único existente nos subúrbios”.¹⁰⁰ Como admitia em 1951 o chefe dos Negócios Indígenas, aquele bairro estaria “longe, mas muito longe, de chegar as necessidades”.¹⁰¹ Como descreveu *O Progresso*, em 1906, as condições de habitação dos chamados indígenas deveriam ser motivo de preocupação pela sua insalubridade, sendo composta por um “retângulo de zinco com pouco mais de dois metros de alto, comprimento variável, largura não chegando a dois metros, dividido em pequenos compartimentos independentes, um para cada inquilino”.¹⁰²

No esteio das medidas de controle sobre os espaços urbanos, sobretudo em relação àqueles construídos ou ocupados por “pretas, pretos”, em 1907, como resultado da peste que assolou a cidade, criou-se um órgão que deveria zelar pela salubridade da cidade: o Serviço de Saúde. Não foi possível encontrar amplas referências que tenham

⁹⁹ *O Distrito*, 29 de dezembro de 1904. BNP.

¹⁰⁰ RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M, 1967/1968, p.211.

¹⁰¹ Arquivo Histórico de Moçambique (doravante AHM). Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas (doravante DSNi). Bairros e povoações indígenas. Caixa 528, Projeto de Diploma Legislativo respeitante as “Vilas Indígenas” (1951). Para uma análise crítica desse processo de construção das habitações para os indígenas feitas pelo poder colonial, ver: ZAMPARONI, Valdemir: *Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998, pp. 315-321

¹⁰² *O Progresso*, 22 de outubro de 1906. BNP.

produzido uma análise sistemática a respeito da relação entre disseminação de doenças dentro do contexto urbano de Lourenço Marques no início do século XX e o processo de segregação das populações nativas ou aquelas consideradas diferentes em relação aos europeus, como os de origem indiana ou chinesa. Valdemir Zamparoni parece ter sido o único a esboçar uma análise, ao focar a atuação de diferentes órgãos do Estado colonial na cidade, como a Comissão de Melhoramentos Sanitários de Lourenço Marques, o Serviço de Saúde e a Polícia Sanitária. Esses órgãos teriam agido com o objetivo de culpabilizar “indígenas, chinas, monhés e baneanes” pela peste de 1907. Esses órgãos atuaram por meio de uma instrumentalização de seus quadros em prol da derrubada de habitações ocupadas por aqueles classificados como indígenas, independente dos materiais empregados na sua construção.¹⁰³

Como braço direto para a atuação do Serviço de Saúde, organizou-se uma Polícia Sanitária. Essa teria maiores poderes do que o Comissariado de Polícia, pois teriam domínios plenos para atuar como reguladora dos espaços públicos, mas também dentro do âmbito privado das habitações.¹⁰⁴ Como explica Valdemir Zamparoni, foram criadas diversas medidas profiláticas com o intuito de expurgar a peste e que culpabilizaram as camadas populacionais não-brancas pela própria proliferação da doença. Não se restringindo aos lugares de moradia, essas ações foram colocadas em prática também nos “espaços circundantes e [n]os espaços do prazer mais tipicamente africanos [...], tais como as cantinas, bares e principalmente os batuques nos bairros africanos da Munhuana, Mafalala e Malanga que, perseguidos, mudavam de lugar, mas

¹⁰³ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* 1998, pp. 322-330. Com relação aos processos de implementação do colonialismo português em Moçambique, a importância da medicina colonial nesse processo e a sua relação com práticas médicas locais, ver: SANTANA, Jacimara Souza. *A Experiência dos Tinyanga, Médicos-Sacerdotes ao sul de Moçambique: culturas, identidades e relações de poder (C. 1937-1988)*. Campinas: tese de doutorado em História Social, UNICAMP, 2014; ou MORAIS, Carolina Maíra Gomes. *Estado Colonial Português e Medicinas ao Sul do Save. Moçambique (1930-1975)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, 2014. Para processos semelhantes ocorridos em outros contextos coloniais africanos, ver: SALVE, Giovani Grillo. “O médico político e o político médico: o caso do Dr. Abdullah Abdurahman e a medicina e política colonial na Cidade do Cabo, 1895-1921”. In: *apresentação oral realizada no Seminário Internacional “Cultura, Política e Trabalho na África Meridional”*. Campinas: 11-14 de maio de 2015 – UNICAMP; ou NASCIMENTO, Augusto. “Salubridade, urbanismo e ordenamento social em S. Tomé”. In: *Actas do Colóquio Construção e ensino da História de África*. Lisboa, pp.411-428.

¹⁰⁴ Ver: *Secretaria Geral do Governo de Moçambique. Regulamento de Prophylaxia Anti-Palustre da cidade de Lourenço Marques (aprovado por portaria provincial nº 86 de 4 de fevereiro de 1907) e Instruções para a defesa contra os mosquitos*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907. Como estipulou o artigo 13 do regulamento, as “autoridades administrativas ou sanitárias têm o direito de entrar em todas as propriedades e nas dependências de todos os estabelecimentos ou habitações” (p.7).

não deixavam de animar as noites”.¹⁰⁵ Efetivamente, antes mesmo da construção das casas referidas por Rita-Ferreira, no início do século XX, a Munhuana e seus arredores, como a Mafalala e Xipamanine, vinham sendo ocupadas por uma parcela significativa da leva dos ditos indígenas que engrossava a mão de obra necessária para a expansão de Lourenço Marques.¹⁰⁶

Exemplos de batuques que animavam as noites suburbanas laurentinas e das pressões da imprensa e de órgãos administrativos coloniais para restringirem essas formas de divertimento podem ser encontrados nos verdadeiros anúncios de eventos voltados para atrair os moradores de Lourenço Marques aos “grandiosos batuques”.¹⁰⁷ As convocações ao publicado impressas n’*O Africano*, no segundo semestre de 1912, exerceram um claro papel de propagandear um espetáculo programado para o entretenimento urbano. A produção do “grande batuque”, que ocorreu em setembro e em outubro “na estrada do Marracuene”, nas proximidades de Malhangalene, região fronteira à Maxaquene, “defronte à cantina de Alexandre Revez Duarte”, era maior do que outras ocorridas anteriormente. Aquelas apresentações pareciam passar quase que por um processo de profissionalização, pois contaria com transporte “a preços baratíssimos”, saindo da Avenida Central, para os interessados em participar do evento, contando com a apresentação de batuques “ao desafio, entre raparigas da Maxaquene”.¹⁰⁸

Retorno, assim, a Maxaquene. Aparentemente, a proliferação dos sons e danças designados como batuques naquela região, gerou frutos significativos, como a elaboração de grupos responsáveis por apresentações que transitavam pelos diferentes bairros dos subúrbios de Lourenço Marques. As apresentações dessas “raparigas de Maxaquene” parecem ter animado também o mês de dezembro de 1912. Afinal, no dia 25 daquele mês, ocorreu “uma dança cafreal (batuque) entre dois grupos de raparigas da

¹⁰⁵ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* 1998, p.329. Ver, também: AHM, Administração do Concelho de Moçambique. Diversos Confidenciais, cx. 05, ano 1907. *Secretário Geral ao Administrador do Concelho de Lourenço Marques*. Nº 46 (urgente/Confidencial/ reservada).

¹⁰⁶ Sobre os processos migratórios das populações existentes no sul de Moçambique e as transformações desse processo com a consolidação da presença portuguesa na região, promovendo o aumento significativo da leva de emigrantes para regiões fronteiriças com Moçambique e/ou para Lourenço Marques, dentre muitos, ver: HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994. As memórias de Raul Bernardo Honwana são uma fonte importante para percebermos a existência de uma circulação constante das populações locais, por diferentes regiões, vilas e cidades nesse início do século XX. Ver: HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias*. Maputo: Marimbique, 2010, pp. 60-109.

¹⁰⁷ *O Africano*, 31 de dezembro de 1912. WNA.

¹⁰⁸ *O Africano*, 12 de setembro de 1912 e 10 de outubro de 1912. WNA.

Maxaquene, num terreno na estrada do Zixaxa”, hoje Rua dos Irmãos Roby, que conecta o fim do perímetro considerado urbano naquela época e vai desembocar em Xipamanine, local fronteiro a Munhuana. Para o dia primeiro de janeiro, era anunciado que para quem quisesse “passar bem sem grande dispêndio e divertindo-se imenso”, poderia ir a estrada de Anguane, ao fundo da Avenida Central, portanto, dentro do perímetro urbano, para assistir batuques “ao desafio, entre belas raparigas dos arredores”, provavelmente as mesmas que haviam animado o dia de natal na estrada do Zixaxa.¹⁰⁹

A ousadia em marcar e propagandear um evento para ocorrer durante importantes dias para os católicos parece não ter passado despercebido pelas autoridades coloniais. A divulgação dos batuques nas páginas *d'O Africano*, supostamente chamou a atenção de alguns administradores coloniais, que trocaram correspondências entre si, convocando a polícia para “proibir uma dança de raparigas”, pois ser “expressamente proibido fazer-se batuques a porta das cantinas” e, em caso de infração, previa-se aos ditos indígenas participantes serem “presos e castigados severamente”. Demonstrando indignação, o autor anônimo do texto que divulgou essa ação do Estado, não chegou a questionar a ordem, entendendo-a como “bastante moral”. Porém, criticou a postura de existir, por um lado, um “zelo rigoroso para proibir um divertimento no dia de Natal” que nada fez para alterar a “harmonia e o sossego” e, por outro lado, não proibir os “infernais batuques crônico domingueiros, feitos [...] a porta das cantinas”.¹¹⁰

1.3. Representação e repressão dos batuques no espaço urbanos

Em 1929, dezesseis anos após os “batuques crônicos domingueiros”, foi publicada uma das maiores coleções fotográficas feitas até então sobre o espaço colonial moçambicano. A iniciativa pela publicação desse conjunto de álbuns partiu de José dos Santos Rufino, português, importante comerciante em Lourenço Marques e parceiro na iniciativa dos irmãos Albasini de tocar o jornal *O Africano*.¹¹¹ A iniciativa também teve o apoio do militar tenente Mário Costa, autor dos textos introdutórios dos volumes, dois fotógrafos principais e um missionário, o padre Vicente do Sacramento, todos participando de

¹⁰⁹ *O Africano*, 05 de dezembro de 1912, 12 de dezembro de 1912, 31 de dezembro de 1912. WNA.

¹¹⁰ *O Africano*, 09 de janeiro de 1913. WNA.

¹¹¹ Entre agosto de 1911, ou seja, no terceiro ano de existência do *O Africano*, até 1918, José dos Santos Rufino ocupou os cargos de Administrador Secretário, Diretor e Editor no jornal. Ver: 01 de agosto de 1911. WNA.

maneira ativa na produção do material.¹¹² Os dez volumes que compõem a coleção são divididos em três livros dedicados à cidade de Lourenço Marques, outros seis aos demais distritos de Moçambique e suas respectivas capitais e, encerrando a publicação, um último intitulado “Raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana”. Ao longo dos tomos, pouco é informado a respeito das intempéries no processo de seleção e produção das imagens, assim como as possíveis reações dos próprios indivíduos fotografados ao processo de serem capturados pelas câmeras. Segundo a pesquisadora Cristina Nogueira da Silva, apesar das pistas que levam a crer no insucesso comercial do álbum, o conjunto dos textos e registros fotográficos publicados por Santos Rufino são fundamentais para compreender as maneiras pelas quais o espaço moçambicano e suas populações foram vistas e classificadas pela literatura colonial portuguesa, especialmente na medida em que o mesmo foi organizado esperando agradar um público com expectativas marcadas por um “olhar colonial”.¹¹³

As representações do mundo colonial moçambicano expressas nos álbuns buscaram reforçar uma linguagem da diferença com relação às populações nativas e construiu uma presença da máquina estatal colonizadora que omitia as fragilidades e descontinuidades da presença portuguesa, assim como a violência do sistema. No conjunto, retratou o território colonial em três grandes espaços.¹¹⁴ Primeiramente, um dedicado às áreas produtivas, como as zonas agrícolas e industriais afastadas dos perímetros urbanos, com uma paisagem natural e humana ordenada e disciplinada. Os outros dois retratos foram elaborados para servirem como representações antagônicas, sendo o primeiro a respeito dos centros urbanos em Moçambique, entendidos como locais que emanavam a obra colonizadora para as demais regiões. Lourenço Marques ganhou especial proeminência nesse processo. Os álbuns dedicados à cidade elencaram como destaque as ruas, avenidas e seus edifícios, assim como seus habitantes de origem europeia, buscando desafricanizar ao máximo aquela capital, demonstrando-a como “um canto da Europa na África”.¹¹⁵

¹¹² RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume I: Lourenço Marques, panoramas da cidade*. Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p.3.

¹¹³ SILVA, Cristina Nogueira da. “O registo da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais (Moçambique, primeira metade do século XX)”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O Império da visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

¹¹⁴ Sigo aqui a análise apresentada em, SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929”. In: *Varia História*. Vol. 25. Nº 41. Belo Horizonte: UFMG, Janeiro/Junho 2009, pp. 107-128.

¹¹⁵ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume I: Lourenço Marques, panoramas da cidade*. Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. V. Para

Essa desafricanização do espaço urbano é colocada em oposição ao terceiro ambiente apresentado pela coleção de Santos Rufino. Esse era um ambiente designado genericamente como “o mato”. De maneira semelhante àquela empregada pelo jornal *O Português* para segregar os batuques para longe do centro urbano de Lourenço Marques, “o mato” seria qualquer território não enquadrado pela lógica civilizacional portuguesa. Apresentado sobretudo no décimo livro, dedicado as “raças, usos, costumes indígenas”, esse era o local onde poderiam ser exibidos aspectos fundamentais daquela realidade colonial sem necessariamente contradizer a imagem elaborada a respeito dos sucessos portugueses na sua empreitada civilizacional. Como explica Jeanne Penvenne, um estilo e um tom que tendeu a uma maneira proposital de retratar Lourenço Marques como uma cidade de brancos foi estabelecida, exatamente, pelos álbuns fotográficos de Santos Rufino. A perspectiva passada pelo álbum era de uma visão contrastante sobre os africanos, dividindo-os de maneira quase que estanque, por um lado, entre aqueles pertencentes ao mundo rural, entendidos como uma “mistura de ser humano e animal” e com costumes do “homem pré-histórico”.¹¹⁶ Por outro lado, como aqueles pertencentes ao mundo urbano, com “um estatuto mais elevado, alegadamente devido à sua maior exposição à presença civilizadora dos europeus”.¹¹⁷

Ainda assim, buscando apresentar ao leitor aquilo que entendiam como “mais tipicamente indígena”, o livro afirmou ser capaz de medir os diferentes estágios civilizacionais no qual estariam localizados os indígenas de Moçambique.¹¹⁸ Nesse sentido, surgem dentro desse vasto guarda-chuva de enquadramento da tipicidade indígena, aspectos considerados naturais de todos os africanos, como o “modo de trajar, o uso da tatuagem, a maneira de se adornarem, a distribuição do trabalho por cada sexo”,¹¹⁹ a poligamia, as práticas da feitiçaria e da medicina dos curandeiros e o

uma análise desse processo de desafricanização de Lourenço Marques a partir das lentes fotográficas e da produção de um saber sobre a mão de obra nativa que insistiu em colocá-la como domesticada e atrasada, ver: ALLINA, Eric. “Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929”. In: *History in Africa*, Vol. 24 (1997), pp. 9-52

¹¹⁶ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X: raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana*, Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. ix.

¹¹⁷ PENVENNE, Jeanne Marie. “Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975”. In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

¹¹⁸ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X: raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana*, Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. III.

¹¹⁹ Idem.

“preceito que todo indígena cumpre: o preito a Terpsícore”,¹²⁰ o deleite da dança nos “batuques – dança cafre”.¹²¹

Portanto, mesmo tendo percebido a ocorrência de práticas designadas como batuques com uma certa frequência dentro do perímetro urbano e suburbano de Lourenço Marques, pelo menos, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o espaço dedicado aos batuques na coleção foi aquele entendido e construído como sendo mais natural para a sua realização: o “mato”. Adotando um tom pejorativo, o autor associou os batuques ao hábito da beberagem disseminada pelas populações locais, classificando a música como “simples ruídos constantemente repetidos horas e dias” que marcavam o compasso da dança e as letras das canções “quase sempre sem significado”.¹²² Porém, seria preciso que um homem ou uma mulher, “de qualquer idade que seja”, estivessem “inteiramente impossibilitados de se mover, para resistir ao apelo do batuque”.¹²³ Ao mesmo tempo, ao buscar elaborar uma cartilha comportamental capaz de designar aquilo que era correspondente ao universo genérico do indígena, o autor afirmou que os batuques teriam “lugar a propósito de tudo: casamento, nascimento, morte; a propósito de um fato tornado notável; a qualquer pretexto ou até, o que é mais simples, a pretexto algum”, portanto, como um divertimento.¹²⁴

¹²⁰ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X, raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana*, Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. V. Terpsícore foi uma das nove musas da mitologia grega, filha de Zeus e Mnemosine, com o atributo da dança como principal característica.

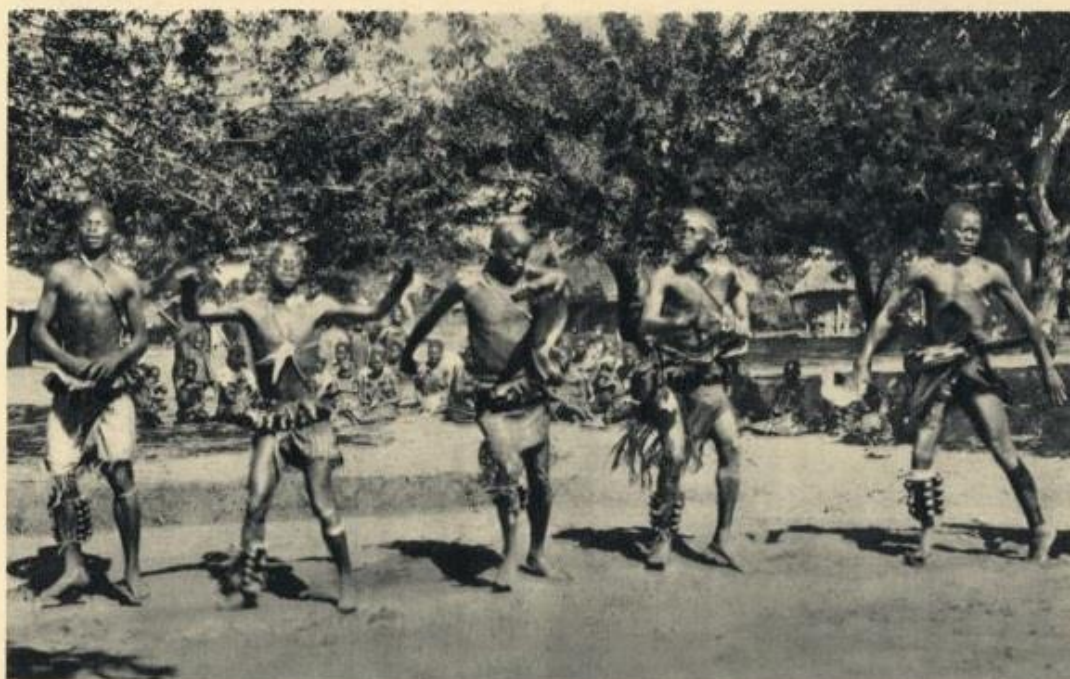
¹²¹ Idem.

¹²² Idem, p. VI

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem, p. V e VI.

DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES



Ensdio de «Jazz-Band» para um «Batuque» — onde só homens dançam.
 The Jazz Band practising before playing at a "Batuque" danced by men only.
 Un essai de «Jazz-Band» pour un «Batuque» (Boucan) où seulement les hommes peuvent danser.



As duas primeiras imagens foram produzidas no Distrito de Lourenço Marques e encontram-se na página 30, do volume X, do *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*. A última foi feita no Distrito de Inhambane e encontra-se na página 33, do mesmo volume do álbum. Vale ressaltar o uso da palavra batuque para designar manifestações muito diferentes entre si. Nas legendas das duas primeiras imagens está escrito: “Ensaio de ‘Jazz-Band’ para um ‘batuque’ – onde só homens dançam”. A instrumentalização que aparece nas imagens nos remete as orquestras de timbila, características dos grupos chopi. Na última fotografia, a legenda diz: “A ‘Dança da Morte’, num ‘batuque’ de guerra”. Esse foi outro estilo que impressionou agentes coloniais portugueses e foi acionado por seus praticantes, no trato com esses agentes, de diferentes maneiras. Esses aspectos serão melhor abordados nos capítulos subsequentes.

As ambiguidades nessa interpretação dos batuques são variadas. Elas reverberam a tendência pendular entre a incorporação e a diferenciação das populações colonizadas e as dificuldades concretas existentes no enquadramento dentro dos rótulos coloniais de vigilância das fronteiras que deveriam assegurar as dicotomias entre colonizadores e colonizados.¹²⁵ Primeiramente, era algo não agradável para os ouvidos. Porém, ninguém seria capaz de resistir ao seu chamado. Por um lado, os batuques eram entendidos como algo ausente do perímetro urbano, restrito ao mato. Por outro lado, seria algo intrínseco a natureza dos ditos indígena, sendo realizado por todos eles, a pretexto de qualquer coisa e onde quer que estivessem. Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras

¹²⁵ Sobre esse processo, ver: COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 2005.

urbanos que povoavam as ruas de Lourenço Marques, majoritariamente classificados como indígenas, ocupando os mais variados postos de trabalho, principais participantes/praticantes dos batuques apresentados a pouco, e que definitivamente faziam parte daquele cenário citadino, foram sistematicamente apagados dos volumes dedicados exclusivamente a cidade, somente aparecendo com destaque no volume destinado aos “usos, costumes indígenas”.

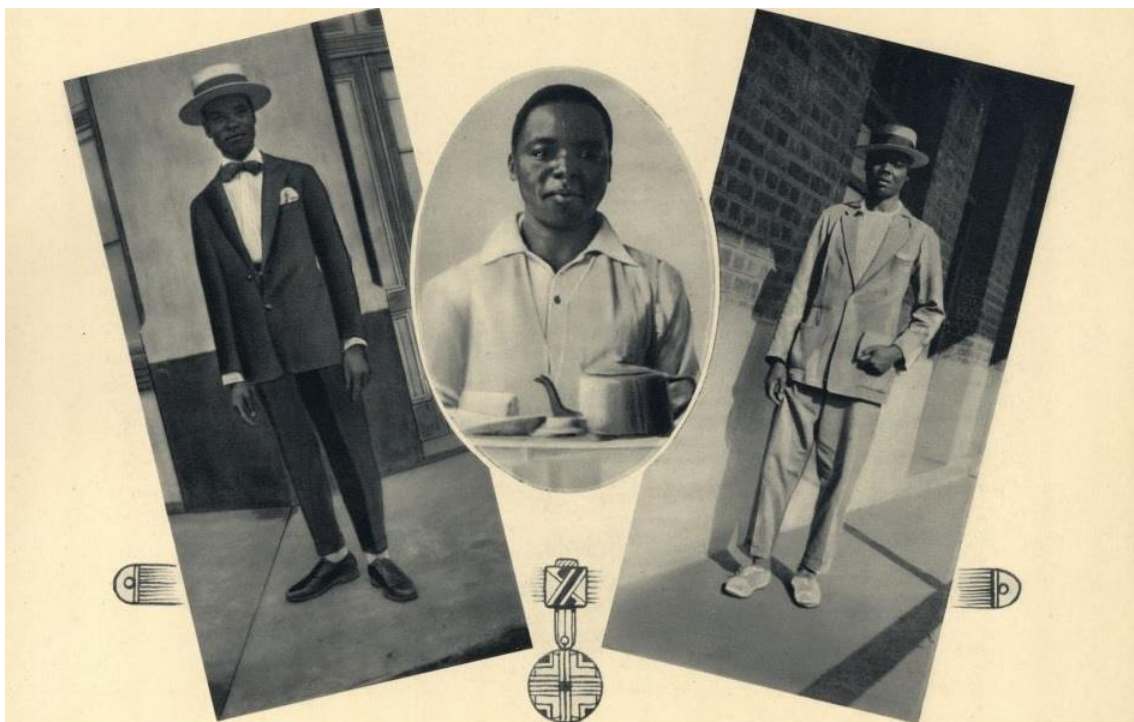
A solução encontrada pelos produtores da coleção para essa ambivalência foi a de menosprezar as identidades múltiplas que vinham sendo construídas na medida em que o avançar do capitalismo e do colonialismo no território moçambicano alterava hábitos e costumes, que traziam consigo novas experiências e instituições reguladoras da vida social. Essas identidades, elaboradas através da adoção de diferentes signos dos mundos ao qual esses habitantes da cidade estavam em contato, entravam em choque com a percepção de que o espaço indígena era aquilo que estava afastado da civilização europeia emanada pela cidade, ou seja, pertencente aos espaços “onde se começa a ver coisas do mato”.¹²⁶ Porém, ao mesmo tempo, os produtores desse rico material textual e ilustrativo não conseguiam negar a importância, em Lourenço Marques, da presença de uma camada populacional de origem africana marcada pela confluência de práticas e costumes diversos que os levavam a ocupar um posicionamento de intermédio entre os dois mundos da classificação jurídica colonial. O desconforto dessas contradições aparece, notadamente, quando descrevem os indígenas que estabeleceram maior contato com os europeus como “‘besuntado’ de civilização”.¹²⁷ Com relação aos “nativos urbanos”, esses possuiriam “ares de civilizado”.¹²⁸ Chamados de “pseudocivilizados”, estariam apenas cobertos com uma fina camada de “verniz de pura civilização”.¹²⁹ Nessa altura, parecia ser impossível estar no meio do caminho. Ou você era alguma coisa, ou simplesmente não era.

¹²⁶ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X*, p. 15 (legenda).

¹²⁷ Idem, p. IV.

¹²⁸ Idem, p. 5 (legenda).

¹²⁹ Idem, p. VI.



Na legenda: “Tipos de Criados da Capital da Colônia: o ‘papo-seco’ com ares de civilizado. O ‘Mufano’ que serve o chá. O Continuo de escritório”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X*, p. 5. O “papo-seco” seria uma espécie de pão chique que apenas os brancos comiam e o termo “mufano” possui uma conotação infantilizante.



Na legenda: “‘Páshiça’ – o ‘galego’ africano. Condutor de ‘Ricsshaw’ com os ornamentos esquisitos usados por ‘colegas’ estrangeiros, mas que a Polícia de Lourenço Marques não parece disposta a permitir... fora da época carnavalesca. Um ‘Monhé Africano’”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X*, p. 8.

A legenda da fotografia sobre o condutor de “ricsshaw”, informando que a polícia de Lourenço Marques não estaria “disposta a permitir” seus ornamentos decorativos, dão pistas a respeito da relação que foi estabelecida entre instituições reguladoras da vida social existentes naquele meio citadino, nesse caso a polícia, e práticas culturais que marcadamente foram vistas como fora do lugar quando existentes dentro da urbe. As adjetivações manifestas nos jornais para descrever os batuques são exemplares desse processo. Como apresentei, as cantorias e danças descritas pela imprensa dentro de Lourenço Marques e com a participação de “pretos e pretas” eram referidas de maneira depreciativa como “indigestos divertimentos”, algo “infernado e nojento” ou como uma “algazarra de ensurdecer”. A aplicação preconceituosa de termos de cunho racista inferiorizava os apreciadores dos batuques classificando-os como meros “pretos” ou, numa variação mais carregada de ódio racial, “pretalhada”. A solução entendida pelos editores dos periódicos para o desconforto que aquelas cenas provocavam em seus brios civilizacionais foi a de recorrer à autoridade policial e a sua atuação enquanto braço repressivo do Estado colonial.

Nas páginas d’*O Africano*, as depreciações vinculadas as práticas culturais locais que não eram consideradas civilizadas fugiam das leituras racistas recorrentes. Porém, os praticantes dos batuques não fugiam das leituras calcadas nas lógicas do progresso europeu que depreciavam outras formas de viver no mundo. João Albasini, utilizando-se do pseudônimo de João da Regras, em fevereiro de 1916, ao reclamar do procedimento utilizado para o recrutamento dos chamados indígenas para o serviço militar, defendeu que o melhor lugar para se encontrar indivíduos capazes para a reformulação das tropas seria nos “arredores da cidade”, onde estaria “uma bem folgada rapaziada que não trabalha - a maior parte - que frequenta batuques, que anda de corpo bem tratado”.¹³⁰ Portanto, os frequentadores dos batuques seriam gente folgada, da malandragem.

Uma das primeiras referências que pude encontrar a respeito da produção musical da camada populacional indígena no espaço urbano e os conflitos que isso poderia gerar, especialmente no ambiente de trabalho, ocorreu em 1894, quando

¹³⁰ *O Africano*, 23 de fevereiro de 1906. WNA. A comprovação de que João Albasini utilizou o pseudônimo de João das Regras foi realizada de maneira primordial por César Braga-Pinto. Ver: BRAGA-PINTO, César. “O olhar estrábico d’O Africano: jornalismo e literatura em Moçambique”. In: *Revista de Estudos Portugueses*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v. 7, 2005, p. 67-87.

Lourenço Marques ainda não havia se tornado capital da colônia.¹³¹ O documento pouco informa a respeito dos praticantes ou da música que era tocada. Em abril de 1894, o chefe da Capitania dos Portos de Lourenço Marques, ao dirigir-se para uma inspeção no farol da Ponta Vermelha, encontrou o vigia semafórico fora do seu posto de trabalho e em companhia de soldados, estando um deles “a tocar em um harmonium pertencente ao vigia semafórico” na porta do farol.¹³² Em resposta ao abandono do posto de trabalho, a medida adotada foi a de apreensão do instrumento e a suspensão do ordenado do vigia por oito dias. Aquele que tocava o harmonium não chegou a sofrer nenhuma represália, pois conseguiu fugir antes de ser anotado o seu número de identificação.¹³³ A referência a um harmonium não deixa de ser inusitada. A probabilidade de se tratar de um órgão instrumental portátil é baixa. O mais plausível é que o chefe da capitania dos portos tenha utilizado a palavra para se referir a mbila, no plural timbila, que possui diferentes tamanhos e é uma espécie de xilofone muito comum entre os chopis, grupo adversário dos angunes, que, por isso mesmo, haviam se associado aos portugueses no final do século XIX.¹³⁴

Especulações à parte, o jornal *O Português*, em 1901, lembrou as autoridades de Lourenço Marques a existência de um edital proibindo os batuques dentro do perímetro urbano da cidade.¹³⁵ Algo semelhante pode ser encontrado naquilo que foi promulgado em setembro de 1880, para ser aplicado na Ilha de Moçambique, capital da colônia anteriormente a elevação de Lourenço Marques a essa categoria, na década de 1890. Apesar de não existirem medidas que proibissem por completo a realização dos batuques, a postura municipal obrigava seus organizadores a pagarem uma taxa pela sua realização até a meia-noite. Para aqueles que pretendiam realizar os batuques por toda a

¹³¹ Agradeço a António Sopa pelo auxílio prestado quando da minha estadia em Maputo. Seu livro mais recente também possui grande importância nas análises que se seguem, sobretudo no levantamento de fontes realizado pelo autor, sendo boa parte delas cedidas pelo mesmo para a realização do presente trabalho.

¹³² AHM, Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques, século XIX, caixa 71, Carta do chefe da Capitania do Porto de Lourenço Marques para o senhor Governador do Distrito, 21 de abril de 1894.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Sobre a timbila, ver: TRACEY, Hugh. “Timbila: the xylophones of the chopi”. In: *Chopi musicians: their music, poetry, and instruments*. Londres: Oxford University Press, 1970 (1ª edição de 1948). Especificamente sobre os chopes, ver: WEBSTER, David J. *A sociedade chope. Indivíduo e aliança no sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

¹³⁵ Infelizmente, não consegui encontrar o edital específico a qual o periódico fazia referência. Por isso mesmo optei por entender editais semelhantes que pude encontrar para outras regiões de Moçambique, no recorte cronológico que venho analisando.

noite, o valor cobrado aumentava significativamente.¹³⁶ Como vimos, em geral, os batuques cruzavam noite adentro, podendo chegar a ocorrer até o nascer do sol do dia seguinte ao início da sua celebração. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ampliou a arrecadação municipal, a postura buscou regulamentar algo que, aparentemente, ocorria com frequência nas ruas daquela cidade e, assim, conseguir controlar as reuniões feitas ao som dos tambores, chegando a quase impossibilitar a sua realização com a aplicação de taxas mais elevadas para aqueles que desejassem avançar a noite dançando e cantando. De maneira semelhante, o “Código de Postura da Câmara Municipal de Inhambane”, importante cidade litorânea situada ao norte de Lourenço Marques, de agosto de 1885, proibia o que designavam como batuques de origem árabe-muçulmana¹³⁷ dentro de seu perímetro urbano e obrigava ao pagamento de uma taxa duas vezes maior, comparativamente aquela cobrada na Ilha de Moçambique, a qualquer um que quisesse realizar batuques para além das 22 horas.¹³⁸

Apesar de não ter conseguido encontrar referências a legislações semelhantes a essas para Lourenço Marques, em vigor no final do século XIX ou na primeira década do século XX, em 1914, o jornal *The Lourenço Marques Guardian* publicou em suas páginas o que considerou como “medidas acertadas”. Essas medidas diziam respeito à publicação no Boletim Oficial, do mês de novembro daquele ano, de um edital do Administrador do Concelho de Lourenço Marques que instituiu uma série de “proibições aos proprietários de estabelecimentos de venda de bebidas destiladas ou fermentadas e de comida a indígenas, denominados ‘cantinas’”. Semelhante às posturas que encontrei para o início do século XX, o jornal defendeu esse tipo de regulamentação excluindo o possível interesse e importância desses estabelecimentos para uma parcela significativa dos habitantes de Lourenço Marques, pois entendia que, sem dúvida, seria “aprovado pela maior parte dos habitantes da cidade”. Ao mesmo tempo, legitimou esse tipo de regulamentação através da afirmação de que as restrições que pretendiam ser

¹³⁶*Boletim Oficial*, nº 38, 20 de setembro de 1880. Apud SOPA, António. *A alegria é uma coisa rara. Subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, 2014, p. 24.

¹³⁷ O termo usado no código é “munhae ou mandeque”, variações do termo pejorativo monhé, que significa o mestiço de árabe, muçulmano, com o negro. Ou, melhor dizendo, um negro muçulmano: “Art. 27º São proibidos os batuques de *munhae* e *mandique*”. In: Código de Postura da Câmara Municipal do Distrito de Inhambane. Aprovado por acórdão do conselho de província nº 22 de 8 de julho de 1887. Moçambique: Imprensa Nacional, 1887, p.7. BNP.

¹³⁸*Boletim Oficial*, nº 33, 15 de agosto de 1885. Apud SOPA, António. Op. Cit.

impostas eram existentes nas demais cidades da África austral, terminando por convocar a polícia para que o edital fosse “comprido a rigor”.¹³⁹

De maneira geral, essa nova portaria oficial buscou restringir a presença de “pretos e pretas” nos estabelecimentos vulgarmente chamados de cantinas, criando barreiras para os usos que haviam se tornado corriqueiros naquele tipo de comércio, estabelecendo, por exemplo, multas ao cantineiro que “comprar ou guardar nos seus estabelecimentos objetos trazidos por indígenas” ou impedindo o pernoite de qualquer indígena que não pertencesse “à família do dono ou gerente do estabelecimento ou não sejam serviçais deste”.¹⁴⁰ As práticas de utilização das cantinas como local para o depósito de bens e dinheiro, ou mesmo para a venda de artigos trazidos no retorno do trabalho migratório nas minas, assim como dos quartos de aluguel como moradia provisória, eram bastante comuns naquele contexto. Conjuntamente a essas restrições, a primeira medida louvada pelo periódico foi a da proibição de outra prática comum nas cantinas: as cantorias e danças que animavam a vida urbana daquela parcela que habitava Lourenço Marques e era classificada como indígena. Segundo o jornal, teria ficado completamente proibido nas cantinas, a partir daquele momento, “as cantorias ou descantos e o uso do ‘harmonium’, marimba ou qualquer outro instrumento que possam provocar a atenção dos transeuntes”.¹⁴¹

A promulgação de legislações que buscavam controlar e disciplinarizar as atitudes da camada populacional africana que se enquadrava na categoria colonial de indígena dentro do espaço urbano nem sempre conseguiu respostas condizentes com seus objetivos iniciais. Algumas edições depois daquela que louvou a postura das autoridades coloniais a respeito das cantinas e, principalmente, da proibição das cantorias que lá ocorriam, o *Lourenço Marques Guardian* se viu na obrigação de chamar a atenção, novamente, da polícia. O periódico retomou o assunto alegando que em “relação ao barulho que os indígenas fazem dentro e fora” daqueles estabelecimentos era um assunto que havia se tornado “notório desde há muito tempo”. A necessidade de retomar o tema estava vinculada a interpretação que faziam a respeito da ação da polícia. Segundo a opinião do jornal, a polícia mostrou-se pouco disposta a dar cabo daquelas “distrações”, julgando que “o sr. Comissário de Polícia devia voltar a

¹³⁹ *Lourenço Marques Guardian*, 26 de novembro de 1914. AHM.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

sua atenção, ao menos por um instante”, para os batuques ocorridos ao redor das cantinas localizadas em toda Lourenço Marques.¹⁴²

Essa atitude mais enérgica por parte do periódico ocorreu em resposta a uma correspondência endereçada ao seu diretor, questionando exatamente a capacidade do que haviam classificado enquanto “medidas acertadas” de serem realmente eficazes para o controle da população indígena que trabalhava e morava em Lourenço Marques. O autor da carta se perguntou, elogiando a postura anunciada como “louváveis medidas”, até que ponto elas eram capazes de obterem resultados, na medida em que “quando são simplesmente aplicáveis só dentro dos estabelecimentos e não nas ruas, pois se lá lhes não é permitido cantar e dançar, vêm para as ruas exhibir as suas danças e concertos”. Suas suspeitas recaem no fato de não serem raras as noites em que “a petralhada depois de sair duma cantina na Rua Princesa Patrícia vêm para a rua e esquina mais próxima da Avenida 24 de Julho [...] dar concertos ao ar livre com variadíssimos instrumentos, e, com gritos infernais, dão começo ao baile [...] que, por vezes, chegam a durar até às duas da madrugada”. Ao que tudo indica, a Avenida 24 de Julho é a antiga Avenida Francisco Costa e a Rua Princesa Patrícia é a que aparece no mapa citado com o nome de Rua da Maxaquene, que passa ao lado do hospital. As mudanças de nome provavelmente ocorreram após a proclamação da República em Portugal. É interessante percebermos como o bairro “de moradia como a Maxaquene” continuou a ser recorrente nas notícias a respeito da realização de batuques, sendo um dos locais, nessas duas primeiras décadas do século XX em Lourenço Marques, com o maior número de batuques na cidade. Por isso mesmo, as “exibições” ocorridas no bairro foram constantemente alvo de reclamações e de solicitações pela ampliação da sua vigilância.¹⁴³

A representação dos batuques enquanto práticas fora de lugar quando realizado dentro do perímetro urbano de Lourenço Marques e, conseqüentemente, da própria presença de africanos detentores dessas práticas culturais naquele espaço, veio acompanhada da elaboração de uma série de políticas de repressão. Efetivamente, as notícias que pude encontrar a respeito dos batuques realizados dentro do perímetro urbano, ou mesmo suburbano, de Lourenço Marques, diminuíram de maneira significativa após 1914, praticamente se extinguindo na década seguinte. Esse fenômeno da redução dos artigos em periódicos sobre essas práticas ou daqueles que indicavam

¹⁴²Lourenço Marques *Guardian*, 10 de dezembro de 1914. AHM.

¹⁴³ Idem.

uma presença da população adepta aos chamados batuques que ocorriam na cidade, em comparação com o que vinha encontrando para anos anteriores, pode ser explicada pela própria transformação pela qual a diagramação dos jornais consultados passou, no sentido que, a partir daquele ano, voltaram praticamente todas as suas atenções para a guerra que havia começado na Europa. Porém, parece-me mais plausível que esse desaparecimento dos batuques das folhas impressas periódicas está baseado mais na consolidação do projeto de construção da cidade colonial como uma cidade segregada, do que em transformações ocorridas no processo de elaboração da documentação. Outro fator importante para essa mudança pode ser percebido no destaque se passou a ser dado aos batuques organizados por diferentes agentes coloniais e não mais aqueles realizados nas esquinas, quintais e cantinas da cidade. O silêncio na fonte para esses tipos de batuques, passando a aparecer com frequência maior esses outros que simbolizavam os processos de dominação colonial, especialmente quando antes ela emitia tantos sons, é uma pista contundente para essas conclusões.

No entanto, as recorrentes reclamações dos periódicos a respeito da ineficácia da polícia para reprimir os costumes entendidos como naturais de “pretas e pretos”, ou segundo a legislação colonial portuguesa, de indígenas, dentro do espaço da urbe, demonstram que a letra fria da lei não necessariamente foi eficiente num primeiro momento ou que não tenha encontrado barreiras para a sua concretização. A própria insistência na realização dos batuques, fosse nas cantinas, nas ruas ou nos quintais, apesar das restrições que foram sendo aplicadas, demonstram um questionamento ao processo de segregação imposto pelas políticas de repressão.

Em 1919, por exemplo, as reclamações d’*O Africano* não mais estavam direcionadas aos batuques que estivessem ocorrendo em zonas centrais de Lourenço Marques, mas àqueles que, “nos marcos da cidade”, com seu “infernado barulho”, diziam incomodar “os habitantes que lhes ficam perto”. O cantar e dançar dos chamados indígenas, que tanto tiravam “o sono e tranquilidade ao vizinho”, poderia continuar existindo, desde que “ao longe; onde não incomode ninguém”. Até que esse deslocamento não ocorresse, o artigo solicitou as autoridades competentes que não permitisse “mais batuques dentro da área chamada dos subúrbios”.¹⁴⁴

Ao mesmo tempo que condenou o “infernado barulho” que inundava com seus sons o ar dos subúrbios, *O Africano* não deixou de anunciar, com um relativo tom de

¹⁴⁴*O Africano*, 16 de abril de 1919. WNA.

aprovação, os batuques que foram realizados no âmbito de celebrações oficiais organizadas para diferentes fins cívicos. Comemorando a possibilidade de “concorrer muito para aproximar o indígena ao convívio do europeu”, louvaram a iniciativa do Sr. Mattos, administrador da Manhiça, região localizada ao norte de Lourenço Marques, pela “pequena festa” por ocasião do “feriado da República” e que constaria com os “costumados batuques”.¹⁴⁵ Algo semelhante ocorreu em 1915, quando, no distrito de Gaza, realizaram-se festejos “deslumbrantes, a data comemorativa do 5º aniversário da República”. Com uma programação extensa, enfeites com as bandeiras de Portugal e a visita de importantes políticos, a partir das oito horas da manhã, do dia 5 de outubro, tudo estava pronto para o “grande batuque que durou todo o dia”. Apesar do jornal afirmar que o sarau do último dia foi o ponto auge da festa, é possível imaginar que os batuques foram aqueles que mais estimularam os que haviam comparecido, pois, nos outros dois dias de regozijo pela República em Portugal, lá estavam os batuques na programação.¹⁴⁶

É importante notar que o jornal anunciou a existência de outras festas pela proclamação da República em Portugal naquele ano, inclusive as que ocorreram em Lourenço Marques. Porém, em sua programação, nenhuma menção foi feita a realização de batuques. Em contraste a essa ausência, em 1913, antes da promulgação da portaria proibitiva de 1914, o periódico anunciou que constaria no programa das festas pela república, a “música cafreál” de Inhambane, com a vinda para a cidade de “um grande grupo de tocadores de marimbas”.¹⁴⁷ E, surpreendentemente, ainda naquele ano, o periódico divulgou, em português e na língua ronga, a programação de festas que ocorreriam na Munhuana. Nessa cartilha constavam provas desportivas, como corridas, corridas de sacos, salto de vara, outros tipos de jogos, quermesses, momentos musicais e, para o dia 25 de dezembro, batuques.¹⁴⁸

O exercício de construção e efetivação de uma legislação reguladora da vida social dentro do espaço urbano de Lourenço Marques, percebida aqui através das diferentes formas de enxergar e reprimir aquilo que foi chamado de batuques realizados na cidade, revelam um esforço para tirar de vista aquelas pessoas que insistiam em batucar pela cidade. Ao mesmo tempo, demonstra uma convivência, obviamente não pacífica, entre diferentes grupos sociais que efetivamente faziam parte daquele espaço.

¹⁴⁵*O Africano*, 04 de outubro de 1913. WNA.

¹⁴⁶*O Africano*, 20 de outubro de 1915. WNA.

¹⁴⁷*O Africano*, 09 de julho de 1913. WNA.

¹⁴⁸*O Africano*, 20 de dezembro de 1913. WNA.

Apontando, em determinados momentos, para a existência de uma zona propícia para a prática dos batuques, no final, nem mesmo os subúrbios pareciam escapar por completo das vigilâncias jornalísticas e administrativas coloniais.

As dificuldades de conceber os batuques como mais uma experiência pertencente à cultura da cidade colonial parece ter encontrado resposta não apenas na repressão direta exercida pela força policial. Conjuntamente com esse processo de tentativa de segregação dos batuques para o mais longe possível de Lourenço Marques, especialmente de seu centro urbano, podemos perceber outro fenômeno, que, não sem embates, buscou incorporar aquelas danças e cantorias as cerimônias oficiais do regime colonial. Por um lado, os batuques voltados para a diversão e/ou para ocasiões especiais de cunho particular não necessariamente eram vistos de maneira positiva. Por outro lado, aqueles realizados dentro de um ambiente controlado foram tolerados enquanto canal de demonstração de uma incorporação das populações nativas ao mundo simbólico do poder colonial português.¹⁴⁹ A impossibilidade desejada por alguns de expurgar aquelas práticas culturais do mundo urbano, encontrou como solução possível para os seus anseios a sua domesticação.

Para além, perceber a apropriação dessas práticas culturais dentro de um mundo oficial é reconhecer a incapacidade desse poder de extirpar uma agencialidade africana visível nas batucadas recorrentes nesse início de século XX em Lourenço Marques. Entendendo que valiam a pena insistir no ato de festejar, mostrar os corpos em movimentos com os quadris e fazer ecoar o som de tambores, marimbas e vozes pelas ruas e avenidas da capital colonial era um sinal de que o processo de incorporação dessas práticas não foi capaz de retirar a sua força enquanto local de afirmação de um desejo político de estar naquele mundo e fazer parte daquela cidade. Os batuques funcionaram politicamente como um canal de comunicação conflitivo com o mundo urbano que cercava “pretos e pretas”, apesar da insistência em tentar cercear e apagar essa presença.

¹⁴⁹ Nuno Domingos foi um dos primeiros a reparar esse fenômeno. No entanto, sua interpretação desse processo como uma “cooptação” necessária para uma “etapa seguinte de uma inevitável patrimonialização”, tende a ignorar as desventuras da construção e da participação de colonizados e colonizadores dentro da construção do fenômeno colonial, principalmente ao pensar de maneira linear esse desenvolvimento. Ver: DOMINGOS, Nuno. DOMINGOS, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, p.399. Para um exemplo de documentação que revela uma opinião contrária a esse fenômeno e que demonstra a ausência de consenso e de linearidade desse processo, ver: *Notícia*, 03 de julho de 1933, ou *Notícias*, 05 de janeiro de 1938. AHM.

Capítulo 2

Lourenço Marques: cidade e cidades

2.1. *Cosmopolitismo enevado*

No terceiro volume dos *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*, foi dedicada atenção especial ao que seus produtores entendiam por ser uma característica ímpar de Lourenço Marques: o seu cosmopolitismo. Com o desejo de descrever os diferentes aspectos da cidade, dando uma fisionomia a mesma, o militar tenente Mário Costa, autor dos textos introdutórios dos álbuns, enfocou a existência de “26 nacionalidades” dentro dos “seus nove mil habitantes europeus”. Isso não seria um motivo de preocupação em relação a uma possível perda de controle português na região, pois a população de origem lusitana seria “três vezes o número total dos habitantes europeus das outras nacionalidades”. Em conjunto a esse, aparentemente, elevado número de semblantes do velho continente, somavam-se um “notável [...] número de indivíduos asiáticos, próximo de 3.000, e, naturalmente, maior que todos, o número de indígenas”. Essa proliferação heterogênea dos habitantes de Lourenço Marques não tinha espaço para revelar todas as suas origens, afinal, ela seria, naquele ano de 1929, uma cidade “moderna, cidade de África que procura não sentir a África”.¹⁵⁰

Como apresentado no primeiro capítulo, houve uma insistência daqueles que tentaram retratar Lourenço Marques enquanto um “canto da Europa na África” a partir de um olhar que excluía a maioria dos seus moradores.¹⁵¹ Esse ofuscamento de complexos e conflitantes contatos de pessoas com diferentes formas de lidar e conhecer o mundo no espaço urbano laurentino esteve relacionado a noção de que o cosmopolitismo daquele ambiente era produzido somente por uma presença plural de habitantes de distintas nações europeias. A produção imaginária da fisionomia da cidade enquanto um local ímpar no continente africano e, conseqüentemente, cosmopolita da maneira que buscava-se valorizar, excluía, necessariamente, o espaço urbano ocupado por “asiáticos” e, sobretudo, por aqueles classificados como indígenas.

¹⁵⁰ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 3: Lourenço Marques - Aspectos da cidade, Vida Comercial, Praia da Polana, etc.* Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. III.

¹⁵¹ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume I: Lourenço Marques, panoramas da cidade.* Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. V.

Diferentes estudos têm demonstrado como, principalmente após a década de 1910, a implementação de sucessivos regulamentos de trabalho cerceou a mobilidade africana ao produzir uma concepção desses como indígenas e que moravam em Lourenço Marques fundamentalmente enquanto mão de obra a ser explorada. Por isso mesmo, seus espaços de intervenção naquela realidade seriam espaços bastante delimitados de atuação e interação dentro do perímetro urbano.¹⁵² A própria produção de uma memória justificativa da colonização portuguesa na África foi construída tendo como base as medidas legislativas que tentaram regular a produtividade do trabalhador nativo dentro de uma ideia de exploração digna e propensa para se conduzir essa mão de obra rumo a civilização.¹⁵³

No entanto, as constantes renovações das condições jurídicas das questões coloniais, sobretudo quando relacionadas às políticas que visavam estabelecer um controle mais rígido sobre as populações nativas, demonstram como um enfoque de análise no esforço legislativo colonial não necessariamente nos ajuda a compreender as experiências cotidianas daqueles homens e mulheres que batucaram nas cantinas e quintais de Lourenço Marques ou de outros que se sentiram incomodados com aqueles sons. Exemplo da dificuldade de se acompanhar todas as portarias e decretos que foram implementados em Moçambique, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, vinculando-as as transformações que teriam ou não afetado as ordens das interações de sociabilidade pode ser percebido através das páginas de *O Africano* e do seu sucessor *O Brado Africano*. A campanha maciça promovida por ambos os jornais contra as portarias que estipulavam a categoria de assimilado, primeiramente publicada em 1917

¹⁵² PENVENNE, Jeanne. “‘Here everyone walked with fear’: the Mozambique labor system and the workers of Lourenço Marques, 1945-1962”. In: COOPER, Frederick (org.). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. Berkeley: Sage, 1983; PENVENNE, Jeanne Marie. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993; PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995; VALDEMIR, Zamparoni. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007. DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012; SERRA, Carlos (direção). *História de Moçambique – Volume I. Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Parte II – Agressão imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2000. Também é possível perceber semelhanças nesse processo em outros espaços urbanos existentes na África Portuguesa. Como exemplo, ver: MARZANO, Andrea. “Nem todas as batalhas eram de flores: cotidiano, lazer e conflitos sociais em Luanda”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

¹⁵³ JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

e com diversas emendas nos anos subsequentes, teve um movimento pendular de crítica ferrenha ao Estado e felicitação por supostos cancelamentos de sua aplicação.¹⁵⁴

Como insistem Frederick Cooper e Ann L. Stoler, existiu uma tensão global permanente “entre o que o colonialismo era e o que regimes coloniais fizeram, entre o fato de legislar, e suas consequências econômicas e sociais”.¹⁵⁵ Afinal, os projetos coloniais não necessariamente foram bem-sucedidos ou já nasceram prontos, em conjunto com as próprias ações coloniais. Esse processo é perceptível na dinâmica do estabelecimento de complexos contatos entre pessoas de origens distintas marcado por um tom de conflitualidade entre a exigência de costumes entendidos como civilizados e a adoção de diferentes modos comportamentais de ocupação dos espaços urbanos de Lourenço Marques. Nesse sentido, defender uma cidade cosmopolita enquanto local de encontro de muitos tipos europeus seria posicionar-se em prol de uma realidade citadina por ser construída enquanto europeia, moderna e, principalmente, civilizada. A emersão de novos gostos e aspirações de consumo, visível no anunciar das diferentes novidades em destaque dos classificados dos jornais, assim como os novos hábitos que eram apregoados através da participação nos eventos culturais de entretenimento que pululavam os ritmos de lazer da cidade, serão analisados aqui como demonstrativos de uma intervenção urbana com o objetivo de construir Lourenço Marques como exemplo propagador do projeto civilizacional colonial português na região.

No entanto, majoritariamente mal controlada devido a ineficácia do poder colonial português, pela necessidade da manutenção de uma reserva de mão de obra africana aglomerada nos subúrbios e pelo meneio daqueles que ocupavam esses espaços de maneira diversa daquela propagada enquanto apropriada, a expansão da vida urbana em Lourenço Marques promoveu alternativas para a inversão de papéis nos quais o regime colonial desejava enquadrar as pessoas.¹⁵⁶ Como explica Omar Ribeiro Thomaz:

¹⁵⁴ Como alguns exemplos dessas idas e vindas, ver as edições d’*O Africano* de 24 de janeiro de 1917, 27 de janeiro de 1917, 14 de abril de 1917, 19 de setembro de 1917, 20 de julho de 1918; e d’*O Brado Africano* de 04 de janeiro de 1919, 24 de abril de 1920, 28 de agosto de 1920, 26 de fevereiro de 1921, 07 de maio de 1921 e 03 de setembro de 1921. World Newspaper Archive (doravante, WNA). Ver, também: Arquivo Histórico de Moçambique (doravante, AHM), Governo Geral (doravante, GG), Cx. 108.

¹⁵⁵ COOPER, Frederick; STOLER, Ann L. “Introduction. Tensions of empire: colonial control and visions of rule”. In: *American Ethnologist*, Vol. 16, nº 4 (Nov., 1989), pp. 609-621. No original: “the overarching tension was between what colonialism was and what colonial regimes did, between the fact of rule and its economic and social consequences”, p. 616. Nessa perspectiva, ver também o esforço de análise existente em THOMAZ, Fernanda. “Capítulo III: Projetos em disputa num projeto de Estado”. In: *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Niterói: dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

¹⁵⁶ DOMINGOS, Nuno. Op. Cit. 2012; PENVENNE, Jeanne Marie. “Labor struggles at the port of Lourenço Marques, 1900-1933”. In: *Review (Fernand Braudel Center)*. Vol. 8, Nº 2, The Struggle for

“se o colonizador pretendeu disciplinar, hierarquizar, classificar e dominar os povos que se encontravam no interior das fronteiras determinadas em fóruns e peritagens europeias, estes mesmos povos interpretaram e reagiram de formas distintas às propostas e ações dos colonizadores”.¹⁵⁷ Portanto, tentarei dispersar a névoa que buscou encobrir os diferentes tipos que agiram em Lourenço Marques. Foi com o contributo dessa variedade que se construiu uma urbanidade caleidoscópica que será resgatada no segundo tópico desse capítulo. Para isso, foi elencado um momento de afloramento dessas tensões, quando expectativas não se concretizavam, perceptível na insistência em se usar capulanas, panos, ou qualquer outro tipo de vestimenta, o que gerou inúmeros incômodos àqueles que defendiam o uso de determinados tipos de roupas que eram entendidas enquanto adequadas para o convívio na cidade.

2.2. *Espaços de lazer e a criação de uma civilização das necessidades*

O aproveitamento do tempo do não-trabalho para o lazer dos habitantes de Lourenço Marques, através da construção de espaços destinados exclusivamente para essa finalidade, era um tema recorrentemente abordado pela imprensa da cidade. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a construção de uma cidade segregada sócio-racialmente a partir da consolidação do projeto de uma “cidade de cimento”, destinada majoritariamente a população branca de origem europeia, e de uma “cidade de caniço”, ocupada majoritariamente pela população de origem africana marginalizada pelo colonialismo português, pôde ser sentida na elaboração de espaços destinados exclusivamente as práticas de lazer.¹⁵⁸ O desejo por uma separação explícita destes locais com destinações específicas para o divertimento que simbolizavam o progresso

Liberation in Southern Africa (Fall, 1984), pp. 249-285. Segundo Frederick Cooper, a “justaposição de uma presença colonizadora destruidora e concentrada e de um amplo e irregular controle ‘velado’, teve consequências paradoxais”. Dentre muitas consequências dessa característica, se “expandiu uma economia urbana mal controlada que oferecia oportunidade para trabalhadores informais, vendedores de rua itinerantes, empresários criminosos e prestadores de serviços aos migrantes, representando amplamente a classe trabalhadora africana de maioria masculina e, dessa maneira, criando alternativas (para homens e mulheres) para os papéis nos quais os regimes coloniais desejavam enquadrar as pessoas”. In: COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. In: *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, Vol. 15, nº 27, jul. 2008, p.21-73. Citações em pp. 37-38.

¹⁵⁷ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPESP, 2002, p. 19.

¹⁵⁸ ZAMPARONI, Valdemir. *Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998; ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Promédia: Moçambique, 2002; DOMINGOS, Nuno. Op. Cit. 2012.

civilizacional europeu e uma disputa sobre qual maneira de se divertir deveria ser permitida dentro daquele espaço citadino colonial, contrastam significativamente com o imbricamento entre espaços de trabalho, moradia e lazer construídos na medida em que o colonialismo português processava medidas de segregações sociorraciais em Lourenço Marques.

Brito Camacho, Alto Comissário da República em Moçambique entre 1921 e 1923, e importante figura na concepção da ação colonial portuguesa na África, afirmou ser a preguiça “nos brancos uma qualidade do indivíduo, e nos pretos [...] um predicado da raça”.¹⁵⁹ Seguindo essa linha de raciocínio, o político militar português entendia que as necessidades humanas se tornavam “mais complexas e variadas quanto mais alto [fosse] o nível mental” dos grupos raciais. Portanto, as “necessidades dos negros” seriam ínfimas, pois, para Camacho, com qualquer “trapo lhes serve para cobrirem as vergonhas naturais [...]. Não usam chapéu nem usam (sic) calçado”. Da mesma maneira, a sua diversão se resumiria aos “batuques, que são espetáculos públicos e gratuitos, remunerados com a alimentação os que se fazem em honra dum branco”. No entanto, o mesmo entendia como incorreto o atributo da preguiça como uma “relutância ou incapacidade de trabalhar”.¹⁶⁰ A própria ideia de uma ausência de “necessidades dos negros” estaria no cerne da falta de um suposto desejo em trabalhar, ou, melhor dizendo, de vender a sua força de trabalho num mercado capitalista assalariado. Sendo assim, civilizar nada mais seria do que “criar necessidades, propiciando ao mesmo tempo os meios de as satisfazer”. Criando “ao preto [...] hábitos”, principalmente o de “comer e beber do melhor” e sendo servido em “pratos ou em garrafas”, estar-se-ia produzindo a obrigação do mesmo de “trabalhar mais do que trabalha, preferindo ao gozo de não fazer nada o gozo maior de satisfazer suas necessidades e apetites”.¹⁶¹ Ou seja, segundo o pensamento propagado por Brito Camacho, o tempo do não-trabalho e, principalmente, o do lazer, não existiria para a maioria esmagadora da população de Lourenço Marques. No pensamento racista propalado, esse seria o seu tempo natural. A criação de necessidades que deveriam ser satisfeitas através da entrada numa lógica de consumo monetário obtido por meio da venda da força de trabalho propiciado pela ação

¹⁵⁹ CAMACHO, Brito. “A preguiça indígena. Do livro ‘Moçambique – Problemas Coloniais’ – 1926”. In: *Antologia colonial portuguesa. Volume I: Política e administração*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946, p.191.

¹⁶⁰ Idem, p.192.

¹⁶¹ Idem, p.193-194.

civilizadora colonial, criaria as possibilidades de ruptura do suposto estado de inércia intrínseco daquelas pessoas colonizadas.

De maneira semelhante, alguns anos antes das palavras de Brito Camacho, um editorial publicado pelo *O Africano* atribuía a “satisfação das necessidades adquiridas o principal motivo que leva o homem a trabalhar”, sendo “o desenvolvimento de necessidades na vida do indígena [...] o meio mais de harmonia com a nossa missão civilizadora e mais decisivo para o obrigar ao trabalho”. Mesmo entendendo que as cantinas seriam um desserviço nesse processo, pois só estariam interessadas na “exploração do preto embriagado”, a ativa ação do comércio com uma “propaganda para a introdução no consumo do indígena de melhores e novos artigos úteis” estaria tendo resultados positivos.¹⁶² Exemplos de anúncios e classificados publicados pelo *O Africano* durante a sua existência (1908-1919) e pelo jornal *O Brado Africano*, entre 1918 e 1922, ano da morte de um de seus mais importantes fundadores, João Albasini, revelam formas complexas de apropriações do projeto intervencionista colonial português enquanto capaz de mimosear a civilização aos rincões africanos, especialmente por uma parcela da população nativa que atuou incisivamente como crítica das reais capacidades de concretização desse projeto. Ao mesmo tempo, esses anúncios são representativos de como o processo de criação de necessidades, sobretudo materiais, interferiram na transformação de hábitos e costumes do dia a dia citadino de maneira transversal na totalidade dos diferentes habitantes de Lourenço Marques.

A atribuição de adjetivos que vinculavam a compra ou a utilização de serviços e produtos ofertados a uma vida moderna e urbana representou um aspecto importante para o projeto civilizacional colonial.¹⁶³ A “empresa de panificação Arthur & Pinho, C.”, por exemplo, foi uma das muitas que buscou convencer seus clientes a frequentar e adquirir seus produtos através das páginas d’*O Africano*. Localizada na Avenida da República, importante via central da cidade, a panificação convocou os laurentinos, em 1912, a comer seus pães de “primeira qualidade”, que só atingiam esses elevados níveis

¹⁶² *O Africano*, 27 de setembro de 1913. WNA.

¹⁶³ Como explica Anne McClintock a respeito da importância da propaganda a partir da segunda metade do século XIX: “a mercadoria tinha assumido seu lugar privilegiado não só como forma fundamental da nova economia industrial, mas também como forma fundamental de um novo sistema cultural de representação do valor social”. Nesse contexto teria sido exatamente através do marketing que as ideias do racismo científico conseguiram ir além de uma elite letrada. Teria sido exatamente na propaganda onde “o eixo da posse se desloca para o eixo do espetáculo. A principal contribuição da propaganda para a cultura da modernidade foi a descoberta de que, manipulando o espaço semiótico em torno da mercadoria, o inconsciente de um espaço público também podia ser manipulado”. MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p.308 e p.315, respectivamente.

por ser aquela uma das “únicas padarias montadas segundo os preceitos modernos”.¹⁶⁴ Noutros momentos, o estabelecimento de uma relação entre Europa enquanto símbolo de avanço civilizacional e a África como símbolo de atraso que deveria ser combatido foram mais explícitos. Aparentemente com pressa para conseguir se inserir no mercado de trabalho local, uma senhora, em agosto de 1917, dizia-se não se importar em ir para nenhum dos distritos da província e, para corroborar a qualidade de seus serviços, usou como referência sua procedência europeia.¹⁶⁵ Provavelmente, essa postura de deixar explícita sua origem foi uma resposta a anúncios como o encontrado em abril de 1917, sob o título de “criada branca”. Nele, o anunciante dizia precisar “com urgência, [de] uma criada que conheça dos arranjos de casa de família e sirva em especial para fazer companhia a uma senhora”.¹⁶⁶

A ampla circulação dos periódicos *O Africano* e *O Brado Africano*, e a sua longevidade são um demonstrativo de sua popularidade. Uma empreitada como essa não poderia ser barata. Segundo Ilídio Rocha, o financiamento inicial e a sustentação durante os anos de publicação d’*O Africano* teriam sido realizados por uma comissão da maçonaria local. Em relação ao *Brado Africano*, o autor não realiza nenhuma afirmação desse tipo.¹⁶⁷ Minhas pesquisas não indicam esse caminho. Apesar de terem surgido como empreendimentos que buscavam dar visibilidade as ideias de um grupo social específico, mas também deliberadamente atuar enquanto agente de transformações políticas e socioculturais, ambos os jornais tiveram características que remetiam a empresas de comunicação daquele contexto específico em que foram publicados.

A capacidade de vender seus espaços para a publicação de anúncios, o que estava diretamente relacionada à capacidade de circulação desses jornais e a quantidade de assinaturas de que dispunham, parece ter sido fundamental para o sucesso dessas empreitadas jornalísticas.¹⁶⁸ A busca pela venda para um número regular de fregueses

¹⁶⁴ *O Africano*, 31 de outubro de 1912. WNA.

¹⁶⁵ *O Africano*, 8 de agosto de 1917. WNA.

¹⁶⁶ *O Africano*, 28 de abril de 1917. WNA. Em 1921, outro anunciante procurava uma “criada branca” para “todo o serviço e de homem só já de idade”. In: *O Brado Africano*, 03 de setembro de 1921. WNA. Para uma análise detalhada a respeito dos empregados domésticos em Lourenço Marques, ver: ZAMPARONI, Valdemir Marques. “Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940”. *Afro-Ásia*, n. 23, Salvador, 1999, p.147-174.

¹⁶⁷ ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000. Sobre *O Africano*, ver: pp. 91-93 e p.236. Sobre *O Brado Africano*, ver: pp. 120-123 e pp. 268-269.

¹⁶⁸ Em outro momento pude analisar de maneira mais pormenorizada esses fatores, sobretudo relacionado ao *O Africano*. Ver: PEREIRA, Matheus Serva. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha. Propaganda e cotidiano nas páginas de O Africano (1909-1919)”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA,

era considerada fundamental para a sobrevivência d'O Africano. Isso fica evidente quando, em 1911, Santos Rufino, o mesmo que idealizou os *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*, dirigiu-se ao governador do distrito de Lourenço Marques solicitando que “o jornal seja ajudado com algumas assinaturas que V. Exa. ou o Governo se digne tomar” e, mais importante ainda, que lhe “fossem fornecidos os anúncios e editais da Repartição de Agrimensura e outros estabelecimentos do Estado”. Suas solicitações seriam mais do que justas, pois o periódico lutava contra “uma falta de ajudas” devido ao seu posicionamento de tratar “exclusivamente de orientar o indígena e de pedir para ele os benefícios que lhe devem ser dados”.¹⁶⁹

De uma maneira geral, por um lado, os anúncios existentes refletiram e corroboraram características do projeto colonial português e sua tendência de racialização das relações sociais. Por outro lado, funcionaram como uma cartilha pedagógica e como meio de divulgação de novos padrões comportamentais para aqueles indivíduos de origem africana que desejassem inserir-se naquele meio urbano que buscava se construir enquanto local de exemplo civilizatório. Os anúncios pululavam ao longo de pequenas notas em todas as páginas dos jornais, mas, geralmente, as propagandas de maior peso eram publicadas com destaque no começo ou no final das edições.

Algo importante de ser mencionado está relacionado a estrutura de publicação das páginas d'O Africano e d'O Brado Africano. Ambos os jornais mantiveram, por praticamente todo o período analisado, o número de quatro páginas por publicação. Desse total de páginas, existiu quase que durante todas as três primeiras décadas do século XX, uma página inteiramente dedicada aos classificados e outras divididas entre anúncios e textos. A par dessa característica, fica evidente a importância desses anúncios para a sobrevivência financeira desses periódicos. Essas páginas dedicadas quase que exclusivamente aos anúncios mantinham a diagramação semelhante à que era utilizada para as notícias, ou seja, agrupavam-se os anúncios dentro de fileiras, cujo número variou ao longo dos anos, e expunha os produtos e serviços oferecidos um sobre

Alexsander Lemos de Almeida. (Org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

¹⁶⁹ AHM. Fundo do Governo Geral (doravante, FGG). Caixa nº 34. Carta para Ernesto de Vilhena, Governador do Distrito de Lourenço Marques, do representante do jornal "O Africano", Santos Rufino, 12 de agosto de 1911.

os outros. Era dentro dessa organização espacial dos periódicos que os engenhosos comerciantes laurentinos tentaram atrair seus fregueses em potencial.¹⁷⁰

A construção, de maneira progressiva, de uma malha urbana que dotou a cidade de equipamentos definidores da existência de uma condição de vida cidadina pode ser sentida através da diversificação das propagandas. Eram variados os símbolos desse processo. A “Empresa União Automobilista de Lourenço Marques” anunciou a chegada de carros particulares para o usufruto de passageiros, oferecendo o transporte com seus veículos todos os dias pelas ruas da cidade, entre as 5 e as 19 horas. A empresa dizia levar os abastados habitantes da cidade a seus destinos, oferecendo carros especiais para cerimônias e casamentos, fazendo preços exclusivos para hotéis “para o transporte de bagagens e passageiros” e “passeios diários à Praia da Polana”.¹⁷¹ Nos classificados também estão anúncios de companhias de seguro,¹⁷² de importadores e exportadores,¹⁷³ da “Empresa Nacional de Navegação” ou dos “Caminhos de Ferro de Lourenço Marques”, que ofereciam “a mais curta, a mais cômoda e a melhor viagem” para inúmeros destinos.¹⁷⁴

Os hotéis que a “Empresa União Automobilista” buscou atrair para o uso de seus serviços foram símbolos desse crescimento da malha urbana de Lourenço Marques. Seus anúncios afloraram em grande quantidade nos periódicos. Chama atenção a tentativa de vinculação explícita que alguns desses hotéis tentaram criar entre a qualidade do serviço prestado e uma predominância de hábitos considerados de origem europeia dentro de suas instalações. Um dos empreendimentos hoteleiros que mais investiram em propaganda trazia no próprio nome essa ideia. O “Hotel-Restaurante Paris”, reformado no início da década de 1910, ficava nas proximidades da estação dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, atrativo este que sabiamente foi valorizado em sua propaganda. Vangloriando-se por ser considerado “um dos melhores hotéis da cidade”, o hotel teria atingido esse posto graças aos “confortáveis quartos” que possuía, as “instalações feitas segundo os mais recentes processos de higiene” e ao seu serviço

¹⁷⁰ Infelizmente, desconheço qualquer trabalho publicado que tenha focado numa análise dos anúncios nos jornais, fossem produzidos por nativos ou europeus, em Moçambique. Para uma análise sobre a relação entre propaganda e racismo dentro do contexto imperial, ver: MCCLINTOCK, Anne. “O império do sabonete – Racismo mercantil e propaganda imperial”. In: Op. Cit., 2010. Apesar da bela análise da autora, a mesma produz uma interpretação do poder das representações da propaganda sobre questões de raça e gênero a partir da interferência que os anúncios de sabão tiveram enquanto circularam dentro da metrópole, não chegando a arriscar hipóteses de como esses interferiram no mundo das coloniais.

¹⁷¹ *O Africano*, 12 de agosto de 1916. WNA.

¹⁷² Dentre muitos exemplares, ver: *O Africano*, 27 de setembro de 1913. WNA.

¹⁷³ Dentre muitos exemplares, ver: *O Africano*, 29 de abril de 1916. WNA.

¹⁷⁴ Dentre muitos exemplares, ver: *O Africano*, 31 de outubro de 1912. WNA.

de alimentação “confiado sempre a cozinheiros europeus”. O “Club Hotel Avenida Aguiar” fornecia “carros elétricos a porta” e também afirmava possuir as condições mais higiênicas possíveis, além de “serviço de cozinha à portuguesa e à inglesa”. Outras opções de hospedagem, aparentemente mais baratas, poderiam ser encontradas nos classificados, como a “Pensão Lusitana de Lourenço Marques”.¹⁷⁵ De forma geral, as propagandas de hotéis seguiam um modelo em que afirmavam serem as instalações do estabelecimento as mais higiênicas possíveis e vinculavam seus próprios nomes ou dos trabalhadores e pratos servidos pelos restaurantes do hotel à Europa.¹⁷⁶

No entanto, não apenas o Hotel-Restaurante Paris dedicou atenção para divulgar suas maravilhas nos jornais. O “Hotel Africano” utilizou-se do espaço dedicado à “seção landim” d’*O Brado Africano* para dirigir-se a seus potenciais clientes. Empregando a língua ronga, o hotel publicou seu primeiro anúncio em novembro de 1919. Localizado no bairro da Malanga, zona suburbana da cidade majoritariamente ocupada por africanos e, provavelmente por ser localizado naquela região, o mesmo optou por anunciar-se em ronga ao invés de usar o português. Seu público alvo era a “nossa gente” ou “nossas pessoas”, o que parece designar a ausência de discriminação por parte dos proprietários em relação a sua clientela esperada, remetendo a uma identidade semelhante daqueles que sabiam escrever e ler aquela língua.¹⁷⁷

Ao mesmo tempo em que *O Africano* e, posteriormente, *O Brado Africano*, tiveram como fator fundamental de sua distinção dentro do meio periodista laurentino a origem social de seus idealizadores e produtores, a “seção landim” representou outra característica impar dessa empreitada. Sendo comum existirem jornais bilíngues na cidade, sobretudo publicados em português e inglês, a “seção landim” era, normalmente, publicada em língua local, preferencialmente o ronga, e nas últimas páginas desses dois jornais. Trouxe, majoritariamente, versões traduzidas das principais

¹⁷⁵ *O Africano*, 28 de março de 1914. WNA.

¹⁷⁶ *O Africano*, 29 de abril de 1916. WNA.

¹⁷⁷ *O Brado Africano*, 01 de novembro de 1919. WNA. Graças a ajuda do professor Ernesto Dimande, linguista da Universidade Eduardo Mondlane, foi possível obter a tradução do anúncio do hotel: “Hotel Africano. De (que pertence ao) Herculano da Costa Tomaz e Roque da Silva. No bairro Malanga. No bairro Malanga abriu-se um hotel que recebe nossas pessoas: homens e mulheres. Quem precisar de boa comida deverá para lá se dirigir. As mesas possuem toalhas guardanapos, copos, etc. Há lugar para dormir e para descansar. Ides para ver o hotel bonito e a comida saborosa”. O texto original é: “Hotel Africano. Dya. Herculano da Costa Tomaz & Roque da Silva. Ka Nwalanga. Ka Nwalanga, ku pfuliwi hotel dya ku yamukela bhanu ba kweru, babanuna ni babansati. Lwe a djulaka a psa-ku-da psa hombe a ye kone. Amimeza mini “matoalha ni ma guardanapu, ni ma kopo etc etc” ku ni ka ku yetlela ni ka ku wisa kone. Yanani awi ya bona hotel dya ku shonga ni psa-ku-da psa ku nandyika”. Foi possível encontrar outras propagandas de hotéis em ronga, como a do “Hotel Bilene” ou do “Hotel [na] Avenida Paiva Manso”. In: *O Brado Africano*, 22 de janeiro de 1921.

manchetes publicadas em português, alguns textos inéditos e, por vezes, anúncios comerciais.¹⁷⁸ O grupo por detrás da elaboração de ambos os periódicos, ao identificarem-se como cidadãos portugueses sem deixarem de ser negros e africanos, buscaram se posicionar enquanto intermediários das populações nativas com os poderes coloniais instituídos e vice-versa. Como ferramenta de legitimação desse posicionamento e de disseminação de ideias e formas de agir, o uso de línguas nativas condizia com as ambivalências existentes no seio do principal grupo social responsáveis por esses jornais. Por um lado, constatavam que graças “as muitas missões espalhadas [...] muito preto sabe ler” e, portanto, entendiam ser necessário “escrever em landim para ser[em] compreendidos”.¹⁷⁹ Por outro lado, nesse início de século XX viam essa característica como negativa, já que eram os “dialetos cafres” um “mal que pretend[iam] combater”,¹⁸⁰ reclamando de como as missões, ao focarem no ensino do “landim”, estariam “bestializando cada vez mais o indígena”.¹⁸¹

Os missionários, principalmente os suíços protestantes que tiveram forte atuação no sul de Moçambique a partir da última quinzena do século XIX, viram na língua um instrumento de modernização, fortemente associado ao cristianismo e ao progresso. O processo de codificação e fixação de uma diversidade de línguas orais existentes na região que as transformou numa forma escrita passou por um processo de seleção que elevava uma determinada forma de se expressar em detrimento de outras.¹⁸² Apesar da artificialidade existente na codificação da língua ronga realizada pelos missionários suíços, que marginalizaram outras formas orais locais, isso não quer dizer que a mesma não foi reapropriada de diferentes maneiras pelos variados grupos nativos.

Dentro desse contexto, o missionário e etnógrafo suíço Henri Junod, que atuou maciçamente na região durante este período, relatou uma história, no mínimo jocosa, ocorrida consigo. Um de seus vizinhos, chamado Mandriya, solicitou-o que lhe desse uma carta para conseguir cobrar uma dívida. Inquerido o porquê desse desejo, pois

¹⁷⁸ *O Africano*, desde sua primeira edição em dezembro de 1908, dedicou parte de suas publicações para serem escritas ou traduzidas para o que chamou de “língua landim”. No entanto, separar um setor específico do jornal dedicado apenas para os artigos escritos nessa língua surgiu apenas alguns anos depois, mais especificamente em 31 de julho de 1909. Ver: *O Africano*, 31 de julho de 1909. WNA. Para um exemplo de como era prática comum traduzirem do português para o landim os textos editoriais do jornal, ver: *O Africano*, 05 de setembro de 1912. WNA. Outra característica era a de traduzir do português para o “landim”, questões legislativas coloniais, “afim de tomarem conhecimento [...] os interessados”. Ver: 24 de setembro de 1913. WNA.

¹⁷⁹ *O Africano*, 25 de dezembro de 1908. WNA.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ *O Africano*, 05 de setembro de 1909. WNA.

¹⁸² Ver: HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. Impacto dos missionários suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas Editorial, 2007.

Junod não sabia da natureza da negociação e os devedores não sabiam ler, a resposta obtida teria sido a seguinte: “Não faz mal [...]. O importante é que tenha um papel na mão. Terão medo. Pensarão que venho da parte dos Brancos, e munido da sua autoridade”. O missionário, classificando aquele expediente como “pouco decente”, o que era de se esperar de um homem munido da ética protestante, terminou por passar uma carta dirigida ao “Intendente português da região” declarando conhecer Mandriya. Sem saber ao certo o procedimento do vizinho durante a cobrança, Junod apenas soube que seu vizinho conseguiu recuperar alguns dos seus pertences.¹⁸³ Dentre as formas possíveis de apropriação da palavra escrita pelas populações nativas, a utilização da língua escrita ronga pelos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, mesmo que a inferiorizando em relação ao português, funcionou tanto para a criação de uma comunidade produtora de elites locais, como um mecanismo de disseminação de ideias e formas de identificação próprias que poderiam ir além dos preceitos iniciais da racionalização imposta sobre aquele mundo.¹⁸⁴

O “Hotel Africano” não foi o único comércio a se preocupar em divulgar seus serviços e produtos para a camada da população que representou o número maior de todos aqueles que habitavam Lourenço Marques. É possível encontrar outros exemplos semelhantes. Esse foi o caso da referenciada “empresa de panificação Arthur & Pinho, C.”. Afirmando que seus pães eram de primeira qualidade e os mais modernos por não terem “contágio de cinza”, a mesma fez uso do ronga para ampliar a venda de seus pães, tentando, assim, atingir um mercado consumidor que ia além daquele composto pelos colonos de origem europeia.¹⁸⁵ A “Empresa de Panificação Limitada”, para não ficar atrás da concorrente, também afirmou em português e em ronga que seus pães eram os da “única padaria montada segundo os preceitos modernos” e sem qualquer “contágio com cinza” na cidade.¹⁸⁶ Outro que tentou apelar para os habitantes que liam e falavam português e “landim” foi a “Casa de Ferro-Velho de Mossa & Joosub”. Apresentando-se praticamente como uma loja de penhores, aquele empreendimento anunciou que possuía

¹⁸³ JUNOD, Henry. *Usos e costumes dos Bantu. Tomo I – Vida social*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.279.

¹⁸⁴ Como explica Patrick Harries, “The grammar and orthography of a written language provided the reader with a stable and enduring cultural marker independent of the chief; the printed word took on the power of non-perishable truth while at the same time providing people, whose economic and social horizons were rapidly expanding, with a new means of communication and expression”. In: HARRIES, Patrick. “The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in South-East Africa”. In: *African affairs*, Vol. 87, n° 346 (jan. 188), p.45.

¹⁸⁵ Encontrei anúncios da panificação Arthur & Pinho, C. publicados pelo *O Africano*, praticamente sem nenhuma alteração em seu conteúdo, entre os anos de 1912 e 1917.

¹⁸⁶ *O Africano*, 28 de abril de 1917. WNA.

por “preços muito baratos” objetos, como: “móveis, utensílios de cozinha, mesa, artigos de escritório, roupas brancas de toda a espécie, calçado para homens, senhoras e crianças”.¹⁸⁷ Todos objetos fundamentais para se perceber a produção de uma nova forma de se viver promovido pelo crescimento da presença colonial portuguesa na região.

Os anúncios em ronga, mesmo que mais esporádicos que aqueles em português, continuaram aparecendo n’*O Brado Africano* até, pelo menos, finais dos anos 1940. Mais bem elaborados do que aqueles primeiros encontrados nos anos 1910 e 1920, permaneceram especificamente publicados na “seção landim”, mas com uma maior diversificação dos produtos e serviços oferecidos. Em 1943, por exemplo, era comum encontrar naquela seção, publicidades de empresas de transporte terrestre que faziam a ligação entre diferentes regiões de Moçambique,¹⁸⁸ de uma farmácia localizada nos arredores de Lourenço Marques, ou da empresa “Sabão e Óleo ‘Moçambique Ltda’”, que propagandeou que todo africano comprava seu sabão “Pioneiro e Leão” por ser “o melhor de todos, mais barato e resistente”.¹⁸⁹

Enquanto a população de Lourenço Marques, composta pelas “26 nacionalidades europeias”, buscou saciar seus desejos por necessidades materiais, é relevante perceber como a proliferação desses hábitos de consumo, que também interferiam nas formas de vivência cotidiana, foram estimulados pelos comerciantes através dos classificados não apenas para essa camada populacional urbana específica. Fosse o “Hotel Africano”, a panificação, a loja de penhores ou a empresa que produzia sabonetes, ao se preocuparem em publicar seus anúncios na “seção landim” ou serem bilíngues, demonstram um desejo em atrair um público maior e mais diversificado, sendo esse um indicativo de como a construção de necessidades, na prática, levou a incorporação de outros novos costumes. Como explica Daniel Miller, embora “as pessoas sejam construídas por seu mundo material, com frequência não são elas os agentes por trás desse mundo material no qual têm de viver”.¹⁹⁰ Contudo, mesmo que a princípio impostos de maneira opressiva pelo colonialismo, esses novos objetos incorporados a cultura material que configurou a algazarra da vida cotidiana daqueles que se

¹⁸⁷ *O Brado Africano*, 04 de outubro de 1919. WNA.

¹⁸⁸ Desde os anos 1920, pelo menos, uma firma com o nome sugestivo de “Empresa Progresso” anunciava, em português e em ronga, que fazia transporte de passageiros e cargas. In: *O Brado Africano*, 26 de novembro de 1926. WNA.

¹⁸⁹ *O Brado Africano*, 06 de fevereiro de 1943. WNA.

¹⁹⁰ MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.127.

comunicavam majoritariamente em ronga foi responsável pela elaboração de novas e, na maioria das vezes, inesperadas formas de interação.

A língua assim como o uso de imagens ilustrativas dos produtos ofertados, foram atrativos importantes que demonstram uma relação entre novos objetos incorporados ao universo de consumo cotidiano das camadas classificadas enquanto indígenas de Lourenço Marques, a transformação acelerada de hábitos pelas quais essa população passou e a relação desse processo com a exploração colonial. As inúmeras casas que vendiam roupas ou apenas as peças de tecido foram aquelas que mais investiram em chamar a atenção do público falante de ronga. A “Casa Tombler”, por exemplo, afirmou prover fazendas para a confecção dos mais belos vestidos, chapéus e sapatos. A mesma realizou uma promoção, divulgada em português e em ronga, onde o primeiro cliente vitorioso em um sorteio receberia 25 mil réis em fazendas à escolha e o segundo, 15 mil réis em dinheiro.¹⁹¹ O “Salão Chic” vangloriou-se por possuir um “colossal sortimento de modas”¹⁹² e as “últimas novidades de Paris e Londres”.¹⁹³ Enquanto a “Casa Leão” avisava seus fregueses sobre uma liquidação, com “preços excepcionais” de “Rendas, Bordados e Étamines” e louças.¹⁹⁴ O “Salão de Moda Fabião e Silva”, em 1915, dedicou propaganda exclusiva em ronga.¹⁹⁵ Curiosamente, ambos os salões de moda perduraram por longos anos como estabelecimentos comerciais de referência em Lourenço Marques. Ambos foram retratados no terceiro volume dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*. Ao segundo foi dedicada uma foto exclusiva da fachada da loja e do seu interior, sendo descrito como o local de “encanto das Damas de Lourenço Marques”.¹⁹⁶

Tendo repetido anúncios em ronga, alguns ganhando destaque significativo nas páginas da imprensa ao longo dos anos, o “Salão de Moda Fabião e Silva”, após a mudança de dono d’*O Africano*, migrou seus anúncios em ronga para *O Brado Africano*.¹⁹⁷ Em 1918, o mesmo salão de moda dizia vender diversas peças de

¹⁹¹ *O Africano*, 27 de setembro de 1913. WNA.

¹⁹² *O Brado Africano*, 26 de julho de 1919. WNA.

¹⁹³ *O Brado Africano*, 14 de agosto de 1920. WNA. Importante salientar que, aparentemente, nos anos analisados d’*O Brado Africano* existiu uma maior proliferação de anúncios em ronga, em relação aqueles existentes n’*O Africano*. Nessa edição do jornal, pude encontrar anúncios de hotel, casas e comércios variados naquela língua.

¹⁹⁴ *O Brado Africano*, 01 de fevereiro de 1919. WNA.

¹⁹⁵ *O Africano*, 3 de julho de 1915. WNA.

¹⁹⁶ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 3: Lourenço Marques - Aspectos da cidade, Vida Comercial, Praia da Polana, etc.* Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p.19, 23 e 24.

¹⁹⁷ *O Brado Africano*, 04 de setembro de 1920. WNA.

vestimenta. Tendo adquirido os mais modernos tecidos europeus para suprir a população laurentina durante a “estação de inverno”, ilustrou seu anúncio com o desenho de uma mulher com traços físicos que podem ser considerados tipicamente europeus, trajando uma roupa que seguia “absolutamente o rigor da moda”, com seu chapéu na cabeça, segurando suas luvas, portando um vestido esvoaçando ao vento e calçando sapatos de salto alto. Eram oferecidos aos clientes uma “variada coleção dos mais lindos chapéus de inverno”, “tecidos para vestido” ou “casacos de lã para senhoras e crianças”. Os homens laurentinos poderiam encontrar “cortes de fato [terno], chapéus de feltro, cachecóis. (...) luvas etc.”.¹⁹⁸



ESTAÇÃO DE INVERNO

O mais completo e cheio sortido de artigos de moda, próprios da presente estação, encontram-se V. Exa. no 1007

FABIÃO & SILVA

Casacos de Astracán, Peluche, Veludo do Norte, Molton -- alta fantasia, -- etc. Verificada coleção dos melhores e mais lindos chapéus de inverno -- modelos e confecções absolutamente diferentes. Tecidos de lã para vestidos. Challes de malha. Colossal sortido de casacos de malha de lã para senhora. Abafos para crianças -- um variadíssimo sortido. Todos os artigos, em fim, para senhoras e crianças, próprios da estação Invernosa, e absolutamente ao rigor da moda. -- É ver a nossa exposição.

SEÇÃO PARA HOMENS

Cortes de fato, chapéus de feltro, cachecóis, camisas de lã, camizolas "sport", luvas, etc. etc.

Temos também um bom sortido de cobertores de excelente qualidade e muitos outros artigos que seria impossível mencionar aqui.

Vêr para crêr!

¹⁹⁸ *O Africano*, 8 de junho de 1918. WNA.

As novidades da moda europeia estamparam as páginas da imprensa de Lourneço Marques. Exemplo de como o comércio buscou atrair uma gama variada de potenciais clientes. In: *O Africano*, 8 de junho de 1918. WNA.

O Salão de Moda Fabião e Silva foi uma das empresas que mais utilizou das páginas dos jornais *O Africano* e *O Brado Africano* para fazer suas propagandas. Incorporando a forma escrita do ronga nos seus anúncios, por um lado, buscou chamar a atenção dos potenciais clientes não leitores e não falantes da língua portuguesa, demonstrando a importância desses como clientes na cidade de Lourenço Marques. Por outro lado, pode-se supor que a questão indumentária tornou-se, rapidamente, num local de disputa de diferentes formas de apropriação. Para os adeptos da ação colonial civilizadora, era através da indumentária que poderia-se medir o grau de sucesso desse projeto. Para aqueles a que eram direcionados esses anúncios, incorporar essas roupas e tecidos a suas vidas era uma nova forma de participar, de acordo com seus intentos, daquele mundo que o oprimia e que tentou tutelar suas ações.

!!Tshipi... Tshipi!!

A tshipi dyikulu ngopfu ku hinkwayu
a wheti ya Setembro

KA

Fabião & Silva

Ku shitolo sha **Fabião & Silva**,
a wanuna, wansati, a ntyongwana, a ngo hi-
ngena na a handyukile aba o huma na a longi-
le, ha mali yityongo.

!!Hi metade ya mali lei afaka psi shabiwa!!

KA

"Fabião & Silva" ku ta shabisiwa:

A ma *cazaco* ya bushika; ma *cazaco* ya
«Sport» ya wulwa, ya algudão ni séda, ni ya
séda ni algudão; *maroko*, ma *buluza*, ya wu-
lwa, ya séda ni ya crepon Suisso. A marena;
mashita manyingi; a wulwa, aséda, ni ma *risca-
do* manyingi ya hombe lawa ma nga hambaka
makapulana ni makimau ya ku shonga. *Hin-
kwapsu* ka **Fabião & Silva** psi ta shabisiwa
hi mali yityongo ngopfu!

A ma *Lençol*, makulu, ma ta shabisiwa ka
Fabião & Silva hi 18/6! Magumana ya wulwa,
ha 22/6!!!

Hlamalani! Hlamalani!

Hlamalani a tshipi ka *Fabião & Silva*!

A minkhaishu ya batyongwana a shabisa
ha 3/9, 5/6, 7/3 e 15/6!

Psilembe psa batyongwana ni babasati
ha 2/6!!

!30 wa mapeça ya «teamine Suisso», ya
mibala minyingi, ha 3/9 a metro!

A mi meia a na 10.000 wa ma par, ya mi-
bala hinkwayu, *Fabião* a telaka ni hi tingana ta
ku hlaya a mali ya kone hikusa i yityongo ngo-
pfu.

Ka **Fabião & Silva**! Ku ta shabisiwa ni
psinyingi psinwana ha mali yityongo! A sun-
gula hi musumbuluku a ku tshipisa.

Nwi nga heteni a mali na nwi nga mu
dyungulanga *Fabião & Silva*.

Minturu! Minturu!! Minturu!!!

Ka Fabião & Silva

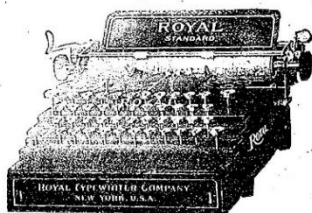
Hinkweni nwa psitiba psaku hi le ka **FABIÃO & SILVA**
laha ku kuniwaka a minturu ya ku shonga ni ku tiyela. Mi-
nturu minwanya ya ku shongama ha ku yamukeliwa pso-
psi hi yene **FABIÃO & SILVA**.

A minturu ka **FABIÃO** ni shabisiwa ha mali le'yityo-
ngo, mali ya *liquidação*

Nesse anúncio publicado na "seção landim", o salão de moda Fabião & Silva estava fazendo uma grande promoção dos seus estoques. O texto é o seguinte: "Barato! Barato! Grande promoção em todo o mês de setembro na loja Fabião & Silva! Nesta loja, a mulher, o homem e a criança entram esfarrapados e saem

aprumados e lindos a preços baixíssimos. Tudo à metade do preço! Na loja "Fabião & Silva" pode-se comprar: casacos para frio, casacos desportivos de lã e de algodão suíço. Rendas, sheeta, lã, seda, blusas de algodão e crepom suíço! Rendas, várias sheetas, algodão, seda riscada e bonita que pode confeccionar vários tipos de roupa como capulana e quimão lindo. Na Fabião & Silva tudo está a baixo preço: Lençóis de enormes dimensões 18/6. Mantas de 22/6. Vide a promoção na Fabião & Silva: vestidos das meninas vendem à 3/9, 5/6, 7/3 e 15/6! Chapéus e bonés para senhoras e crianças a 2/6. 30 peças de étamine Suíço de várias cores a 3/9 cada metro. Cerca de 10.000 pares de meias de todas as cores. A Fabião e Silva tem, inclusive, vergonha de conferir o dinheiro no ato da compra por ser tão baixo. Na Fabião & Silva poderá adquirir mais e mais produtos a preços baixíssimos! A Fabião & Silva inicia a promoção na segunda-feira! A Fabião & Silva dispõe de um novo stock de lenços de cabeça a preços baixíssimos para o cliente! Vá agora a Fabião & Silva e aproveite os preços de liquidação!". In: *O Brado Africano*, 04 de setembro de 1920. WNA. Agradeço ao auxílio prestado por Patrício Martins na tradução.

Royal Standard



TYPEWRITER

É a melhor e a mais resistente até hoje fabricada

Pedir preços e mais informações aos

Agentes gerais na África Oriental

Ribeiro & Levy

A. M. Jorge, Succers.

Rua Consiglieri Pedroso, 53

Caixa postal, 454

Lourenço Marques

Artigos
photographicos

Gaga e sport

Gramophones

DISCOS

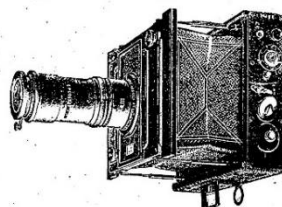
AGULHAS

e artigos diversos

ARMAS

e munigiões

"ELLEY"



REPRESENTANTES DA

Manufacture Française d'Armes e Cycles

de S.^{te} Etienne

Informações e catalogos gratis a quem os requisitar




Ka P. A. Collot

Praça 7 de Março
Caixa Postal n.º 150
Lourenço Marques

Vanani nwi yati bonela:
A psikhati psa hombe a ku sukela ka 2 l.
A ma vidro ya psikhati a ku sukela ka 1 shilin.
A psibelo psa ma vidro ya psikhati psa maboko
aku sukela ka 1 shilin.
A mimpfungulu ya psikhati a ku sukela ka 6 pence.

A psitlanwana psa mitshatu psa gole a ku sukela
ka 12 shilin.
A psitlanwana psa libungu psa 18 qullates psa ku
shonga a ku sukela ka 5 shilin.
A pitlanwana lepsinyingi psa tindlebe, a ku suke-
la ka 5 shilin.
Ni psinwanyana psa mintshumu ya ku shonga
psa ku shabiwa hi malana yi tyongo.

A mafasitela, psanga hi: maluneta, oculos, a ku su-
kela ka 10 shilin, nima monoculos ya 4 shilin.
Niku lungisa ka psikhati.
Fambani nwi ya tibonela.

Outros exemplos do uso de imagens nos classificados dos jornais. Esses anúncios poderiam vir acompanhados com um engrandecimento das qualidades dos produtos ofertados e os preços módicos oferecidos por meio do português, como nos dois primeiros casos, ou do ronga, como no caso a esquerda. As invenções tecnológicas, símbolos do progresso, ganhavam destaque nas páginas periódicas através dessas imagens. O uso de ilustração facilitava a popularização desses bens materiais. In: *O Africano*, 01 de agosto de 1911. WNA. E, *O Brado Africano*, 30 de julho de 1921. WNA.

As propagandas foram bastante plurais com relação aos produtos e aos serviços oferecidos à população de Lourenço Marques. Afinal, buscou-se atrair os fregueses para as boutiques de roupas, para a compra de produtos de embelezamento. As novidades tecnológicas apareciam em destaque, alcançando principalmente por meio da utilização de imagens, atraindo os olhares para máquinas de escrever ou máquinas fotográficas, relógios, óculos, automóveis, gramofones e discos. Buscaram vangloriar seus produtos anunciados vinculando-os a um significado mais amplo relacionado à Europa e às ideias de progresso e de avanço civilizacional. Esses exemplos evidenciam como a construção do que era entendido pelo colonialismo português como progresso civilizacional ocorreu, pelo menos no raio de alcance das interações elaboradas em Lourenço Marques, através de uma popularização de serviços e bens que simbolizavam uma suposta superioridade legitimadora da ação colonial, ao mesmo tempo em que corroboravam o processo de coerção de exploração dos trabalhadores nativos e a necessidade da adoção de formas de vida distintas daquelas existentes até então. Por um lado, posso afirmar que elas foram pensadas, em sua maioria, exclusivamente para atingir o público composto pelo cosmopolitismo enevoado descrito no início desse capítulo. Porém, por outro lado, não se restringiram a ele. Corroborando um trânsito existente, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, mesmo que cheio de perigos cotidianos, entre os diversos mundos viventes dentro da capital colonial, a análise desses anúncios revela um imbricado jogo de influências e transformações pelas quais os trabalhadores urbanos nativos passaram naquele momento.

2.2.2. Conflitos em torno da “conversa burguesa”

Não apenas as grandes novidades em produtos e serviços ganharam destaque nas páginas da imprensa de Lourenço Marques. Conjuntamente a esse fenômeno, todo um conjunto de consumo e de práticas culturais, relacionadas aos locais e momentos de divertimento existentes na cidade, foram propagandeadas pela imprensa laurentina do início do século XX. No primeiro capítulo, demonstrei como os batuques realizados em diferentes espaços urbanos laurentinos possuíam diversas características, inclusive como momento de confraternização voltado para o divertimento. Posteriormente, percebemos, principalmente através do pensamento de Brito Camacho, como uma parcela dos homens que pensavam o colonialismo português entendiam o tempo do não-trabalho como o natural daqueles que se encontravam sob o seu domínio na África.

Diferente da perspectiva adotada pelos periódicos de defesa de uma repressão voltada para a eliminação dos batuques na cidade, pude encontrar outras formas de se enxergar os espaços de lazer em Lourenço Marques. Essas visões ajudarão a reconstruir esses lugares como locais de conflito, de apropriação do tempo e do espaço urbano colonial.

Em artigo de opinião publicado em 1907 pelo jornal *A Tribuna*, seu autor, assinando com o pseudônimo de *Fulano de Tal*, afirmou que os bares de Lourenço Marques cumpririam uma função pública de utilidade social. Caracterizados em outros meios periodistas da cidade como “perigosos focos de desmoralização”, onde “se entremeiam beijos sífilizados com champanha”, aqueles estabelecimentos seriam, segundo o polemista, “uma válvula de segurança da moralidade doméstica”. Para *Fulano de Tal*, em primeiro lugar, existindo “tantas mulheres europeias casadas”, a busca por “reuniões com exemplares da raça indígena”, evitava, ao menos, a cobiça da mulher do outro. Em segundo lugar, a utilidade dos bares estaria na sua interpretação sobre as opções de divertimento na cidade, já que entendia que Lourenço Marques “não oferec[ia] diversões. Além de música gratuita 3 vezes por semana”. Nada mais existindo, os bares seriam o único suprimto de entretenimento da comunidade masculina, principalmente aquela de origem europeia. Sua conclusão era: “Abrir um teatro será, talvez, fechar os bares”.¹⁹⁹ O texto assinado por *Fulano de Tal* expressa uma maneira de divulgação das formas de entretenimento possíveis de serem encontrados naquele período. Ao mesmo tempo, revela como diferentes agentes sociais usaram-se do meio periodista para expressar suas posições a respeito do tempo do lazer e, com isso, exerceram pressões para que suas opiniões se materializassem nos espaços dedicados ao usufruto desse tempo.

O artigo, polêmico como era, foi prontamente respondido dias depois de sua publicação. O arguidor concordou com a premissa exposta por *Fulano de Tal* a respeito da ausência de distrações em Lourenço Marques, especialmente aquelas promovidas pelos espetáculos de teatro. Porém, isso não queria dizer que não existisse um local, considerado típico da cidade, onde era possível se divertir. Segundo o arguidor, poderiam ser criados teatros e bares aos montes, mas fazia um apelo para que aquelas

¹⁹⁹ *A Tribuna*, 02 de maio de 1907. Biblioteca Nacional de Portugal (doravante, BNP). A discrepância entre o número de homens e mulheres em Lourenço Marques era um problema para o colonialismo português, especialmente por conta do baixo número de mulheres brancas. Segundo um mapa estatístico de 1897, a cidade possuiria 4.902 habitantes, desse total, a população maior de idade, era de 1643 homens para 281 “europeus e americanos”, 655 homens para 187 mulheres “africanos” e 692 homens para 18 mulheres “asiáticos”. In: Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), Direção Geral Ultramarina (doravante, DGU), 3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas.

“inovações” não escangalhassem “o arranjinho do quiosque do Valentinni”.²⁰⁰ A importância dos quiosques como local de sociabilidade, sobretudo para uma camada da população composta por proprietários, colonos, funcionários públicos, mas também pelos trabalhadores domésticos que transitavam pelas casas desses membros da alta sociedade local, pode ser percebida pela criação de uma coluna no jornal *O Português*, em março de 1901. Intitulada “Pelos Quiosques”, a ideia da rubrica era de trazer pequenos textos com os boatos que estariam sendo mais comentados e ouvidos pelos quiosques de Lourenço Marques. A maioria das notas publicadas foram sobre acontecimentos relacionados aos membros dessa camada populacional, como casos de cunho político, acusações de corrupção, descrição das pessoas localmente famosas, etc.²⁰¹



²⁰⁰ *A Tribuna*, 05 de maio de 1907. BNP.

²⁰¹ Ver: *O Português*, 13 de março de 1901. BNP.



Importante local de sociabilidade, especialmente entre os homens brancos, mas também entre os trabalhadores negros, fossem classificados como indígenas ou assimilados, os quiosques foram fotografados com frequência pelas lentes daqueles que registraram Lourenço Marques nas três primeiras décadas do século XX. As praças Mouzinho de Albuquerque, que aparece na primeira imagem, e a 7 de Março, da segunda imagem, foram importantes lugares de localização dos chamados quiosques. Ambas possuíam algumas opções de quiosques onde essas pessoas poderiam beber, comer e arranjar algum divertimento. Ambiente predominantemente masculino, as praças e quiosques serviram como importantes espaços de sociabilidade. Na primeira imagem: “Kiosks, Praça Mousinho d’Albuquerque”. In: J. & M. Lazarus. *A Souvenir of Lourenço Marques. An album of views of the town*. Lourenço Marques: Tabler & Co., 1901, p.28. Na segunda imagem: “A Praça 7 de Março – no centro da cidade – com os seus quiosques da... ‘má língua’...”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). *Op. Cit.* Volume 3, 1929, p.64-65. Vale a pena ressaltar a existência dos cartazes de peças ou filmes que seriam exibidos no Teatro Varieté e buscavam atrair o público.

A insistência de ambos os textos em enfatizar a ausência de divertimentos corroborava um coro presente na imprensa de Lourenço Marques, nas primeiras décadas do século XX, a respeito das opções de entretenimento na cidade. *A Tribuna*, por exemplo, afirmou serem os quiosques e os bares, mesmo que de maneira ambígua por serem locais entendidos como propícios às imoralidades provocadas pelo excesso no consumo de bebidas alcoólicas, as principais opções de lazer para os habitantes da cidade. Porém, a categoria genérica de habitantes da cidade não é de todo homogênea. Afinal, o jornal insistia que “Lourenço Marques [...] apenas vive de dia. De noite apenas o quiosque e os bares dão sinal da vida da população”. A construção do “elegante teatro do Sport Club Português” seria uma tentativa para amenizar “a vida, limitadas nesta

cidade africana a conversa burguesa do quiosque”.²⁰² Sendo assim, os quiosques, bares, o “elegante teatro” a ser construído, estariam ligados diretamente ao intuito de aburguesamento daquela paragem africana. Os diferentes meios periodistas que circulavam por Lourenço Marques nessa época produziram uma imagem a respeito da cidade que corroborava o seu posicionamento em defesa de uma ordenação da mesma com o intuito de transformá-la em um símbolo do sucesso da empreitada civilizacional portuguesa. Por isso mesmo insistiram na necessidade de construção de espaços de lazer que corroborassem esse posicionamento, como os teatros onde atores e músicos poderiam se apresentar ou o mais moderno entretenimento desenvolvido na época: o cinematógrafo.

Aqueles escandalizados com a visão de “beijos sifilizados” regados a champanha, reivindicaram formas de entretenimento que não chocassem a moral dos defensores da “conversa burguesa”. Suas críticas, que insistiram na inexistência de locais onde pudessem papear calmamente, parecem estar mais relacionadas a uma ausência do que entendiam ser o ideal de diversão a ser oferecido em Lourenço Marques, do que a própria inexistência desses locais que ofertavam entretenimentos. Afinal, em 1900, o Grêmio Vasco da Gama organizou apresentações regulares de recitais com orquestra e espetáculos em seu “elegante teatro”.²⁰³

Em diferentes jornais que circularam nas primeiras décadas do século XX pude encontrar exemplos de touradas, apresentações de recitais, peças ou apresentações de filmes. O próprio *A Tribuna*, que havia reclamado das escassas oportunidades de divertimento burguês, anunciou, em julho de 1907, a ocorrência da apresentação de algumas fitas no salão cinematógrafo da Sociedade 1º de Janeiro.²⁰⁴ Alguns meses depois, o mesmo jornal informou que o proprietário do cinematógrafo funcionando “junto ao antigo edifício da Alfândega” havia encomendado, direto de Paris, “34 fitas coloridas de grandes efeitos cênicos”. As novidades não se esgotavam aí, pois estaria em negociações a chegada mensal “das fitas que mais conquistaram o agrado e o aplauso do público” parisiense. Adotando um discurso de progresso e modernidade, as apresentações dessas fitas seriam motivo de orgulho para a cidade, pois a colocava concomitantemente aproveitando e deleitando-se com os mesmos estímulos visuais que os cidadãos europeus da maior estirpe. Da mesma maneira, as instalações deste

²⁰² *A Tribuna*, 30 de setembro de 1907. BNP.

²⁰³ *O Português*, 26 de outubro de 1900. BNP.

²⁰⁴ *A Tribuna*, 22 de julho de 1907. BNP.

cinematógrafo acompanharam o ritmo do discurso ao mostrar que aquela “limitada cidade africana” poderia adaptar suas instalações para atrair mais clientes com a colocação de “quatro ventoinhas elétricas, que manti[nham] a sala numa temperatura agradávelíssima”.²⁰⁵ Alguns meses depois, em dezembro de 1907, foi anunciada a abertura de mais um cinematógrafo. Este possuía uma “sala confortável, provida de ventoinhas elétricas” com uma vasta coleção de fitas que deveriam “despertar grande interesse” e prometiam receber mensalmente fitas novas de Lisboa, Paris e Berlim.²⁰⁶

Com exceção das cantinas apresentadas no primeiro capítulo, estes exemplos nos dão a entender que os empreendimentos do ramo do entretenimento buscavam atrair um público composto majoritariamente por homens e, em menor escala, mulheres, de origem europeia ou os representantes africanos considerados civilizados aos olhos desses indivíduos. No entanto, um olhar mais atento permite perceber como o processo de desenvolvimento desses espaços urbanos nos anos iniciais do século XX trouxe consigo questões relacionadas à convivência de grupos dispares que se esbarravam, mesmo que de maneira hierarquizada sócio e racialmente, pelos quiosques, bares, teatros, cinemas, touradas, exatamente por conta da natureza múltipla que Lourenço Marques adquiriu quando de sua consolidação enquanto capital de Moçambique colonial.

Haviam restrições a esses encontros que demonstram o caminhar da formação de uma cidade segregada, que se refletia nos espaços que foram sendo construídos, inclusive nos locais de entretenimento. As touradas, apesar de serem praticadas por amadores e sofrerem com as queixas da imprensa por conta da baixa qualidade dos espetáculos,²⁰⁷ possuíam locais específicos na plateia para aqueles nomeados como indígenas. O Grupo de Amadores Tauromáquico anunciou, em março de 1901, um evento para comemorar seu primeiro ano de existência. Os piores lugares, aqueles separados dos demais e expostos ao sol, foram designados para o público “indígena”.²⁰⁸ Alguns anos depois, num evento com o intuito de celebrar a inauguração da Praça D. Carlos, localizada em uma importante região da cidade, organizou-se um espetáculo de

²⁰⁵ *A Tribuna*, 26 de novembro de 1907. BNP.

²⁰⁶ *A Tribuna*, 01 de dezembro de 1907. BNP. Segundo Guido Convents, é exatamente a partir de 1907 que aparecem os primeiros registros de exhibições de filmes importados da Europa, realizadas no salão Edison e no café Paris. CONVENTS, Guido. *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual*. Maputo: Conteúdos e Publicações, 2011, pp.48-50.

²⁰⁷ Eram frequentes as reclamações da imprensa na primeira década do século XX em relação as touradas. *O Distrito*, por exemplo, afirmou uma vez que “não merece a tourada as honras de uma resenha”. In: *O Distrito*, 12 de janeiro de 1905. BNP.

²⁰⁸ *O Português*, 13 de março de 1901. BNP.

banda e corrida de touros. Deixando evidentemente explícita a existência de uma segregação quanto ao local que o público poderia ocupar a partir da utilização de uma distinção jurídica, a tabela de preços do evento indicou que aos “indígenas” caberia um local pior do que a “bancada de sol”. A tabela de preços publicada foi dividida da seguinte maneira: “Camarotes (4 entradas) 10\$000, barreiras de sombra 2\$000, sombra estofada 1\$800, bancada de sombra 1\$500, bancada de sol 1\$000 e indígenas 500”.²⁰⁹

Como demonstrei anteriormente, o lazer não era concebido, por uma ala do pensamento colonial, como um direito da população de origem africana negra. Nesse sentido, boa parte dos ambientes voltados para o entretenimento dos moradores de Lourenço Marques foi projetada tendo em vista cumprir as demandas da população branca e, por vezes, dos filhos da terra, oficialmente classificados como assimilados. Todavia, mesmo que os cinematógrafos se vangloriassem de suas instalações, seguidoras dos preceitos mais modernos, oferecendo os mais recentes filmes europeus, seu público não era de todo composto apenas por essas duas camadas da população citadina.

No dia 19 de dezembro de 1907, *A Tribuna* felicitou o citado cinematógrafo localizado ao lado da Alfândega, pelas “esplêndidas [...] fitas”, na sua maioria coloridas, com atores exibindo um “guarda-roupa riquíssimo [...], de um requintado luxo fora do comum” e que de “tão extraordinariamente caiu no agrado do público”. Nesse mesmo dia, o periódico informou a ocorrência de “desordens no cinematógrafo”, que foram aparadas pelo guarda ali em serviço, entre Joaquim Marques e o “indígena Gustare”.²¹⁰ Não foi informado se o ocorrido foi exatamente naquele cinematógrafo, porém ainda não existiam muitas opções na cidade. O motivo do desentendimento também não foi apresentado. Porém, é interessante notar a informação de que era possível encontrar indivíduos classificados como indígenas frequentando os cinematógrafos, importantes locais de disseminação de imagens que influenciavam hábitos em acelerada transformação e, sobretudo, de dispêndio do tempo do não-trabalho. Pelo caso ter ocorrido em 1907, é importante também perceber que, mesmo não tendo a informação precisa, sabemos que o “indígena Gustare” estava em um cinematógrafo que não era voltado exclusivamente para as “classes menos abastada”,²¹¹ como era o caso do

²⁰⁹ *O Distrito*, 28 de setembro de 1904. BNP.

²¹⁰ *A Tribuna*, 19 de dezembro de 1907. BNP.

²¹¹ *O Africano*, 30 de maio de 1914. BNP.

Cinema Popular, localizado na Avenida Central, que, a partir de 1914, passou a proporcionar para esses indivíduos “espetáculos de variedades”.²¹²

Segundo Nuno Domingos, após a fundação do “cinema Popular, em 1914, surgiram o Cinema-Lusitano, em 1931, o Império, em 1951, o Olímpia, em 1970”, todos voltados para a população dita indígena e que foram uma consequência do regime de separação elaborado pelo colonialismo português. A questão comercial, da possibilidade de obtenção de lucros com o público dito indígena como consumidor, através da exploração desse tipo de entretenimento, teria sido o motivo primordial para o surgimento desses empreendimentos.²¹³ A construção de cinemas voltados especificamente para o público classificado como indígena pode ter sido também uma reivindicação dessa população, que buscava um entretenimento voltado especificamente para seus gostos, mas, sobretudo, uma forma de se proteger de possíveis abusos e atos de violência possíveis exercidos por outros grupos existentes em Lourenço Marques. Nem nos próprios cinemas voltados especificamente para o público classificado como indígenas seria tranquilo estar na plateia. No “Cinema Africano”, em 1917, que em comparação com os demais cinematógrafos mencionados até aqui era bastante simples, uns “rapazes [...] clarinhos”, levemente acusados como sendo “muçulmanos” pelo texto d’*O Brado Africano*, haviam se comportado como “malcriados”. Importunado os expectadores “pela parede de caniço”, fizeram “trouça aos filmes projetados”.²¹⁴

Além disso, o trajeto até esses estabelecimentos, por si só, era um momento gerador de tensões relacionadas a essas transformações. O que poderia ser um simples passeio até um cinematógrafo, por exemplo, transformou-se num emblemático caso para

²¹² Idem.

²¹³ DOMINGO, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, p.411.

²¹⁴ No original: “Hi siku dya 14-4-917 (sábado), a “Cinema Africano”, há boniba yisanyana ba malcriados, a m abito yabu ba nga ba: - Madisa, Wambasi ni banwanyana ba kompanyia yabu hi nga ba tibikiki a m abito yabu – Laba ba yisanyana hati lepsi afaka be neapsú, lepsi ba nga ba surumana ba nga nwikiki a colonial. Loko a nha bali ba kristão afa hitaku ba popyi hi colonial etc. Lepsi ba nga yentsha psone a “Cinema Africano”, psa hi babisile psi ba psi hi khomisa tingana, hikusa a butyongwanini byabu a ba kpkpbisiwanga tindlebe ni ku biwa a ba biwanga, na [oloko] ba biwile a ba khatiwanga. Ke a ba malcriados laba, ba psi kotile a kuya a “Cinema Africano” ba ya yentsha a nsela ku nwinyi wa “Cinema Africano”, ba tshikeli ba yima a handle, kati loko ku sungula a ku humesa a hlamba yabu, ba sungula a ku kendla a tihlanga ta nkintari a na ba yentsha pongwe dyi kulu ba sandya a ma fita ba ku: a hi ya hombe hikusa laba ba shabiki a mathikiti be luza mali, boné b ama boni khale a ku biha ka wone. A policia afa dyi huma dyi ba hlongolisa, a na loko dyi nhingena a ndyeni ba tlhela ba hahlula a tinhlanga. Mbuyangwana nwinyi a kumi mindyingo, a ba a hlalala a nsela ya ku yentsha hi ba “patricio”, nangweso laba ba nga ba religião dyinwe, knmbe a na a yeantsha hi ba kristão, a na a psi kota a ku hlanya epsaku, ba mu yeyisa hi lepsi [yen] a nga wa religião dya shi surumana. Ngopfu lepsi psi nga mu hlalalisa hi Madisa a mukonwana wakwe, nangweso Madisa loko a djula a ku nhingena a psi bona a nga hakelisiwi mali, hati lepsi a nsela a yentshelaka psone! Ta-ha-ta. K.B”. *O Africano*, 28 de abril de 1917. WNA.

percebe-se os perigos do trânsito existente nos locais de contato entre os mundos distintos que o colonialismo insistia em demarcar. *O Brado Africano*, em 08 de maio de 1920, publicou o relato da testemunha de um conflito ocorrido “num carro elétrico”, na noite de sábado, numa movimentada rua de Lourenço Marques. A altercação “entre um cavalheiro que se fazia acompanhar por uma dama e o condutor do carro” só não ganhou proporções maiores graças a “intervenção de alguns passageiros”. Segundo o relato, o “tal cavalheiro, fez sinal para que o carro parasse”. O condutor o parou assim que o ponto de paragem mais próximo foi alcançado. Por não ter sido prontamente atendido, o “ressentido passageiro [...] increpou-se autoritariamente contra o condutor, inquirindo-lhe qual o motivo porque lhe não obedecera ao sinal que havia feito”. A óbvia resposta dada, que teria vindo com cordura, parece ter mexido com os brios da dama, pois a mesma “voltando-se para o cavalheiro que a acompanhava, e, referindo-se ao condutor, disse-lhe: deixa lá esse negro, esse selvagem”. Por sua vez, essas palavras “ocasionaram a que o condutor lhe retorquisse: a senhora não seja malcriada”. Com isso a confusão foi instaurada. O cavalheiro em questão passou a tentar “agredir, a soco, o condutor, o que lhe foi obstado por alguns passageiros”. Logo em seguida um alferes da Guarda Republicana que se encontrava nas proximidades interviu, solicitando prudência. O que foi prontamente repellido pelo cavalheiro afirmando não ter que dar satisfações, “pois que era um capitão de artilharia”. No final, o autor do relato afirmou que aquela “cena, que foi presenciada por inúmeras pessoas, todas eram favoráveis ao condutor, pela forma acertada e correta como procedera”.²¹⁵

Embates como esse nem sempre acabaram de maneira relativamente pacífica. Vide, por exemplo, um caso ocorrido em novembro de 1920, onde o Secretário dos Negócios Indígenas reclamou com o Comissário de Polícia sobre a postura de um motorista de “carro elétrico” e, principalmente, de dois policiais que nada fizeram para impedir, o espancamento de “um indígena” pelo condutor, por esse não ter se sentado no “lugar que lhes está destinado”.²¹⁶ Apesar disso, esses ocorridos, assim como tantos outros possíveis de serem encontrados nas fontes, não devem ser entendidos enquanto a materialização de mundos dicotômicos que não se interferiam mutuamente, mas antes como demonstrativos dos embates, mesmo que dentro de lógicas desiguais de poder, entre campos mutuamente dependentes.

²¹⁵ *O Brado Africano*, 08 de maio de 1920. WNA.

²¹⁶ In: AHM, Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas (doravante, DSNI), Caixa nº 1605.

Noutro momento, um contribuinte ativo do jornal *O Africano*, que usava o pseudônimo de Nyeleti, atacou, ao mesmo tempo, a companhia de bondes de Lourenço Marques e os “baneanes”, afirmando ser um absurdo “se cobrar a mesma importância aos indígenas que são obrigados a ir de pé na plataforma traseira do carro”. O problema era visto como mais agravante quando mulheres “descentemente vestidas com capulanas asseadíssimas” se dirigiam nas “noites de cinematógrafo, transitarem de pé, na plataforma, fazendo um contraste vergonhoso com imundos baneanes que têm a liberdade de se sentarem dentro dos carros”. Utilizando de adjetivos para descrever aquele Outro como “asquerosos, porcos, sebentos” e “muito menos dignos que os africanos”, toda aquela cena era vista dentro de uma lógica de racialização hierarquizante das diferenças sociais que justificavam a atitude em descreditar aqueles indivíduos de origem indiana em relação aos africanos.²¹⁷

Independente das dificuldades opressoras encontradas no dia a dia de uma cidade colonial que se esforçava em produzir diferenças raciais, a incorporação do cinema dentro do cotidiano da população citadina como um todo parece ter ocorrido de maneira rápida. Se, até a inauguração das primeiras salas em 1907, o principal atrativo de espetáculos encontrava-se nas apresentações teatrais e para saber das notícias internacionais era preciso estar a par das publicações dos periódicos, os cinematógrafos rapidamente ganharam seu espaço como locais de informação e lazer.²¹⁸ A própria produção de materiais em película para produzir informações a respeito das ações governamentais passou a ser noticiada. Mesmo aparecendo de forma escassa ao longo dos jornais consultados, ficamos sabendo que, por exemplo, “foram tiradas algumas

²¹⁷ *O Africano*, 30 de setembro de 1911. WNA. O termo baneane era (e ainda é) usado em Moçambique para designar os indivíduos de origem indiana e que, majoritariamente, dedicam-se ao comércio. O monhé, assim como a designação baneane, é um termo pejorativo para designar aqueles indivíduos de origem árabe e/ou praticantes do islamismo. Para maiores informações a respeito da presença dessas comunidades em Moçambique, ver: ANTUNES, Luis Frederico Dias. *O Bazar e a Fortaleza em Moçambique. A comunidade baneanes do Guzereta e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)*. Tese de doutorado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2001. Mais especificamente para a sua presença em Lourenço Marques, ver: ZAMPARONI, Valdemir. “Monhês, Baneanes, Chinês e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, 1890-1940”. In: *Lusotopie*, 2000: 191-222. Segundo Zamparoni, Nyeliti teria o significado de estrela, em ronga, e seria um “operário branco, ativista político nos Portos e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, residente na cidade antes já de 1897”. Suas atividades em Lourenço Marques cessam após sua participação na greve ferro-portuária de 1917, quando é preso e deportado para a Ilha de Moçambique. In: ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1988, p.83.

²¹⁸ Não apenas o cinema rapidamente ganhou projeção pela cidade. Como afirma Nuno Domingos: “O desporto, e o cinema, foram usados enquanto instrumentos de congregação e sociabilidade, de regulação de tempos livres e de transmissão de hábitos”. DOMINGO, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, p.403.

fitas cinematográficas aos batuques organizados pela Companhia” dos Carros Elétricos, quando da visita do governador de Moçambique e de “outras entidades de L. Marques”, em Marracuene.²¹⁹

Não à toa os teatros passaram a congregar em suas grades de espetáculos algumas apresentações de “película cinematográfica”, como fez o teatro Varietá.²²⁰ No mesmo lugar, em setembro de 1914, foram apresentadas as “primeiras fitas cinematográficas com os acontecimentos da guerra” que haviam começado naquele ano na Europa.²²¹ Ou a continuação das “proezas de bandido célebre” chamado “Zigomar”, cujas fitas já haviam levado ao “Varietá milhares de pessoas” e novas aventuras seriam exibidas a preços módicos.²²² O teatro Gil Vicente também se rendeu a exibição de filmes.²²³ O que, invariavelmente, provocou comparações sobre a qualidade das películas que exibiam e de suas instalações. Em 1921, ambos faziam muito sucesso, porém o teatro Gil Vicente exibiria com maior frequência filmes portugueses e, apesar da qualidade pior da tela, o teatro Varietá continuava com suas galerias cheias.²²⁴

O conteúdo das exibições variou bastante ao longo dos anos. Novamente segundo Nuno Domingos, seria possível perceber a imposição de uma “cultura popular internacional”, com o adentrar do século XX, em Lourenço Marques, especialmente para o caso dos cinemas.²²⁵ Efetivamente, grandes artistas desse início do século XX podiam ser vistos nas salas de espetáculos da cidade. O “incomparável cômico Charlie Chaplin”, para o deleite local, teve algumas fitas apresentadas em janeiro de 1917.²²⁶ No entanto, a produção desse conteúdo não era verticalizada apenas entre o eixo Europa-Moçambique.²²⁷ Ainda naquele ano de 1917, o teatro Varietá anunciou que, conjuntamente a apresentação da gazeta “Mirror”, produzida na África do Sul e “onde se mostram as cenas e os acontecimentos mais importantes de cada semana”, adicionaria “vistas panorâmicas de vários pontos do país”, sendo uma parte dedicada “a

²¹⁹ *O Africano*, 07 de agosto de 1912. WNA.

²²⁰ *O Africano*, 24 de maio de 1913. WNA.

²²¹ *O Africano*, 24 de setembro de 1914. WNA.

²²² *O Africano*, 07 de março de 1914. WNA.

²²³ *O Africano*, 18 de março de 1914. WNA.

²²⁴ *O Brado Africano*, 25 de junho de 1921. WNA.

²²⁵ DOMINGOS, Nuno. Op. Cit. 2012, p.403.

²²⁶ *O Africano*, 10 de janeiro de 1917. WNA.

²²⁷ O próprio Nuno Domingos repara essa tendência ao analisar o futebol em Moçambique e a relação íntima que ele estabeleceu com Portugal, mas, ao mesmo tempo, com a África do Sul. Ver: DOMINGOS, Nuno. “Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”. In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

Província de Moçambique”.²²⁸ Igualmente, apresentaria uma produção da empresa sul-africana African Films Production, intitulada “Os pioneiros da África do Sul”. No filme, contava-se a história dos “voortrekkers” – pioneiros – e seu movimento migratório da Cidade do Cabo para o interior do continente. O destaque especial foi dado a encenação da “batalha de Blood River”, onde os colonizadores pioneiros europeus massacraram os zulus. Anunciou-se que o público deveria esperar nada mais do que “a história viva e exata da conquista da África do Sul”.²²⁹

Condizente com o público que mais se buscou atrair para sua sala, a encenação dos acontecimentos ocorridos na década de 1830 na África do Sul, no filme transmitido pelo Varieté, possuíam a tendência de engrandecer a empreitada branca europeia sobre as populações nativas, especialmente ao dar ênfase aos sucessos militares durante o embate armado. Segundo o jornal, durante as filmagens da batalha de Blood River, “os indígenas excitados pelos sucessivos ataques e pelos tiros chegaram a tomar a batalha como coisa a ‘valer’, lutando com energia e causando muitos ferimentos, sendo depois necessário empregar a força para os conter”.²³⁰ Mesmo podendo imaginar que esse tenha sido um recurso usado para legitimar a qualidade da produção do filme e, assim, atrair um maior público, não deixa de ser espirituoso a possibilidade de que, quase cem anos depois, um filme que buscou exaltar a conquista europeia sobre o continente africano tenha demonstrado o quanto esse controle constantemente exaltado pôde se encontrar em uma situação porosa tão rapidamente.

Contraditória foi a própria percepção a respeito da maneira como essas películas eram recebidas pela população africana em geral. A obra literária de Henry Rider Haggard já era, de longa data, célebre quando da explosão do fenômeno dos cinematógrafos em Lourenço Marques.²³¹ Aproveitando do seu sucesso, a African Film Production parece ter investido pesado na elaboração de películas baseadas nos textos do famoso romancista.²³² Em novembro de 1919, *O Africano*, nessa época não mais sob o comando dos irmãos Albasini, convidou o público para assistir à apresentação, no teatro Varieté, da “sensacional fita intitulada Allan Quartermain”. Tendo como

²²⁸ *O Africano*, 21 de julho de 1917. WNA.

²²⁹ *O Africano*, 16 de junho de 1917. WNA.

²³⁰ Idem.

²³¹ Para uma análise da obra de Henry Rider Haggard, sua relação com o império britânico e a cultura vitoriana do século XIX, ver: MCCLINTOCK, Anne. “A família branca do homem. O discurso colonial e a reinvenção do patriarcado”. In: Op. Cit. 2010.

²³² Para uma análise, mesmo que breve, das versões cinematográficas das obras do autor, ver: SHOHAT, Ella. “Gender and the culture of Empire: toward a feminist ethnography of the cinema”. In: *Quarterly Review of Film and Video*. 13, 1-3 (Primavera, 1991), pp. 45-84.

personagem central o herói de *As minas do rei Salomão*, o filme descreveria “as aventuras de três arrojados exploradores que se atreveram a uma jornada longa e perigosa para o interior d'África por regiões ainda inexploradas”, tendo como objetivo final “descobrir uma raça branca que lendas diziam existir no mais remoto ponto da África Central”. Existem aqui diferentes elementos de um discurso colonial amplo, como o avanço exploratório, aventureiro e arriscado do homem branco ao interior do continente africano, o que justificava uma atuação mais incisiva de ocupação desses territórios pelas metrópoles europeias. Ou, a ideia de regiões remotas não ocupadas pela presença humana e/ou esquecidas no tempo, entendidas como uma possibilidade de se retornar aos passados mais remotos da espécie humana e estudá-las in loco. Muito por esperar espectadores adeptos desse discurso, imaginava-se que os episódios narrados trariam “interesse e entusiasmo do público”.²³³

No ano seguinte, novamente foram anunciadas exhibições no teatro Varieté de “uma fita extraordinária” inspirada em *As minas do rei Salomão*. Dessa vez era *O Brado Africano* que se mostrou animado com o filme, esperando o teatro ter “uma casa cheia, pois [haveria] ali muito que ver e admirar”.²³⁴ Porém, as expectativas de se encontrar uma boa representação do romance, não foram concretizadas. O jornal classificou o que viu como sendo um “horror tudo aquilo”. O primeiro contratempo que causou “dolorosa impressão”, foi o fato de que, para aqueles que haviam lido o livro, nada do que havia sido visto estava no romance. As atuações dos atores masculinos também seriam sofríveis. E, por último, irritaram-se profundamente com o fato das duas personagens femininas africanas retratadas no filme serem “uma branca pintada” e “outra branca”.²³⁵ A ausência de representação de populações originariamente negras dentro da película, além de ser ressaltada pelos produtores do jornal, representantes de um grupo letrado de origem africana, como uma imprecisão racial, também revelam um incomodo por parte dessa camada populacional, que insistiu em participar da “conversa burguesa”, dentro de um cenário de perda paulatina do seu espaço nesse mercado cultural citadino.

A imprecisão racial na escalação das atrizes que tanto afligiu *O Brado Africano*, não era a única preocupação a respeito do conteúdo transmitido nos cinematógrafos. Conjuntamente dessa reclamação feita pelos produtores do jornal, encontramos outra relacionada a influência que as desventuras e peripécias do célebre bandido “Zigomar”

²³³ *O Africano*, 26 de novembro de 1919. WNA.

²³⁴ *O Brado Africano*, 29 de maio de 1920. WNA.

²³⁵ *O Brado Africano*, 12 de junho de 1920. WNA.

poderiam estar causando nos indígenas. Por um lado, com relação as adaptações cinematográficas das obras de Henry Rider Haggard, *O Africano* e *O Brado Africano* não parecem compartilhar da mesma opinião. Por outro lado, ambos defendiam uma atenção especial ao “clamor público contra a péssima escola que constituem as ‘fitas’ cinematográficas”.²³⁶ Essa campanha teve, aparentemente, como primeira resposta a ação da Companhia de Moçambique dentro do território que a mesma controlava.²³⁷ *O Africano* louvou a medida adotada em maio de 1919, que proibiu aos indígenas, dentro da jurisdição da empresa, de “assistir a espetáculos cinematográficos onde se exibam fitas de crimes, roubos, homicídios, fogo posto”. No final, criticou, de maneira jocosa, as autoridades de Lourenço Marques que, mesmo sendo “a cabeça (sem miolos) da Província”, permitiam que aquele espaço de sociabilidade no tempo livre e de transmissão de hábitos, supostamente, transformassem os “pretos, pela frequência dos cinematógrafos, uns criminosos, uns ladrões, uns viciosos”.²³⁸

A campanha tardou cerca de um ano para encontrar reverberação oficial. Em junho de 1920, o Conselho do Governo aprovou um projeto “proibindo a entrada aos indígenas, quando nos cinematógrafos, se exibam fitas que metam roubos, assassinatos”. *O Brado Africano* ainda defendeu a extensão dessa ideia para as “crianças de todas as cores cuja mentalidade está também na fase de insipiência e de sugestionabilidade”.²³⁹

Empreendimentos comerciais como o do Cinema Popular, acabaram por sofrer financeiramente com essas intervenções coloniais. Em 1921, reaberto após alguns meses fechado e sob a vigência da legislação que restringia os filmes considerados má influência para os ditos indígenas, o proprietário acabou por ser obrigado a insistir na exibição de “fitas de lição moral, cômicas, históricos, panorâmicas, onde poderão entrar todas as noites as crianças e os indígenas”.²⁴⁰ *O Brado Africano* fez coro favorável a apresentação desse tipo de fitas, que, segundo o jornal, seriam mais propícias “para ser vistas por indígenas e crianças sem prejuízo”.²⁴¹ Porém, em menos de um mês após a

²³⁶ *O Africano*, 06 de agosto de 1918. WNA.

²³⁷ A companhia de Moçambique, na época, controlava as regiões que hoje correspondem as províncias de Manica e Sofala. Sobre as companhias majestáticas que controlaram parte significativa do atual território moçambicano durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, ver: ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p. 25-26. Ou COSTA, Maria Inês Nogueira da. “No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988”. In: *Arquivo*. Maputo, nº 06, outubro de 1989, pp. 65-76.

²³⁸ *O Africano*, 17 de maio de 1919. WNA.

²³⁹ *O Brado Africano*, 12 de junho de 1920. WNA.

²⁴⁰ *O Brado Africano*, 23 de abril de 1921. WNA.

²⁴¹ *O Brado Africano*, 30 de abril de 1921. WNA.

reinauguração, o cinema enfrentava problemas financeiros que pareciam estar relacionados com os temas preponderantes dos filmes.²⁴²

Interessante perceber como, apesar de adotarem um posicionamento em defesa da população classificada como indígena, o distanciamento identitário entre os responsáveis pelo jornal e os indivíduos classificados como tais, assim como o seu posicionamento enquanto seus guias para a civilização, levou-os a adotarem discursos propalados pelo colonialismo que detratavam as populações negras africanas em geral, sem realizar distinções, como aquele que as associava a um estágio ainda infantil da evolução humana. Oliveira Martins, um importante teórico da ação colonial portuguesa na África e construtor de um arcabouço imaginário racista sobre as populações africanas que pautaram muitas dessas ações, afirmou que sempre “o preto produziu em todos esta impressão: é uma criança adulta. A precocidade, a mobilidade, a agudeza própria das crianças não lhe faltam; mas essas qualidades infantis não se transformam em faculdades intelectuais superiores”.²⁴³

Ainda em junho de 1920, *O Brado Africano* reclamou a respeito da ausência de uma resolução a respeito da aplicabilidade da portaria que proibia “a entrada aos indígenas nos cinematógrafos, quando sejam exibidas fitas com assassinatos, roubos, incêndios”. O jornal defendia a necessidade da existência de um censor que visse anteriormente aos filmes e os classificasse se eram impróprios ou não. Porém, o que vinha acontecendo era a “tolice que ela dá lugar”, pois continuavam a ser vendidas “entradas a toda gente, pretos, brancos, amarelos e pardos”, ficando um “agente da autoridade” dentro da sala de espetáculo. Quando a fita começava e, após alguns instantes, percebendo-se que a sessão seria imprópria à indígenas, o tal agente começava a agir, causando tumultos na sua tentativa de expulsar os respectivos indígenas que se encontrassem na sala de projeção. Para além da confusão que aquilo tudo causava ao andamento do filme, o jornal não podia deixar de reclamar sobre uma suposta imprecisão do agente repressor colonial na decisão de quem se encaixaria na classificação de indígena. A imprecisão na decisão dos indivíduos que verdadeiramente sofreriam as consequências de uma má influência do cinema e, portanto, poderia ser classificado enquanto seres inferiores, era visto como um ultraje pelo jornal. Afinal, se

²⁴² *O Brado Africano*, 07 de maio de 1921 e 14 de maio de 1921. WNA.

²⁴³ OLIVEIRA, Martins. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1978, p.262. Para uma visão ampla sobre as representações fabricadas a respeito dos africanos no imaginário português, ver: OLIVA, Anderson Ribeiro. “De Indígena a Imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX e XX”. In: *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Nº 3, Junho/2009.

pretendia aplicar uma homogeneização dos diferentes grupos africanos submetidos ao regime colonial português, não reconhecendo distinções que *O Brado Africano* insistia em afirmar a existência. Nesse sentido, protestaram veementemente contra deixar nas mãos de agentes não treinados separar dentro dos chamados indígenas aqueles com “cérebros cultos e equilibrados que se não deixam arrastar por uma exibição animatográfica de qualquer crime”.²⁴⁴

Valdemir Zamparoni, ao analisar o processo de construção das estruturas excludentes do espaço urbano laurentino nos lugares de lazer, inerente a própria elaboração das estratificações socioraciais implementadas pelo colonialismo português, enfatiza como essa medida estava diretamente vinculada ao receio do “poder sedutor das imagens cinematográficas” para influenciar os “colonizados que [...] os brancos não eram invencíveis”.²⁴⁵ Efetivamente, a preocupação com relação a influência cinematográfica sobre o comportamento do indígena dentro da cidade perdurou ao longo de, praticamente, todo o período colonial. Ao tentar explicar a delinquência juvenil nos subúrbios de Lourenço Marques, António Rita-Ferreira colocou a pobreza que assolava aqueles bairros como atributo secundário para esse fenômeno. Segundo o antropólogo português, a chave para solucionar essa inquietação estaria na percepção de que existiria uma autêntica vida social indígena, no qual a presença cada vez maior desses indivíduos no meio urbano, a partir dos anos 1950, provocou o fenômeno da destribalização. Por sua vez, esse fenômeno seria consequência de uma instabilidade inseparável aos indígenas dentro das cidades no que diz respeito ao que era entendido como “família tradicional indígena” e a má influência dos “filmes policiais, de espionagem, de ‘cowboys’ e outros versando temas de violência”.²⁴⁶

O que nos importa ater nesse momento é o fato de que, tendo desenvolvido sua pesquisa no início dos anos 1960, Rita-Ferreira encontrou nos subúrbios de Lourenço Marques uma presença marcante do cinema na vida dos habitantes dessa região da cidade. Independente de assistirem a esses filmes considerados desvirtuantes provavelmente apenas nos estabelecimentos voltados exclusivamente para atenderem a esse público, fica evidente que a proibição imposta pelo Conselho do Governo nos anos 1920 não foi de todo eficiente. O intervalo temporal de 40 anos pode ser um explicativo

²⁴⁴ *O Brado Africano*, 26 de junho de 1920. WNA.

²⁴⁵ ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p.260.

²⁴⁶ RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M., 1967/1968, p.259-260. Conjuntamente ao cinema, as cantinas eram apontadas pelo autor como o segundo local que mais desviavam os adolescentes, homens e mulheres, para o caminho da delinquência.

para o afrouxamento das políticas repressivas impostas ainda no contexto do início do século XX, de consolidação das formas de dominação portuguesa na região. Porém, dentro do cenário de alteração ao colonialismo português e a tomada de uma série de políticas restritivas de cunho cultural, que buscavam minar esse cenário contestatório dos anos 1960, é de se imaginar que não ocorressem concessões a capacidade comunicativa dos filmes junto as camadas indígenas urbanas de Lourenço Marques.²⁴⁷

Não precisamos ir tão longe no tempo para perceber a insistência em burlar, mesmo correndo o risco de sofrer na pele as consequências dessa obstinação, as políticas que tentavam impor restrições de acesso as novas formas de lazer que surgiam na cidade. Por um lado, ao focar na ação direta contra os indígenas que insistiam em assistir filmes com cenas que lhes eram proibidas, Zamparoni abordou com eficácia a brutalidade dos agentes e da construção das interdições das liberdades criadas pelo colonialismo. Por outro lado, ao relatar um caso ocorrido em abril de 1927, onde um indígena é expulso a base da pancada de uma sala de projeção, percebe-se o quanto o cotidiano da aplicação de políticas restritivas ao acesso dos ditos indígenas aos espaços de lazer provocou tensões que demonstram inúmeros percalços diretamente relacionados a obstinação dessas pessoas em frequentar os filmes que mais lhes agradavam, independente das restrições impostas.²⁴⁸

Fosse no episódio que iniciou essa discussão a respeito da relação entre cinematógrafos, símbolos de uma forma de se divertir moderna, e a presença daqueles entendidos como indígenas dentro dessas salas de espetáculo, quando o “indígena Gustare” envolveu-se numa confusão e acabou expulso por um guarda do cinema, até as medidas restritivas e a percepção da continuidade da presença desses indivíduos apesar dessas posturas, essas populações, que supostamente deveriam ser controladas por ser facilmente influenciada pela encenação dos males da civilização, ganharam destaque nas fontes apenas quando se envolveram em algum tipo de desordem, havendo a necessidade da intervenção de algum agente de autoridade colonial. As tensões relacionadas ao desfrute do tempo livre, especialmente dentro de um espaço marcadamente urbano como as salas de cinema, acarretaram tensões que fugiram aos preceitos iniciais da separação fixa e racializante dos lugares urbanos destinados

²⁴⁷ Sobre o contexto dos anos 1960 e a adoção de políticas de repressão voltadas para a área cultural dentro do colonialismo português na África, ver, como exemplo de análise possível, o artigo de BITTENCOURT, Marcelo. “Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (orgs.). Op. Cit., 2013.

²⁴⁸ *O Brado Africano*, 09/04/1927. Apud ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p.260.

originalmente para cada segmento socioracial de Lourenço Marques. No entanto, na medida em que a vadiagem significava o não-trabalho, a repressão que insidia diretamente sobre o tempo do não-trabalho dos chamados indígenas – ou seja, durante seus poucos momentos de lazer - classificando-a segundo um código que os penalizava com a privação da liberdade ou com barreiras que dificultavam sobremaneira o aproveitamento desse tempo, as ações repressoras e/ou regulamentadores sobre as populações indígenas interferiram diretamente nas maneiras como essas populações puderam usufruir do seu tempo de acordo com seus próprios desejos.

Como percebido no primeiro capítulo, existiu um enquadramento da população classificada como indígena como incivilizável por meio de sua caracterização constante como sendo composta por vadios, bêbados, prostitutas ou simples bandidos. Por vezes, eram publicadas listagens extensas, sem grande alarde, quase que para completar um possível buraco entre as colunas que traziam as demais notícias, com nomes de pessoas e o porquê delas terem sido presas. O título dessas seções variou de jornal para jornal, não eram publicadas com periodicidade definida e nem sempre traziam junto ao nome alguma pista que indicasse uma filiação da nacionalidade ou da identidade do indivíduo preso. *O Distrito*, por exemplo, publicava a coluna intitulada “Ocorrências policiais”, que em setembro de 1904 trazia as seguintes informações:

Foram presos: Os guardas da noite da estância de madeiras da casa De Waal, Digue, Bancome e Gimo, por suspeita de terem roubado 3 atados de zinco. O indígena Gallo, por agredir um outro indígena, que se achava prostrado por embriagues numa das ruas da cidade. O indígena Jequê por andar fazendo venda, na Malanga, dum caixote com livros, que lhe foi apreendido, declarando que o havia roubado de bordo do vapor *Portugal*, averiguando-se pertencer a Prudêncio Marques a quem foi entregue. Na rua D. Luiz os súditos ingleses Sozente e Anderson, por estarem embriagados e se envolverem em desordem. Os indígenas Manoel, Luiz e Antônio, por embriagues. O súdito americano Scott, pelo mesmo motivo. O indígena Abacar, acusado de furtar umas galinhas e coelhos a Militante Jorge. O indígena Guinhamane, por tentar roubar a gaveta de uma cantina na Malanga, pertencente a Arthur Ferreira de Mattos.²⁴⁹

Era grande a diversidade de pessoas presas que se encontravam nas ruas de Lourenço Marques e a imprensa não dava total exclusividade nessas notas à prisão dos chamados indígenas. Em alguns casos apenas aparece o nome da pessoa e porque ela foi presa. Noutros, somos informados somente do primeiro nome do indivíduo, o que sugere tratar-se de um indígena, que podia realmente não possuir um sobrenome ou nome de família, ou indicar uma postura dos jornais que não entendiam como sendo

²⁴⁹ *O Distrito*, 05 de setembro de 1904. BNP.

importante especificar a identidade de alguns sujeitos. Podiam também ser estrangeiros, como os “súditos ingleses” ou o “súdito americano”, que haviam se envolvido em bebedeiras e desordens. Sendo assim, é interessante perceber como, independente do fato de encontramos notícias constantes sobre a prisão de europeus bêbados pelas ruas de Lourenço Marques, o pensamento científico produziu uma leitura da inferioridade racial negra, vinculando-a a uma interpretação da representação dos ditos indígenas enquanto os verdadeiros indivíduos propícios para o vício da beberagem e, conseqüentemente, da vadiagem, acabando sendo considerados mais facilmente influenciáveis pelos males da civilização. Ou seja, fato e representação não necessariamente andaram juntos no que diz respeito à maneira como aqueles classificados como indígenas eram vistos pelos periódicos e, num sentido mais amplo, pelo pensamento colonial português em geral.²⁵⁰

Os espaços citadinos onde esses indivíduos podiam desfrutar do pouco tempo livre que encontravam em suas vidas e reforçar laços de sociabilidade através de práticas cotidianas de lazer, foram entendidos como locais necessários de uma vigilância constante e, por vezes, locais a serem combatidos. Defendeu-se que seriam neles onde os indígenas desenvolveriam - ou responderiam a algo natural de sua “raça” - os vícios que os levariam para uma vida longe da civilização propalada pelo colonialismo. Ao mesmo tempo, por conta da leitura que inferiorizava os chamados indígenas como indivíduos localizados num momento temporal primitivo da evolução humana, entendeu-se que os mesmos eram incapazes de possuírem um filtro capaz de distinguir o que era benéfico da civilização, do que não era. Nesse sentido, a defesa por um controle e por um ordenamento desses espaços, com o objetivo de produzir uma tutela que os guiasse para um caminho entendido como o correto, sobretudo através da repressão policial, foi constante, tendo os órgãos de imprensa um papel fundamental na vigilância cotidiana das ações coloniais em prol desse objetivo.

Normalmente, quando os periódicos abordaram a presença dos ditos indígenas dentro do espaço urbano nos seus momentos de lazer, incidiram suas abordagens no sentido de pressionarem o Estado colonial na direção de uma repressão aos efusivos divertimentos daquelas populações. Por vezes, as pressões dos órgãos de imprensa para

²⁵⁰ Noutro momento realizei uma abordagem mais pormenorizada da relação entre representação, repressão e lazer encontrado na imprensa laurentina do início do século XX. Ver: PEREIRA, Matheus. “‘Beijos a mais, miolos a menos...’: representação, repressão e lazer dos grupos africanos subalternos nas páginas da imprensa de Lourenço Marques (1890-1910)”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

que a repressão policial atuasse sobre essa população obteve respostas. As notícias sobre a ocorrência de rusgas policiais pela cidade revelam uma atuação dessa repressão direcionada para determinados espaços, especialmente aqueles marcados por uma sociabilidade entre diferentes pessoas, mas, sobretudo, aqueles utilizados nos seus tempos livres.

Na noite de 22 de novembro de 1907, por exemplo, foi “feita uma rusga, tendo sido presos grande número de indígenas que se entregavam a vadiagem”.²⁵¹ Uma outra rusga ocorrida em janeiro de 1905, em represália à agressão sofrida por um policial “por cerca de 15 pretos”, foi noticiada com entusiasmo pelo *O Distrito*. Dando coro positivo a ação da polícia, o periódico defendeu a continuação das rusgas “de forma a acabar de vez com essa sucia de vadios que de noite não fazem outra coisa senão roubar, para de dia se embebedarem e dormirem”. No entanto, nem todos passavam o dia inteiro na esbórnia, tal como o jornal insistiu em reforçar como natural. Afinal, alguns dos presos na abordagem policial possuíam “ocupações honestas”, ou seja, trabalhavam em diferentes locais da cidade e não poderiam ser acusados de vadios. Estando no local da rusga muito provavelmente com o intuito de gastar o seu tempo livre, terminaram por serem colocados em liberdade. O resultado final teria sido a prisão de indivíduos classificados enquanto possuidores de uma diversidade de identidades sociais muito mais plural do que aquela apresentada pelo cosmopolitismo enevado apresentado no início do capítulo. Foram para cadeia, ao todo, “81 Zanzibaristas, macuas e alguns mouros cantineiros que tentaram dar fuga aos pretos que a polícia pretendia prender”. Além disso, “25 pretos que jogavam as cartas” e que o “fazem continuamente desde pela manhã até a noite” foram levados para a prisão. Conjuntamente a apreensão dessas pessoas, teriam sido “encontrados vários objetos de vestimenta de senhoras, facas, gazuas e muitos outros instrumentos a que se tornaram suspeitos”.²⁵²

A menção a presença de roupas encontradas entre os pertences dos presos é relevante. Apresentei anteriormente, através dos classificados, que a valorização de produtos, como as vestimentas, estava diretamente relacionada a própria construção da cidade de Lourenço Marques como um local exemplarmente civilizado e, por isso mesmo, um “canto da Europa na África”. Os eventos de gatunagem noticiados constantemente pelos jornais acusavam os ditos indígenas de serem, com frequência, os responsáveis por tais façanhas. Encontramos nas descrições dos produtos surrupiados,

²⁵¹ *A Tribuna*, 23 de novembro de 1907. BNP.

²⁵² *O Distrito*, 12 de janeiro de 1905. BNP.

uma atenção especial às diversas roupas que eram levadas de seus donos. Em junho de 1902, por exemplo, “uns gatunos” invadiram a casa de um membro da redação do *O Progresso* e roubaram “várias peças de roupa e calçado”.²⁵³ A atração exercida pelos cinematógrafos, pelas roupas e calçados, podia fascinar aqueles que presenciavam aquelas novidades que se encontravam expostas pela cidade. No entanto, não foram necessariamente apropriadas por todos que insistiram em seguir as maneiras entendidas como adequadas por aqueles que persistiam em reforçar o cosmopolitismo enevoado de Lourenço Marques.

2.3. Um “membrudo negralhão”: calças e cotidiano em Lourenço Marques

No dia 22 de dezembro de 1911, o jornal *O Africano* reclamou de uma “cena estúpida” ocorrida no porto de Lourenço Marques. Aparentemente de maneira proposital, um “membrudo negralhão” ostentou-se nu para as passageiras recém desembarcadas de um vapor. A reação foi de exclamação: “oh! Shocking”; o que, aparentemente, mais lhe estimulou. A exibição só terminou quando o personagem foi enxotado a bengaladas. O jornal concluiu que a culpa pelo evento não foi do “negralhão”, mas da autoridade administrativa colonial, que não intervinha no combate aos “usos e costumes” das populações indígenas, especialmente aquelas que viviam na cidade.²⁵⁴

Os esforços legislativos com o objetivo de ordenar hábitos culturais e, sobretudo, as transformações de costumes pelas quais Lourenço Marques passava nesse início de século XX, podem ser percebidas através da ação tanto da administração colonial, como de diferentes segmentos urbanos, em prol de uma padronização nos tipos de vestimentas a serem utilizadas dentro dos espaços citadinos. O exemplo da obrigatoriedade do uso de calças é significativo para o contexto urbano colonial. Porém, pode ser apreendida em diferentes contextos mais amplo de ações de órgãos coloniais que agiram de forma repressiva sob práticas socioculturais de forma a suprimi-las. O Diretor dos Serviços dos Negócios Indígenas, em circular confidencial enviada para os administradores das circunscrições de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, instruiu “no sentido de fazer cessar tão rapidamente quanto possível, o uso de tatuagens e mutilações, a que se entregam os indígenas”. Prevvia-se não causar grandes estardalhaços com essa medida. Para isso, a “ação repressora” deveria “cair somente

²⁵³ *O Progresso*, 02 de junho de 1902. BNP.

²⁵⁴ *O Africano*, 22 de dezembro de 1911. WNA.

sobre os indígenas que mediante remunerações diversas, se entregam a essas práticas, sob pena de serem severamente castigados”.²⁵⁵

A imposição de um determinado tipo de roupa a ser utilizada na cidade encontrou evidentes fracassos até meados da década de 1920. A necessidade constante de reformulações do quadro legislativo regulamentador desses hábitos, demonstram, por um lado, as dificuldades em se conseguir efetivamente implementar uma lógica de ordenação em Lourenço Marques sobre as roupas de seus habitantes, especialmente devido a insistência dos mesmos em vestir-se da maneira que bem quisessem. Por outro lado, demonstram um processo de aprendizagem da colonização que afetou formas de agir dentro daquele mundo urbano colonial.

Estudar esses embates é dar visibilidade a um processo não linear de construção dos espaços urbanos laurentinos onde a interação entre a diversidade dos habitantes da cidade ocorreu. Esse processo veio agregado com a produção de diferentes interpretações, na sua maioria marcadamente inferiorizantes das populações nativas classificadas como indígenas, a partir de um prisma de que existiria uma forma correta e única de se vestir e portar no mundo urbano. Essa lógica entendida como um processo civilizacional de boutique, ou seja, de envernizar-se com objetos para parecer algo que não se era e uma forma barata de imitação de hábitos europeus, revela, ao mesmo tempo, as múltiplas apropriações e formas de se usar um tecido para cobrir o corpo por parte dessas populações que transitavam pela cidade independente dos desejos concebidos inicialmente por aqueles representantes da civilização. Assim como alguns dos interesses do “número de indivíduos [...], naturalmente, maior que todos” que faziam parte daquela Lourenço Marques do início do século XX.

2.3.1. Regulamentação e pudor no espaço público de Lourenço Marques

A notícia que abre esse tópico não é a única que pude encontrar a respeito da necessidade de um maior rigor nos tipos de vestimentas – ou na ausência delas – nas páginas d’*O Africano*. Entre 1909 e 1919 observei uma série de textos ou pequenas notas que reclamavam da ausência de pudor da população indígena com relação aos panos que cobriam os seus corpos. Em sua maioria, esses textos buscavam culpabilizar o poder colonial pela sua incapacidade de pôr em prática as inúmeras legislações que obrigavam a uma vida cotidiana urbana pautada por normas “civilizadas”. A leitura de

²⁵⁵ Circular confidencial do Diretor dos Negócios Indígenas solicitando a repressão das práticas de tatuagem, 25 de fevereiro de 1928. AHM. DSNI. Caixa nº 37.

homens como João Albasini, em junho de 1921, era de que o “atraso e a desorganização” existiam por conta da continuidade do “respeitar os usos e costumes” e de “fugir sistematicamente de fazer” pressões na medida de obrigar a “saudação em português”, a “proibição de pinturas, cabeleiras e tatuagens” e o “uso das calças”.²⁵⁶ Marcados por uma ambiguidade que perpassaria todo o período colonial contemporâneo português, as queixas produzidas pela pequena camada de africanos letrados produtora de jornais vão, por um lado, criticar abertamente o colonialismo. Porém, como explica César Braga-Pinto, as críticas a obra colonizadora portuguesa realizadas por João Albasini não se dirigiam ao “colonialismo em si, mas a incapacidade dos Portugueses de civilizar conforme os preceitos da Razão iluminista”.²⁵⁷ Portanto, essa crítica era voltada majoritariamente para a incapacidade desse mesmo sistema em reprimir os hábitos nativos e, conseqüentemente, da não incorporação de toda a população negra de Moçambique no mundo do progresso e da civilização. Ou seja, àquele mundo que usava calças.

Em abril de 1909, por exemplo, *O Africano*, em concomitância com a veemente campanha de combate a venda do chamado “vinho colonial” ou “vinho para preto” em Moçambique, afirmou a necessidade de se beber “menos do ‘colonial’” e, com o dinheiro economizado por aqueles que constantemente eram vistos como adeptos da beberagem, comprarem algumas calças. Segundo o articulista, a partir de finais de 1880 e, posteriormente, em subseqüentes editais administrativos, passou a ser obrigatório para todos os habitantes de Lourenço Marques “trazer os corpos cobertos de tecidos”. Porém, o que se via pelas ruas da cidade seria uma verdadeira “exibição do nu”. O pior cenário seria aquele encontrado na cidade baixa, região central da capital colonial. Era lá que, supostamente, mais se viam os “pretos com uma saca a roda da cintura, ou uma simples tanga, mal cobrindo a nudez”. Aquilo tudo soava “indecoroso” e “obsceno” aos olhos do autor da denúncia. O motivo para tamanha “indecência” estaria na “brandura dos nossos costumes”. Nesse sentido, o artigo atribuiu a culpa desse estado de coisas ao poder administrativo colonial português, que precisava, novamente, proibir o trânsito de

²⁵⁶ *O Brado Africano*, 19 de junho de 1921. WNA.

²⁵⁷ BRAGA-PINTO, César. BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014, p.60. Para um balanço a respeito do associativismo africano nos territórios coloniais portugueses durante as primeiras décadas do século XX e a ambiguidade do posicionamento de seus membros, ver: NASCIMENTO, Augusto. “Em torno do associativismo africano na era republicana: da afirmação da raça negra à defesa dos africanos na colônia”. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio; RODRIGUES, Eugénia (orgs.). *Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP*. Maputo: Alcance Editores, 2011.

“sujeitos em tal estado de nudez pelas ruas da baixa”, ao invés de priorizar o comércio de seu principal produto agrícola, o vinho, e fazer como os “ingleses [que] nas suas colônias não permitem tais ofensas ao pudor público”.²⁵⁸

Efetivamente, desde finais do século XIX, principalmente após a conquista militar portuguesa no sul de Moçambique e a elevação de Lourenço Marques à capital, uma série de medidas passaram a ser tomadas com o objetivo de disciplinar o seu espaço urbano e, sobretudo, controlar a população dita indígena que habitava, trabalhava ou simplesmente estava de passagem pela cidade. Como explica Valdemir Zamparoni, a expansão urbana acelerada de Lourenço Marques produziu uma demanda exponencial por mão de obra. Ao mesmo tempo, essa demanda foi eficazmente suplantada pelos próprios mecanismos elaborados para criá-la. Nesse sentido, para a “administração colonial, era forçoso ampliar e atualizar os mecanismos de controle sobre esta crescente presença”.²⁵⁹

Durante a década de 1900, encontramos inúmeros exemplos de codificações do uso do espaço urbano, como a promulgação do Regulamento do Mercado Público de Lourenço Marques e a reformulação do Regulamento para o Serviço dos *Rickshaws* de Praça e Particulares, ambos de 1903.²⁶⁰ A produção de um código que estabelecesse as regras para serviços oferecidos na cidade não era apenas uma imposição do governo colonial, mas também uma demanda de determinados setores que vinha ocorrendo desde, pelo menos, 1901. O jornal *O Português*, por exemplo, por entender que alguns dos proprietários de *rickshaws* estavam sendo prejudicados devido às corridas gratuitas, graças a “ignorância dos pretos”, solicitou a Câmara Municipal que criasse uma tabela de preços fixos para as corridas.²⁶¹ Naquele mesmo ano, o jornal publicou o que era o primeiro regulamento para os *rickshaws* da cidade.²⁶² Porém, no ano seguinte, já reclamavam do descumprimento das regras estabelecidas, pois “alguns europeus”, por um lado, exercendo o poder que possuíam, estariam se recusando a pagar “o que pela

²⁵⁸ *O Africano*, 24 de abril de 1909. WNA.

²⁵⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Entre ‘narros’ & ‘mulungos’: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1998, p. 297.

²⁶⁰ *Regulamento do Mercado Público da Cidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1903. *Regulamento para o serviço dos Rickshaws de praça e particulares. Aprovado pelo acórdão do conselho administrativo do distrito, nº 6, de 1903*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1903. Vide, também, AHM. DSNI. Caixa nº 196.

²⁶¹ *O Português*, 24 de abril de 1901. BNP.

²⁶² *O Português*, 12 de junho de 1901. BNP.

tabela aprovada lhes é devido”. Por outro lado, buscando aumentar seus parcos ganhos “muitas vezes os indígenas” exigiriam “preços além da referida tabela”.²⁶³

Os rickshaws cumpriam importante função no deslocamento dos habitantes de Lourenço Marques. Por ser um serviço largamente utilizado na cidade, produzir a ordenação do seu cumprimento ganhou tendências na divisão de funções e atendimentos específicos que condiziam com as linhas de segregação que buscavam ser construídas. O regulamento publicado em 1901 pelo *O Português* foi reformulado e aprovado em 1903, prevendo a solicitação de licenças para os rickshaws existentes, sendo essas divididas entre aqueles que poderiam transportar europeus e outros que poderiam transportar indígenas. Era disso que tratava o terceiro artigo do Regulamento de 1903. Esse artigo previa que “o proprietário de qualquer rickshaw de praça” que declarar que o mesmo se destina ao “transporte de indígenas”, teria a licença concedida desde que um “dístico com as palavras ‘para indígenas’ das dimensões, forma e disposição que forem indicadas pela repartição técnica da câmara” fosse afixado. O mesmo não poderia transportar europeus.²⁶⁴ Como esse termo classificador da população nativa ainda não havia sido codificado legalmente, viu-se a necessidade de defini-lo. Segundo o texto, seria empregado um “sentido restrito” ao termo, sendo apenas considerados como indígenas “os indivíduos de cor de ambos os sexos, que pelo modo de trajar, [...] ou serviços em que se ocupam vulgarmente se costumam designar por aquele termo ou ainda pelos de patchis, colis, cafres, macuas, etc”.²⁶⁵ Ou seja, o trabalho em que se empregavam, mas também a vestimenta, eram entendidos como sinais importantes nas distinções e nas definições identitárias para os legisladores coloniais. Talvez, por isso mesmo, apesar de preverem rickshaws específicos para os indígenas, onde se poderia transportá-los usando seu “modo de trajar”, era previsto para o condutor do veículo, também considerado um indígena, um vestuário obrigatório “composto por blusa comprida apertando com um cinto e calção”. Para cobrir a cabeça, lhes seria permitida uma maior liberdade, podendo ser usado um “cofió” ou qualquer outra coisa “mais ou menos caprichosa”.²⁶⁶ No entanto, segundo o regulamento, esses trabalhadores urbanos não poderiam usufruir dos artigos em que o Salão Chic ou o Salão de Moda Fabião e

²⁶³ *O Progresso*, 30 de janeiro de 1902. BNP.

²⁶⁴ *Regulamento para o serviço dos Rickshaws de praça e particulares. Aprovado pelo acordo do conselho administrativo do distrito, nº 6, de 1903*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1903, p.1-2.

²⁶⁵ *Idem*, p.1.

²⁶⁶ Cofió é um tipo de chapéu muçulmano e também um barrete vermelho usado pelas tropas compostas por nativos.

Silva ofertavam, pois lhes era “proibido o uso de chapéu europeu de qualquer feitio ou tecido”.²⁶⁷

A existência desse tipo de transporte entendido enquanto característico da cidade de Lourenço Marques durante boa parte das três primeiras décadas do século XX, momento em que a cidade se efetivava enquanto capital colonial, não poderia ser exercido por indivíduos que não se vestissem num modo considerado minimamente europeu. Ao mesmo tempo em que não poderiam se assemelhar tanto a esses, a ponto de não se distinguirem dos seus pares indígenas. Após o estabelecimento do Regulamento de 1903 pude encontrar referências na imprensa a alguns proprietários de rickshaws sendo autuados por descumprirem o artigo relacionado ao asseio do veículo e/ou de seus funcionários, como o empresário João Ata, que recebeu uma multa por um dos seus condutores estar “trajando capulanas”.²⁶⁸



Condutores de rickshaw nos trajes obrigatórios estabelecidos pelo regulamento. A página dedicada a essa imagem, publicada no terceiro volume dos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*, possui outra foto com dois passageiros – aparentemente brancos – subindo num ônibus. A legenda, tentava, mais uma vez, reforçar um processo de modernização civilizacional que ocorria em

²⁶⁷ Regulamento para o serviço dos Rickshaws...p.2.

²⁶⁸ *O Distrito*, 26 de janeiro de 1905. BNP. Com relação a não aplicação do regulamento, especialmente no que diz respeito ao emprego de indígenas que não estaria aptos fisicamente para conduzir um rickshaw, foram feitas algumas denúncias pelo *O Brado Africano*. Ver as edições de 24 de janeiro de 1920; 14 de fevereiro de 1920; 10 de julho de 1920.

Lourenço Marques, afirmou que o rickshaw seria um “característico meio de condução de que o público já pouco se serve”. RUFINO, José dos Santos (editor). Op. Cit. Volume 3, 1929, p.62.

Os inúmeros esforços para a regulamentação da vida do indígena na cidade, nas duas primeiras décadas do século XX, demonstram como o processo de aplicação desses mecanismos de controle, naquele cotidiano urbano, encontrou inúmeros percalços. Nesse mesmo contexto, em 1904, foi promulgado o Regulamento de Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques.²⁶⁹ Até então o mais sistemático instrumento legal de controle da circulação e permanência dos indígenas na cidade, ele não conseguiu sobreviver por mais de dez anos sem precisar ser reformulado. Ao que tudo indica, o regulamento não atingiu plenamente os seus objetivos.

A ineficácia do poder colonial de implementar um ordenamento da vestimenta a ser utilizada no espaço urbano de Lourenço Marques e, conseqüentemente, de subjugação dos corpos dominados pelo seu poder, abre questões importantes. Essa dificuldade constante em atingir seus objetivos no início do século XX pode ser pensada como resultado da falta de um real aparelhamento das instituições administrativas para realizar o seu trabalho, ao mesmo tempo também como resultado de conflitos internos por parte dos diferentes interesses envolvidos na dinâmica colonial. Porém, invertendo essa questão, a insistência de uma camada de origem africana em utilizar as vestimentas de formas singulares em detrimento daquelas empurradas pelo comércio e pelo poder colonial como as mais adequadas à civilização que se buscava impor, ou mesmo misturando roupas e apetrechos da vida moderna as novas formas de se viver que emergiam desses contatos, revelam uma atitude ativa nesse processo.

A suspensão, em fevereiro de 1911, do regulamento aprovado em 1904, até que novas resoluções fossem definidas, gerou dúvidas entre os diferentes agentes do poder colonial. Por isso mesmo, o administrador geral precisou lembrar ao comissário de polícia civil que, apesar da revogação, continuou sendo obrigado aos “indígenas que permanecessem [em Lourenço Marques] a usar vestuário que lhes cobrisse o tronco e pernas até o joelho pelo menos”.²⁷⁰ A troca de correspondências entre diferentes membros e de instituições distintas da administração colonial portuguesa existente em

²⁶⁹ *Regulamento de Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1904, posto em vigor pelo Dec. 09/09/1904, publicado no *Boletim Oficial* nº 45/1904, pp. 4:6.

²⁷⁰ AHM. Fundo da Administração do Conselho de Lourenço Marques (FACLM). Caixa nº 2010. Carta do Administrador do Concelho de Lourenço Marques para o Comissário de Polícia, 15 de março de 1911.

Lourenço Marques, demonstra como a mesma, apesar de em determinados momentos entrar em conflito, possuía questões que a unificavam. A obrigatoriedade do uso das calças pelos “indígenas que permanecessem” na cidade parece ser uma delas. A própria ideia da construção de novas necessidades como um mecanismo colonial capaz de empurrar as populações nativas ao mercado de trabalho assalariado, fundamental para o sucesso da empreitada colonial portuguesa na região, encontrou sua correspondência prática na comercialização dos panos e roupas de padrão Europeu anunciadas pelos jornais.

A ambiguidade dos posicionamentos existentes dentro daqueles que poderiam ser caracterizados como colonizados fica mais evidente quando *O Africano* iniciou, naquele ano de 1911, uma campanha em prol da real aplicação do Regulamento de Serviços e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques. A preocupação inicial do periódico não recaiu sobre possíveis abusos por parte do patronado ou da ineficácia do próprio regulamento, mas antes sobre a obrigatoriedade do “preto a trazer calças e tronco coberto” e da “preta a vestir ‘quimáu’”.²⁷¹ Alguns meses depois, o jornal afirmou estar “um tanto ou quanto envergonhados de falar tantas vezes na mesma coisa”. A vergonha era maior exatamente porque “em plena cidade se veem pretos quase nus, com uma simples tanga em roda da cinta”. No jornal terminou-se por implorar a intervenção do Sr. Administrador do Conselho Municipal para que fosse ordenado “mais uma vez, *mas a valer*, o uso obrigatório das calças aos homens e o uso do quimáu (blusa ou coisa que o valha as mulheres indígenas)”.²⁷²

Apesar do seu texto possuir sérios problemas analíticos, por não levar em consideração a presença colonial portuguesa para entender as lógicas de transformação no vestuário moçambicano, Benigna Zimba apresenta a transformação no uso de tecidos localmente produzidos para tecidos importados. Nesse processo, no início do século XX, teria se tornado notório, por uma parcela das mulheres africana da cidade, o uso de “blusas com mangas compridas e justas aos braços”, chamado quimáu.²⁷³

Como um importante olhar para as transformações sucedidas na época, mesmo que enviesado e sendo necessário tomar as devidas precauções, Henri Junod novamente pode nos ajudar a problematizar alguns dos significados das transformações pelas quais

²⁷¹ *O Africano*, 19 de julho de 1911. WNA.

²⁷² *O Africano*, 16 de setembro de 1911. WNA. Grifos meus.

²⁷³ ZIMBA, Benigna. “O papel da mulher no consumo de tecido importado no norte e no sul de Moçambique, entre os finais do século XVIII e os meados do século XX”. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio; RODRIGUES, Eugénia. *Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP*. Maputo: Alcance Editores, 2011, p.25.

ocorreram as apropriações africanas no âmbito das vestimentas. Ao descrever determinados ritos de passagem, o missionário etnógrafo apresentou como as transformações no estágio da vida de alguns habitantes do sul de Moçambique eram representados pela alteração no vestuário que deveria ser usado. A mudança para a puberdade era marcada pelo início no uso do “*mbayi*, pequeno objeto cilíndrico ou cônico feito de folhas de palmeira”, que seria o “vestuário nacional dos Tsonga”, ou do *xifado*, supostamente de origem Zulu.²⁷⁴ Por um lado, as transformações nos costumes das vestimentas das populações locais foram vistas por Junod como uma afronta ao que entendia como formas autênticas. Criticando a postura dos “indígenas civilizados”, o autor diminuiu a adoção da indumentária que os africanos bem entendessem como mais apropriada para si, afirmando que ao usarem cada vez menos “o cinto de peles, [...] para enfiar umas calças, sonhando todos sempre com um fato de sarja ou de cáqui” não seria nada além de uma simples cópia que levava ao desaparecimento das formas tradicionais que o missionário insistia em congelar nas suas análises em tempos imemoriais.²⁷⁵

Por outro lado, a defesa da obrigatoriedade do uso de calças por homens e do quimão pelas mulheres estava diretamente relacionada a uma questão da necessidade de se impor uma maneira de se portar na cidade que impedisse qualquer olhar civilizado desavisado de encontra-se com um “membrudo negralhão” ou com os seios de uma mulher. Aqueles que viam as ações colonialistas como formas capazes de promover a transformação desses costumes existentes nas populações locais, indignavam-se com a incapacidade de impor suas vontades. Esse inconformismo surgia muito em consequência da inaptidão do poder colonial de impor desejos compartilhados de maneira comum pelos diferentes segmentos que compunham esse poder. Mas também graças as formas singulares que as populações nativas encontraram para usarem e abusarem das imposições que foram sendo implementadas na medida que o colonialismo se consolidava na região.²⁷⁶ No caso específico do jornal *O Africano*,

²⁷⁴ JUNOD, Henry. Op. Cit., 2009, p.111.

²⁷⁵ Idem, p.428. A obra de Junod e suas relações com a população de origem africana que vivia em Lourenço Marques e com o colonialismo serão melhor exploradas no capítulo seguinte.

²⁷⁶ É importante salientarmos que a obrigatoriedade da produção de algodão implementada pelo colonialismo português em diversas regiões na África e os interesses da incipiente indústria têxtil portuguesa foram fatores importantes, mas que fogem o âmbito da atual pesquisa, no consumo de panos europeus em detrimento de uma produção local, sob controle dos africanos, ou mesmo de um comércio de tecidos controlado pelos indianos, numa dimensão econômica da imposição do uso de vestimentas ocidentalizadas. Nesse sentido, ver: FORTUNA, Carlos. *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento, 1993; SANTOS, Maciel. “Imposto e algodão: o caso de Moçambique (1926-1945)”. In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano – articulação com o poder político*. Porto: Campo das letras,

citado a pouco, o mesmo estava atacando o descumprimento do artigo nº 2 do regulamento de 1904, que obrigava o indígena na cidade a cobrir “o tronco e pernas até o joelho pelo menos, não sendo permitido aos do sexo masculino o uso de panos que simplesmente os envolvam”.²⁷⁷

As próprias autoridades coloniais, em diferentes instâncias, reconheceram a sua incapacidade de aplicação das regulamentações que criou. Por vezes, isso produziu conflitos a respeito da responsabilidade dessa ineptidão, ao mesmo tempo em que, apesar de evitar reconhecer suas fraquezas, revelam a força da ação cotidiana em prol de uma forma mais independente de se viver dentro de um espaço urbano colonial, em relação aqueles que se buscava polir com esses regulamentos. Segundo o regulamento de 1904, todo indígena que habitasse em Lourenço Marques deveria estar empregado e devidamente registrado na administração municipal. Todavia, o responsável pela Secretaria dos Negócios Indígenas, pelo menos entre os anos de 1910 e 1911, emitiu uma série de guias para que os indígenas pudessem prestar queixas contra seus patrões na Administração do Conselho de Lourenço Marques, sendo todos os casos referentes ao não pagamento de salários. Em resposta, o secretário geral do conselho, replicou asperamente o secretário dos Negócios Indígenas dizendo que, antes mesmo desses indivíduos poderem prestar queixas, era necessário que os mesmos pagassem a taxa para se registrarem como habitantes da cidade. Já que nenhum dos queixosos possuía esse registro, não mais aceitaria as queixas e nem o procedimento que vinha se repetindo há alguns anos.²⁷⁸

Segundo o secretário dos Negócios Indígenas e de Emigração, em 6 de maio de 1912, estavam registrados 3.621 indígenas para trabalhar na cidade, sendo que desse total, 997 haviam se registrado para o corrente ano.²⁷⁹ Se pensarmos que em 1897

2007; ISAACMAN, Allen. *Cotton is the mother of poverty: peasants, work, and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth: Heinemann, 1996.

²⁷⁷ *Regulamento de Serviços e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1904, posto em vigor pelo Dec. 09/09/1904, publicado no *Boletim Oficial* nº 45/1904, pp. 4:6.

²⁷⁸ AHM. FACLM. Caixa nº 2010. Diversas foram as necessidades de alterações ou reforços de ordens que haviam sido criadas, mas nunca postas em vigor. Outro exemplo, para além daquele que obrigava o uso de calças, era o do emprego de “mulheres indígenas” nas cantinas. Primeiramente, em 1903, permitiram, mas com a condição de que todas fossem registradas na administração municipal. Depois, em 1904, proibiram. No entanto, elas continuaram existindo. Em 1911 e em 1913, foram, através de nova legislação, proibidas novamente. Apesar disso, em anos subsequentes continua sendo possível encontrar referência a existência de trabalhadoras indígenas das cantinas. Ver, como exemplo de documentação produzida ao longo desse processo: AHM. FACLM. Caixa nº 3245.

²⁷⁹ AHM. FACLM. Caixa nº 2010.

existiam 1.747 “africanos”²⁸⁰ e, em 1912, somadas as áreas urbanas e suburbanas era de 17.244 “pretos”,²⁸¹ fica evidente como o poder colonial foi incapaz, ou, dependendo do setor, não possuía interesse pleno em registrar todos os indígenas aptos para o trabalho existentes na cidade, especialmente quando o seu desejo era explorar ao máximo essa mão de obra local. Porém, parecia ser também interesse dos próprios indígenas evitar ficarem presos aos controles regulatórios criados pelo colonialismo, recorrendo apenas em última instância as instituições da administração colonial quando do surgimento de algum conflito no qual eram incapazes de solucionar através de outras vias.²⁸²

Após um ano inteiro de pressões, as demandas d’*O Africano* parecem ter, finalmente, surtido algum efeito. Afinal, foi “com o máximo prazer” que informou aos seus leitores que, por edital da Administração do Concelho de 15 de fevereiro de 1912, passaria a ser proibido, a partir de 17 de março daquele ano, “o trânsito de indígenas que não vestirem decentemente não sendo por isso permitido, aos de sexo masculino, o uso de panos que simplesmente o enrolem”.²⁸³ Novamente ficava especificada a proibição de um determinado tipo de vestimenta particular dos homens ditos indígenas. Não era apenas necessário cobrir o tronco e as pernas até o joelho com alguns panos. Portanto, a campanha do periódico sempre esteve voltada não em prol do uso de qualquer tipo de roupa por parte das populações classificadas como indígena da cidade. A questão não era apenas essa. Não bastava cobrir a nudez para adentrar no mundo moderno civilizado. Era necessário usar algo simbólico daquele mundo. Era fundamental obrigar a se “usar calças”. Por isso mesmo, apesar de felicitar a atitude do Governador Geral, o jornal não deixou de criticar outras camadas da população urbana de Lourenço Marques que não adotavam as calças como vestimenta padrão. Os baneanes, para *O Africano*, também deveriam ser obrigadas ao seu uso.²⁸⁴

Não só *O Africano* possuía essa opinião. Outros grupos que pressionavam o Governo Geral de Moçambique para a efetivação da obrigatoriedade do uso de calças na capital também se manifestaram em apoio ao edital de 15 de fevereiro. O Centro Republicano Couceiro da Costa, composto por colonos portugueses, em carta dirigida ao Governador Geral, parabenizou-o pela “iniciativa de proibir que os indígenas transitem pela cidade, vestidos com capulanas, seminus”. Ao mesmo tempo, aproveitou

²⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral do Ultramar, 3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas.

²⁸¹ ZAMPARONI. Op. Cit. 1998, p. 295.

²⁸² Nesse sentido, ver: ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, pp.360-363.

²⁸³ *O Africano*, 01 de março de 1912. WNA.

²⁸⁴ *O Africano*, 01 de março de 1912. WNA.

a ocasião para defender a extensão da medida aos “baneanes e monhés de todas as raças”. Porém, em especial para os baneanes, que, segundo o centro, “se apresentam em público com trajes indecentes e contrários ao decoro que em todos os centros de população civilizada é indispensável fazer observar”.²⁸⁵

Acabou sendo com alívio que *O Africano* exclamou: “Calças, calças!”. A preocupação do Centro Republicano e do jornal em corroborar a vocação que pretendiam atribuir a Lourenço Marques como um antro civilizacional através da implementação do uso de calças por todos aqueles que lá se encontravam, foi, temporariamente, encerrada. A publicação oficial do Edital da Administração do Concelho acatou suas demandas. Não só o indígena ficava proibido de usar suas capulanas, mas também o baneane, “sendo obrigatório o uso de Calças e Calções”.²⁸⁶

Aparentemente foi demandado um esforço inicial na real aplicação desse novo edital. As duas principais empregadoras da mão de obra indígena na cidade solicitaram esclarecimentos à diferentes instâncias do Estado colonial. A direção do porto e dos caminhos de ferro dirigiu-se a polícia, em caráter de urgência, em 18 de março de 1912, ou seja, um dia após àquele que deveria ser aplicado o regulamento de fevereiro do mesmo ano. A preocupação das instâncias superiores era de evitar qualquer tipo de punição aos seus trabalhadores, já que “algumas centenas de pretos” ainda não possuíam “os fatos (calça e blouse)” obrigatórios.²⁸⁷ Não apenas a Companhia dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques mostrou preocupação com relação ao edital. A WNLA, principal empresa engajadora de trabalhadores para as minas da África do Sul, também enviou carta para uma autoridade. Desta vez o escolhido foi o intendente dos Negócios Indígenas. Perguntado se passaria então a ser necessário registrar naquela repartição os indígenas em transito, que estacionavam por alguns dias em Lourenço Marques, a resposta foi negativa. Porém, para o caso das calças, o intendente foi mais rigoroso. Apesar dos indígenas não precisarem ser registrados, não lhes era “consentido que transitem pela cidade sem que estejam decentemente vestidos”.²⁸⁸

Porém, aparentemente, esse rigor não durou muito tempo. Em novembro daquele ano, *O Africano* reclamou de que já era possível perceber como “o edital sobre as

²⁸⁵ AHM. FACLM. Caixa nº 2010. Carta do Centro Republicano “Couceiro da Costa” ao Governador Geral da Província de Moçambique. Lourenço Marques, 27 de fevereiro de 1912.

²⁸⁶ *O Africano*, 15 de março de 1912. WNA.

²⁸⁷ AHM. FACLM. Caixa nº 2010. Carta do Diretor do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques para o Administrador do Concelho de Lourenço Marques, 18 de março de 1912.

²⁸⁸ AHM, DSNI, Caixa nº 225. Carta dos agentes da WNLA ao Intendente dos Negócios Indígenas e de Emigração, 11 de março de 1912; e resposta do Intendente dos Negócios Indígenas e de Emigração aos agentes da WNLA, 14 de março de 1912.

calças” estava “entrando nos domínios das coisas mortas”. O maior exemplo disso poderia ser visto durante a chegada dos trabalhadores retornados das minas sul-africanas – os chamados magaisas. O jornal mostrou indignação com o transito desses trabalhadores “sem calças” pelo centro nervoso da cidade, ao mesmo tempo não conseguia compreender como que podiam voltar carregados “com 60 quilos de bugigangas” e continuarem vestidos daquela maneira incivilizada.²⁸⁹

Portanto, não seria por falta de recursos financeiros que esses trabalhadores deixavam de usar calças. Era uma intervenção, uma leitura que faziam a respeito dos novos utensílios que lhes eram apresentados e uma escolha daqueles que mais lhe apeteçiam a comprar e usar. Por um lado, as sucessivas reformulações dos regulamentos que buscaram delimitar as liberdades da população nativa citadina demonstram um aspecto cotidiano do processo de aprendizagem da colonização. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, esse processo proporcionou os meios para a consolidação de uma série de mecanismos de controle, que, a partir das décadas de 1920 e 1930, foram sendo implementados e terminaram por produzir a chamada política do indigenato.²⁹⁰ Por outro lado, demonstra uma insistência no uso de capulanas que pouco se importava com as proibições que iam sendo criadas pelos poderes coloniais.

Os percalços para a implementação dos regulamentos demonstram as diferentes camadas existentes no poder colonial português em Moçambique, como as ações das diversas instâncias administrativas, que jogavam com os interesses múltiplos existentes, como o dos grupos sociais que pressionavam o poder colonial apresentando suas demandas e questionando a capacidade desse poder em suplantá-las e, inclusive, as expressões dos próprios indígenas em relação a todo esse processo de desarticulação de suas formas culturais autônomas e a (re)criação de novas formas de se viver. No

²⁸⁹ *O Africano*, 14 de novembro de 1912. WNA.

²⁹⁰ A política do indigenato era um termo cunhado principalmente a partir do Ato Colonial promulgado em 1930, para designar as políticas portuguesas direcionadas para o ultramar e, especificamente, aquelas voltadas para as populações nativas que se encontravam sob o domínio colonial português. De maneira geral, estava diretamente relacionado as formas de exploração da mão de obra local dentro de lógicas racialistas e racistas promulgadas pelos colonialismos europeus na África e que terminaram por projetar mecanismos de trabalho forçado muito semelhantes a formas de escravidão. Para um resumo dessas políticas no continente africano, ver: PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. *Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009. Para uma perspectiva crítica sobre a política de indigenato em Moçambique, ver: O’LAUGHLIN, Bridget. “Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique”. *African Affairs*, (2000), nº 99, pp.5-42. Para uma análise comparativa entre as formas de exploração do trabalhador nativo nas coloniais inglesas e francesas e sua relação com formas de trabalho forçado, ver: KEESE, Alexander. “Slow abolition within the colonial mind: British and french debates about ‘vagrancy’, ‘african laziness’, and forced labour in West central and South central Africa, 1945-1965”. In: *IRSH*, 59 (2014), pp.377-407.

Relatório do chefe da polícia civil de Lourenço Marques para o Governo Geral, entregue em dezembro de 1914, foi contabilizado, entre o período de abril a novembro daquele ano, um total de 609 transgressões as portarias municipais. Entendendo como oposição a uma forma de se “andar descentemente vestido”, a ação policial recaiu, desse total, sobre 159 indivíduos que foram presos pelo “uso de capulanas”.²⁹¹ Na época, a capulana era uma palavra utilizada para descrever qualquer tipo de tecido usado pelas populações nativas enrolado ao redor da cintura e que formava uma espécie de saia.²⁹² Ou seja, de um lado, esses números representam uma atuação maciça da polícia para coibir um determinado padrão de vestimenta. Atuação esta não vista anteriormente. De outro lado, apresentam a ação por parte daqueles que desejavam usar capulanas que pouco se importava com a relação entre decência, vestuário específico e regulamentação do espaço urbano, acabando por afrontar as tentativas de imposição de uma determinada forma de ser dentro de Lourenço Marques.

O andar-se com aquelas indumentárias anunciadas com esplendor em português e em ronga nas páginas da imprensa produzida pelos irmãos Albasini era compreendida por esses como um sinal de evolução, um símbolo capaz de demonstrar a capacidade do indígena de atingir estágios elevados de civilização e, conseqüentemente, promover uma valorização do mesmo em detrimento das leituras racializantes que entendiam o negro em geral como um ser incivilizado.²⁹³ Era nesse sentido que *O Brado Africano*, após festas realizadas na Munhuana, pela Missão de S. José de Nhlanguene, solicitou ao Padre Castilho para que lhes poupassem “tal espetáculo que é uma vergonha” dos músicos da banda da missão andarem descalços. Diziam que com o recebimento das apresentações “os músicos podiam andar decentemente vestidos e calçados”. Para afugentar críticas de que estaria sendo demasiado rigoroso, o jornal defendeu sua posição argumentando que essa insistência estava no fato de que o “andar-se calçado é uma das principais características do estado evolutivo de um povo, de uma raça”.²⁹⁴

²⁹¹ AHM, GG, Caixa nº 102.

²⁹² ZIMBA, Benigna. Op. Cit., p.27.

²⁹³ Podemos encontrar reflexões semelhantes no pensamento colonial português na maioria dos pensadores que refletiram e agiram na colonização portuguesa no ultramar, especialmente quando da virada dessas ações em finais do século XIX e início do XX. Como exemplo desses autores atores contemporâneos ao colonialismo, ver: OLIVEIRA, Martins. Op. Cit., 1978; *Antologia colonial portuguesa. Volume I: Política e administração*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946; MELLO, Lopo Vaz de Sampayo e. *Política Indígena*. Porto: Magalhães e Moniz Editores, 1910; ENES, António. *Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1913.

²⁹⁴ *O Brado Africano*, 01 de agosto de 1919. WNA.

No entanto, para alguns administradores coloniais, nem sempre o uso de qualquer tipo de vestimenta foi entendido como sinal de ascensão. Numa circunscrição do interior da província de Lourenço Marques, o administrador reclamou com o Secretário dos Negócios Indígenas de que os agentes responsáveis por aliciar indígenas para migrarem rumo às minas de Johannesburgo estavam fornecendo aos régulos “fardamentos e outros fatos de boa fazenda, luxuosos mesmos”, não sendo raro encontrar “fardamentos de exército inglês em corpos de indígenas”, tendo sido trazidas “em geral [...] de Johannesburgo”. O funcionário português dizia-se preocupado com a influência desses agentes e solicitava o fornecimento de “um fato ou fardamento qualquer” para ser distribuído aos chefes locais e menos luxuoso, já que deveriam também obrigá-los “a comparecer perante as autoridades sempre vestidos com ele”.²⁹⁵

A relação entre processos migratórios que direcionaram uma elevada leva de homens, sobretudo para as regiões mineradoras da África do Sul ou para o perímetro urbano de Lourenço Marques, promovendo um recrudescimento dos contatos e também da possibilidade de compra de diversos produtos industrializados, implicou na abertura de um novo mundo para esses indivíduos. As visões elaboradas a respeito desse processo, apesar de acentuarem a incapacidade desses em relação a incorporação das novidades advindas com a presença colonial nas suas práticas cotidianas, demonstram uma apropriação marcada por valores distintos daqueles apregoados pelos que se auto incumbiam como detentores da civilização. Em diferentes momentos, por conta de ocasiões diversas como a morte durante o trabalho nas minas de Johannesburgo ou pelo simples fato de esquecer uma bagagem numa estação de trem, tem-se acesso aos bens que esses trabalhadores carregavam consigo no seu retorno para casa ou em trânsito por Lourenço Marques. Um dos diretores da alfândega da cidade, em resposta ao Intendente da Emigração, informou que os “objetos que, com mais frequência, os indígenas” traziam em suas bagagens “quando regressam do Transval”, em 1909, era: “Algodão branco e tintos em peça, tecidos em obra, cobertores, mantas, colchas, calçados, velas para iluminação, chapéus de sol, bengalas, pomadas”.²⁹⁶ No mesmo ano, o fiscal de emigração em Ressano Garcia informou o intendente da emigração em Lourenço Marques, sem carregar com um certo preconceito o seu comentário, que um indígena havia deixado, “por esquecimento ou por embriaguez”, uma trouxa com objetos

²⁹⁵ AHM. DSNI. Caixa nº 29. Carta da Administração da 6ª Circunscrição de Lourenço Marques, Macia, 3 de outubro de 1909, para o Secretário dos Negócios Indígenas.

²⁹⁶ AHM. DSNI. Caixa nº 29. Carta do Diretor do Círculo Aduaneiro para o Intendente da Emigração, 19 de junho de 1909.

íntimos. Com o objetivo de encontrar o seu proprietário, pois ignorava o seu nome, informou o conteúdo deixado para trás, composto de:

Camisas, quatro; Camisolas; duas; Capulanas, seis; Lenços, três; Xales, um; Manta, duas; Velas de stearina, vinte e sete; Sacos pequenos de linhagem, dois; Redes de arame, uma; Machadinhos de mão, um; Atados de cabelo, um; Colheres grandes, quatro; Colheres pequenas, duas; Tesouras, duas; Canivetes, quatro; Navalhas de barba, uma; Pincos de barba, um; Escovas para dentes, uma.²⁹⁷

De maneira semelhante, Freire de Andrade, Governador Geral de Moçambique entre 1906 e 1910 e importante homem no processo de consolidação da presença portuguesa em Moçambique,²⁹⁸ elaborou um mapa para o seu relatório após analisar as “diferentes mercadorias, importadas como bagagem por dez indígenas vindos do Transvaal”:

1º Mala	2ª Mala	3ª Mala	4ª Mala	5ª Mala	6ª Mala	7ª Mala	8ª Mala	9ª Mala	10ª Mala
2 Cobertores	2 Cobertores de lã	3 Casacos	2 Cobertores de lã	1 Cobertor de lã	2 Facas de mato	1 Boné	1 Para de polainas	28 ½ Panos	6 ½ Panos
2 Barras de sabão	4 Xales	2 Coletes	22 ½ Panos	2 Pentes	4 Cintos	8 Camisas	2 Espelhos	4 Coletes	4 Xales de algodão
2 Carros de linha	21 Panos de algodão branco	2 Colchas	3 Xales de lã	Manilhas	4 Peças de chita	3 Coletes	12 Colheres	2 Xales de lã	1 Xale de lã
6 Bonés	2 Pentes	2 Toalhas	6 Camisolas	1 Capa de borracha	40 ½ Panos	10 ½ Panos	6 Sabonetes	1 Cobertor de lã	2 Camisas
2 Pac. alf. Dama	2 Tesouras	1 Cobertor	3 Coletes	5 Coletes	1 Lençol	1 Xale de lã	1 Escova	3 Camisas	1 Colete

²⁹⁷ AHM. DSNI. Caixa nº 29. Carta do Fiscal de Emigração em Ressano Garcia para o Intendente da Emigração em Lourenço Marques, 12 de janeiro de 1909.

²⁹⁸ A respeito dos homens que participaram militarmente na derrocada dos reinos do sul de Moçambique e, posteriormente, ocuparam cargos como administradores e governadores na incipiente máquina colonial, ver: MACAGNO, Lorenzo. “O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: António Enes e a geração de 1895”. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique e ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

		de lã							
2 Pentes	7 Canivetes	2 ½ Panos	3 Casacos	3 Casacos	7 Camisolas	2 Facas de mato	4 Canivetes	2 Quilos de sabão	2 Grossas de ferrador
1 Chapéu de palha	2 Machados	1 Espelho	1 Chapéu de feltro	4 Camisas	2 Coletes	1 Casaco	2 Chapéus	1 Espelho	2 Barras de sabão
1 Cinto	2 Bíblias	1 Barra de sabão	2 Cofíós	2 Toalhas	1 Machado	2 Toalhas	36 Manilhas	1 Tesoura	1 Frasco de perfume
6 Panos de algodão	2 Talhadeiras	2 Chapéus	2 Pares de meia de lã	2 Lenços de seda	1 Cobertor de lã	3 Gravatas de seda	25 ½ Panos	1 Navalha de barba	2 Navalhas de barba
28 Retalhos de chita	1 Pacote de agulhas	2 Bíblias	4 Facas de mato	1 Xale de lã	1 Mala	1 Navalha	1 Manta de lã	4 Pentes	1 Tesoura
18 panos de algodão	1 Cinto	1 Maço de envelopes	1 Escova	8 Peças e meia de pano		2 Tesouras	1 Colcha de algodão	6 Canivetes	1 Pincel de barba
1 Cobertor de lã	2 Pares de polainas	7 Frascos de perfumes	6 Sabonetes	1 Xale de algodão		1 Chapéu	2 Toalhas	1 Mala	2 Cintos
1 Pano de algodão branco	6 Carros de linha	2 Chávenas	2 Cachimbos	3 Panos de mesa		1 Mala	3 Camisas		1 Pente
4 Coletes	1 Pac. de missanga	3 Cintos	1 Tesoura	1 Mala			2 Xales		1 Cobertor (leão)
2 Camisolas	4 Apitos	1 Ardósia	2 Canivetes				6 Facas de mesa		1 Cobertor de lã

2 Apitos	Crina	1 Serrote	Crina				2 Limas		1 Espelho grande
Crina	1 Mala	2 Xales	1 Mala				2 Camisolas de lã		1 Colcha
2 Tesouras		Lápis e canetas					1 Mala		1 Caixa de sabonetes
3 Colheres		2 Camisas							1 Mala
1 Mala		1 Mala							

Adaptado do “Mapa indicativo das diferentes mercadorias, importadas como bagagem por dez indígenas vindos do Transvaal”. In: D’ANDRADE, A. Freire. *Relatórios sobre Moçambique por Freire D’Andrade*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907, p.229-232.

Freire de Andrade elencou como elemento de destaque dentre os objetos encontrados o fato de em duas malas existirem quatro bíblias, fazendo disso um exemplo do sucesso do trabalho missionário no Transvaal. Porém, o real sucesso parece ter sido a massificação do consumo e do uso de tecidos, em diferentes formatos, dentre aqueles que retornavam das minas da África do Sul. Na listagem podemos encontrar retalhos de chita, panos, lenços, cobertores, colchas, xales, coletes, camisolas, gravatas, cintos, chapéus, camisas e, inclusive, agulhas e linha para costura. Como o próprio governador reconheceu, “são sobretudo aqueles gêneros (tecidos)” que no território de Moçambique seriam “mais fortemente sobrecarregados com direitos”.²⁹⁹ Efetivamente, migrar das zonas rurais para trabalhar na mineração ou para a cidade de Lourenço Marques, independente dos riscos envolvidos nesse processo, abriram possibilidades de se ter contato e acesso as novidades advindas com os bens da modernidade que enxurravam as prateleiras das cantinas frequentadas por esses trabalhadores.³⁰⁰

²⁹⁹ D’ANDRADE, A. Freire. *Relatórios sobre Moçambique por Freire D’Andrade*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907, p.232.

³⁰⁰ A partir de inquéritos realizados nos anos 1970, com agregados familiares que a muitas gerações participavam desses processos migratórios, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane afirma categoricamente “a importância dos proventos do trabalho nas minas para a compra de

Como afirma Valdemir Zamaparoni, os produtos trazidos nas bagagens “formavam não só um conjunto de elementos de prestígio individual”, podendo também “ser tomados como indicativo seguro de mudança de hábitos de consumo e higiene”.³⁰¹ O elevado número de indivíduos que circulavam por todo o sul de Moçambique, por vezes se estabelecendo em Lourenço Marques, enchiam suas vidas e de seus próximos com itens que transformavam de maneira significativa os modos de se expor para o mundo e, conseqüentemente, as maneiras de ver a si mesmos. O proprietário da primeira mala, por exemplo, carregava consigo duas barras de sabão e dois pentes. Contando com os itens listados como sendo de propriedade da décima mala, encontramos um magáça que possuía uma grande preocupação com a sua estética. Afinal, trouxe consigo duas barras de sabão, uma caixa de sabonete, pente, perfume, duas navalhas de barba, um pincel de barba e, provavelmente para conseguir fazer a barba e se enxergar após se afeitar, um espelho grande. Ainda podemos encontrar muitos que traziam consigo talheres e até mesmo chávenas. Utilizar-se de garfos, facas, ou colheres, assim como sentar-se à mesa durante as refeições, foram pensados pela legislação colonial como importantes sinais distintivos dentro das populações africanas. Dentre os inúmeros itens a serem preenchidos para um africano ser considerado assimilado, fazer uso desses utensílios era um deles. Como último item que acredito merecer destaque, das dez malas abertas por Freire de Andrade, em uma delas encontramos lápis e canetas, sendo o mesmo que também trazia consigo duas bíblias.

O exemplo dos magáças e dos objetos que traziam consigo para serem usufruídos tanto ao longo da viagem como em suas terras natais é significativo. Apesar de continuamente apresentar as populações indígenas como transeuntes que andavam nuas pelas ruas de Lourenço Marques, uma leitura atenta dos textos *d'O Africano* que fazem referência a essa situação, demonstram que o que mais incomodou talvez não fosse exatamente a ausência de vestimentas. A função que os produtores do jornal atribuíam para si era de guias desses indivíduos rumo a verdadeira civilização. Por isso mesmo, ficavam indignados e absortos, sem compreender como os magáças podiam se preocupar em comprar “valiosas bicicletas, gramofones, chapéus de chuva, inúmeros pares de bota, cadeiras de encosto etc.”. Concluindo que tudo tinham, “menos

bens”. In: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1998 (1ª edição de 1977), p.141.

³⁰¹ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2007, p.208.

calças!”.³⁰² Ou seja, o desconforto apresentado por aqueles que se consideravam verdadeiros representantes da civilização era o do não uso de um tipo específico de peça de roupa, aquela que simbolizava uma adesão concreta ao mundo moderno e o abandono do mundo entendido como tradicional e, conseqüentemente, atrasado: a calça.

A importância de pensar a ação desses agentes sociais do mundo colonial através da pressão pela construção de necessidades relacionando-a à insistência pela obrigatoriedade do uso das calças ganham importância significativa quando pensamos que as roupas, de qualquer tipo que seja, podem representar nossos itens mais pessoais. Sendo o principal intermediário entre a percepção que se tem do próprio corpo e a percepção que se tem do mundo exterior, “as roupas [ou qualquer outro objeto com função semelhante] não chegam a representar pessoas, mas constituí-las”.³⁰³ Nesse sentido, a interpretação das reformulações identitárias existentes dentro do espaço urbano de Lourenço Marques por parte das populações africanas que para lá migraram no início do século XX ganha novos significados. Por um lado, as interpretações racistas coloniais insistiram em adjetivar de maneira pejorativa aqueles chamados como indígenas que usavam roupas europeias, símbolos de uma modernidade civilizacional, como “besuntados de civilização”. Ao mesmo tempo criticaram e agiram para coibir a utilização de qualquer tipo de vestimenta que não se enquadrasse nesse modelo. Por outro lado, esse aparente beco sem saída para os classificados como indígenas, encontrou solução com as apropriações que fizeram desses objetos dentro de seu mundo cotidiano. Ao interpretarem o fato de adquirirem e usufruírem desses bens não como uma contextualização do seu ser na superficialidade, mas como constitutivos de suas próprias noções de ser, elaboraram novas identidades que emergiram dentro do cenário urbano colonial de Lourenço Marques a partir de uma insistência na possibilidade caleidoscópica de se usar seus panos, tangas, ou capulanas, ao redor da cintura sem que isso necessariamente entrasse em conflito com a apropriação de objetos industrializados.

³⁰² *O Africano*, 29 de agosto de 1912. WNA.

³⁰³ MILLER, Daniel. Op. Cit., p.37.

Capítulo 3

Para além de “homens degenerados e mulheres dissolutas”: “tipos” e experiências cotidianas em Lourenço Marques

3.1. Um alferes-médico e os “pretos” em Lourenço Marques

Joaquim Alves Correia de Araújo era membro de uma família relativamente abastada do norte de Portugal. Em 1917, recém-formado em medicina pela Universidade do Porto, foi convocado para atuar na frente portuguesa em Moçambique naquilo que ficou conhecido como 1ª Guerra Mundial. Para o campo levou consigo alguns pertences e um caderninho que lhe serviu de diário. Para além de revelarem o cotidiano de um oficial militar português durante os combates, as anotações do alferes-médico transparecem uma quase completa ignorância reinante entre círculos metropolitanos a respeito das populações colonizadas pelo Império português na África. De maneira geral, as mesmas foram tratadas no diário como mais um aspecto da paisagem local, como rasos soldados aliados ou como guerreiros inimigos a serem derrotados. O único grupo que aparece nomeado é o dos Macondes, retratados como principais inimigos dos portugueses.³⁰⁴ Os intensos combates travados dão a entender que a guerra ocorreu mais para dominar os próprios Macondes, que insistiam em manter-se fora do alcance colonial português, do que contra ações militares alemãs. Os únicos representantes daquele grupo de pessoas que eram classificados como indígenas e que ganhou alguma caracterização ligeiramente mais específica, foram “o moleque de nome Moçambique” e o “moleque” Ali.³⁰⁵ Nada mais sabemos sobre eles. O emprego do termo “moleque” indica que ambos eram seus serviçais domésticos. Terminaram nomeados graças a esse fato, que levava o médico-alferes a anotar seus vencimentos.

Durante sua estadia em Moçambique, entre 1917 e 1918, Joaquim Araújo esteve em Lourenço Marques duas vezes. Aproveitou a estadia na cidade como qualquer outro branco com posses poderia desfrutar. Nas duas ocasiões, não ficou no navio que o trazia até ali. Preferiu hospedar-se num hotel de renome, o Hotel Paris. Reformado no início da década de 1910, apresentava-se na imprensa local como “um dos melhores hotéis da

³⁰⁴ Sobre os Macondes, ver: WEST, Harry G. *Kupilikula: o poder invisível em Mueda*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

³⁰⁵ ARAÚJO, Teresa (org.). *Moçambique na I Guerra Mundial. Diário de um Alferes-médico, Joaquim Alves Correia de Araújo, 1917-1918*. Ribeirão (Portugal): Edições Húmus, 2015, p. 56 e 96.

cidade”.³⁰⁶ Estava localizado distante do Hotel Africano, que ficava na Malanga, região fronteiriça ao centro da cidade, e que tinha como público alvo a “nossa gente” que sabia ler e/ou escrever em ronga.³⁰⁷ Passeou. Comprou jornal, foi em cafés, no cinematógrafo viu “fitas inglesas”.³⁰⁸ Fumou e bebeu champanhe no “bar da Julieta”.³⁰⁹ Duas coisas lhe impressionaram. A primeira, o preço das coisas. Achou a cidade caríssima. Só uma coisa lhe pareceu barata, o “requichó – carro puxado por um preto”. A segunda característica impactante foram os seus habitantes. Aparentemente ficou bastante surpreso ao constatar que a “maior parte da população [era] preta, principalmente trabalhadores e criados”.³¹⁰

Como venho demonstrando ao longo da tese, desde a ascensão de Lourenço Marques como centro do poder colonial português em suas possessões na costa da África oriental, existiu um embate entre a imagem que se construía sobre a cidade e a efetivação daquele espaço como ambiente vivido, especialmente quando direcionamos o olhar para o mundo daqueles que ocupavam a maioria dos postos de trabalho. Por um lado, independente das interpretações múltiplas sobre a ação colonizadora portuguesa em Moçambique, diferentes agentes sociais agiram em prol da edificação de uma “cidade de África que procura não sentir a África”.³¹¹ Nesse sentido, existiu um esforço para silenciar aquilo que era considerado mais representativamente africano que poderia existir dentro do perímetro urbano. O objetivo último era o de designar um espaço circunscrito para essas formas de ser e agir, o “mato”, expurgando-as da “urbe”. Por outro lado, exemplos como o das apresentações de batuques “entre raparigas da Maxaquene”³¹² ou dos provocativos gestos do “membrudo negralhão”³¹³ e a persistente maneira de vestir-se com capulanas, revelam cenas de um processo não linear. A surpresa do alferes-médico sobre a cor da pele predominante dos habitantes de Lourenço Marques é exemplo das sucessivas batalhas cotidianas desse processo. É possível supor que suas informações a respeito da cidade, baseadas naquela imagem de que a mesma corresponderia a um mundo europeu em terras africanas, tenha entrado em

³⁰⁶ *O Africano*, 28 de março de 1914. WNA.

³⁰⁷ *O Brado Africano*, 01 de novembro de 1919. WNA.

³⁰⁸ ARAÚJO, Teresa (org.). Op. Cit., p.52.

³⁰⁹ Idem, p.118.

³¹⁰ Idem, p.52.

³¹¹ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 3: Lourenço Marques - Aspectos da cidade, Vida Comercial, Praia da Polana, etc.* Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. III.

³¹² *O Africano*, 12 de setembro de 1912 e 10 de outubro de 1912. WNA.

³¹³ *O Africano*, 22 de dezembro de 1911. WNA.

choque com aquilo que encontrou, uma urbe com uma vivência cotidiana composta, majoritariamente, por “pretos”.

É dentro desse remelexo, que vai e vem entre representações e experiências dos principais habitantes de Lourenço Marques, que o presente capítulo pretende se debruçar. O objetivo fundamental aqui será o de problematizar uma leitura daquele mundo que depreciava essas experiências “pretas” urbanas, classificando-as, de maneira geral, como anômalas. Ao mesmo tempo, essas experiências mostram novas e singulares formas de vida, que foram sendo elaboradas na medida que se viram forçadas a interagir com as recém-criadas instituições coloniais reguladoras da vida social.

Para atingir esses objetivos, primeiramente será analisada a elaboração de um determinado conhecimento sobre as populações colonizadas originárias do atual Moçambique. O intuito é o de perceber como essas interpretações sobre aquela realidade produziram uma visão que excluía essas mesmas populações de uma possível existência dentro do espaço urbano. Majoritariamente tendo como intuito aperfeiçoar os mecanismos de dominação colonial, administradores, militares, missionários, médicos e, mais tardiamente, os antropólogos, ou seja, toda uma gama de agentes próximos do poder colonial, dedicaram parte de suas vidas ao estudo daqueles indivíduos que classificavam como indígenas. Selecionaram, inventariaram, tipificaram o que entendiam ser os usos e costumes daqueles que deveriam ser levados para o caminho da suposta civilização. De maneira contraditória, a ampliação no conhecimento sobre os grupos e indivíduos que compunham a genérica categoria de indígena, não necessariamente levou a uma complexificação desses mesmos dentro do espaço urbano. Muitas vezes o resultado foi exatamente o oposto, terminando por serem entendidos como indivíduos fora de seus lugares naturais, distantes de suas formações culturais de origem, e, portanto, amorfos.

Em seguida, investigarei o cotidiano vivenciado por aqueles que compunham a “maior parte da população” da cidade. O mundo arriscado de vivência numa cidade colonial no início do século XX, com as constantes medidas que visavam restringir a presença negra naquele espaço, não parece ter sido inteiramente capaz de inibir a tentativa de encontrar no meio urbano um local propício ou, pelo menos, com maiores possibilidades de se viver uma vida de acordo com o que entendiam ser melhor para si. Nesse mundo onde homens e mulheres buscavam tocar seus batuques de acordo com a cadência de seus próprios passos, as traduções e interpretações de cada andamento, feita por aqueles que escutavam, mas não necessariamente compreendiam aqueles sons,

produziram um novo compasso no andamento daquela música. Sistemáticamente silenciados, aqueles que apareceram até o momento nomeados de maneiras variadas e despersonalizadas, como as “raparigas de Maxaquene”, o “membrudo negralhão”, os condutores de rickshaw, os supostos “macuas”, os “indígenas”, as “pretas” e “pretos” que frequentavam os batuques, burlaram a insistência de tornar Lourenço Marques um centro propagador e exemplar do projeto civilizatório. A origem variada desses indivíduos, as diferentes relações estabelecidas com as novas instituições controladoras da vida social implementadas pelo colonialismo, as inovações criativas cotidianas para conseguirem sobreviver num ambiente contrário à sua presença, serão alguns dos temas explorados.

Ao esforçar-me em resgatar fragmentos das histórias dessas pessoas, que o colonialismo tentou silenciar de variadas maneiras, questiono a capacidade desse Estado colonial de efetivar seu poder material e simbólico de impor categorias identificadoras em identidades e experiências modelares que delimitavam as possibilidades de agenciamento daqueles indivíduos dentro do espaço urbano colonial de Lourenço Marques.³¹⁴ O procedimento sumário colonial de categorização é colapsado quando reduzimos o escopo analítico para a apreciação do cotidiano, sobretudo daqueles que viveram em condições de subalternidade. Ao procurar pelo “detalhe inesperado ou imprevisto que às vezes ilumina aspectos abrangentes dos problemas abordados”,³¹⁵ fica evidente a tensão entre formas de conceber e articular maneiras de se interpretar o mundo, relacionadas às experiências em comum e as práticas específicas de atuações, sem excluir possíveis interpretações divergentes, assim como a capacidade de transformar esse compartilhamento em atitudes comuns para lidar com problemas partilhados ou específicos.³¹⁶

³¹⁴ Para uma problematização a respeito da historiografia africanista e a relação entre qual seria a capacidade do Estado colonial em determinar a vida daqueles que foram colonizados, ver: WHITFIELD, Harvey Amani & IBHAWOH, Bonny. “Problems, perspectives, and paradigms: colonial historiography and the question of audience”. In: *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol. 39, nº 3 (2005), pp.582-600.

³¹⁵ AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney. “Apresentação”. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p.12.

³¹⁶ Como exemplo da vasta bibliografia que se preocupou em pensar questões semelhantes para diferentes contextos, ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

3.2. Construindo categorias, homogeneizando diferenças, enquadrando pessoas

Quando da elevação de Lourenço Marques para capital colonial portuguesa em Moçambique, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, a partilha do continente africano em possessões imperiais europeias encontrava-se em processo de consolidação. Em diferentes partes do continente, assim como em algumas regiões de Moçambique, continuavam sendo travados intensos conflitos contra grupos locais que insistiam em não se subjugarem a essa presença externa.³¹⁷ A mudança do eixo de importância para as pretensões imperiais portuguesas do norte e do centro moçambicano, para a região ao sul do rio Save, tendo o porto de Lourenço Marques especial importância, estiveram diretamente relacionadas com algumas dessas amplas transformações ocorridas durante a conquista e a implementação das estruturas coloniais europeias em toda a África. Alterações no pensamento imperial europeu sob o continente africano a partir de meados do século XIX paulatinamente produziram uma postura intervencionista e de defesa da necessidade de subjugação dos povos considerados inferiores pelo pensamento científico ocidental da época. Como explica Andrew Porter, é no século XIX que ocorre uma transformação no pensamento ocidental, marcado pelas hipóteses científicas a respeito da figura do Outro, que levam a uma virada de um “imperialismo filantropo” para um “imperialismo da inevitabilidade”.³¹⁸

Como consequência do combate à escravidão na África perpetrado, majoritariamente, pelos europeus, e pelo advento da política colonial, as práticas de costumes urbanos naquela realidade encontravam-se em processo de ressignificação.³¹⁹ Relacionado de maneira direta a esses processos, produziram-se noções da peculiaridade do trabalho e, principalmente, do trabalhador africano/negro. Como resultado, diversas formas de exploração da mão de obra do continente emergiram através da noção da obrigatoriedade do trabalho como medida para sobrepujar essas supostas peculiaridades. Nesse processo, acabaram por constituir formas de exploração

³¹⁷ Assim como os Macondes, que aparecem no início do capítulo, outras populações que ocupavam o território moçambicano continuavam a fazer uma oposição militar à presença portuguesa. Para um exemplo de investigação que aborda diferentes aspectos desse processo, ver: ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. *Slavery and beyond: the making of men and Chikunda ethnic identities in the unstable world of South-Central Africa, 1750-1920*. London: Heinemann, 2004.

³¹⁸ PORTER, Andrew. *Imperialismo europeu: 1860-1914*. Lisboa: Edições 70, 2011, p.121 e 124, respectivamente.

³¹⁹ Sobre esses processos, ver: COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. & SCOTT, Rebeca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

do trabalho de cunho compulsório, por vezes ironicamente bastante semelhantes a escravidão que se imaginou estar combatendo.³²⁰

A junção do combate à escravidão com a ideologia da inferioridade racial negra e da mão de obra livre assalariada foi fundamental para transformar o empreendedorismo colonizador num projeto moral coeso de cunho interventor que argumentava ter como objetivo a emancipação das sociedades africanas e sua guinada para o progresso.³²¹ A adoção dessas perspectivas veio acompanhada com a necessidade da expansão da administração colonial portuguesa. A construção dessas instituições reguladoras da vida social acarretou num processo de exclusão de camadas populacionais de origem africana que haviam estabelecido relações em diferentes níveis com as estruturas de poder portuguesas existentes até então em Moçambique.³²² A construção dos mecanismos de exploração colonial em Moçambique durante o chamado 3º Império Português (1870-1975),³²³ sobretudo na sua região sul, estiveram diretamente relacionados à importância que as zonas mineradoras do Transvaal adquiriram a partir do último quartel do século XIX. Com uma localização privilegiada, Lourenço Marques ganhou relevância graças às possibilidades de escoamento da produção mineradora e da importação de maquinários e de outros bens necessário para a sua exploração.³²⁴ A expansão do porto e a construção de linhas férreas que ligavam a

³²⁰ Dentre muitas obras, ver: COOPER, Frederick. "From free labor to Family allowances: labor and African society in colonial discourse". In: *American Ethnologist*, Vol. 16, nº 4 (Nov., 1989), pp.745-765. NASCIMENTO, Augusto. "Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral". In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-217. ALLINA, Eric. " 'Captive to Civilization': Law, Labor, and Violence in Colonial Mozambique". In: VIGNESWARAM, Darshan and QUIRK, Joel (edited). *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2015.

³²¹ COOPER, Frederick. "Conflito e conexão: repensando a história colonial da África". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.21-63, jul. 2008.

³²² Esse processo foi sentido de maneira significativa pelas elites letradas de origem africana em Angola. Ver: DIAS, Jill. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.1, jan-jun. 1984. Para o caso moçambicano, aparentemente aqueles que sentiram de maneira mais significativa essas mudanças foram os senhores e senhoras dos prazos da Zambézia. Com um poder relativamente elevado e praticamente nenhuma necessidade de se remeter aos ditames da metrópole, esses grandes proprietários de terras e pessoas viram seu poder perecer ao longo do século XIX, mas, sobretudo a partir da década final daquele século e do início do século XX. Sobre os prazos da Zambézia, ver: RODRIGUES, Eugénia. "As donas de prazos do Zambeze: políticas imperiais e estratégias locais". In: *VIª Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006, pp. 16-34; ou CAPELA, José. "Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892: a transição do senhorio para a plantação". In: *Africana Studia*, n.1, 1999, pp. 143-173.

³²³ Ver: VALENTIM, Alexandre. *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

³²⁴ Ver: Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane. *História de Moçambique – Volume I. Parte I: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Parte II: Agressão imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane,

cidade com as minas localizadas em Johannesburgo, ambas estruturas símbolos daquilo que era visto como o progresso proporcionado pela revolução industrial, foram responsáveis pelo crescimento de Lourenço Marques e, conseqüentemente, do próprio aumento do controle burocrático português sobre as populações locais. A demanda das empresas capitalistas mineradoras por uma mão de obra barata capaz de proporcionar os lucros exorbitantes almejados uniu-se com o fato de que, após a conquista militar portuguesa, Moçambique tornou-se uma grande reserva de mão de obra.³²⁵

A existência de estruturas legais necessárias para superar as dificuldades encontradas por Portugal na concretização do objetivo de compelir as populações nativas para o mercado de trabalho e inseri-las dentro de um sistema econômico monetário, encontrou resposta através da construção de políticas de cobrança de impostos e das inúmeras legislações que estipulavam a obrigação moral do trabalho, criadas a partir da virada do século XIX para o século XX.³²⁶ Ambas, estruturas fundamentais para compreender o colonialismo português na África, tiveram como direção específica aquelas populações que eram identificadas como sendo indígenas.³²⁷ Nesse sentido, definir quem se enquadrava – ou não – dentro dessa categoria tornou-se essência fundamental na empreitada colonial, especialmente no contexto moçambicano que rapidamente desenvolveu uma economia voltada para o fornecimento de mão de obra como uma de suas principais formas de capitalização.³²⁸

O pensar a construção da definição de “indígena” como aquele não propenso ao trabalho e, conseqüentemente, um ocioso segundo sua suposta natureza, estiveram relacionadas à produção de legislações que conceberam o trabalho como ferramenta civilizacional.³²⁹ De maneira geral, é recorrente na bibliografia a tentativa de se buscar um momento de origem dentro da implementação dos preceitos legais que serviria para

2000. Ver, especialmente, os capítulos VIII (“O sul e o trabalho migratório”) e IX (“Vias de comunicação, indústria e emergência do proletariado urbano”).

³²⁵ Ver: ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, especialmente o capítulo 3.

³²⁶ Ver, como um dos primeiros exemplos dessa bibliografia pioneira sobre Moçambique os trabalhos de José Capela, em especial: CAPELA, José. *O Imposto de Palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977. Como exemplo dos estudos recentes que trazem consigo novas perspectivas e também revisitam essas temáticas já clássicas a respeito do colonialismo português no sul de Moçambique no início do século XX, ver: ALLINA, Eric. *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012; VICENTE, Filipa Lowndes (org.) *O império da visão: fotografia no contexto colonial português*. Lisboa: Edições 70, 2014.

³²⁷ ZAMPARONI, Valdemir. “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.299-325.

³²⁸ NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda, 1997.

³²⁹ JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

explicar uma virada na perspectiva da relação do Estado português com as populações africanas que se encontravam sob o seu domínio.³³⁰ Apesar de realizar uma ótima investigação sobre as representações raciais no império colonial português, trabalhos como os de Patrícia Ferraz de Matos insistiram em estipular uma data dentro do corpo legislativo criado pela metrópole como momento de virada do olhar e da gerência das ações portuguesas sobre as sociedades africanas dentro do espaço colonial.³³¹ A autora, ao optar por colocar a promulgação do Ato Colonial, em 1930, como o momento crucial da “criação” do “indígena”, produziu uma narrativa que não necessariamente leva em consideração as interações cotidianas desenvolvidas nos próprios territórios de atuação daqueles que se buscavam classificar. Nesse sentido, ao pensarmos os espaços e organismos imperiais como “contextos sociais de produção e governação da diferença, da produção e legitimação de fronteiras de cidadania [...] e de identificação, classificação e hierarquização [...] das populações imperiais”,³³² urge como fundamental perceber a maneira como as experiências no próprio território moçambicano dialogaram com a elaboração da “persistente imaginação do *povo* colonial como um *oceano indígena*”.³³³

A construção de ferramentas capazes de explicar a diversidade populacional existente dentro do território moçambicano começou a ser edificada antes da efetivação do controle português na região. Em novembro de 1869, a extensão do código civil português para suas províncias ultramarinas esteve acompanhada com o pressuposto da realização de uma codificação do que era chamado de “usos e costumes dos indígenas”. Com as imaginadas conflitualidades que essa extensão poderia causar, o objetivo dessa codificação recaia na necessidade de compreender, mas também enquadrar, formas de justiça elaboradas por grupos populacionais nativos sem que essas entrassem em conflito com os pressupostos portugueses que pretendiam ser aplicados.³³⁴ Após sucessivas tentativas fracassadas nas décadas de 1870, Joaquim d’Almeida da Cunha,

³³⁰ Vide, por exemplo, MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1995. Ou, CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

³³¹ MATOS, Patrícia Ferraz de. *As “cores” do Império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 62-68.

³³² JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno; DIAS, Nuno. “Indígenas, imigrantes e outros povos”. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Fundação EDP e Tinta da China, 2010, p. 154-155.

³³³ Idem, p.155.

³³⁴ Para uma análise pormenorizada do processo da formulação jurídica do espaço colonial moçambicano, ver: THOMAZ, Fernanda. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Niterói: tese de doutorado em História Social, UFF, 2012.

advogado que exercia o cargo de secretário geral de Moçambique, publicou, em 1885, o resultado de um inquérito realizado com o intuito de responder as exigências das disposições de 1869. Com o título de “Estudos acerca dos usos e costumes dos Banianes, bathiás, parses, mouros, gentios e indígenas”, o trabalho não foi completamente concluído. No período de quase um ano de levantamento de dados, o autor afirma ter ficado “longe de ter reunido elementos” suficientes sobre todos “os povos indígenas de raça bantu designados sob o nome de Maconde, Macua, Marave, Maganja, Landim, Vátua, etc.”.³³⁵

A maneira empregada por Joaquim d’Almeida da Cunha para colher informações foi através de um questionário preenchido por pessoas que, segundo sua avaliação, seriam as mais capazes de fornecer informações sobre os grupos que pretendia estudar. Esses homens que ocupavam diferentes postos administrativos, deveriam, ao todo, responder sessenta e nove perguntas. Nesse momento, não parecia ser uma questão primordial o fato de deixar de ouvir diretamente aqueles a quem se pretendia identificar. A maioria dessas perguntas diziam respeito às formas de governança e de justiça empregadas, como quais seriam as funções dos régulos e as maneiras utilizadas para a resolução de conflitos. Outras categorias de questões dizem respeito aquilo que chamamos de descrições etnográficas, como aquelas que buscavam saber a existência de “sinais distintivos” e em que idade eram feitos, “seu vestuário”, como usavam seus cabelos, se possuíam “algumas danças especiais”, quais instrumentos de música construía e tocavam, as formas de suas habitações e qual língua falavam. Ainda encontramos outras perguntas de cunho interpretativo, como a que buscava saber “a índole desses povos”.³³⁶ Infelizmente, nada nos é informado sobre a maneira como foram preenchidos os questionários. Com base nas informações que conseguiu colher, Joaquim da Cunha dividiu a “população da província em três grupos distintos”. Os “indígenas” seriam um desses grupos. Formando “a maioria da população”, o autor os classifica como pertencentes “aos diversos grupos em que se subdivide a raça cafre”. Na interpretação apresentada em seu levantamento, os “povos

³³⁵ CUNHA, Joaquim D’Almeida da. *Estudos acerca dos usos e costumes dos Banianes, bathiás, parses, mouros, gentios e indígenas. Para cumprimento do que dispõe o artigo 8º, § 1º do decreto de 18 de novembro de 1869*. Moçambique: Imprensa Nacional, 1885. Conhecer esses Outros era também uma forma de legitimar o direito de posse portuguesa sobre o território, frente as disputas com outras potências imperiais. Na primeira parte de seu estudo, Joaquim Cunha dedica-se a analisar os limites geográficos controlados pelos portugueses. Enfocando nos processos de vassalagem que Portugal estabeleceu com chefes locais, seu intuito era de argumentar como essas vassalagens comprovariam uma posse portuguesa sob a região, em detrimento de acusações estrangeiras europeias contra essa posse.

³³⁶ Idem, p. XXXIX até XLII.

indígenas” estariam subdivididos “em três grandes grupos”, que seriam os “macuas”, os “povos da bacia do Zambeze” e os “cafres do sul”.³³⁷

Maconde, macua, marave, mangaja, raça bantu, landim, vátua, cafres, e tantas outras designações que aparecem na literatura produzida por esses colonialistas da virada do século XIX para o século XX, foram empregadas de maneira que misturavam formas de autonominação com formas aportuguesadas/europeias de chamar esse Outro. As dificuldades encontradas por aqueles que se preocuparam em inventariar o que era chamado como “usos e costumes indígenas” estava na própria dificuldade de associar a constatação de uma diversidade que demarcava diferenças dentro de uma visão que unificava essas multiplicidades na categoria homogeneizadora de “indígena”. Nesse sentido, uma série de categorias para designar esse Outro parecem ter sido inventadas no decorrer do processo de codificação de suas práticas. No enfrentamento dessas barreiras, através de ferramentas epistemológicas que pressupunham a inferioridade desse Outro analisado, foram produzidos conhecimentos específicos sobre formas supostamente autênticas de ser, pensar e agir “indígena”. A ampliação do que se sabia sobre as populações da costa oriental africana dominada por Portugal esteve diretamente relacionada a uma importante ambivalência existente na linguagem do Império a respeito das populações colonizadas. Um pendulo em movimento constante e cambiante entre uma incorporação dessas dentro de lógicas missionárias civilizacionais e uma diferenciação vinculada a construção de um outro estranho ao mundo civilizado, justificou reflexões sobre formas de governo e dominação.³³⁸ Nesse sentido, a convicção da existência de diferenças intransponíveis entre o eu/colonizador e o outro/colonizado, não impediu a coexistência de um esforço na diferenciação e, ao mesmo tempo, um empenho em acabar com ela, entendendo esse fim como um apagamento de práticas socioculturais locais e a incorporação gradual daqueles categorizados como bantu/negro/preto/indígena dentro de uma lógica da cidadania portuguesa.

Efetivamente, a formulação de uma série de disposições legais, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, levaram a categorização das populações imperiais africanas em três grandes grupos, que tenderam a misturar desígnios raciais e de locais de nascença, pressupondo padrões de comportamento para

³³⁷ Idem, p. 36-37.

³³⁸ COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley na Los Angeles: University of California Press, 2005.

cada um desses grupos. De um lado estariam os colonos/europeus/brancos. Do outro lado, os negros/africanos assimilados ou indígenas.³³⁹ Entendida como mão de obra potencialmente capaz de ser explorada pelos mecanismos capitalistas de produção, a ascensão da barreira racial para a obtenção de uma plena cidadania portuguesa encontrou nesse processo de homogeneização da diversidade local em duas categorias jurídicas estanques, sua principal resposta. Por isso mesmo, o segundo grande grupo populacional esteve dentro de um ininterrupto vai-e-vem de diferenciação e incorporação dentro dos espaços coloniais portugueses.³⁴⁰

No entanto, é importante levar em consideração a distância existente entre as formulações jurídicas metropolitanas que buscavam homogeneizar e, conseqüentemente, tornar possível a construção de uma determinada administração colonial, e as aplicações cotidianas desse poder. As realidades práticas existentes nas tentativas de ordenamento dos mecanismos de controle sobre as populações africanas e os processos de inventariamento e classificação do “oceano indígena”, estipularam suas formas de conhecer esse Outro dentro de lógicas de coisificação das diferenças. Tratados como objeto a serem medidos e ordenados dentro de escopos que estipulavam suas capacidades, a produção de um conhecimento sobre essas populações colonizadas muitas vezes misturou-se com a própria invenção de maneiras de ser e agir desse Outro. No mundo urbano de Lourenço Marques no qual objetos industrializados da modernidade europeia foram rapidamente difundidos, assim como interações múltiplas com indivíduos, grupos e novas instituições reguladoras da vida social produziram inesperados intercâmbios, os esforços nesse sentido encontraram um significativo desafio no exercício de simplificação da diversidade que aquele mundo apresentava.

O dia a dia das correspondências entre administradores locais e o poder metropolitano demonstram a precocidade desse processo e como pode ter afetado de maneira direta o cotidiano dos habitantes de Lourenço Marques. Mouzinho de

³³⁹ Ver: OLIVA, Anderson Ribeiro. “De Indígena a Imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX ao XXI”. In: *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Nº 3, Junho/2009, pp.32-51.

³⁴⁰ Ver: SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Da carta de alforria ao alvará de assimilação: a cidadania dos ‘originários de África’ na América e na África portuguesas, séculos XIX e XX”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de & BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz – Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2012; COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2005. Ou, Portaria Provincial Nº 317, de 9 de Janeiro de 1917, publicada no Boletim Oficial nº 02/1917, conhecida como *Portaria do Assimilado* ou *Alvará do Assimilado*.

Albuquerque, governador do distrito de Lourenço Marques entre 1890 e 1892, enviou, em 1891, para o Conselheiro Diretor Geral dos Negócios da Marinha e Ultramar, uma série de nove documentos entregues a ele pelo Comandante do Corpo Policial. Tratava-se de reclamações sobre as péssimas condições em que se encontravam o seu pessoal, o quartel, o calabouço e o hospital militar da cidade. Como o próprio Mouzinho de Albuquerque explicou em sua carta, uma das solicitações que deveria ser atendida era a da transformação de dois pavilhões, que estavam na frente do quartel, em calabouços. De acordo com o governador, o pedido era razoável, pois

O quartel da polícia devia ter 6 calabouços a saber: um para os praças do corpo castigados [...], um para presos paisanos europeus, um para asiáticos e pretos, um para mulheres brancas, outro para pretas e finalmente um segredo para poder ter um preso incommunicável. Com menos de 4 não pode passar, pois misturas homens com mulheres e brancos com pretos, no mesmo calabouço é pouco decente, [d]a credito pouco a nossa civilização e poderia dar lugar a reclamações dos estrangeiros, a que seria difícil responder [...].³⁴¹

Em 1896, Mouzinho de Albuquerque foi elevado ao cargo de Governador Geral de Moçambique graças ao sucesso da captura de Gungunhana, líder do reino de Gaza, em 1895. Durante sua governança, uma de suas maiores reclamações aparece num ofício confidencial enviado para o Ministério da Marinha e do Ultramar. Para o recém-empossado governador, era de se lamentar que “um fato que se dá nessa província [...] e que concorre não pouco para o desprestígio da nação portuguesa” estava presente na “invasão e intrusão da gente de cor nos cargos mais elevados da província”. Sua defesa de qualidade na administração recaía na defesa de que “pouco e pouco” deveriam ser excluídos “de fato o elemento mulato e canarim dos cargos principais da província”, entendidos como motivos de “vergonhoso vexame”.³⁴²

Mouzinho de Albuquerque manteve sua leitura racializada do mundo e uma postura de segregação racial durante toda sua vida.³⁴³ Quando de seu regresso para Portugal, publicou uma espécie de relatório que sintetizava suas experiências a frente do governo em Moçambique. Lançado originalmente em 1899, sua preocupação central estava em apresentar uma interpretação a respeito dos caminhos que a colonização portuguesa deveria seguir. O objetivo da colonização que transparece no seu texto é o

³⁴¹ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Direção Geral do Ultramar (doravante DGU), 3ª Repartição, Caixa: 1396, 1891-1892, Obras Públicas.

³⁴² AHU, DGU, 1ª Repartição, 2ª Seção, Caixa: S/N, 1896, Correspondência.

³⁴³ Ver: FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

da necessidade de ocupar, dominar e explorar o território colonial em proveito de Portugal. Para isso seria preciso dominar fisicamente, mas também ampliar o detalhamento das características dos “habitantes” daquela região. Esse esforço para a ampliação de ferramentas no trato com essas pessoas andou de mão dadas com a compreensão de uma maior eficácia em sua exploração como trabalhadores a partir do momento que se conhecia as supostas potencialidades intrínsecas as suas respectivas “raças”. Delimitando uma série de “povos indígenas”, apresentou-os como membros de variadas “raças” que ocupavam diferentes faixas territoriais. As observações empíricas no trato da administração colonial convertiam-se, assim, na invenção de grupos com fronteiras muito bem delimitadas geograficamente, com características específicas no que diz respeito a costumes e crenças, e que se diferenciavam bastante entre si. Ao mesmo tempo, essa diversidade era enquadrada numa perspectiva unificadora de suas diferenças. Toda essa multiplicidade estaria paralisada no tempo. Suas características não teriam se alterado desde “há quatro séculos” quando dos primeiros portugueses na região e, por conta disso, estariam “em todos muito rudimentar, no grau de civilização que têm atingido”.³⁴⁴

Outro exemplo importante de figura das campanhas militares portuguesas em Moçambique na década de 1890, que cedo despontou como um dos primeiros interpretes das “raças indígenas na província de Moçambique”, foi Ayres d’Ornellas.³⁴⁵ Revelando estar em dia com a bibliografia existente na época sobre essas populações e legitimando suas afirmações com base nas informações que teria adquirido durante sua estadia na África, sua obra apresenta uma gigantesca variedade de grupos, cada qual com um complexo entrelaçamento de diferentes aspectos políticos, sociais e culturais. Essa intrincada diversidade não o impediu de acabar por unificá-las dentro de categorias generalizantes, como a de “povos bantu” / “raça bantu”, ou como membros da “raça negra” que estariam “muito mais perto da animalidade que a branca”,³⁴⁶ legitimando, assim, objetivos políticos portugueses de dominação imperial.³⁴⁷

³⁴⁴ ALBUQUERQUE, Mousinho de. *Moçambique 1896-1898. Volume II*. Lisboa: Divisão de publicações e biblioteca. Agência Geral das Colônias, 1934, p. 39.

³⁴⁵ D’ORNELLAS, Ayres. *Raças e línguas indígenas em Moçambique. Memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: A Liberal – Oficina Tipográfica, 1901, p.3.

³⁴⁶ Idem, p.44. Inúmeras são as passagens racistas na obra de Ornellas. Seu posicionamento racista enquadrava sua leitura a respeito da forma como a ação colonial deveria ocorrer. Isso fica evidente, por exemplo, na seguinte passagem: “Temos procurado dar uma ideia quanto possível exata e precisa do estado social do indígena de Moçambique. É um selvagem que precisa primeiro que tudo, ser domesticado. Nós aplicamos-lhe a Carta Constitucional, desse cidadão português fizemos um eleitor, e carregamos para cima dele com toda a nossa legislação; uniformizamos tudo no papel, julgando assim civiliza-lo. Ainda hoje Moçambique está a espera de uma legislação indígena apropriada, de alguma coisa

A preocupação da codificação das populações locais, possibilitando o que imaginavam ser uma melhor compreensão daqueles que se encontravam sobre o guarda-chuva da dominação colonial em Moçambique e a formação de corpos legislativos que lidassem com questões da governança sobre o território, também encontrou respostas na atuação do Secretário dos Negócios Indígenas, António Augusto Pereira Cabral. Ao longo de sua carreira a frente do órgão, entre as décadas de 1910 e 1920, o mesmo preocupou-se em proporcionar a administração colonial de informações, levando-o a elaboração de uma codificação e tipificação das “raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique”. Para isso, elaborou e distribuiu “por todos os distritos do norte” um “questionário etnográfico [...] acerca da população indígena”, mas que obteve “muito pouco sucesso”, produziu publicações de divulgação de seus relatórios e alguns projetos de lei.³⁴⁸ Utilizando-se de trabalhos como os de Joaquim d’Almeida da Cunha, Mousinho de Albuquerque e Ayres d’Ornellas, assim como das informações que conseguiu colher por conta própria, seguindo a pista da proximidade dos “dialetos [...] falados”, e por meio do relato de administradores coloniais atuantes em outras regiões, chegou à conclusão de que todas “as raças” de Moçambique pertenceriam a “grande família *bântu*”.³⁴⁹

A categoria analítica de “bântu” era, mais uma vez, utilizada como designadora de uma raça específica. Dando continuidade aos entendimentos da bibliografia que utilizava, tendeu a apresentá-la em concomitância com categorias homogeneizadoras mais amplas, como a do “indígena de Moçambique”. Essa seria possuidora dos “mesmos traços comuns à raça negra”, que teria uma índole como “característica

que se pareça com as *native laws* das vizinhas coloniais inglesas. Da constituição indígena da família, da sua organização governativa, da administração, da sua justiça, da sua constituição de propriedade, cremos nós que se devem tirar os elementos para essas *leis*, que deverão ir modificando os usos selvagens, cortando as práticas bárbaras, mas não querendo fazer dos indígenas, *brancos de cor preta* se assim me é permitido expressar. Não os devemos querer assimilar a nós, partindo do princípio que são iguais a nós menos na cor. Não são tal iguais, são inferiores. E são no tanto mais que quatro séculos de contato com a civilização europeia não tem revelado na generalidade deles, grande aptidão para a nossa cultura”. Idem, p.61.

³⁴⁷ A respeito das principais referências do debate sobre raças no século XIX em Portugal e que influenciou o pensamento de homens como Ayres d’Ornellas, ver: HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

³⁴⁸ CABRAL, António Augusto Pereira. *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925, p.5. Em 1925, o autor e secretário já havia publicado pela Imprensa Nacional outros livros nessa mesma perspectiva, como: “Raças, usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane”, “Compilação de todas as disposições legais em vigor referente a indígenas, etc.” e “Vocabulário: português, shironga, shitsua, guitonga, shishope, shisena, shinhungue, shishuabo, kikua, shi-yao e kissuahili”.

³⁴⁹ Idem, p.11. Sobre a “descoberta” da família linguística banto, ver: SLENES, Robert W. “Malungu ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, n.12, (1992), pp. 48-67.

congénita da raça”, entendida como “incapaz dum esforço prolongado” e como uma “criança grande”.³⁵⁰ Nessa interpretação das populações nativas localizadas sob o domínio português em Moçambique, persistia o anseio em unificá-las em categorias de cunho raciais que as inferiorizava. Ao mesmo tempo, a ânsia por classificações precisas que agrupassem as variabilidades em categoriais mesuráveis, indicava a percepção de uma multiplicidade difícil de ser reduzida em grupos estanques, mas que tornava-se fundamental na medida em que que indicariam ações específicas capazes de serem controladas a partir desse conhecimento e, portanto, fundamentais para uma governança almejada. Num contexto de ânsia por uma definição desse Outro, a construção desse Outro a partir de uma fragmentação étnica poderia ser relevante junto da comunidade branca/europeia, que compartilhava uma percepção da fragilidade que possuía frente a um oceano negro que os circundavam.

A fluidez das maneiras que essas populações utilizavam para se autoneomarem, empregando arranjos diferentes de identificação para construir suas unidades, variando suas justificativas para suas coesões a partir de conjuntos socioculturais, regionais, políticas, etc., era reconhecida por António Cabral como uma dificuldade do processo de “separação e classificação dos indígenas da Província de Moçambique”.³⁵¹ Porém, a importância desse processo e sua justeza científica não entravam em questão. Por isso mesmo seu esforço esteve concentrado na produção de uma “identificação perfeita” dos “povos indígenas” de Moçambique. Nesse sentido, os distinguiu em “a raça a que eles pertencem”, em seguida os “grupos, ou sub-raças” que representariam suas distinções de “caracteres étnicos” e, por fim, as “tribos” que indicariam as separações causadas por “convulsões políticas”, mas que mantinham “afinidades nos dialetos”.³⁵²

O resultado desse seu trabalho foi a configuração de um quadro que persistiu sendo usado como guia para as pesquisas antropológicas portuguesas ao longo de todo o período colonial e como fonte de informação fidedigna, sem questionamentos, para ser utilizada na divulgação e popularização das características das populações que constituíam o mundo colonial português em Moçambique.

³⁵⁰ Idem, p.26.

³⁵¹ Idem, p.23.

³⁵² Idem.

RAÇA BANTU	
Grupos ou sub-raças	Distritos
<i>Ba-Rongas</i>	Lourenço Marques, Gaza e Inhambane
<i>Ba-Tongas</i>	
<i>Ba-shopes</i>	
<i>Ba-Sengas</i>	Companhia de Moçambique, Quelimane e Tete
<i>Ba-Angonis</i>	Tete
<i>Macuas</i>	Quelimane, Moçambique e Companhia do Niassa
<i>Ua-yaos ou Ajauas</i>	Companhia do Niassa
TRIBOS	
<i>Ba-Rongas ou Landins:</i>	
Tembes	
Kossas	
Shenganes	
Machenguas	
Makuakuas	
Tsua	
<i>Ba-Tongas:</i>	
<i>Ba-Shopes:</i>	
<i>Ba-Sengas:</i>	
Tauaras	
Makangas	
Manikos	
Massingires	
Borores	
Maganjas	
<i>Macuas:</i>	
Maraves	
Lomués	
Makondes	
Mavias	
Macuas (Moçambique)	
<i>Ua-Yaos ou Ajauas:</i>	Ajauas

In: CABRAL, António Augusto Pereira. Op. Cit., 1925, p.24.

Este mesmo quadro apareceu em outros momentos, como num pequeno livro publicado dentro dos trabalhos da primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1934. O intuito dessa publicação era o de apresentar aos participantes da exposição as principais características dos “tipos indígenas” de Moçambique. As

descrições eram acompanhadas por fotografias do “Homem rongá (landim)”, da “rapariga macua”, da “Mulher lomuê” ou dos “tipos de raça chope” e dos “tipos de raça maconde”. O intuito do autor em apresentar essas pessoas de acordo com o que entendia ser a maneira mais científica existente, tornava-as despersonalizadas, silenciando suas características individuais em prol de uma unidade tipificadora. Ao mesmo tempo, construía essa unidade apelando para as características mais distantes em relação aos brancos/europeus. O livro termina por representar essas pessoas como seres primitivos e que possuíam a floresta, no linguajar da época o mato, como local específico de suas existências. Em momento nenhum o espaço urbano apareceu como local dos “tipos indígenas”.³⁵³

Os esforços para a ampliação do conhecimento a respeito daqueles que se tentava dominar não necessariamente trouxe consigo uma melhor clarividência sobre a vida desses grupos e indivíduos.³⁵⁴ A preocupação em conhecer as populações do império português, presente nos homens que se tornaram responsáveis pela penetração imperial no interior dos territórios coloniais, demonstra, muitas vezes, mais o enquadramento de seus pensamentos nas perspectivas racistas-científicas da época, do que as próprias formas de vida daquelas populações.³⁵⁵

Apesar de perceberem a existência de uma variedade de grupos e indivíduos, assim como uma diversidade de formas de pensar e de agir, os militares, administradores, missionários, médicos, todos homens do terreno e do cotidiano colonial que dedicaram parte de suas atividades para o estudo das pessoas que estavam sendo dominadas, terminaram por negar formas de agenciabilidade daqueles que tinham o mundo que até então conheciam sendo transformado de maneira rápida, singular e bastante inesperada graças as próprias instituições que eram construídas pela ação colonial. De maneira sistemática, enquadraram as populações nativas em termos

³⁵³ CABRAL, A. A. Pereira. *Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 1934. Colónia de Moçambique. Indígenas da Colónia de Moçambique*. Diretor dos Serviços e Negócios Indígenas. Publicada pela Comissão encarregada da representação da Colónia. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1934.

³⁵⁴ Sobre a relação entre conhecimento e dominação colonial, ver: PEREIRA, Rui Mateus. *Conhecer para Dominar. O desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, Lisboa: Tese de Doutorado em Antropologia, UNL/FCSH, 2005; HUIGEN, Siegfried. *Knowledge and Colonialism. Eighteenth-Century travellers in South Africa*. Boston: Brill, 2009; ou COOPER, Frederick and PACKARD, Randall (org.). *International Development and the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1997.

³⁵⁵ Nesse sentido, ver: REINHARD, Bruno. “Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2014, V. 57 nº 2, pp. 329-375.

genéricos de cunho racializante e que foram entendidas como inferiores aos brancos/europeus.

3.2.1. Imaginando “homens degenerados e mulheres dissolutas”

A leitura desses homens, fundamentais nas duas primeiras décadas do século XX para a ampliação da produção de conhecimentos sobre Moçambique, era de entender Lourenço Marques e arredores como um local de expoentes possibilidades. Sendo assim, conhecer melhor as populações que predominavam nessas regiões, foi compreendido como algo de suma importância. Ayres d’Ornellas, ao explicar as características das “tribos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane” afirmou que estava, basicamente, resumindo a introdução de “uma grande autoridade linguística” que havia realizado seus estudos nas décadas de 1880 e 1890.³⁵⁶ O principal trabalho utilizado por Ornellas para delimitar os habitantes ao sul do Save como membros “do grande grupo tonga”,³⁵⁷ é o do hoje considerado “pai incontestado da antropologia da África Austral”,³⁵⁸ o missionário e etnógrafo suíço Henri Alexandre Junod. Naquela época, como aponta António Augusto Pereira Cabral alguns anos depois de Ornellas, a “magnífica obra [...] *The Life of a South African Tribe* [...] onde os costumes e usos dos indígenas *barongas* (Lourenço Marques e Gaza) são cuidadosamente estudados” possuíam um “alto valor científico”.³⁵⁹

As observações cuidadosas do missionário e etnógrafo suíço iniciaram-se quando de sua primeira passagem por aquelas paragens ainda no último quartel do século XIX. Apesar de certo ostracismo imposto a sua obra com o passar dos anos, seu livro basilar publicado numa versão preliminar em 1898 e integralmente em 1913, *Usos e costumes dos Bantus*, assim como os debates travados pelo autor com Radcliffe-Brown sobre parentesco e evolução social, podem ser considerados como clássicos fundadores da antropologia moderna.³⁶⁰

³⁵⁶ D’ORNELLAS, Ayres. Op. Cit., p. 27 e 37.

³⁵⁷ Idem, p.272.

³⁵⁸ PINA-CABRAL, João de. “Um Livro de Boa Fé? A contraditoriedade do presente na obra de Henri-Alexandre Junod (1898-1927)”. In: DIAS, Juliana Braz & LOBO, Andréa de Souza (organizadoras). *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012, p.271.

³⁵⁹ CABRAL, António Augusto Pereira. Op. Cit., p.5.

³⁶⁰ A respeito da obra de Henri Junod e sua contribuição dentro do campo da antropologia, ver: GAJANIGO, Paulo. *O Sul de Moçambique e a História da Antropologia: os usos e costumes dos Bantus, de Henri Junod*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNICAMP, 2006.

Composta por uma vasta gama de grupos cujas fronteiras étnicas são pouco evidentes, mas que aparentam compartilhar um universo de intercomunicação linguístico e institucional, as populações originárias do sul de Moçambique foram e continuam sendo classificadas comumente e genericamente dentro de um grupo maior denominado Tonga/Tsonga.³⁶¹ Atualmente o termo é frequentemente questionado enquanto capaz de designar objetivamente essa população, uma vez que é comumente empregado apenas na bibliografia ou entre “círculos intelectuais de Maputo”.³⁶² Como explica Patrick Harries, uma parte importante das reações dos exploradores europeus e colonialistas ao confrontarem-se com um mundo bastante distinto daquele que conheciam, foi o de reestruturarem essas distinções dentro de unidades organizativas capazes de serem compreendidas em estruturas de conhecimento europeias.³⁶³ Em contextos africanos, a classificação de detalhes em unidades organizadas manejáveis, desenvolvido a partir de um processo amplo do cientificismo europeu da racionalização moderna do mundo, influenciou formas de divisões ditas como étnicas que muitas vezes não existiam antes do final do século XIX.³⁶⁴

A junção da ampliação do saber sobre as populações africanas com a empreitada colonial é evidenciada na função que Henri Junod atribuía a sua própria obra. Entendendo que seus dados etnográficos deveriam ter uma dupla função, por um lado, construiu sua pesquisa a partir de uma preocupação com as transformações pelas quais aquelas populações do sul de Moçambique estavam passando por conta da corrida colonial que alterava de maneira significativa os modos de vida pré-existentes. Com uma perspectiva científica predominantemente evolucionista característica da época, via a necessidade de se registrar para a posteridade os saberes locais que estariam fadados ao desaparecimento graças ao avanço da civilização propagada pelo colonialismo. Afinal, interpretou esses saberes como representantes de “uma fase do desenvolvimento

³⁶¹ Para além de características linguísticas compartilhadas, a prática do lobolo é comumente entendida como exemplo para identificar esse universo de intercomunicação. Ver: PINHO, Osmundo. “A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique”. In: *Afro-Ásia*, 43 (2011), 9-41.

³⁶² THOMAZ, Omar Ribeiro. “Apresentação”. In: JUNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.8. Ver: HARRIES, Patrick. “The antropologist as historian and liberal: H-A. Junod and the Thonga”. In: *Journal pf Southern African Studies*, Vol. 8, Nº 1, Special issue on Anthropology and History (Oct., 1981), pp. 37-50. Os termos mais comuns empregados, hoje em dia, de auto intitulação são Changana, Ronga, Chopi, Tsua e Bitonga.

³⁶³ HARRIES, Patrick. “The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in South-East Africa”. In: *African Affairs*, Vol. 87, nº 346 (Jan., 1988), pp.25-52.

³⁶⁴ Para uma análise ampla sobre esse processo de construção de formas de classificar esse Outro dentro de categorias étnicas majoritariamente estanques, desenvolvidas, sobretudo, no final do século XIX, ver: VAIL, Leroy (ed.). *The criation of tribalism in Shouthern Africa*. London: James Currey and Berkley: University of California Press, 1989.

humano”³⁶⁵ que não mais podia ser encontrado na Europa.³⁶⁶ Ao mesmo tempo, por entender que para melhor “governar selvagens” era necessário “estuda-los a fundo”, dedicou *Usos e Costumes dos Bantus* à duas categorias de homens diretamente responsáveis pelas profundas modificações que o próprio observou: “os administradores coloniais e os missionários”.³⁶⁷

Entendendo a ação colonial europeia sob a África como uma ação filantrópica que trazia esperanças de dias mais civilizados para os nativos, seria função daqueles que carregavam esse fardo de “frutas tão variadas, tão tentadoras, que a civilização oferece ao indígena, [...] dever guiar sua mão inexperiente, mostrar-lhe as que são boas para a sua felicidade e o seu progresso e as que são venenosas e poderiam ser-lhe fatais”.³⁶⁸ Parecia ser consenso entre os diferentes agentes coloniais uma compreensão paternalista a respeito da necessidade de agirem como guias naquele mundo em reordenamento. A leitura corrente era de que todos os entendidos como indígenas, independente das divisões que emergiam na ampliação do conhecimento a respeito dessa população, ainda não estariam preparados para filtrar as supostas benesses, excluindo os malefícios, trazidos com o avançar da missão civilizacional. A separação do joio do trigo, capaz de colocá-los num caminho retilíneo que se apresentava tortuoso a priori, era entendida como a função primordial das “pessoas capazes de influir nessa evolução, tanto às autoridades interessadas pelo problema indígena como aos indígenas cultos preocupados com o futuro da sua raça”.³⁶⁹

A defesa de Junod em promover a necessidade de se conhecer costumes locais também perpassou por um engessamento daquilo que o mesmo entendia como cultura. Seu trabalho etnográfico preocupou-se em reforçar um caráter culturalmente primitivo que produzia a ideia da existência de uma África autêntica, longe da industrialização, da colonização e do capitalismo, estagnada no tempo, parada, quase que imutável. Ao mesmo tempo, essa caracterização legitimou a ação de missionários, como ele mesmo, que viam na busca por “raios de luz que descobrimos com alegria nas trevas do paganismo” uma forma de influenciar na “transformação progressiva das leis e dos

³⁶⁵ JUNOD, Henri. Op. Cit., p.44.

³⁶⁶ A respeito das perspectivas que marcaram uma visão dos costumes nativos como ameaçados de extinção e do estudo dos mesmos enquanto sinais de um passado longínquo que já não existiria mais na Europa e, conseqüentemente, como um caminho possível para se estudar o passado e as transformações da humanidade, ver: HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. Impacto dos Missionários Suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas Editoras, 2007.

³⁶⁷ JUNOD, Henri. Op. Cit., p. 44.

³⁶⁸ Idem, p.46.

³⁶⁹ Idem.

costumes dos povos primitivos”.³⁷⁰ Nesse sentido, suas ideias a respeito da civilização que deteriorava práticas sociais nativas encontraram nas vivências existentes no cotidiano da cidade o elemento primordial para a explicação de um suposto definhamento dessas populações quando em contato com a modernidade. Entendendo como algo prejudicial ao bem-estar dessas populações, Junod dizia poder encontrar “nas proximidades da cidade [...] muitos homens degenerados e mulheres dissolutas”. Afirmando serem pessoas que haviam perdido “todo o sentido da justiça” ou, no melhor dos casos, não seguindo “o caminho que ela trilha”, renegou essas populações “indígenas” urbanizadas ao ostracismo na sua investigação. O que mais pareceu incomodar o missionário/etnógrafo era o fato de entender que esses indivíduos estariam “libertos [...] de quaisquer restrições, tribais ou cristãs”.³⁷¹ As transformações proporcionadas pelas migrações para Lourenço Marques são lidas a partir de um viés que as relaciona com a degradação dessas populações quando em contato com essas mudanças. Henri Junod afirma, por exemplo, que existiriam “em volta da cidade de Lourenço Marques grandes aglomerações de indígenas ordinários de todas as tribos. As viúvas têm a certeza de encontrarem aí um cento de homens, quando desejam ‘lançar para longe’ a impureza [ideia de que uma viúva precisaria seduzir um novo homem antes de se lançar para o seu novo marido]. Mas nesta promiscuidade a sífilis alastra”.³⁷² Em outro momento, ao descrever as habitações designadas como palhotas e os objetos dentro delas, demonstrou certa inquietação ao constatar que algumas “na vizinhança das cidades” enfeitavam suas paredes com “cromos da rainha Vitória, de Eduardo VII ou de D. Carlos, conforme os países!”.³⁷³ Também é interessante perceber como alguns dos informantes de Junod chamavam a atenção do missionário para essas transformações que vinham ocorrendo com a efetivação da colonização europeia na região e como eles próprios faziam conjecturas sobre elas. O costume do uso da coroa de cera, símbolo importante na distinção social, estaria sofrendo com essas transformações. A necessidade da venda da força de trabalho no “porto de Lourenço Marques ou nas minas de ouro”, estariam fazendo com que esse “costume não [fosse] tão religiosamente” adotado como outrora. Segundo Junod, poderia acontecer que “um súdito pouco afortunado” recusasse o uso da coroa e questionasse a autoridade do “chefe”, dizendo: “Que é que eu comerei? Tua dá-me de comer? Preciso transportar cargas a cabeça.

³⁷⁰ Idem, p. 419 e 421, respectivamente.

³⁷¹ Idem, p.347.

³⁷² Idem, p.182.

³⁷³ Idem, p.263.

Para que me serve a *ngiyana* [coroa de cera]? *Tiko dribolile*, dizem os mais velhos, abanando a cabeça! *Akehena nawu*- isto é: ‘O país cai na podridão! Já não há lei!’”.³⁷⁴

O esforço em omitir a presença dos nativos dentro de ambientes urbanos condizia com o intento de Junod em mostrar os “verdadeiros Bantus”, entendidos enquanto pessoas rurais e fora do espaço urbano. As múltiplas experiências compartilhadas no cotidiano citadino de Lourenço Marques eram um engodo na teorização da autenticidade, especialmente por promover transformações que possibilitavam a fuga do controle tutelar defendido.³⁷⁵ Tais características ficam manifestas, por exemplo, quando o autor se dedica a explicar o que entendia como “sentido muito forte de justiça” existente nos “Bantus”. Ao optar por escrever somente sobre os “indígenas que vivem ligados ao seu clã”, aparece, por um lado, enquanto mecanismo de construção do seu objeto de pesquisa o pressuposto de que existiria um tipo ideal do mesmo, isolado da modernidade capitalista que andava de mãos dadas com o avançar colonial. Por outro lado, ao desqualificar o surgimento de novas ações criativas nos espaços urbanos pôr entende-las como fora de “quaisquer restrições, tribais ou cristãs” e, conseqüentemente, sem alguém para os guiar, Junod desconstrói a ação daqueles indivíduos que não se submetiam aos pressupostos propalados pelos missionários e/ou produziram novas formas de relacionamentos sociais que não condiziam com a autenticidade etnográfica elaborada na própria construção epistemológica daquele Outro.³⁷⁶

Não me parece ser por acaso que na última parte de *Usos e Costumes dos Bantus*, intitulada “Conclusões práticas”, quando Henri Junod dedica-se a emitir abertamente suas opiniões e relacioná-las a uma agenda de ações para eliminar o que entendia como primitivismo existente nos costumes nativos, a questão da presença “indígena” em Lourenço Marques apareça de maneira abertamente crítica. A própria preocupação em delimitar de maneira mais explícita as características específicas de cada grupo esvaece. Ao descrever eventos ocorridos durante uma assembleia “perto da cidade”, o autor não mais os denomina e escolhe empregar o termo indígena. Generalizando esses indivíduos nessa alcunha, descreve-os como desapegados de

³⁷⁴ Idem, p.133.

³⁷⁵ Segundo Patrick Harries, em uma novela escrita por Henri Junod em 1910, o missionário deixava claro seu posicionamento em defesa de legislações rigorosas que contivessem o avanço das populações nativas dentro do espaço urbano como necessárias para se manter a ordem. A justificativa para a existência dessas leis estaria no “estágio de selvageria em que a raça” africana ainda se encontraria. In: HARRIES, Patrick. Op. Cit. 2007, p.275.

³⁷⁶ As citações desse parágrafo são referentes a: JUNOD, Henri. Op. Cit., pp. 346-347.

qualquer moral. Porém, essa depreciação parece estar diretamente relacionada ao desconforto que esses indivíduos causavam com a sua postura de agentes de seus próprios destinos, capazes de tomarem decisões ou de agirem por conta própria, sem a necessidade de uma tutela de uma entidade externa supostamente superior. Suas atitudes, segundo Junod, afastavam-nos de qualquer possibilidade de ascensão civilizacional, na medida em que lia suas posturas como uma rejeição da “autoridade dos missionários brancos, certos como estão de muito bem saberem o que têm para fazer”.³⁷⁷ Sendo assim, o problema que emerge das novas relações sociais estabelecidas a partir das convivências múltiplas existentes no cenário urbano laurentino relaciona-se com a percepção daquela cidade como um ambiente que proporcionava a possibilidade de um agenciamento africano independente de sistemas tutelares desenvolvidos por administradores coloniais ou missionários, mas também pelo próprio “enfraquecimento do laço tribal”.³⁷⁸

Ao colocar um “indígena civilizado” como aquele que “aumentou dez vezes as suas necessidades”,³⁷⁹ ou seja, adentrando no mundo do trabalho assalariado e adquirindo hábitos novos de consumo, Henri Junod enxergou como motivo para a diminuição futura do interesse dos etnógrafos as transformações pelas quais as habitações e, conseqüentemente, as próprias relações sociais, passavam. Afirmando que a “palhota indígena tem uma silhueta alegre” e as construções em círculo das palhotas das “tribos” era algo “pitoresco”, condenava-as a uma “mudança inevitável” rumo ao progresso da “linha reta”. Classificando-a como não higiênica, insistia na ideia de que a palhota poderia passar por transformações que permitisse que seus “defeitos [fossem] corrigidos”. No entanto, lia as ações desses indivíduos construindo suas novas habitações e mudando suas relações sociais não como a execução de trabalhos não especializados que misturavam diferentes referências, mas como uma cópia apressada e malfeita do “sistema europeu” de “casas quadradas”.³⁸⁰ A interpretação das ações dos “indígenas semicivilizados”,³⁸¹ outro termo empregado por Junod para caracterizar aqueles que viviam nas cidades, as inseria dentro de um escopo analítico que os via trilhando caminhos incorretos. Assim, para Junod, os indígenas ignoravam os sistemas de poder e de controle elaborados localmente ou pelos agentes coloniais,

³⁷⁷ Idem, p.432-433.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem, p.429.

³⁸⁰ Idem, p.428.

³⁸¹ Idem.

consequentemente, desmereceu as transformações criativas produzidas por esses indivíduos a partir das relações que estabeleciam com os símbolos da modernidade civilizacional como meros copiadores.

O raciocínio apresentado tornava invisível a presença daqueles classificados como indígenas na cidade, ao mesmo tempo em que reafirmou as próprias categorias coloniais construídas para identificar as populações nativas. Ao entender esses indivíduos como pessoas que não mereciam a sua atenção, principalmente por estarem transitando entre diferentes mundos enquanto construíam algo novo a partir desse trânsito, o missionário etnógrafo suíço que tanto influenciou o pensamento e a ação colonial portuguesa na região ao sul do rio Save deslegitimou as experiências dessas populações dentro do espaço urbano.

A riqueza das abordagens de Henri Junod parece ter pautado, por longos anos, as discussões sobre os conhecimentos produzidos dentro de âmbitos coloniais portugueses sobre as relações sociais das populações nativas existentes ao sul do rio Save. É interessante perceber como uma grande parcela dos relatos de portugueses que estiveram em Moçambique, publicados nas primeiras décadas do século XX, versam, principalmente, sobre sua região norte. Seguindo essa pista, até o momento praticamente inexplorada pela bibliografia, vale salientar algumas questões. É impressionante a proliferação de publicações no cenário português sobre o norte de Moçambique. O volume dos textos, em comparação com aqueles que falam sobre o sul, aparenta ser muito maior. Excluindo os relatórios dos governadores gerais, a publicação de alguns compêndios de administradores da região de Inhambane ou de Gaza e o trabalho etnográfico de Henri Junod, não localizei qualquer esforço sistemático de elaboração de um conhecimento de cunho antropológico e/ou etnográfico sobre as populações existentes abaixo do rio Save até, pelo menos, os anos 1950.³⁸² Uma explicação possível para isso pode ser encontrada no contexto da ocupação imperial. Os intensos combates que continuaram sendo travados nas províncias do norte de Moçambique, contra poderes locais que recusavam subjugar-se ao poder militar português, podem ser uma pista para indicar a proliferação desses relatos. Enquanto no sul, o principal poder constituído que se opunha a ocupação portuguesa foi derrotado em 1895, não se mostrando capaz de impor resistência militarizada significativa após a

³⁸² Como exemplo de compêndios publicados a partir das experiências desses homens de campo colonial, ver: CLEMENTE, Francisco D'Assis. *Estudos Indianos e Africanos*. Lisboa: Tipografia Matos Moreira, 1889.

deposição de Gungunhana, no norte, os combates contra diferentes grupos, especialmente os islamizados, estenderam-se, pelo menos, até o fim da primeira Guerra Mundial. Essa longevidade combativa, somada a própria presença portuguesa mais longínqua no centro e no norte de Moçambique, parecem ter estimulado a produção e a publicação sobre as populações que habitavam naquela região.³⁸³

Provavelmente essas publicações influenciaram a própria construção dos saberes de cunho acadêmico sobre as populações colonizadas de Moçambique que viriam a emergir a partir dos anos 1930. É exatamente nesse contexto desenvolvido a partir dos anos 1930 que foram realizados diversos eventos de cunho científicos e de popularização desse mundo imaginado, assim como o crescimento no número de instituições científicas responsáveis por pensar o mundo colonial que, conseqüentemente, levaram a cabo um grande número de pesquisas de campo.³⁸⁴ Atuando com a pretensão de fazer com que a administração colonial portuguesa adquirisse características consideradas mais científicas, entendendo essa virada como algo necessário para torná-la, supostamente, mais racional e eficaz, desenvolveram um conhecimento sobre a composição populacional do Império português legitimador das formas de exploração existentes até então.³⁸⁵ Em 1934, por exemplo, com a realização da Exposição Colonial Portuguesa e do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, ambas no Porto, teriam sido trazidos para a cidade 139 “moçambicanos”.³⁸⁶ Graças a presença dessas populações em solo português, uma série de trabalhos científicos foram realizados. No seu conjunto, reverberam visões recorrentes do racismo colonial difundido em Portugal naquele momento, com ênfase na coleta de dados que

³⁸³ Ver, dentre muitos: *Algumas palavras acerca das operações de guerra no distrito de Moçambique durante o governo do exmo. Sr. Conselheiro Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel (1903-1904)*. Lisboa: Tipografia d'A Editora. Conde Barão, 50. 1904.

³⁸⁴ Alguns desses eventos ocorridos em Portugal, são: I Conferência dos Governadores Coloniais (1933), Congresso de Agricultura Colonial, I Congresso de Antropologia Colonial, I Congresso Nacional de Colonização, Congresso de Ensino Colonial na Metrópole, I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colônias, I Congresso Militar e Colonial, todos em 1934, Semana das Colônias (1935), dentre outros.

³⁸⁵ A relação entre produção de saberes sobre o território colonial e a administração colonial dentro de contextos imperiais ocorridos na África é muito mais complexo e menos linear do que pode parecer num primeiro momento. Para uma visão complexificadora dessa relação, ver: SCHUMAKER, Lyn. “A tent with a view: Colonial officers, anthropologists, and the making of the field in northern Rhodesia, 1937-1960”. In: *Osiris*, 1996, v.11, 237-258. Ou, SCHUMAKER, Lyn. “The director as significant other: Max Gluckman and team research at the Rhodes-Livingstone Institute”. In: HANDLER, Richard. *Significant Others: interpersonal and professional commitments in anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2004.

³⁸⁶ Anônimo. “Le Congrès d'Anthropologie coloniale de Porto”. In: *L'Anthropologie*, t.45, Paris, Masson et Cie. Éditeurs, 1935. Apud, MATOS, Patrícia Ferraz de. Op. Cit., p. 72. É impressionante como o número de “indígenas moçambicanos” é muito maior do que o número de indivíduos vindos de outras regiões das colônias portuguesas na África. Da Guiné teriam vindo 79 e de Angola 40.

buscassem explicar aquele Outro dentro de uma perspectiva desenvolvida pela antropologia física.³⁸⁷ Porém, também existiram casos como o das publicações de Fernando de Castro Pires de Lima, que baseou toda uma tipificação do “Folclore de Moçambique” apenas com base nos relatos dos funcionários da Companhia de Moçambique, localizada na Zambézia, centro de Moçambique, e nas observações que pode fazer por conta dos “indígenas” que essa companhia trouxe para a exposição.³⁸⁸

A virada da escola antropológica portuguesa para o mundo colonial, desenvolvida através de sua consolidação a partir da Faculdade de Medicina do Porto, claramente dialogou com esses saberes previamente elaborados. Não me parece ser mero acaso que a missão antropológica portuguesa em Moçambique, capitaneada por J. R. Santos Junior ao longo dos anos 1930 e 1940, tenha realizado seus trabalhos de campo sobretudo nas regiões de Tete e da Zambézia, no centro, e de Nampula, no norte, excluindo qualquer perspectiva de recolha de dados nas províncias de Gaza, Inhambane e Lourenço Marques. Quando dirigia suas reflexões para esse território, Santos Junior recorreu a obra de Henri Junod, citando-o como “o melhor trabalho de Etnografia de Moçambique, [...] senão o melhor de toda a África”, reproduzindo de maneira acrítica as divisões “tribais” identificadas pelo missionário suíço.³⁸⁹ Os objetivos do líder da missão de compreender a “alma do indígena através da etnografia de Moçambique” produziu um conhecimento delimitado pelos ditames do governo português e seus interesses sobre a colônia. Tendo como objetivo intervir no processo de colonização para maximizar a capacidade metropolitana portuguesa de exploração da mão de obra local, seus “inqueritos tribais”, semelhantes ao elaborado por Joaquim d’Almeida da Cunha na década de 1880, foram “um verdadeiro logro, pois ignoravam a extensão cultural dos etnónimos, preso que estava a critérios de natureza ‘rácica’”.³⁹⁰

³⁸⁷ Ver: *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto – Setembro de 1934. Por iniciativa da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 1934.

³⁸⁸ LIMA, Fernando de Castro Pires. *Contribuição para o Estudo do Folclore de Moçambique*. Porto: Separata da revista de etnografia nº 14. Museu de Etnografia e História, 1934.

³⁸⁹ SANTOS JUNIOR, J. R. dos. *A alma do indígena através da etnografia de Moçambique*. Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (Diretor – Prof. Dr. Mendes Correa). Lisboa, 1950, p.11. Ver, também: SANTOS JÚNIOR, J. R. dos. “Carta Etnológica de Moçambique”. In: *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Tomo V – 4ª Sessão, Ciências Naturais*. Porto, 1951, Imprensa Portuguesa, pp.625-645.

³⁹⁰ PEREIRA, Rui M. “Raça, sangue e robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa”. In: *Caderno de Estudos Africanos*, n. 7-8 (2005), pp. 209-241, p.225. Para um exemplo da tendência de uma mistura da tipificação dos “usos e costumes indígenas” dentro de perspectivas raciais e culturais, ver: A. A. Pereira Cabral. *Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 1934. Colónia de Moçambique. Indígenas da Colónia de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique - Publicada pela Comissão encarregada da representação da Colónia, 1934.

O racismo científico era marca desses trabalhos de campos. Seus objetivos e resultados estiveram intimamente ligados a uma legitimação científica da ideologia colonial de supremacia racial branca e, conseqüente, de reforço da dominação colonial. Os estudos de António Augusto, chefe da brigada psicotécnica da missão de antropologia em Moçambique basearam-se em noções raciais para elaborar uma tipificação das populações que entrevistou, subdividindo-as em “tribos”. Seu objetivo era o de medir o “nível intelectual” dessas pessoas para, assim, saber quais estariam mais aptas a determinados tipos de trabalho. Apesar de reclamar da interferência de seus intérpretes nas respostas dadas e da necessidade do uso da força para que muitos entrevistados lhe fornecessem dados, em momento algum questionou a fragilidade das informações colhidas ou sua capacidade de fornecerem interpretações fidedignas. Sua conclusão era de que “as tribos de condição intelectual idêntica à das que a Missão Antropológica observou só podem viver e prosperar conservando-se sob a tutela das nações de superior nível mental ou nelas incorporadas”.³⁹¹

A diminuta atenção aos “indígenas” do sul pelos intelectuais portugueses que se debruçaram na análise das populações colonizadas em Moçambique, pode ser entendida como resultado do próprio contexto de transformações aceleradas ocasionadas pela implementação da máquina administrativa colonial. A noção de Henri Junod a respeito dos grupos onde havia desenvolvido suas pesquisas, imaginando-os como fadados ao desaparecimento devido as novas interações propiciadas pelos contatos com os meios urbanos da África do Sul e de Lourenço Marques, transformaram esses sujeitos em não representativos para o saber que pretendia-se desenvolver.³⁹² Apenas com o surgimento de um novo contexto político, marcado pelos processos de independência em toda a África e pelos esforços europeus em controla-los, e de um novo contexto intelectual, onde os trabalhos desenvolvidos pelo Rhodes-Livingstone Institute debruçavam-se sobre o mundo urbano africano em uma perspectiva distinta da existente até então, enxergou-se os “africanos de Lourenço Marques” como um dilema a ser enfrentado.³⁹³

³⁹¹ AUGUSTO, António. *Estudos Psicotécnicos. Nível intelectual de algumas tribos de Moçambique*. Lisboa, Memórias. Série antropológica e etnológica. Ministério das Colónias, 1949, p.73.

³⁹² HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. Impacto dos Missionários Suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas Editoras, 2007.

³⁹³ Utilizo como exemplo primordial dessa virada a obra de RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M, 1967/1968. É importante destacar que a virada de uma antropologia predominantemente física para uma cultural, ou sociocultural, ocorreu ainda nos anos 1950, tendo como grande expoente os trabalhos de Jorge Dias. No entanto, a obra de Jorge Dias, bastante pautada pelos processos de independência em Moçambique que começavam a emergir, e a sua relação com a escola de antropologia do Porto, levaram o seu trabalho etnográfico para o norte de Moçambique, mais

O estabelecimento da obrigação moral do trabalho para aqueles imaginados como indígenas, a partir do Código do Trabalho Indígena de 1899, ao qual se seguiram outros semelhantemente rígidos em 1906, 1911, 1914, 1926 e 1928, teve como objetivo promover o surgimento de uma força de trabalho negra sub-proletarizada e sub-remunerada, que tivesse como características principais a abundância, o baixo custo e, sobretudo, a disciplina. Em geral, a construção de mecanismos que empurrassem os africanos para o mercado de trabalho capitalista desenvolvido com o advento do colonialismo, fosse através do chibalo, ou através da venda voluntária de sua força de trabalho nesse mercado, andaram lado a lado com a própria produção da categoria “indígena” e de características específicas, como a de uma natural propensão a vadiagem.³⁹⁴ Porém, homogeneizar toda uma diversidade encontrada no terreno não foi um processo simples, especialmente quando analisado da perspectiva do dia a dia das instituições coloniais reguladoras da vida social. A própria precariedade das estruturas física no início da empreitada colonial do século XX mostrou ser uma barreira. Em junho de 1912, por exemplo, o Comissário da Polícia Civil de Lourenço Marques reclamou com o chefe do gabinete do Governo Geral que o seu local de trabalho, e também o de seu adjunto, não eram “providos de luz”. Os inconvenientes pela precária infraestrutura eram enormes, especialmente quando havia “necessidade de atender a serviços a altas horas da noite”. Terminou por solicitar a instalação de luzes “com urgência possível, por ser de extrema necessidade”.³⁹⁵

Os intérpretes desse mundo moçambicano, ao selecionarem determinadas ferramentas analíticas disponíveis para pensar esse Outro, não necessariamente conseguiram encontrar formulações capazes de encaixar suas demandas classificatórias nas suas pequenas demarcações de mensuração do mundo colonial. No final, quando as

especificamente nos denominados Macondes. Sobre o Rose Livingstone Institute e a importância de suas pesquisas, ver: SCHUMAKER, Lyn. *Africanizing anthropology. Fieldwork, networks, and the making of cultural knowledge in Central Africa*. Durham & London: Duke University Press, 2001. Especificamente sobre as ambivalências existentes no trabalho de Jorge Dias, ver: WEST, Harry G. “Inverting the Camel’s Hump: Jorge Dias, his wife, their interpreter, and I”. In: HANDLER, Richard (edit.). *Significant Others. Interpersonal and professional commitments in anthropology*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2004.

³⁹⁴ O chibalo era a forma como se designava o trabalho compelido forçado instituído pelo colonialismo português em Moçambique. Foi comumente utilizado pelos agentes coloniais para angariar rapidamente e de forma barata trabalhadores para obras públicas ou para agentes privados. Sobre a relação entre trabalho forçado e vadiagem, no contexto africano, ver: KEESE, Alexander. “Slow abolition within the Colonial mind: British and French debates about “vagrancy”, “African laziness”, and forced labour in West Central and South Central Africa, 1945-1965”. In: *IRSH*, 59 (2014), pp.377-407.

³⁹⁵ AHM, Fundo do Governo Geral (doravante GG), Processos, 1908-1914, Caixa 19. Carta do Comissário de Polícia Civil de Lourenço Marques para o Chefe do Gabinete do Governo Geral, 19 de junho de 1912.

interpretações dos agentes coloniais foram confrontadas com a vivência desse Outro dentro daquele mundo urbano, reduzindo uma variedade de possibilidades em duas categorias jurídicas, a dos assimilados ou a dos indígenas, não foram capazes de traduzir um amplo léxico de combinações variáveis. Esses indivíduos pensados sempre como seres ausentes da cidade, ao se encontrarem vivendo nela, foram entendidos, ao mesmo tempo, como um problema administrativo e epistemológico. Nesse sentido, essas formas de categorizações do Outro foram desenvolvidas na relação entre processos de expansão e de contatos, formulações de políticas de conquista e de dominação, juntando-as com as formas utilizadas para teorizar cientificamente a diferença. Ao invés de questionarem a incapacidade de suas ferramentas, constantemente dobraram o cotidiano para que ele coubesse dentro das formulações pré-determinadas de como esses indivíduos pensados como substancialmente diferentes deveriam ser constituídos. O resultado concreto desse processo, de esforço dos agentes coloniais em asseverar a dicotomia politicamente construída entre colonizadores e colonizados e, conseqüentemente, a própria empreitada colonial, encontrou, na prática, um “problema da vigilância das fronteiras”.³⁹⁶

Uma miríade de subcategorias que emergiam a partir da intensificação dos contatos, como a dos *semi-assimilados*, dos *destribalizados* ou dos *brancos degenerados*, que não se enquadravam nessas fronteiras rígidas, foram sempre um problema para os teóricos coloniais. Conjuntamente, esforços como os de José Gonçalo de Santa Rita, professor da Escola Superior Colonial nos anos 1930 e 1940, de pensar as trocas culturais entre colonizadores e colonizados através de um prisma que buscava entender como o “Europeu influi nos indígenas”, mas também da “influência do elemento inferior sobre o superior”,³⁹⁷ encontraram no campo cotidiano das trocas culturais ocorridas nas ruas de Lourenço Marques um espaço marcado pela incompreensão mútua que provocava uma série de conflitos constantes e reformulações difíceis de serem enquadradas.

³⁹⁶ SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929”. In: *Varia História*. Vol. 25, Nº 41, Belo Horizonte: UFMG, Jan/Jun., 2009, pp. 107-128, p. 109.

³⁹⁷ SANTA RITA, José Gonçalo. “O contato das raças nas colônias portuguesas: seus efeitos políticos e sociais”. In: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: 1940, vol. XV, p.65.

3.3. Experiências da “maior parte da população” de Lourenço Marques

Como expus anteriormente, houve um evidente esforço na construção de características específicas de ser e agir daqueles indivíduos que se encontravam sob o domínio colonial português em Moçambique. Apresentando-os como um grupo composto por muitos outros, mas que se unificava em algumas características, essa construção imaginada da figura do “indígena” insistiu em afastá-lo do espaço urbano. Colocando-o como habitando naturalmente áreas rurais, ou como se dizia na época, o “mato”, o aparelhamento das instituições coloniais reguladoras da vida social tendeu a silenciar a presença desses indivíduos em Lourenço Marques. Porém, o processo de expansão da malha urbana da cidade, e o consequente crescimento da população de origem africana proveniente de áreas rurais, independente dos desejos reguladores de cunho segregacionista apresentados nos capítulos anteriores, trouxeram consigo uma série de questões relacionadas às práticas socioculturais dessas populações migrantes num novo espaço ocupado por uma multiplicidade de indivíduos de diferentes origens. Por conseguinte, a idealização da cidade como ferramenta de mudança de costumes considerados atrasados, assim como a atribuição da missão de propagadora da civilização, encontrou barreiras na vivência cotidiana de seus habitantes.³⁹⁸ A vida urbana em Lourenço Marques, majoritariamente mal controlada, por um lado, devido à ineficácia do poder colonial português e, por outro lado, pelo desejo da manutenção de uma reserva de mão de obra africana aglomerada nos subúrbios, embaralhou as categorias estanques criadas e utilizadas para classificar as populações africanas dentro daquele espaço citadino.

Esse embaralhamento, na esmagadora parcela dos registros com dos quais me deparei nos arquivos consultados, não impediu a utilização das categorias unificadoras de indígena e assimilado pelas instituições reguladoras dentro do mundo urbano colonial. A dificuldade em se encontrar a diversificada voz da população negra/africana, especialmente aquela classificada como indígena, em Lourenço Marques, pode ser melhor compreendida quando atentamos para a própria produção da documentação que auxiliaria nesse desbravamento. A desconstrução da cidade enquanto local propício para aqueles, ocorrida ao longo das três primeiras décadas do século XX, aconteceu também

³⁹⁸ Para uma análise da cidade de Lourenço Marques pensada como modelo de propagação da civilização, ver: SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929”. In: *Varia História* / Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. – vol. 25, nº 41 – jan./jun. 2009, pp. 107-128.

através de uma sistematização da exclusão do direito desses indivíduos de serem ouvidos em instâncias da administração colonial. Nesse período, marcado pela elaboração dos mapas étnicos que pautariam diferentes visões e divisões no continente africano, as autoridades coloniais no seu trato cotidiano dentro da cidade de Lourenço Marques preocuparam-se mais com a grande figura do “indígena” e em delimitar suas regiões de origem, do que suas possíveis características identitárias étnicas.

Em portaria promulgada pelo Governador Geral interino A. Ferreira dos Santos, em julho de 1913, foi apresentado um plano de reformulação das funções da polícia em Lourenço Marques. A justificativa para a necessidade dessas mudanças era de que a cidade e seus subúrbios possuíam, naquela data, um número de “16.426 indígenas que não se distinguem pela instrução e costumes, do comum de sua raça”. Esse grande número estaria fazendo com que os casos de “indígenas julgados pelo tribunal” crescesse de maneira vertiginosa. Com a justificativa de evitar que “indígenas que não se distinguem [...] do comum de sua raça” fossem julgados pelo tribunal da cidade de maneira indevida em relação aos seus “costumes” e para diminuir o número de casos levados ao tribunal, a portaria unificava na figura do Comissário de Polícia Civil as obrigações de fiscalizar e reprimir os crimes cometidos nas ruas laurentinas, o de “julgar [...] delitos e transgressões cometidas por indígenas”, como vadiagem, embriaguez, ofensas corporais entre indígenas, ultraje público ao pudor, ultraje a moral pública, furto e transgressão de posturais municipais. Seguindo o modelo implementado pelo colonialismo de buscar sempre angariar mão de obra barata para as obras públicas, estipulava como pena prevista de ser aplicada aos “desviantes”, o “trabalho correcional”.³⁹⁹

A portaria também regulava os “julgamentos feitos pelo comissário de polícia” como “sumários, sem recurso, sem depoimentos escritos”, tendo apenas que registrar no “verso do auto policial ou administrativo [...] a sentença da qual só deve constar a pena que aplicou e a disposição da lei em que se fundou”. Para evitar possíveis abusos policiais, exigia-se o envio de um mapa diário com o nome dos réus, disposições de leis em que foram julgados incursos e penas aplicadas, dos condenados pelo comissário de polícia ao procurador da república do juízo criminal. Infelizmente não foi possível encontrar nenhum desses mapas no Arquivo Histórico de Moçambique. É provável que

³⁹⁹ Arquivo Histórico de Moçambique (doravante AHM), Direção da Secretaria dos Negócios Indígenas (doravante DSNI), Caixa nº 7, Portaria de Nº 1.075, de 26 de julho de 1913. A mesma foi publicada no *Boletim Oficial de Moçambique*, nº 31 / 1913.

nunca tenham existido. Antes mesmo da publicação da portaria, o jornal *O Africano* afirmou que a mesma havia sido proposta pelo “Intendente dos Negócios Indígenas” e questionou os riscos existentes com a concentração de poderes nas mãos da instituição policial. Como João Albasini, autor do editorial, concluiu: “Fora do Tribunal julgar? É perigoso”.⁴⁰⁰ Ironicamente, a portaria retirava praticamente por completo o direito a defesa do indígena no momento de seu julgamento, mas pressupunha que aquele que entendesse ou conhecesse “que o comissário de polícia exorbitou das atribuições que lhe são conferidas” poderia requerer um novo julgamento.⁴⁰¹

Dada a forma implementada de exploração da mão de obra local como importante mecanismo de enriquecimento dos cofres coloniais, rapidamente ganharam forma diferentes tentativas de elaboração de barreiras que impossibilitassem sua livre circulação. O corpo de polícia civil de Lourenço Marques ganhou significativo destaque nesse contexto. A relação patrão-empregado era de tal forma rígida e opressora que o órgão administrativo ao qual, muitas vezes, os patrões recorreram por conta da quebra de contratos por parte dos seus empregados, foi a polícia. Em março de 1920, por exemplo, o “cidadão Secundino Perdigão” prestou queixas no Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques contra seu funcionário, o “indígena de nome Albino”, pois o mesmo teria se ausentado “do serviço do patrão sem ter completado o tempo do seu contrato”. O contrato firmado entre os dois estaria devidamente registrado e foi enviado para o Comissário de Polícia com o intuito de comprovar a validade da queixa do acusador. A suspeita era de que Albino tivesse encontrado um emprego melhor no quartel da Guarda Republicana, tendo abandonado seu antigo emprego.⁴⁰²

Recorrendo ao subúrbio da cidade, Albino acionou uma rede que o permitiu esconder-se dos braços administrativos coloniais e fugir da perseguição de seu patrão.

⁴⁰⁰ *O Africano*, 16 de julho de 1913. WNA. Valdemir Zamparoni aborda a promulgação dessa portaria a partir da sua relação entre a formação de instituições coloniais portuguesas em Moçambique com a lógica do trabalho forçado enquanto mecanismo de dominação e de exploração para a obtenção de lucros. ZAMPARONI, Valdemir. “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.299-325.

⁴⁰¹ Idem. Órgão fundamental para promover o ordenamento da cidade segundo os preceitos que vinham sendo produzidos para a ocupação e manutenção portuguesa em solo moçambicano, a construção de um corpo de polícia civil como aparelho da administração colonial aparece como preocupação recorrente na documentação. Vide: AHM, Governo Geral (doravante GG), Processos, 1908-1914, Caixa 19, Carta de A. Freire de Andrade ao Ministro do Ultramar solicitando a reformulação da polícia ao sul do Save, 28 de agosto de 1909. Na mesma caixa encontra-se uma resposta do Comissário de Polícia Civil de Lourenço Marques aos questionamentos realizados por Freire de Andrade sobre a ineficácia desse corpo existente. Instituição fundamental para a administração estatal, a estruturação do corpo policial civil em Lourenço Marques carece de pesquisas mais aprofundadas.

⁴⁰² AHM, DSNI, Tribunais indígenas, Carta do Intendente interino servindo de Secretário dos Negócios Indígenas para o Comissário de Polícia, 09 de março de 1920, caixa 1605. Infelizmente o contrato propriamente dito não se encontrava junto, apenas a carta que indicava o seu envio.

Após alguns dias de averiguações, o Comissário informou que, mesmo tendo um guarda se deslocado até os “quintais da Guarda Republicana” e “percorrido toda a Cidade e seus subúrbios”, a “captura do indígena de nome Albino” não havia sido possível. Apesar das limitações impostas pela legislação colonial e das tentativas de seus diferentes órgãos administrativos de controlarem a vida dos trabalhadores urbanos classificados como indígenas, o exemplo de Albino demonstra como esses indivíduos lidaram com essas formas de coerção de maneira habilidosa, esquivando-se delas e agindo em proveito próprio.

As tentativas de encontrá-lo trazem consigo uma série de informações preciosas sobre processos mais amplos. As investigações haviam revelado que Albino era “natural de Quelimane”. Como o guarda não o havia encontrado nos quintais da Guarda Republicana, passou a procurá-lo em outros lugares. Munido da informação de sua naturalidade, deslocou-se para a Matola, município localizado ao sul de Lourenço Marques, colado com o bairro suburbano da Machava. Segundo as averiguações policiais, seria “muito natural” que Albino se encontrasse naquela paragem, pois lá trabalhariam “alguns indígenas da mesma localidade”. Porém, novamente não o encontraram. Na Matola, informaram que “alguns indígenas tinham regressado a terra de sua naturalidade e outros que foram serviçais nesta cidade embarcaram para o Transvaal para os trabalhos nas minas”. A conclusão final foi “de que o Albino [fazia] parte desse número”. É possível supor a existência de uma solidariedade entre conterrâneos que inibisse a confirmação de um presumível paradeiro de Albino. Como o documento policial afirmou, “geralmente todos se conhecem”, porém ninguém disse conhecer “indígenas alguns de Quelimane com aquele nome”.⁴⁰³ Provavelmente, cansado das condições degradantes que seu patrão poderia estar lhe infligindo, em busca de auxílio para encontrar uma melhor posição para si, Albino recorreu a uma rede de conterrâneos. Caso semelhante de solidariedade baseado num local de origem comum foi observado por Jeanne Penvenne. Segundo a autora, no início do século XX, “as pessoas Chopi, da circunscrição de Zavala, tornaram-se os trabalhadores preferenciais no saneamento” de Lourenço Marques. Manipulando a seu favor a exploração colonial,

⁴⁰³ AHM, DSNI, Caixa nº 1605, Carta do Comissário de Polícia Civil de Lourenço Marques ao Secretário dos Negócios Indígenas, 23 de março de 1920.

portanto aproveitando o fato de terem sido associados a esse tipo de trabalho específico, buscaram construir estratégias para melhorarem suas condições de vida na cidade.⁴⁰⁴

O processo de despersonificação das camadas populacionais denominadas indígenas consolidou-se com a utilização dessa categoria construída e implementada pelo colonialismo através de um processo que as tornava amórficas. Houve uma insistência em silenciar suas vozes e excluí-las sistematicamente através de um procedimento que inibia distinções individuais, caracterizando-as como distantes de supostos inibidores sociais naturais de sua existência e, conseqüentemente, propensas a atos vistos como viciados. Em setembro de 1928, por exemplo, a “Excelentíssima Senhora D. Ana Salbany Simões Duarte” dirigiu-se até a sede da Direção dos Serviços e Negócios Indígenas, órgão administrativo colonial responsável pelo trato das questões envolvendo os chamados indígenas, localizada em Lourenço Marques. Suas acusações recaíam sobre uma mulher “indígena de nome Otasse ou Cotasse”. A “referida indígena” supostamente se dedicaria “a prática de feitiçaria indígena”, tendo feito com que “seu filho de dezoito anos”, Duarte Salbany, se encontrasse “absolutamente perdido”. Como consequência, havia deixado de “frequentar o Liceu” e abandonado “a casa dos pais”. A solução exigida para o caso era a deportação da acusada “para um distrito que não seja próximo” de Lourenço Marques. Como testemunhas de acusação, foram apresentadas “pessoas idôneas a serem ouvidas”, como “o senhor Dr. Francisco Maldonado, Diretor da Investigação Criminal, e o senhor Diretor da Agricultura engenheiro Guardado”.⁴⁰⁵

No mesmo dia da acusação, as testemunhas arroladas por D. Ana Duarte foram prontamente ouvidas. O engenheiro Guardado foi bastante sucinto em suas declarações. Dizendo residir na cidade de Lourenço Marques, corroborou as acusações iniciais. Segundo ele, “a indígena arguida se dedica a prática de atos menos honestos”, e “parecendo-lhe por esse motivo, ser de boa política desviar, embora temporariamente esta indígena do Distrito”.⁴⁰⁶ Acusada primeiramente de feitiçaria e de causadora de distúrbios em um lar de origem europeia, agora surgia a insinuação de praticar “atos menos honesto”. As declarações prestadas pela segunda testemunha, Francisco

⁴⁰⁴ No original: “the Chopi people of Zavala circumscription became the preferred workers for sanitation”. In: PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995, p.52-53.

⁴⁰⁵ AHM, DSNI, Caixa nº 1634, Auto de notícia prestado pela Senhora D. Ana Salbany Simões Duarte, em 26 de setembro de 1928.

⁴⁰⁶ AHM, DSNI, Caixa nº 1634, Auto de Declaração prestado por Raul Augusto da Silva Guardado no dia 26 de setembro de 1928.

Maldonado, corroboravam as acusações. O mesmo afirmou que Duarte Salbany vivia em estado de “certa mancebia com a arguida”, sendo de sua “convicção de que a arguida se entregava a prostituição”. Sua proposta para a solução do caso estava em conformidade com a dos dois depoentes apresentados anteriormente. Por causa do estilo de vida que levava e porque teria perturbado a vida dum menor e, com isso, a da respectiva família de origem portuguesa, julgava-a “prejudicial no meio em que tem vivido e conveniente qualquer medida que a afaste desse meio pelo menos temporariamente”.⁴⁰⁷

Após o arrolamento das denúncias, enviou-se um telegrama para o fiscal de transportes de Xinavane, região distante cerca de 140 quilômetros da cidade de Lourenço Marques e onde vivia a acusada, perguntando o quão prejudicial seria a sua permanência na região. A resposta foi rápida. No dia seguinte, informavam que a “indígena Cotasse” dedicava-se a “prostituição e consta embriagar-se frequente vezes achando conveniente sua saída”.⁴⁰⁸ Um policial foi enviado para detê-la e a sentença final afirmou ser “prejudicial a presença neste Distrito da indígena de nome Otasse ou Cotasse por se entregar a vadiagem e prostituição”, estipulando a sua deportação, por três anos, para o Distrito de Quelimane, no centro de Moçambique.⁴⁰⁹

Ao longo das averiguações, em nenhum momento é levantada a necessidade de escutar aquela que era denunciada no caso. Sua deportação sumária, que seguia um procedimento recorrente das autoridades portuguesas na resolução de potenciais problemas com indivíduos nativos,⁴¹⁰ parece ter posto um fim ao drama familiar. Porém, para aquela acusada de praticar feitiçaria, vadiagem, beberagem, prostituição e desvirtuação de menor, não foi permitida a palavra, ou, nem mesmo, identificar-se da maneira que desejasse. Na documentação indicam apenas, que, possivelmente, a mesma era original de Xinavane, região localizada cerca de 140 quilômetros ao norte de Lourenço Marques. Os arguidos nem sabiam determinar o verdadeiro nome da acusada. Tendo a grafia do seu nome variado entre Otasse, Cotasse ou Kotasse.

⁴⁰⁷ AHM, DSNI, Caixa nº 1634, Auto de Declaração prestado por Francisco António Vargas Maldonado no dia 26 de setembro de 1928.

⁴⁰⁸ AHM, DSNI, Caixa nº 1634, Telegrama do Fiscal de Transporte de Xinavane para a Direção dos Serviços e Negócios Indígenas no dia 27 de setembro de 1928.

⁴⁰⁹ AHM, DSNI, Caixa nº 1634, “Assunto: Deportação de Indígenas”, de 28 de setembro de 1928.

⁴¹⁰ A deportação como forma de controle sobre insubordinação das populações nativas foi uma política recorrente da administração colonial portuguesa. É possível encontrar diversos casos que tiveram essa mesma resolução. Ver: AHM, DSNI, Curadoria e Negócios Indígenas, caixas nº 573 e 602; AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa nº 1632; AHM, DSNI, Transgressões e prisões, caixa nº 83.

Como era de se esperar naquele cenário colonial, o elo mais fraco dessa equação foi quem pagou o preço mais elevado pela audácia do seu envolvimento amoroso. No entanto, as entrelinhas revelam algo além da opressão típica desse sistema. Os riscos que o contato entre polos opostos da equação engendrada pelo colonialismo produziu eram eminentes, assim como a existência, mesmo que perigosa, de relações de contato e troca entre esses grupos ao longo do início do século XX, especialmente por conta das relações sociais que o processo de construção de Lourenço Marques e de sua malha urbana produziram nesse período. A expansão da presença branca/europeia na cidade, ocupando cargos no crescente posto burocrático do Estado colonial, relacionado à crescente demanda por mão de obra necessária para atender os anseios desse corpo burocrático, conjuntamente, com a construção de uma infraestrutura capaz de responder as demandas existentes pela expansão da cidade e, por fim, das pressões exercidas pelos desmandos de agentes coloniais e particulares presentes nas zonas rurais, transformou o cenário populacional de Lourenço Marques. Nesse contexto de ampliação das instituições coloniais, por um lado, a cidade tornou-se um local atrativo para conseguir distanciar-se dos riscos de ser recrutado como trabalhador forçado e/ou atender interesses próprios de obtenção de uma nova forma de vida afastada das restritas possibilidades existentes no mundo rural. Por outro lado, juntamente com essa ocupação da cidade pela população de origem africana de caráter mais permanente, o elevado número de trabalhadores migrantes rumo a regiões mineradoras da África do Sul proporcionou um grande trânsito num movimento marcado por vindas, idas e retornos, entre Johannesburgo, Lourenço Marques e zonas rurais, promovendo igualmente um trânsito de bens, ideias e formas de agir, que imprimiram algumas características específicas nas formas de ocupação da cidade direcionadas para e construídas por essa população.

Originária de Xinavane, Otasse, Cotasse ou Kotasse não foi classificada dentro de nenhuma categoria específica do quadro da “raça bantu” produzido pelo arcabouço intelectual colonial português. Isso não é cogitado como uma questão importante de ser registrada. Talvez nem ela mesma fosse capaz de identificar-se com alguma daquelas categorias delimitadas. O que sabemos de concreto é que a região da qual Otasse, Cotasse ou Kotasse é dada como originária aparece na bibliografia como uma importante zona produtora de açúcar e, por ser mulher, sofreu diferentes pressões por

parte das distintas ideologias patriarcais pelas quais transitou entre sua região de origem e a cidade de Lourenço Marques.⁴¹¹

Pesquisas têm demonstrado que anteriormente a presença portuguesa na região, existira uma tradição de migrações entre os povos do sul de Moçambique.⁴¹² No entanto, foi apenas a partir da construção e consolidação das estruturas do poder colonial português que emergiram pressões para a movimentação dessas pessoas capazes de produzir os trabalhadores migrantes, que, por sua vez, transformaram-se na principal fonte do rendimento econômico do Estado colonial na região. Objetivando a obtenção de lucros com o controle e a exploração do trabalhador local por meio da sistematização dos fluxos migratórios que tinham como destino prioritário as minas de Johannesburg, assim como através dos impostos e do chibalo enquanto mecanismos de obtenção de mão de obra barata, de controle das populações locais, de coerção sobre as populações sujeitas ao domínio português à venderem sua força de trabalho e adentrarem num sistema monetário de trocas comerciais, o colonialismo português constituiu-se na região.⁴¹³ Nesse contexto, como apresenta Jeanne Penvenne a partir de relatos orais recolhidos nos anos 1970, trabalhadores “vieram para a cidade porque foi o único lugar que poderiam conseguir o que queriam de um trabalho. Outros, aqueles que tinham conseguido adquirir uma formação, especialização ou educação, por exemplo, foram para Lourenço Marques porque o mercado rural para o seu trabalho era muito limitado”.⁴¹⁴

Apesar das sistemáticas tentativas de apagamento das individualidades e das possibilidades de fala daqueles que se encontravam sob o domínio colonial português, a

⁴¹¹ Sobre a região de Xinavane e algumas de suas características ao longo do século XX, ver: O’LAUGHLIN, Bridget e IBRAIMO, Yasfir. “A Expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude”. In: Cadernos IESE, nº 12P/2013.

⁴¹² Ver: HARRIES, Patrick. *Work culture and identity: migrant labores in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, 1994, especialmente o primeiro capítulo.

⁴¹³ Como explica a obra coletiva produzida pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane, a ambiguidade existente nesse fenômeno está presente no fato de que as “forças produtivas de Moçambique foram organizadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas segundo as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. Portugal desempenhou o papel de ‘rentier’, retirando a maior parte dos seus lucros do comércio invisível e especulando na venda de força de trabalho da sua mão de obra africana”. In: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1998 (1ª edição de 1977), p. 18.

⁴¹⁴ PENVENNE, Jeanne. “Here everyone walked with fear: the Mozambican labor system and the workers of Lourenço Marques, 1945-1962”. In: COOPER, Frederick (editor). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. California: SAGE Publications, 1983, p.147. No original: “came to the city because it was the only place they could get what they wanted from a job. Others, those who had managed to acquire a skill or education for example, came to Lourenço Marques because the rural Market for their work was very limited”.

necessidade de organizar uma administração capaz de gerir a própria dominação proporcionou momentos em que essas camadas excluídas puderam emitir algum som que reverberou até os nossos dias. Exatamente em razão da regulamentação e da vigilância que o Estado colonial português buscou manter sobre os ambientes de vivência e convivência daqueles entendidos como indígenas no meio urbano, são as entrelinhas dessa documentação que revelam a existência de diferentes combinações de experiências que produziram transformações pelas quais aqueles indivíduos precisaram passar para conseguirem encontrar formas consideradas por si minimamente dignas de sobrevivência. Para além de demonstrar os processos de segregação e silenciamento colonial sobre as populações ditas indígenas que se encontravam em Lourenço Marques, a própria dificuldade em saber ao certo o nome de Otasse, Cotasse ou Kotasse pode revelar uma tática empregada pela mesma para evadir-se das abordagens repressoras coloniais. O Secretário dos Negócios Indígenas, em 1908, por exemplo, em seu relatório sobre a regulamentação do “trabalho indígena” insistiu na necessidade da criação de uma maior vigilância sobre o trânsito desses indivíduos, pois era “sabido [...] que, em regra, o preto dá sempre nomes trocados, quer o seu, quer o dos pais, indunas, régulos, etc”.⁴¹⁵ Da relação que “o preto” estabelecia com seus nomes, para a utilização disso como mecanismo de burla das restrições impostas pelo colonialismo, trocar de nome ao longo da vida não era, necessariamente, algo tão inusitado. Talvez não estivessem propriamente mentido, no sentido que o administrador colonial achava que faziam. Afinal, tinham uma relação com o seu nome bastante distinta daquela comumente existente no mundo europeu. Como inúmeros relatos de cunho etnográfico existentes para a região apontam, era comum que após diferentes cerimônias, principalmente as de puberdade, o nome de nascimento mudasse para outro de sua escolha pessoal.⁴¹⁶

De qualquer forma, as possibilidades da cidade de Lourenço Marques e, principalmente, de seus subúrbios, como um espaço de emergência de novos parâmetros culturais e de possibilidades de reivindicação de direitos, ampliavam seus atrativos. As dificuldades de se proceder com “a identificação dos indígenas em Lourenço Marques” era uma preocupação do Administrador da Circunscrição do Maputo, uma das cinco circunscrições do distrito de Lourenço Marques. Em novembro de 1913 o Intendente

⁴¹⁵ BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de Castello. “Relatório precedendo a proposta de regulamentação do trabalho indígena, apresentada ao conselho do Governo”. In: *Província de Moçambique. Relatórios e Informações. Anexos ao Boletim Oficial. 1908-09*. Lourenço Marques: Imprensa nacional, 1909.

⁴¹⁶ D’ORNELLAS, Ayres. Op. Cit., 1901, p.48; LIMA, Fernando de Castro Pires. Op. Cit., 1934, p.14; JUNIOR, J. R. dos Santos. Op. Cit., 1950, p.15; CABRAL, António Augusto Pereira. Op. Cit., 1925, p.36; JUNOD, Henry. Op. Cit., 2009, p.73 e 109.

dos Negócios Indígenas informou que a ausência de “passes ou documentos das autoridades donde os indígenas são naturais” possibilitava que os mesmos dessem “nomes trocados” quando interpelados pelas autoridades. Essa estratégia de escapar do controle colonial sobre suas liberdades de ir e vir possibilitava-os “evadirem-se ao cumprimento das suas obrigações”. Por fim, concluiu que era melhor mudar esse estado de coisas, pois “como escola de vício, Lourenço Marques não é inferior a Roma Antiga”.⁴¹⁷

3.3.1. Entre a “escola de vício” e o “mundo temperado de ritmo e poesia”: mulheres “indígenas” em Lourenço Marques

Considerado um dos mais importantes escritores moçambicanos, José Craveirinha viveu ativamente as transformações pelas quais o país passou ao longo do século XX.⁴¹⁸ Nascido em Lourenço Marques, em maio de 1922, criado entre dois mundos, o português de seu pai e o ronga de sua mãe, desde cedo experimentou contatos entre universos que se olhavam com desconfiança, mas que no espaço urbano inevitavelmente se tocavam.⁴¹⁹ Foi criado nos bairros fronteiriços entre esses dois mundos, muito provavelmente em algum lugar próximo onde os primeiros encontros entre Cotasse e Duarte Salbany ocorreram. Despontou precocemente como poeta de renome, além disso, seus artigos sobre suas perambulações pelos subúrbios de Lourenço Marques nos anos 1950 e 1960 possuem um valor singular. Numa época onde rebuliços pelos sons de tambores ocorriam naquele ambiente, trazendo algum conforto para uma vida sofrida por conta da exploração colonial, o poeta percebeu a construção de um “mundo temperado de ritmo e poesia”.⁴²⁰

Otasse, Cotasse ou Kotasse foi uma dentre tantas outras mulheres responsáveis pela criação desse mundo “temperado” que Craveirinha encontrou nos subúrbios de Lourenço Marques, nos anos que precederam a independência de Moçambique. Como lembra Jeanne Penvenne, as críticas sobre uma escrita androcêntrica da História lançaram luz na historiografia africanista para a importância de pensar as mulheres

⁴¹⁷ AHM, DSNI, Caixa 225, Carta do Administrador da Circunscrição do Maputo para o Senhor Intendente dos Negócios Indígenas e Emigração, em 14 de novembro de 1913.

⁴¹⁸ Ver: LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. Ou, LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

⁴¹⁹ Entrevista de José Craveirinha publicada em: CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Editora Vega, 1994, pp.85-103.

⁴²⁰ CRAVEIRINHA, José. *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance Editores, 2009, p.15.

africanas, especialmente para aquelas que se encontravam num contexto urbano. Historicamente tornadas invisíveis ou simplesmente silenciadas, foram mencionadas pelas vozes dominantes constantemente em termos negativos. Sempre que não se enquadravam no modelo da ideologia patriarcal “sobre a apropriada autoridade social masculina, [...] articulada pelo poder dos homens mais velhos e pelo direito nativo parcialmente codificado pelo colonialismo” foram classificadas como desviantes.⁴²¹

Nesse sentido, a suspeita que rondava o “indígena Fanana Pendane, [...] do régulo Capezulo” apresenta alguns aspectos da imbricada relação construída entre dominação masculina, formas de dominação política colonial e a apropriação das novas instituições coloniais por parte daqueles que se encontravam subjugados por elas. Dirigindo-se para a sede administrativa de Bela Vista, localizada próximo a região da Catembe, ao sul da cidade de Lourenço Marques, Fanana reclamou com o administrador, em outubro de 1929, de que “sua mulher, de nome Mitimbane ou Micuiche Alarge” havia fugido “de madrugada, em direção [àquela] cidade”. Afirmando ser “um aleijado” que mal podia se deslocar em muletas, solicitou a intervenção do diretor dos Serviços e Negócios Indígenas para mandar sua mulher “regressar as terras para [...] tomar conta da criança” de dois anos que havia, supostamente, abandonado. Fanana e o administrador de Bela Vista suspeitavam que Mitimbane ou Micuiche Alarge deslocara-se para Lourenço Marques com o intuito “certamente [de] entregar-se a prostituição”.⁴²²

A visão de autoridades administrativas coloniais sobre o afluxo de mulheres africanas, de autoridades locais chefiadas por regulados, de homens trabalhadores, todas figuras masculinas, parece convergir na leitura de que a presença feminina em Lourenço Marques, especialmente daquelas mulheres que não mantinham laços fixos com formas de comandos patriarcais, representou uma ameaça as consolidadas maneiras de controle e dominação existentes, quaisquer elas que fossem. Como uma ameaça em potencial, a construção de formas de pensar e, conseqüentemente, de ações administrativas

⁴²¹ PENVENNE, Jeanne Marie. “Seeking the factory for women: Mozambican urbanization in the late colonial era”. In: *Journal of Urban History*, Vol. 23, nº 3, 1997, pp.342-379. Tradução livre. No original (p.343): “only local womem of peri-urban lineages, who farmed under the authority of a socially appropriate male, could fit the idealized patriarchal social model articulated by sênior males and partially codified in colonial ‘native’ law”. Para um balanço sobre questões de gênero nos estudos africanistas, ver: COLE, Catherine M.; MANUH, Takyiwaa; MIESCHER, Stephan F. *Africa after gender?* Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2007. Ou, SHELDON, Kathleen. “Writing ababout women: approaches to a gendered perspective in African History”. In: PHILIPS, John Edward (edited). *Writing African History*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2005.

⁴²² AHM, DSNI, Caixa 1609. Carta do Administrador de Bela Vista para o Senhor Diretor dos Serviços e Negócios Indígenas, 19 de outubro de 1929.

coloniais, inseriram essas mulheres dentro dos processos de reconfigurações sociais que ocorreram com o crescimento acelerado da cidade, relacionando-o com a diminuição maciça da presença masculina nas zonas rurais. Especialmente no que diz respeito às autoridades administrativas, essas temeram o afastamento das mulheres das tarefas agrícolas como fator que “poderia pôr em risco a manutenção do sistema de usufruto de uma força de trabalho masculina sazonal e barata, quer para as minas quer para os serviços internos à colônia e, ao mesmo tempo, abalar os mecanismos de reprodução biológica e social das comunidades”.⁴²³

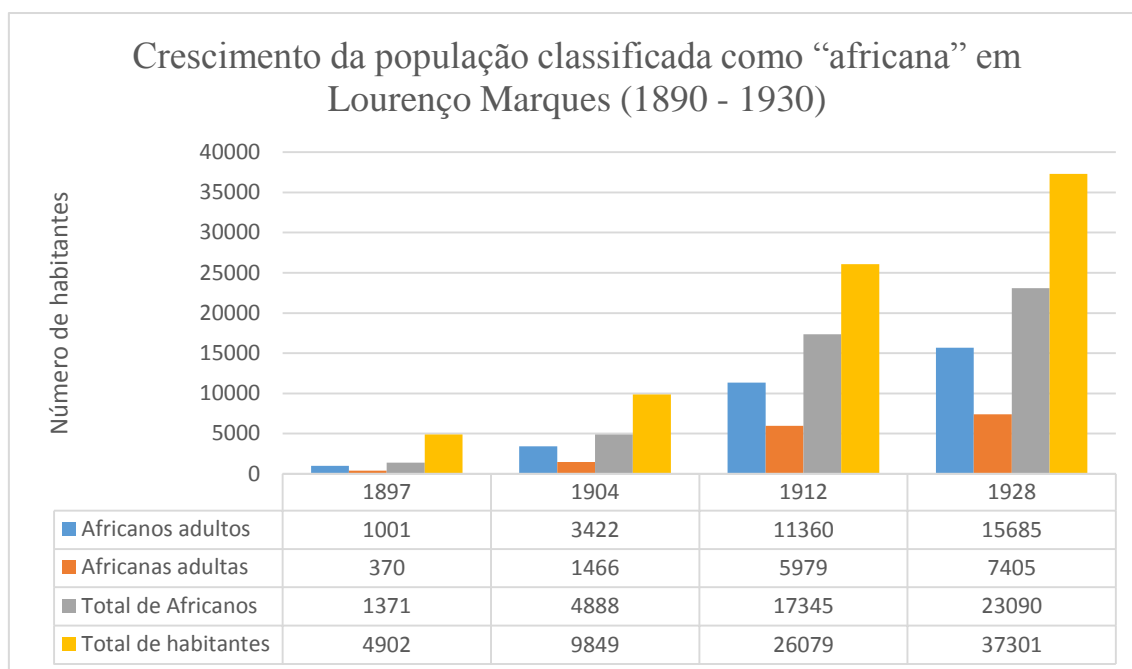
Demonstrando a crescente presença negra/indígena/africana na cidade, os dados estatísticos que possuímos para o período analisado revelam que, pelo menos para a primeira década do século XX, o número de homens e mulheres nativos em Lourenço Marques mantivera-se equiparado. Em 1897, o mapa estatístico da população da cidade de Lourenço Marques dividia seus dados em “maiores, até 7 anos de idade, de 8 a 14 anos e de 15 a 21 anos”. Os números para “africanos, masculino” maiores e entre 15 e 21 anos era de 1001 indivíduos, enquanto que para “africanos, feminino” era de apenas 370.⁴²⁴ Para 1904, o Boletim Oficial informou existirem 9849 habitantes em Lourenço Marques. Desse total, dividia a população em duas categorias, europeus e africanos. A primeira possuiria 4691 pessoas e a segunda 4888.⁴²⁵ Oito anos depois possuímos novos dados estatísticos. Divididos por local de moradia, entre “cidade” e “subúrbios”, temos um total de 11.366 homens e 5.979 mulheres. Em 1928 temos um novo levantamento da população habitante de Lourenço Marques, que constata de um total da “população africana” de 23.090, 15.685 eram homens e 7.405 eram mulheres.⁴²⁶ Sendo assim, ocorreu um crescimento em relação a 1897, quando cerca de 26% da população que poderia ser classificada enquanto africana da cidade era feminina, para 34%, em 1912, mantendo-se estável essa proporção em 1928.

⁴²³ ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p.280. Nessa perspectiva, ver, também: RITA-FERREIRA, António. Op. Cit., pp.129-131.

⁴²⁴ AHU, DGU, 3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas.

⁴²⁵ *Boletim Oficial*, nº 48, 1904, BNP.

⁴²⁶ Números retirados de RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M, 1967/1968, capítulo VI.



É importante ressaltar que as informações estatísticas produzidas pelos agentes coloniais durante esse período são altamente variáveis.⁴²⁷ Algo que interferia demasiadamente na fiabilidade desses números era a própria estrutura de cobrança de impostos criada pelo colonialismo. Como a população classificada como indígena deveria pagar o imposto da palhota, considerando-se cada mulher casada como uma unidade tributável, foram criadas táticas que buscaram enganar os recenseadores para que o imposto a ser pago não fosse demasiado elevado ou mesmo para evadir-se da tributação. A discrepância existente entre o número de palhotas e o número de adultos apresentado pelo Secretário Geral em Lourenço Marques para o Intendente da Emigração, referente as circunscrições do Distrito de Lourenço Marques, revelam como a estrutura produzida para codificar a realidade existente era influenciada pela própria estrutura colonial implementada para explorar aquela realidade. O mapa entregue do “número de palhotas e do número provável de indivíduos adultos da raça indígena, de ambos os sexos” para aquela região era de tal maneira discrepante, que, segundo os dados apresentados, existiriam mais palhotas do que indivíduos residentes naquele distrito. Independente da ineficácia da burocracia colonial em realizar levantamentos estatísticos fidedignos no início do século XX, a discrepância entre esses números provavelmente está relacionada aos receios das populações locais em relação as campanhas de recrutamento para o trabalho forçado. A fuga de suas regiões de

⁴²⁷ Ver: REIS, Carlos Santos. *A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1973.

habitações, abandonando suas palhotas, quando da chegada de algum administrador colonial, pode ter terminado por produzir esse número maior de residências em comparação com ao dos habitantes.

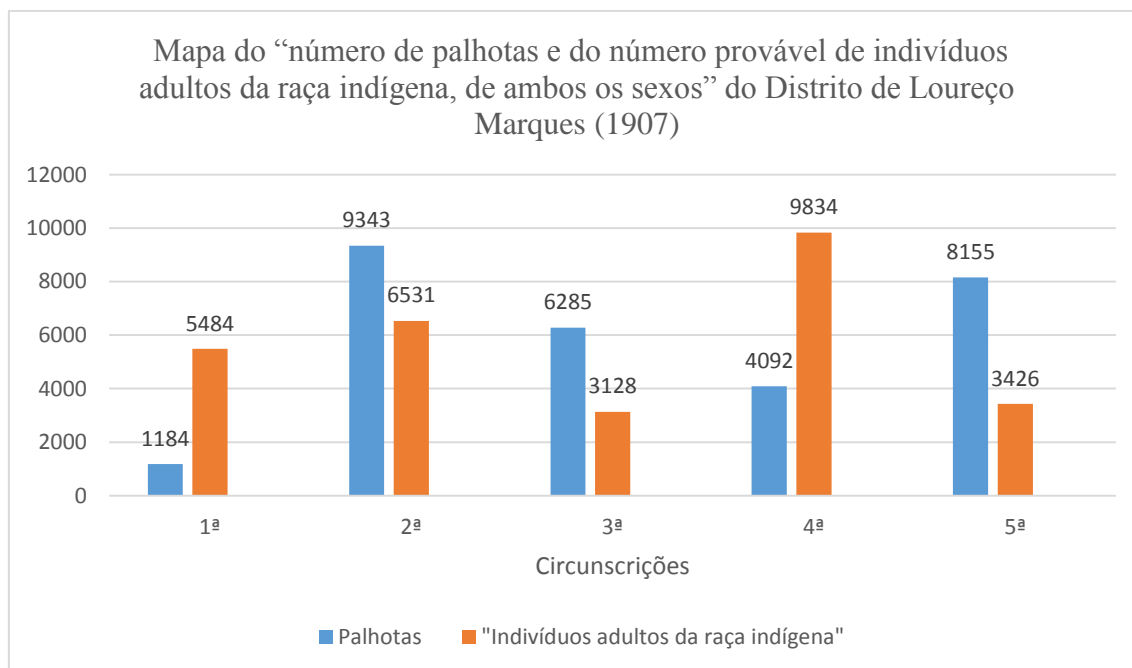


Gráfico baseado em: AHM, DSNI, Caixa 64, Mapas estatísticos dos Distritos de Loureço Marques e Gaza enviados pelo Secretário Geral para o Intendente da Emigração, em 16 de maio de 1907. O total de palhotas contabilizadas foi de 29.062 e o de adultos 28.403.

Esses números demonstram que, de maneira bastante semelhante a outras cidades coloniais africanas que surgiram e/ou cresceram durante esse início do século XX graças as fortes pressões migratórias, a presença de mulheres negras era significativamente inferior à masculina.⁴²⁸ Porém, era uma presença importante nas dinâmicas relações socioculturais que se desenvolviam naquele período. Em seu trabalho sobre as operárias nas indústrias de transformação da castanha do caju em Lourenço Marques, durante o colonialismo tardio (1945-1975), Jeanne Penvenne levanta como pontos fundamentais para o incentivo à migração feminina negra/africana para a cidade fatores de desastres ecológicos causadores da pauperização da vida nas zonas agrícolas, fatores econômicos e outros de ordem pessoal, majoritariamente

⁴²⁸ Para um exemplo semelhante ao de Lourenço Marques, inclusive quando pensamos sobre a própria atividade laboral dessas mulheres e das dificuldades que enfrentaram, ver: WHITE, Luise. “A colonial state and an African petty bourgeoisie: prostitution, property, and class struggle in Nairobi, 1936-1940”. In: COOPER, Frederick (editor). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. California: SAGE Publications, 1983.

relacionados a vivência no âmbito matrimonial.⁴²⁹ Porém, como afirma Valdemir Zamparoni, os números existentes para o colonialismo prematuro (1890-1940) “apontam que eram as mulheres jovens que estavam na cidade e não aquelas que, por um motivo ou outro, tinham vivenciado o esgarçamento de seus laços matrimoniais, como as divorciadas e viúvas”.⁴³⁰

Percebendo essa crescente presença feminina “indígena” em Lourenço Marques, associando-a a prestação de serviços domésticos e, sobretudo, como trabalhadoras nos estabelecimentos comerciais denominados como cantinas, que buscavam atender as demandas e angariar lucros com o recém-formado mercado consumidor de origem africana, a administração colonial buscou regulamentar a presença dessas mulheres dentro desses espaços mercantis. De maneira geral, a interpretação dos regulamentos coloniais sobre as cantinas e, principalmente, sobre as mulheres “indígenas” que trabalhavam nesses locais, recaiu numa leitura das mesmas como prostitutas a serviço dos cantineiros.⁴³¹ Inúmeras foram as portarias que insistiram em coibir o emprego da mão de obra feminina dentro desses estabelecimentos por associá-las a focos de desmoralização do meio citadino. Uma das primeiras medidas desse tipo ocorreu em fevereiro de 1903, quando o Governador Geral solicitou a publicação de portaria que restringisse a existência de “botequins servidos por mulheres” por estes estarem produzindo “escândalo e desordem”.⁴³²

Ao mesmo tempo, os proprietários das cantinas buscaram, de diversas maneiras, burlar os regulamentos de moralização e propagação da sobriedade dentro do mundo urbano laurentino. Por vezes uniram-se, como em 1909, quando tentaram, sem sucesso, restringir “as rusgas aos indígenas vadios” realizadas pela polícia e que tanto prejudicava o seu comércio.⁴³³ Noutros momentos, foi a Secretaria dos Negócios Indígenas que, entre 1915 e 1916, enveredou uma campanha contrária ao emprego de mulheres em cantinas e do seu uso para a prostituição. Segundo o secretário do órgão, “nos arrabaldes da cidade” algumas cantinas estariam empregando “mulheres indígenas na venda de bebidas, gêneros alimentícios e outras mercadorias do uso especial dos

⁴²⁹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Women, migration & the cashew economy in Southern Mozambique: 1945-1975*. Oxford: James Currey, 2015.

⁴³⁰ ZAMPARONI, Valdemir. Op. Cit., 1998, p.282.

⁴³¹ Ver: ZAMPARONI, Valdemir. “Copos e corpos: a disciplinarização do prazer em terras coloniais”. In: *Travessia*. Nº 4/5. 2004, pp.119-137.

⁴³² AHU, DGU, 1ª Repartição, 1ª Seção. 1903 – Correspondência. Em resposta ao telegrama enviado pelo Governador Geral para Lisboa, foi autorizada a publicação da portaria.

⁴³³ *Carta assinada por 51 proprietários de cantinas ao Governador Geral da Província de Moçambique, 29 de novembro de 1909*. In: AHM, GG, Processos – Polícia (1908-1914), caixa nº19.

indígenas”. Os cantineiros estariam aproveitando-se disso para explorar “essas mulheres consentindo que elas se entreguem a prostituição”.⁴³⁴ As averiguações policiais afirmavam que, pelo menos, sessenta e nove cantineiros dos subúrbios de Lourenço Marques teriam “mulheres indígenas nas cantinas” e, como forma para evitar repressões das autoridades coloniais e burlar os regulamentos existentes, afirmavam “viver maritalmente” com elas.⁴³⁵ Após convocarem cantineiros e “indígenas [...] moradoras da Malanga” para deporem, escutarem as testemunhas e recolherem as declarações dos depoentes, o Secretário dos Negócios Indígenas e o Comissário de Polícia Civil não conseguiram comprovar as acusações iniciais. Ambos concluíram que, para resolver aquilo que viam como amoral, seria necessário alterar o regulamento que permitia aos cantineiros manterem “serviçais mulheres indígenas” em suas lojas desde que existisse a corroboração de que essas eram suas amantes.⁴³⁶

Diferentes pesquisas têm enfocando a prostituição enquanto forma de trabalho que envolve monitorização das relações sexuais, como um fenômeno que surgiu no continente africano durante o período colonial e, principalmente, nos centros urbanos que foram fundados e/ou que cresceram durante esse contexto.⁴³⁷ No entanto, as interpretações desenvolvidas pelos contemporâneos a respeito dessas mulheres que conseguiram se manter relativamente independentes graças aos serviços prestados nas cantinas ou em outros espaços, esconderam uma vasta e variada gama de realidades construídas a partir das possibilidades de interações que o mundo urbano permitiu. O ato de prostituir-se em Lourenço Marques efetivamente foi uma das muitas maneiras que as mulheres classificadas como indígenas encontraram para angariar recursos, uma forma de vida relativamente autônoma e, consequentemente, inserirem-se nas transformações modernizantes produzidas pelo colonialismo na região.⁴³⁸ O incomodo causado pela presença feminina negra/africana dentro do espaço da cantina, predominantemente masculino, e que possibilitava a interação entre grupos sociais considerados marcadamente distintos, contrariava cotidianamente o esforço intelectual e administrativo apresentado no início do capítulo. A existência de “serviçais mulheres

⁴³⁴ *Carta do Secretário dos Negócios Indígenas para o Comissário de Polícia Civil, 18 de outubro de 1915.* In: AHM, DSNI, Transgressões – prisões. Caixa nº 7.

⁴³⁵ *Carta do Comissário de Polícia Civil de Lourenço Marques para o Secretário dos Negócios Indígenas, 31 de março de 1916.* In: AHM, DSNI, Transgressões – prisões. Caixa nº 7.

⁴³⁶ *Autos de Declaração prestados ao Secretário dos Negócios Indígenas em 30 de maio e em 01 de junho de 1916.* In: AHM, DSNI, Transgressões – prisões. Caixa nº 7.

⁴³⁷ ADERINTO, Saheed. “Pleasure for sale: prostitution in colonial Africa, 1880s-1960s”. In: JACOB, Frank (ed.) *Prostitution: a companion to mankind*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016.

⁴³⁸ Vide: AHM, DSNI, Diversos, Caixa nº 29.

indígenas” representou um risco à construção do mundo colonial marcado por categorias estanques.

Nesse sentido, no dia a dia da vigilância e do controle colonial sobre o mundo urbano laurentino, as categorias étnicas registradas na elaboração do conhecimento colonial sobre os povos colonizados não parecem ter sido empregadas como desígnios capazes de identificação fidedigna. Seguindo edital promulgado em dezembro de 1902, o livro de registro “das mulheres indígenas serviçais, dos donos de cantinas” contabilizou, entre 1903 e 1905, setenta e três (73) entradas. O jornal *O Progresso*, em março de 1905, dizia que como resultado de uma rusga nas cantinas da Malanga, teriam sido encontradas “23 pretas acusadas de exercerem a prostituição”. Nenhum dos proprietários listados como empregadores dessas mulheres aparecem registrados no livro.⁴³⁹ Ou seja, o número de cantinas existentes na cidade era muito maior do que aquelas que foram registradas. Apesar dessa quantificação duvidosa, fica evidente que a presença feminina negra/indígena nesse tipo de comércio parece ter sido algo bastante comum. Em 1907, os relatórios de Freire D’Andrade apontavam para a existência de 669 estabelecimentos comerciais licenciados para a venda de “vinhos e outras bebidas” em Lourenço Marques. Sua descrição desses estabelecimentos era bastante depreciativa. Segundo o autor, muitas das cantinas seriam estabelecimentos precários, “onde o cantineiro se instala com dois ou três barris de vinho, e, sentado a fumar, com a preta ao lado, procura atrair e explorar por todos os modos o negro”.⁴⁴⁰

Com relação aos registros realizados no livro, não foi possível saber ao certo quem se dirigiu para o órgão administrativo colonial responsável e forneceu as informações que foram registradas. Ao longo do documento, a mudança na caligrafia e pequenas alterações no formato da anotação dos dados, indicam que certamente não foi sempre o mesmo funcionário que transcreveu as informações consideradas essenciais. Características físicas capazes de tornar as registradas identificáveis foram descritas, como a altura, o formato do rosto, da boca e do nariz, o tipo de cabelo e a cor dos olhos. A cor da pele aparece como outra característica importante de ser referida. Os desígnios usados para defini-la foram “preta”, “parda” ou “bronzeada”. Em nenhuma das entradas existiu a preocupação em anotar uma suposta “raça”, “sub-raça”, “tribo” ou “etnia” a qual essas mulheres poderiam pertencer. O mais próximo que chegamos de algum

⁴³⁹ *O Progresso*, 21 de março de 1905. BNP.

⁴⁴⁰ D’ANDRADE, A. Freire. *Relatórios sobre Moçambique por Freire D’Andrade*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907, p.6.

indicativo provável disso são as referências bastante genéricas de “sinais” físicos característicos, como orelhas furadas ou tatuagens. Também pareceu relevante para a administração colonial saber o local de nascença e a qual régulo as respectivas registradas estavam ligadas. As descrições físicas dão a entender que essas mulheres estiveram presentes no momento do preenchimento do livro. Para além disso, é possível conjecturar que em determinados momentos as próprias registradas forneceram algumas das informações anotadas, pois é registrado que uma delas ignorava “o régulo a que pertence”.⁴⁴¹

Das setenta e três (73) registradas, setenta e duas (72) afirmaram serem solteiras e uma (1) viúva. Todas foram categorizadas exercendo a profissão de serviçais. Suas prováveis idades variaram entre quatorze (14) e trinta e cinco (35) anos, sendo a média da idade de vinte e quatro (24) anos. Dos sinais que apresentavam em seus corpos, aquelas que possuíam algum indicativo de pertença sociocultural foram vinte e cinco (25). Dessas, vinte e quatro (24) tinham tatuagens em diferentes partes do corpo. Do total das mulheres tatuadas, três (3) também possuíam as orelhas furadas. Uma (1) outra tinha furo nas orelhas, mas não tatuagens. Para além desses símbolos que ostentavam, 63% das “mulheres indígenas serviçais” apontadas mostravam em seus corpos marcas das duras vidas que levavam. Uma (1) delas era cega do olho esquerdo, três (3) possuíam “o rosto com cicatriz de varíola” e quarenta e três (43) traziam cicatrizes na testa, no rosto, no pescoço, nos braços e nas mãos. Esse era o caso de Maria e Maria Lougame. Mãe e filha trabalhavam na cantina de José Antunes, localizada na Avenida Central. A primeira, com 30 anos, tinha “cicatrizes em ambos os braços”, a segunda, com 14 anos, apresentava “uma cicatriz no braço direito e outra na testa”. O caso mais dramático era o da serviçal na cantina de João Freire de Oliveira, na Avenida D. Carlos. Fátima, com 25 anos e natural de Inhambane, foi descrita com “três cicatrizes por queimadura e falta de uns dentes na arcada dentária superior”. Resultantes, talvez, de maus tratos infligidos por seu patrão, Fátima havia fugido de seu serviço, retornando após seis meses de ausência.⁴⁴²

Portanto, encontramos nessa documentação registro de mulheres na casa dos seus vinte e quatro anos, aparentemente sem laços matrimoniais fixos e/ou restritivos, algumas ostentando marcas de pertença sociocultural, e majoritariamente, tendo seus

⁴⁴¹ AHM, Administração do Conselho de Lourenço Marques (doravante ACLM), Livros de Registro, Caixa nº 3245.

⁴⁴² Idem.

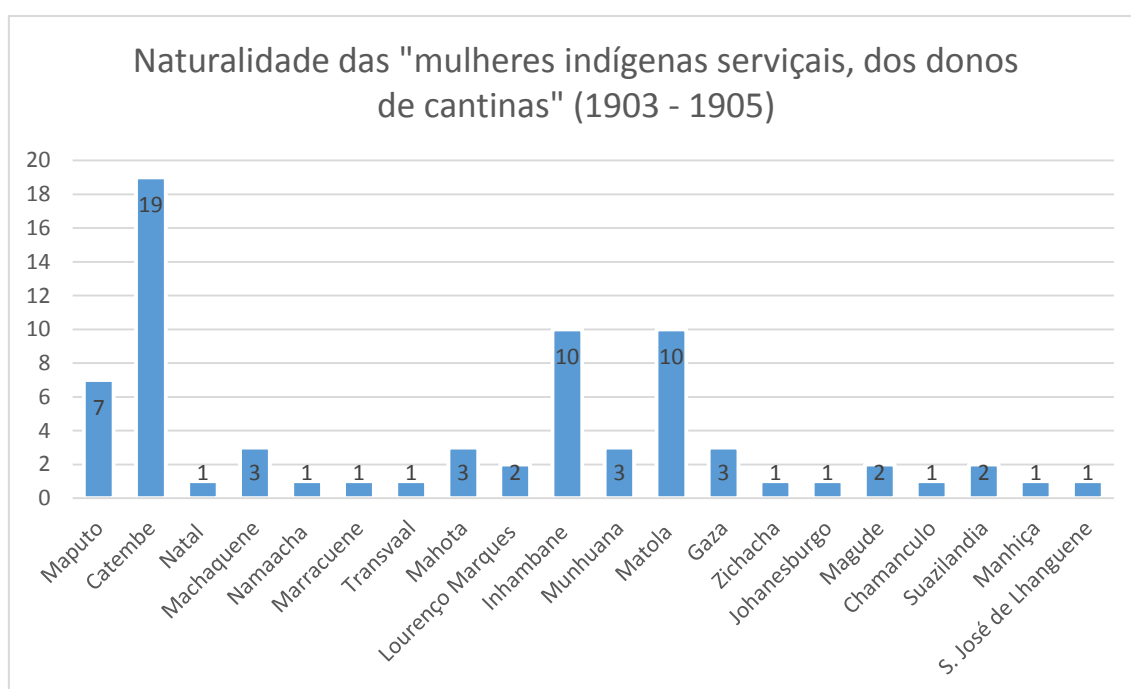
corpos marcados pelas duras condições de vida. Mas, na sua maioria, estiveram dispostas a deslocarem-se de suas regiões de naturalidade para Lourenço Marques, reforçando a ideia da existência de uma rede de circulação de mulheres “indígenas” em direção a cidade, desde o início do século XX, de toda região sul de Moçambique e de alguns países vizinhos.



“Um grupo de mulheres cafres de Delagoa Bay” In: J. & M. Lazarus. *A Souvenir of Lourenço Marques. An album of views of the town*. Lourenço Marques: Tabler & Co., 1901, p.43. No original: “A group of Delagoa Bay Kafir Women”. Nessa imagem, possivelmente tirada nos subúrbios da cidade, é plausível supor que estamos diante de mulheres muito semelhantes àquelas registradas como serviçais em cantinas entre 1903 e 1905. Muitas delas estão vestidas com o “quimáu”, apresentado no capítulo anterior, e com capulanas enroladas ao redor do corpo. Outras usam indumentárias, como um lenço na cabeça, colares e brincos. Ainda estão sentadas, no canto inferior esquerdo, duas meninas com vestidos e lenços cobrindo as cabeças, o que pode significar que frequentavam alguma escola missionária. Perto delas, mais a esquerda, está um homem negro com a coroa de cera descrita por Henri Junod como um costume em vias de extinção, tendo, ao seu lado, outro usando um chapéu coco. Além desses dois, estão posicionados em pé, no meio das mulheres, dois homens brancos.

Do número total, apenas dezessete (17) não informaram seus possíveis régulos. Dessas dezessete, encontramos as únicas duas (2) que afirmaram serem naturais de Lourenço Marques. As outras que não vinculam sua naturalidade com o pertencimento a

um regulado aparecem sendo originárias de regiões relativamente urbanizadas ou com alguma presença branca/europeia, como Gaza, Inhambane ou Johannesburg. Também são esses os casos daquelas originárias de bairros dos subúrbios de Lourenço Marques, como Chamanculo e Munhuana. É plausível supor que nessas regiões fosse possível desvincular-se mais facilmente dos laços que a ligassem a um regulado e, conseqüentemente, a uma determinada forma de vida. Porém, não é presumível afirmar isso categoricamente. Afinal, o próprio registro pode ter sido comprometido, já que não fica explícito se foram os padrões ou as próprias “mulheres serviçais indígenas” que passaram essas informações.



O que chama a atenção é o grande número de mulheres advindas de regiões específicas. Inhambane, Matola e, sobretudo, Catembe correspondem a 53% dos locais de origem que foram registrados. Ou seja, mais da metade das “mulheres serviçais indígenas” das cantinas registradas que estavam localizadas em Lourenço Marques vinham dessas três regiões. Inhambane, situada cerca de 500 quilômetros ao norte de Lourenço Marques, era uma província e uma vila/cidade com presença contínua portuguesa desde o século XVIII. Essa longevidade de sua existência enquanto cidade pode ser um fator explicativo para a existência das dez (10) originárias de Inhambane, sendo seis (6) da própria cidade e as outras quatro (4) de regulados distintos. Para regiões como a Matola e a Catembe, que circundavam Lourenço Marques e eram

influenciadas diretamente pelas grandes transformações ocorridas naquele início de século, manter laços com suas provenientes regiões rurais que facilitassem suas vindas e vidas na cidade parece ter sido a tônica. Das dez (10) mulheres da Matola, três (3) eram de distintos régulos, quatro (4) disseram pertencer ao régulo Anhana e outras três (3) do régulo Achama. Para aquelas vindas da Catembe, essa confluência entre regulado de origem e o exercício da profissão de serviçais em cantinas é mais significativa. Do total de dezenove (19) contabilizadas, duas (2) são colocadas apenas como naturais da Catembe, uma (1) do régulo Machacarete, duas (2) do régulo Guide e quatorze (14) do régulo Mavaia. Essas redes certamente foram acionadas como um mecanismo catalizador da escolha por Lourenço Marques como destino migratório. Ao mesmo tempo, fosse para arranjar algum emprego que tornasse possível a vida na cidade ou para apoiarem-se em momentos de dificuldade, as redes facilitaram a inserção dessas mulheres no arriscado mundo urbano laurentino.

Como aponta Kathleen Sheldon, as experiências de vivência das mulheres africanas no espaço urbano colonial moçambicano estiveram diretamente relacionadas as oportunidades de trabalho assalariado e as transformações que o meio urbano propiciava às formas de constituição da família.⁴⁴³ As mulheres classificadas como indígenas exerceram diversas atividades em Lourenço Marques, não sendo apenas prostitutas ou serviçais.⁴⁴⁴ Um exemplo disso são as vendedoras de carvão, as vendedoras de lenha ou as “vendedeiras de anás e mangas” que ocupavam tendas no mercado municipal ou transitavam pelas ruas de Lourenço Marques vendendo seus produtos.⁴⁴⁵ Um tipo de exercício profissional específico não necessariamente inibiu outras formas de tentar maximizar as potencialidades financeiras que o espaço urbano permitia. Uma “indígena serviçal”, que havia sido “contratada em Inhambane” como lavadeira, por exemplo, as “altas horas” da noite de 17 de outubro de 1915 foi presa por sair da casa dos patrões para “entregar-se a prostituição”.⁴⁴⁶

Prostituir-se talvez tenha sido a única forma que a mesma encontrou para receber algum vencimento. Prática recorrente na contratação de serviçais domésticas,

⁴⁴³ SHELDON, Kathleen. “Markets and Gardens: placing women in the history of urban Mozambique”. In: *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 37, Nº 2/3 (2003), pp. 358-395.

⁴⁴⁴ Para uma complexificação das relações entre colonialismo e trabalho doméstico em Moçambique, ver: ZAMPARONI, Valdemir. “Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940”. In: *Afro-Ásia*, 23 (1999), pp.147-174.

⁴⁴⁵ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X, raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana*, Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p.7 e p.11.

⁴⁴⁶ AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, caixa nº 1603. Ver, também: AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 29.

principalmente aquelas que se encontravam em situações precárias de redes de proteção, o não pagamento de salários pelos patrões ocasionou situações como a apresentada pela “indígena Tamuéla”, em julho de 1916. Recorrendo a Secretaria dos Negócios Indígenas para poder abandonar o emprego na casa de um funcionário dos Correios e retornar aos cuidados da “indígena Rosaria”, quem a trouxe para Lourenço Marques, Tamuéla contou ter vindo “ainda criança” da Ilha de Moçambique para a capital. Tendo trabalhado por quinze anos naquela casa, sem nunca ter sido paga, exigia as “mensalidades em dívida pelos serviços” e a “sua liberdade”.⁴⁴⁷



Na legenda das fotografias: “‘Makalala!’ As pretas que vendem carvão”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). Op. Cit., 1929, p.7.

⁴⁴⁷ AHM, DSNI, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa nº 148. Encontrei caso semelhante em 1916-1917, quando o alferes da Secretaria dos Negócios Indígenas foi acusado de utilizar nos serviços domésticos em regime semelhante a escravidão a “menor Suzana, indígena de Quelimane”. In: AHM, DSNI, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa nº 149. Freire de Andrade afirmava que era recorrente “o fornecimento *gratuito* de criados a determinados funcionários públicos, dando resultados bastante lastimáveis”. Freire de Andrade D’ANDRADE, A. Freire. Op. Cit., p.11.



Na legenda das fotografias: “Vendedeiras de Ananazes e mangas”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). Op. Cit., 1929, p.11.



Na legenda das fotografias: “Tipos de serviçais ‘Landins’. Ao centro: Vendedeiras de Lenha”. In: RUFINO, José dos Santos (editor). Op. Cit., 1929, p.9.

Os percalços que uma cidade como Lourenço Marques poderia apresentar não parece ter diminuído o interesse e o ímpeto de algumas mulheres de buscarem alguma autonomia para si exatamente por enxergarem ali uma possibilidade de construir melhores condições de vida. Apesar de termos acesso a suas histórias, sobretudo, em momentos de conflito ou de desestruturação das vidas que vinham construindo até aquele momento, essas mulheres, em certa medida, conseguiram arrecadar bens e prosperar. A “indígena Inhkuge” apresentou-se na Secretaria dos Negócios Indígenas, em 1918, para prestar queixa contra o “auxiliar Antonio [...], com quem vivia”. Reclamava que o mesmo “a abandonou”, levando vários objetos que lhe pertenciam, como “uma cama, uma mesa, um banco, dois baldes, um ralador, cinco panelas, um cinto de missangas, um ferro de engomar, um pilão, cinco pratos, dois copos, uma chaleira, duas canecas, dois barris, uma lata, um galo e uma galinha”.⁴⁴⁸ Caso semelhante ocorreu em novembro de 1917. Joana, residente na estrada de Marracuene, subúrbios de Lourenço Marques, queixou-se do “indígena de nome Cantine”, empregado como condutor de riquichós. Joana havia abandonado Cantine por conta dos “maus tratos que este lhe afligia”. Agora acusava seu ex-amante de estar se negando a devolver “uma quantidade de roupa de uso de sua filha Indavaze”, “29 chapas de zinco” – fundamentais para a construção de residências nos subúrbios – e “alguma louça”. Seu objetivo com isso seria o de tentar reatar o relacionamento. Porém, Joana afirmava que seu desejo era apenas o de reaver seus objetos.⁴⁴⁹

As experiências dentro do cenário urbano parecem ter dado a essas mulheres uma certa liberdade para atuarem, demonstrando uma agenciabilidade ativa na construção de seus novos papéis dentro dessa sociedade que se modificava rapidamente. Mulheres como as que foram registradas como “serviçais indígenas em cantinas” ou que prestaram suas queixas na Secretaria dos Negócios Indígenas, se expuseram aos grandes riscos de saírem do seu local de origem, ocuparam posições visíveis no mercado de trabalho informal e formal assalariado urbano e estabeleceram relações com pessoas muito diferentes daquelas como si. Esse parece ter sido o caso da “indígena Victoria Antónia Rodrigues moradora na Estrada Anguane”, subúrbios de Lourenço Marques.

⁴⁴⁸ AHM, DSNI, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa nº 149.

⁴⁴⁹ Idem.

Originária da Zambézia, no dia 17 de setembro de 1915 dirigiu-se para a delegacia de polícia civil localizada na Avenida Central. Seu objetivo era o de denunciar uma agressão que teria sofrido de “Fausto Pereira, empregado nos Caminhos de Ferro desta Cidade e morador próximo a igreja da Munhuana”, após repreendê-lo contra os galanteios que o mesmo dirigia para sua filha. Victoria Rodrigues ainda acrescentou à acusação uma dívida de dois meses adquirida por conta dos trabalhos que havia prestado como cozinheira do acusado, não tendo recebido a remuneração acordada. Como testemunhas apresentou “o indígena Filomeno, morador na estrada da Mafalala próximo a cantina do Manoel”.⁴⁵⁰

A acusação realizada por Victoria Rodrigues no corpo de polícia civil foi remetida para a Secretaria dos Negócios Indígenas e precisou esperar por mais de um mês para que alguma solução fosse tomada. Durante o processo de resolução do caso, o acusado Fausto Pereira compareceu ao órgão administrativo colonial para responder às incriminações que sofreu. Afirmou não possuir nenhuma dívida relacionada à prestação de serviços com sua denunciadora. Com relação ao ferimento de Victoria, confirma que havia sido infligido por ele, exatamente no dia 17, mas não por tê-la socado após a mesma reprimir seus galanteios a sua filha. Toda essa cena de conflito doméstico ocorreu na casa de Fausto Pereira, na Munhuana, que cedeu o espaço para a realização, “por iniciativa da queixosa”, de “um batuque cafreal festejando o batizado de uma criança indígena” de quem Fausto era padrinho. Aquele era um “dia de festa”, mas que rapidamente enveredou-se para outro rumo, pois, segundo o réu, Victória tinha o “vício inveterado da bebida”, não tardando a se “embebedar e promover conflitos”. Suas zaragatas estavam “a criar a desordem entre aquele que tocava e dançava o batuque”, pois “estava a espancar uma mulher, que diz-se ser sua filha”. A iniciativa do réu foi de encerrar aquela cena expulsando Victória de sua casa “aos empurrões”. Para corroborar sua versão, apresentou dois de seus serviçais domésticos indígenas e mais “toda a gente que se divertia com o batuque e dos quais infelizmente, ignoro o nome”.⁴⁵¹

No final, o Secretário dos Negócios Indígenas não conseguiu decidir quem estava com a razão no caso, pois as “testemunhas apresentadas”, por ambas as partes, “não puderam fazer fé por serem interessadas” por parte da queixosa como parentes “e

⁴⁵⁰ AHM, DSNI, Diversos, caixa 103. Carta do Comissário de Polícia de Lourenço Marques para Secretário dos Negócios Indígenas, 21 de setembro de 1915.

⁴⁵¹ AHM, DSNI, Diversos, caixa 103. Declaração de Fausto Pereira, 3º Oficial dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM), direcionada ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios Indígenas, para esclarecimento do conteúdo das queixas de Victoria Antónia Rodrigues, 26 de outubro de 1915.

do arguido por mostrarem parcialidade natural de quem está nas condições, mais ou menos, dependentes dos patrões”. Sua decisão, por causa da declaração de uma das testemunhas que alegava ter Victória Rodrigues “feito comida em casa” de Fausto Pereira, foi a de obrigar o pagamento da quantia de uma semana de trabalho para a queixosa.⁴⁵²

Infelizmente, não temos muitas informações a respeito dos batuques em si, como quais instrumentos foram usados, quantos participavam e quem eram aqueles intérpretes musicais que celebravam um batizado num quintal da Munhuana, numa mistura entre práticas culturais locais, diversão regada ao álcool e catolicismo. Talvez nem tenha sido propriamente um “batizado” como nos passa a fonte. Aquilo chamado como tal pode ter sido uma tradução daquele que registrou o caso quando de sua denúncia na polícia. O “batizado” poderia ser alguma outra prática cultural local de apresentação do recém-nascido para a sociedade na qual o mesmo pertencia. Conjecturas a parte, o ambiente circunvizinho do batuque ocorrido na residência de Fausto Pereira corrobora aspectos apresentados no primeiro capítulo, qual seja, a confluência entre local de moradia da população chamada indígena no espaço urbano de Lourenço Marques no início do século XX, fosse na Estrada de Anguane ou na Munhuana, e aqueles onde se realizavam os batuques na cidade.

Outro ponto relevante a se ressaltar é que, mesmo mantendo um aspecto importante de diversão que poderia varar noite adentro, o batuque, nesse caso, vai além de sua característica performática de entretenimento, servindo como ambiente propício para festejar a iniciação de um novo indivíduo numa religião ou de celebração do seu nascimento e, sobretudo, como afirmação de laços entre indivíduos com percursos distintos que se viam, durante o processo de expansão e diversificação da população citadina, desenvolver novas formas de relacionamento. Afinal, Victória Rodrigues foi classificada na fonte como indígena, mais especificamente, como natural da Zambézia, região central de Moçambique, não nos sendo informado quando de sua migração para Lourenço Marques.⁴⁵³ Quanto à naturalidade de Fausto Pereira, ela não nos é informada.

⁴⁵² AHM, DSNI, Diversos, caixa 103. Resolução da queixa contra Fausto da Sousa Pereira, feita pelo Secretário dos Negócios Indígenas, 26 de outubro de 1915.

⁴⁵³ AHM, DSNI, Diversos, caixa 103. Petição de Victória Antónia Rodrigues Gil dirigida ao Secretário dos Negócios Indígenas, 23 de outubro de 1915. Apesar de suas conclusões tenderem para uma naturalização das relações socioculturais e que, marcadamente, excluem relações de conflito, a obra de Capela sobre a Zambézia e a sua importância enquanto local de formação de uma cultura híbrida entre práticas africanas e portuguesas, o que pode justificar a própria existência de um batuque durante um batizado, continua sendo a de maior importância. Ver: CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: Edição Humus / Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.

No entanto, a documentação nos deixa algumas pistas. Primeiramente, a própria ausência de classificação parece significativa, na medida em que aqueles que trataram com Fausto na Secretaria dos Negócios Indígenas puderam entendê-lo como alguém igual a eles e, portanto, não viram a necessidade de rotulá-lo. Segundo, o mesmo sabia ler e escrever, o que o afasta de maneira significativa da condição de classificação como indígena. Segundo o Censo de 1912, a população total dos subúrbios de Lourenço Marques era de 12.726 indivíduos, sendo que apenas 1.012 eram alfabetizados. Desse montante, os de “raça parda” e “pretos” totalizavam 12.421 pessoas, sendo que dentro dessas categorias apenas 804 sabiam “ler e escrever”.⁴⁵⁴ Terceiro, apesar de trabalhar nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, um dos principais empregadores da camada populacional indígena na cidade, Fausto possuía um cargo específico, relativamente elevado, de “3º oficial”. Ou seja, Fausto Pereira até poderia ser um sujeito capaz de caber no rótulo colonial de assimilado, caso fosse negro, o que não me parece ser o caso, sendo o mais provável de que fosse um homem branco.

Nesse sentido, existiriam sujeitos sociais bastante diferentes participando dos batuques realizados dentro de Lourenço Marques, fossem como público ou como atuantes na facilitação da organização desses eventos. Num quintal, encontramos uma miríade de personagens, como Victoria Rodrigues, imigrante, natural da Zambézia, antiga cozinheira de Fausto Pereira; sua filha, do qual nada sabemos, assim como nada sabemos a respeito dos pais da criança que havia sido batizada; a “indígena Rosa e o [...] moleque Domingos” empregados domésticos de Fausto Pereira apresentados pelo mesmo como testemunhas no momento de sua defesa; e o próprio acusado da agressão e do calote, funcionário dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, proprietário e, provavelmente, branco. Além desses personagens centrais, estaria “tanta gente” naquele quintal, que era impossível informar o nome de todos que se encontravam durante a celebração. Cerca de dez anos antes, o enxame de pessoas que se encontravam nas cantinas localizadas em Maxaquene e arredores, por conta de batuques que vinham sendo realizados ali, reforçam uma popularidade dessas festas entre “pretas, pretos e

⁴⁵⁴ AZEVEDO, Guilherme de. “Relatório sobre os trabalhos do recenseamento da população de Lourenço Marques e Subúrbios, referido ao dia 01 de dezembro de 1912”. In: *Boletim Oficial*, suplemento. pp. 177-193. Segundo Zamparoni, que produziu um levantamento detalhado das instituições de ensino existentes em Lourenço Marques e seus arredores, assim como a respeito das legislações que regularam o ensino em Moçambique durante as quatro primeiras décadas do século XX, apesar da existência, em 1907, de um número elevado de alunos negros, “o ensino ministrado era extremamente incipiente” e o “domínio do saber letrado [...] era inversamente proporcional à cor da pele e à importância numérica do segmento racial na sociedade”. In: ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* 1998, p. 423 e 461, respectivamente.

soldados”.⁴⁵⁵ Grupos de indivíduos aparentemente rivais, com formas de interação muito diversas com a cidade e, conseqüentemente, com o poderio colonial, alguns intimamente vinculados ao seu sucesso naquele início do século XX, o incomodo não estava apenas nos sons, mas também no intercambio de diferentes sujeitos sociais que ocorria nos batuques realizados em Lourenço Marques. Aquele ambiente de cantoria e dança era entendido como propício para o estabelecimento e o reforçar de laços de solidariedade importantes num ambiente urbano hostil, onde a população branca/europeia, apesar de poder ser facilmente esmagada por uma maioria negra/indígena, teimou em excluí-las.

⁴⁵⁵ *O Distrito*, 29 de dezembro de 1904. BNP

Capítulo 4

Entre o subsídio e a subversão: projetos coloniais e negociações ao redor dos “batuques” e das “danças nativas”

4.1. Apropriações, negociações e resistências

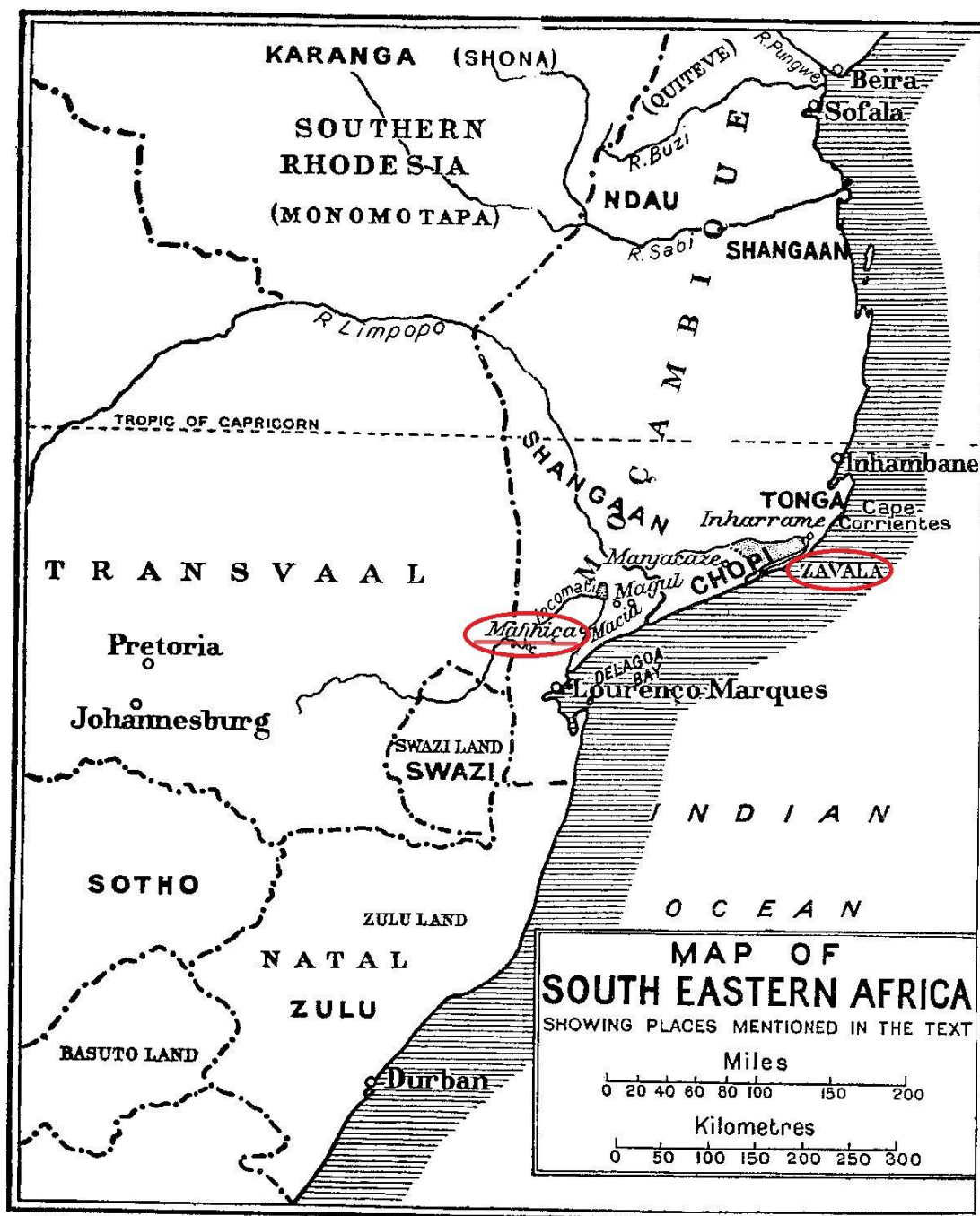
No dia 15 de junho de 1901, o jornal *O Português* divulgou com pompa a ocorrência da “festa da abertura de uma igreja na Manhica”.⁴⁵⁶ No dia seguinte ao anúncio, essa região localizada ao norte da cidade de Lourenço Marques, recebeu a presença de representantes da imprensa local e de ilustres figuras da administração colonial. Evidenciando o grande potencial econômico da região, principalmente através da capacidade de exploração da mão de obra local nos trabalhos agrícolas, buscaram demonstrar algumas qualidades do caráter evangelizador e missionário civilizacional da empreitada colonial. A exposição em um barracão de uma série de maquinários para o trabalho agrícola e de sacas de produtos agrícolas estariam equiparadas com as “do reino”. Em outro momento, um dos correspondentes da imprensa descreveu como um “espetáculo curioso” a presença de “5.000 negros” obedecendo de maneira bastante ordeira a entrega das sacas de arroz que plantaram e colheram nas propriedades da igreja, com o objetivo de angariar fundos em um leilão beneficente.⁴⁵⁷

Após os demonstrativos potenciais da capacidade de produção da terra e de exploração da mão de obra local, os convidados foram levados para assistirem a um “grande batuque”. Organizado para entreter o público presente, primeiramente dançaram cerca de 30 “mulheres da Manhica”, que acompanharam o “compasso de um enorme bombo” que reverberavam “seus sons fortíssimos” pelo ar. Em seguida, foi a vez das “danças dos *m'chopes*”. A apresentação foi dividida em diferentes movimentos. Conjuntamente com a música provinda de “enormes marimbas e ao compasso marcado pelo conjunto dos sons destas e dos bombos”, duas fileiras de dançarinos realizaram “uns movimentos cadenciados e com muita precisão”. Depois, dois outros grupos “executaram [...] diferentes números de dança”. Seus passos acompanhavam a música, auxiliando-a com “violentas pancadas dadas com a perna direita a cujos tornozelos traziam presos grandes números de *bogathos*”. Apesar de empregar adjetivos

⁴⁵⁶ *O Português*, 15 de junho de 1901. Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP). Correspondentes do jornal *O Futuro* também participaram do evento. Infelizmente os exemplares desse jornal não se encontram mais na BNP, nem no Arquivo Histórico de Moçambique (doravante AHM).

⁴⁵⁷ *O Português*, 26 de junho de 1901. BNP.

valorativos da capacidade dos músicos e dançarinos, demonstrando a grandiosidade daquilo que foi mostrado, o autor dos relatos buscou explicar que aquelas práticas não eram, necessariamente, novidades para si ou para seus leitores. Afinal, mesmo ficando impressionado, o “espetáculo curiosíssimo [...] [era] para nós já conhecido”.⁴⁵⁸



Mapa publicado em TRACEY, Hugh. *Chopi musicians. Their music, poetry, and instruments*. London: Oxford University Press, 1970. Envolto, em vermelho, as referências a Manhiça e a Zavala. Manhiça, nas proximidades de Lourenço Marques, era uma região importante por estar localizada na fronteira entre grupos denominados como shangana e chopi.

⁴⁵⁸ Idem.

A proximidade de Manhiça com Lourenço Marques e sua localização ao sul do rio Save produziu novas experiências e, conseqüentemente, transformações em práticas das populações nativas. As pressões desenvolvidas pela empreitada colonial portuguesa tentaram empurrar esses grupos para inserirem-se em lógicas da venda de sua força de trabalho dentro de mecanismos criados pelo próprio colonialismo. Como consequência, ocasionaram, principalmente, fortes pressões migratórias para o meio urbano laurentino e para as minas da África do Sul. A ênfase dos relatos publicados sobre aquela celebração recaiu, exatamente, na capacidade portuguesa em promover o controle e o ordenamento das populações nativas superficialmente delineadas na descrição do “grande batuque”. Dentro dessas celebrações inaugurais que mimetizavam processos desenvolvidos pela colonização portuguesa no sul de Moçambique, é possível evidenciar uma importante perspectiva de análise a respeito das lógicas do Império português na sua dinâmica com as práticas socioculturais das populações nativas africanas. Diferentes pesquisas vêm buscando compreender o que ficou convencionalizado como um paradoxo do processo de civilizar e evangelizar desempenhado enquanto missão pelos projetos colonialistas europeus. Como explica Patrícia de Matos, por um lado, “defendia-se a necessidade de proteger os ‘usos e costumes’ dos nativos; por outro, defendia-se a necessidade de conduzir os nativos a um processo assimilatório (onde naturalmente parte desses ‘usos’ se esvaneceria)”.⁴⁵⁹

Numa perspectiva das visões predominantes em círculos metropolitanos portugueses a respeito das relações que deveriam ser estabelecidas com as populações nativas colonizadas, o fabrico desses nativos dentro de uma ordem social e cultural que deveria ser paradoxalmente preservada e combatida enquadrava-se no processo de tipificação das populações do sul de Moçambique. Como resultado desse método, o aprisionamento daquele tipificado numa forma de ser conseqüentemente o limitou a um destino. No entanto, a própria perspectiva de um suposto paradoxo colonialista foi sendo construído, vivenciado e usado de diversas maneiras e em variados níveis, na medida em que as múltiplas categorias de interação empregadas naquele contexto

⁴⁵⁹ MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p.253. Dentro dessa perspectiva, ver: CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009; MACAGNO, Lourenzo. “O discurso colonial e a fabricação dos ‘usos e costumes’”. Antonio Enes e a geração de 95”. In: FRY, Peter (Org.) *Moçambique, ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001; COOPER, Frederick. *Colonialismo in question: theory, knowledge, history*. Berkeley and Los Angeles: University of California, 2005; COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p.21-73, jul. 2008.

encontraram-se obrigadas a interagir dentro das instituições reguladoras da vida social implementadas pela expansão colonial. Subvertendo o olhar desses processos, percebendo diferentes clivagens dentro desse contexto, enxergando-o como um local de disputas e potencialmente conflitivo, buscando aproximá-lo das realidades existentes no campo do território cotidiano dos tratos coloniais com as populações nativas que se encontravam em Lourenço Marques, sobretudo daqueles ditos como indígenas, poderemos elaborar uma análise que vai além da constatação desse paradoxo.

Nesse sentido, identifiquei, no primeiro capítulo, como os membros do Grêmio Africano de Lourenço Marques, durante as três primeiras décadas do século XX e atuando através da imprensa que controlavam, posicionaram-se contrariamente à realização de “batuques” no espaço urbano laurentino e/ou a sua incorporação ritualística em celebrações da presença portuguesa no território moçambicano. Predominantemente, a atuação desses homens foi contrária a própria noção de proteção do que imaginavam ser os “usos e costumes”, na medida em que defenderam um expurgo dos mesmos em prol de uma suposta assimilação completa e igualitária ao mundo civilizacional europeu de todos aqueles que se encontravam no guarda-chuva da categoria de colonizado.

Porém, ainda não aprofundei de que maneira aquelas práticas designadas genericamente como batuques e os seus próprios praticantes, majoritariamente classificados enquanto indígenas, estabeleceram interações com as instituições administrativas coloniais. As influências dessas interseções, quase sempre produzidas quando da necessidade da resolução de conflitos e marcadas por uma estrutura desigual hierarquizada racialmente, resultaram em experiências que constantemente se encontravam entre a ordem cultural constituída e aquelas que foram vivenciadas.⁴⁶⁰ Reproduzindo seus significados, ao mesmo tempo em que os transformava, essas interações entre populações ditas indígenas e os brancos/europeus, especialmente num cenário como as ruas e terrenos de Lourenço Marques e no interior das instituições coloniais, estabeleceram-se como relações conflitivas, mas, por vezes, também de cooperação, onde as ações produziram variadas formas de desajustamentos desencadeados com as transformações engendradas pela expansão colonial portuguesa.

Esse fenômeno recorrente na África durante o período colonial foi estudado, a partir de diferentes perspectivas, por uma vasta bibliografia. Desde os estudos clássicos

⁴⁶⁰ Sigo aqui algumas das observações existentes em SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

da escola de Manchester, sobretudo os desenvolvidos por Max Gluckman na Zululândia moderna,⁴⁶¹ passando pelas análises a respeito da importância da dança e da música como mecanismo de comunicação em diferentes processos sociais,⁴⁶² e as vicissitudes dos estudos que adotaram a noção de cultura popular para pensar o continente,⁴⁶³ enfrentaram as tentações de estudar as reformulações socioculturais que emergiram com o período colonial através de um aspecto que as pensasse para além das delimitações dos binômios da tradição e da modernidade.

Seguindo essas perspectivas, o presente capítulo buscará analisar como aqueles tipificados enquanto indígenas lidaram com as instituições coloniais que insistiram em tentar controlar suas vidas sociais. Muitas vezes usando das contradições que emergiram com os paradoxos colonialistas, lidando com os processos de tipificação de suas realidades socioculturais, essas populações buscaram moldar, melhor dizendo, compelir essas instituições e seus agentes em proveito próprio. Nesse mundo da virada do século XIX para o XX, marcado por forças desniveladas, onde os mecanismos opressores coloniais ainda se encontravam em processo de formatação e consolidação, os ditos indígenas que transitaram, viveram e trabalharam em Lourenço Marques tentaram, ainda que muitas vezes sem sucesso, angariar para si o usufruto de formas de defesa dos seus novos modos de vida.

Ao mesmo tempo, o capítulo pretende investigar como os reveses das relações cotidianas entre as populações nativas e os agentes da administração colonial, demonstram as variadas formas que esses agentes lidaram com as regras normativas pré-existentes das populações nativas. Os ditos batuques são significativos desse processo. Por um lado, os agentes colonialistas insistiram em unificar tudo aquilo que viam como dança e música dentro da categoria genérica de batuque e como algo intrínseco de uma suposta essência indígena que se tentou construir. Por outro lado, as necessidades existentes de uma melhor compreensão daqueles que estavam dominados

⁴⁶¹ GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Sobre a escola, ver: FRY, Peter. “Nas redes antropológicas da escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual”. In: *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2011, p. 1-13.

⁴⁶² MITCHELL, J. Clyde. “A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Op. Cit.* E, RANGER, Terence O. *Dance and Society in Eastern Africa, 1890-1970: The Beni Ngoma*. California: University of California Press, 1975.

⁴⁶³ BARBER, Karin. “Popular Arts in Africa”, *African Studies Review*, vol. 30, n° 3 (Sep., 1987), pp.1-78. Para uma reavaliação das perspectivas pioneiras apresentadas por Karin Barber no seu artigo e utilizando-as para uma reflexão relacionada as transformações contemporâneas sobre a cultura popular em pesquisas sobre a África, ver: OKOME, Onookome and NEWELL, Stephanie. “Measuring time: Karin Barber and the study of popular arts in contemporary Africa”. In: *Research in African Literatures*, Vol.43, n°4, (winter 2012), pp. VII-XVIII.

acabaram por produzir respostas coloniais que transitaram entre um destrinchar desse termo atrás de uma apuração mais fidedigna daquilo que era presenciado e uma incorporação dessas práticas para dentro da própria empresa colonial, com o objetivo de incorporá-las ao discurso nacionalista português. No entanto, o processo de espetacularização dessas práticas não foi completamente controlado pelo poderio colonial, servindo como momento propício para a realização de reivindicações ou como um demonstrativo de que esse controle não era tão efetivo como pretendia ser. O exercício de apropriação concebido por forças coloniais não foi capaz de inibir respostas daqueles que cantavam e dançavam em contraposição aos artifícios racistas de expurgo de suas práticas.

4.2. Forçando as frestas do poder colonial

Como venho apresentando, homens e mulheres classificados como indígenas, que possuíam variadas origens, deslocaram-se para Lourenço Marques nesses anos iniciais do colonialismo português na região. Encontrando-se num novo mundo que se desenhava na medida em que esses movimentos de dominação colonial se consolidavam, as permutas de experiências, facilitadas pelos contatos múltiplos que a urbanidade proporcionava, permitiu a ascensão de novas reformulações, baseadas muitas vezes na ressignificação e reapropriação de mecanismos de controle.⁴⁶⁴ Tivemos a oportunidade de seguir, mesmo que em curtos momentos de suas difíceis vidas, figuras como as de Albino, de Victória Antónia Rodrigues ou de algumas das trabalhadoras nas cantinas, como Maria e sua filha Maria Lougame, e de Fátima, que carregava na pele as marcas da opressão. Todos esses personagens, identificados despoticamente como indígenas pelo linguajar colonial, aventuraram-se por Lourenço Marques e seus subúrbios, tendo alguns dos percalços pelos quais passaram registrados na letra fria do papel e da tinta. Longe de terem sido vítimas passivas de um destino que

⁴⁶⁴ Uma vasta historiografia produziu pesquisas que pensaram esses processos questionando uma lógica maniqueísta que entendia as ações dos subalternos como espasmos quase que biológicos relacionados à opressão que sofriam e/ou como simples massas de manobra das classes dominantes. Para alguns exemplos, ver: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

os agentes coloniais buscaram delimitar, agiram dentro de suas possibilidades ao dialogar com as esferas cotidianas da atuação administrativa colonial.⁴⁶⁵

As novas instituições de ordenamento das formas de organizações sociais que passaram a reger as vidas daqueles que se encontravam sob a égide colonial portuguesa em Moçambique não encontraram um terreno sociocultural de fácil acesso. As dificuldades financeiras eram muitas, assim como os ruídos na comunicação entre a sede da metrópole em Lisboa e os poderes coloniais locais. Por entender que seu trabalho era demasiado extenuante, o Governador Geral interino, em março de 1911, por exemplo, enviou ao Ministro da Marinha e Colônias a solicitação de uma gratificação aos “dois indivíduos [...] que está confiada a direção da polícia” em Lourenço Marques. Como justificativa, apelava para o fato da área do município ser demasiado extensa, devido às “contínuas passagens de estrangeiros que é necessário vigiar” e, principalmente, por causa dos inúmeros “milandos que são levados a polícia”.⁴⁶⁶

Como explica Fernanda Thomaz, “milandos significavam querelas ocorridas entre os ‘africanos’, gerenciadas em reuniões por chefes locais ou agentes coloniais, funcionando como uma espécie de tribunal popular de litígio e conflitos individuais”.⁴⁶⁷ Os esforços dos agentes coloniais em codificar o que chamavam de usos e costumes locais esteve diretamente vinculado com o exercício da justiça sobre as populações nativas desempenhado, sobretudo nesse início de século XX, por autoridades administrativas e/ou militares.⁴⁶⁸ Apesar de poderem significar qualquer caso ocorrido entre as populações nativas, os agentes coloniais consuetudinariamente vincularam o termo as querelas das vidas particulares dessas pessoas.⁴⁶⁹ A partir da segunda metade do século XIX, diferentes projetos legislativos buscaram formular códigos específicos

⁴⁶⁵ Para uma reflexão a esse respeito, ver: COOPER, Frederick. “Conflitos e conexões: repensando a História Colonial da África”. *Anos 90*. Porto Alegre, v.15, n.27, p.21-73, jul.2008.

⁴⁶⁶ *Carta do Governador Geral Interino para o Ministro da Marinha e Colônias, 11 de março de 1911*. AHM, Governo Geral (doravante GG), Processos, 1908-1914, Caixa 19.

⁴⁶⁷ THOMAZ, Fernanda. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Niterói: tese de doutorado em História Social, UFF, 2012, p. 59.

⁴⁶⁸ Ver: SILVA, Cristina Nogueira da. “‘Missão civilizacional’ e codificação de usos na doutrina colonial portuguesa (século XIX-XX)”. In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, nº 33-34, 2004-2005, pp. 899-921.

⁴⁶⁹ Segundo Fernanda Thomaz, sob o regime colonial, os milandos sofreram uma adaptação, passando a incidir “somente nos assuntos ligados às questões civis das sociedades ‘africanas’”. Pequenos furtos, ou danos, contratos diversos, adultério ou rapto, divórcios, entre outras, eram objetos de milandos. Homicídio, envenenamento e as demais ações consideradas como crime pelos portugueses não estavam incluídos nesse termo. Deste modo, o termo milando foi sendo atribuído às querelas existentes entre os ‘africanos’ que estavam ligadas ao direito civil”. THOMAZ, Fernanda. Op. Cit., 2012, p. 62.

que gerissem os milandos, incluindo-os dentro de um sistema judicial que não ferisse o próprio regime judiciário português vigente. Somente com o processo de centralização e fortalecimento do Estado Português advindo com a ditadura salazarista, uma reestruturação do sistema jurídico colonial conseguiu concentrar esforços para que a preocupação com essa codificação se materializasse na criação do Tribunal Privativo dos Indígenas, ocorrido em 1929.⁴⁷⁰

Devido ao racismo intrínseco ao colonialismo, do completo desmazelo dos setores repressores coloniais em Lourenço Marques de registrarem suas ações e das dificuldades em codificar práticas jurídicas locais, foi recorrente o jogo de empurra entre as diferentes instituições administrativas coloniais localizadas na cidade quando os casos de conflitos e de reclames envolviam partes designadas como indígenas. A sobreposição de atuações jurídicas-policiais ocorridas graças, também, a própria inexistência de instituições judiciais específicas para o trato com os ditos indígenas entre os anos de 1890 e 1930, foram constantemente direcionadas para serem solucionadas pela Secretaria dos Negócios Indígenas, órgão criado justamente para lidar com toda uma variada gama de questões relacionadas ao grupo. Ao mesmo tempo, por vezes, foram esses próprios ditos indígenas, interessados na resolução dos seus casos, que enxergaram esse órgão como destino favorável para prestarem suas queixas e encontrarem alguma solução para suas querelas.

Criada originalmente em 1903, com o nome de Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, passando a denominar-se, a partir de 1907, como Secretaria dos Negócios Indígenas, o órgão possuiu diferentes nomes ao longo de sua existência. Bastante complexo, carece de pesquisas pormenorizadas que aprofundem suas diversas contradições internas, assim como suas transformações ao longo do tempo. Por um lado, a secretaria atuou como braço do Estado colonial através das suas ações na regulação e disciplinarização das populações classificadas como indígenas, principalmente nas relações cotidianas de exploração dessa mão de obra, tão fundamental para a empreitada

⁴⁷⁰ Ver: “Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas. Decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929”. In: *Ministério das Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929. Para exemplos de pesquisas recentes que tem demonstrado a riqueza do uso da documentação judicial para se estudar o passado colonial europeu em África, ver: DICKERMAN, Carol. “The Use of Court Records as Sources for African History: Some Examples from Bujumbura, Burundi”. In: *African Studies Association*. Vol. 11 (1984), p. 69-81; DICKERMAN, Carol. “African Courts Under the Colonial Regime: Usumbura, Ruanda-Urundi, 1938-62”, In: *Canadian Journal of African Studies*. Vol. 26, nº 1 (1992), pp. 55-69; ROBERTS, Richard. “Text and Testimony in the Tribunal de Première Instance, Dakar, during the Early Twentieth Century”. In: *The Journal of African History*. Vol. 31, Nº 3, 1990.

colonial portuguesa na região.⁴⁷¹ A Secretaria dos Negócios Indígenas foi fundamental nos anos 1920, por exemplo, na supressão de formas coletivas de pressão que tentaram ser organizadas pela mão de obra majoritariamente indígena empregada no porto de Lourenço Marques, que possuíam objetivos específicos, como o da equiparação de seus salários com a dos brancos e melhores condições de trabalho.⁴⁷² Por outro lado, mesmo tendo suas ações limitadas por uma agenda de interesses próprios, a Secretaria atuou também em defesa de uma aplicação daquilo que entendia como justo em relação a essa mão de obra, especialmente quando buscou impor limites aos abusos patronais. Ao mesmo tempo, foi exatamente através das pressões exercidas pelos próprios ditos indígenas que se tornou possível a abertura das portas do órgão colonial para a sua participação. Terminaram por produzir, a despeito das intenções originais dos reguladores e administradores coloniais, um local de amparo – ou pelo menos de escuta – para algumas das reivindicações dos indígenas.

Diferentes camadas sociais dos classificados como indígenas buscaram acionar a Secretaria dos Negócios Indígenas para sua conveniência. Os régulos da Circunscrição de Maputo aproveitaram da visita do diretor daquela secretaria a sede administrativa localizada ao sul de Lourenço Marques, em 1909, para apontarem suas principais queixas a respeito da política e das autoridades portuguesas na região. Mostrando possuírem um “certo sentimento de independência”, incomodaram o secretário. Acabaram utilizando daquele funcionário colonial para mostrar como possuíam em “alto grau a consciência dos seus direitos e dos seus deveres”, expondo “sem reboço, e com o maior desassombro as suas necessidades”, chegando a fazerem queixas contra o administrador da circunscrição.⁴⁷³

Foi nesse imbricado jogo entre instituições coloniais existentes em Lourenço Marques e as inovações proporcionadas com as transformações ocasionadas pelas vivências no meio urbano colonial, que a “indígena de nome Maria ou [Bisse], moradora no Chamanculo”, subúrbio da cidade, acabou por buscar ajuda para a resolução de uma querela em que esteve envolvida. Em setembro de 1929, juntamente

⁴⁷¹ Para um exemplo de bibliografia que aborda a Secretaria dos Negócios Indígenas e sua relação com a exploração da mão de obra local, ver: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1998 (1ª edição de 1977).

⁴⁷² PENVENNE, Jeanne Marie. “Labor Struggles at the Port of Lourenço Marques, 1900-1930”. In: *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 8, nº 2, *The Struggle for Liberation in Southern Africa* (Fall, 1984), pp. 249-285.

⁴⁷³ In: AHM, Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas (doravante DSNI), Diversos, caixa 91. Régulo era o termo usado pelos portugueses para definirem os chefes locais.

com “seu filho de nome Alfredo Vilhena, morador com a queixosa”, dirigiram-se para uma das seções da polícia civil da cidade. O fato parecia ser grave. Maria ou [Bisse] afirmou que sua “filha de nome Rosa” havia sido “raptada por um indígena de nome Fernando Lidoi”, morador em um terreno de propriedade alheia localizado também em Chamanculo. Apesar de terem interpelado o acusado a respeito do paradeiro de Rosa, Fernando Lidoi afirmou ignorá-lo.⁴⁷⁴

Após averiguações iniciais, foi solicitada a presença de Fernando Lidoi para interrogatório. O mesmo afirmou não ser verdade “ter raptado a indígena Rosa [...], mas sim tela (sic) convidado a ir para a sua companhia para viver maritalmente”, tendo a mesma aceitado de maneira voluntariosa. Rosa havia mudado para sua casa oito dias antes das queixas de sua mãe e de seu irmão na polícia. Fernando Lidoi terminou seu depoimento afirmando “que já há cerca de três meses” estaria tendo relações sexuais com Rosa. Em posse dessas informações, o guarda responsável pelas investigações dirigiu-se a casa do interrogado. Encontrou a suposta raptada e conduziu-a até a polícia, onde Rosa confirmou “as respostas do arguido indígena de nome Fernando Lidoi”. Dando por fim suas diligências, o guarda asseverou que “em virtude da indígena Rosa, ter ido voluntariamente para a casa do arguido e ainda porque aparenta ter 22 anos de idade” aquele era um caso que deveria ser resolvido “perante as autoridades cafreais ou na Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas”.⁴⁷⁵ O relatório da investigação criminal procedida juntamente com as pessoas constates dos autos foram remetidos para o diretor da Secretaria dos Negócios Indígenas de Lourenço Marques, terminando por caber a ele a decisão final sobre o ocorrido. O mesmo decidiu que para que as partes ficassem satisfeitas, Fernando Lidoi iria ter que “pagar o lobolo na importância de £25” para a família de sua companheira.⁴⁷⁶

Como o caso não apresentou nenhum sinal de ação criminosa ou de descumprimento de regulamentos do município, o responsável policial pelas investigações entendeu como natural que a responsabilidade da resolução do conflito recaísse sobre as “autoridades cafreais” ou sobre a Secretaria dos Negócios Indígenas. Essa resolução seguia o que estava previsto no Regulamento das Circunscrições Cíveis

⁴⁷⁴ AHM, DSNI, Tribunais indígenas, Caixa 1609, Auto de notícia nº 1238: testemunho da Indígena de nome Maria ou [Bisse], 18 de setembro de 1929

⁴⁷⁵ AHM, DSNI, Tribunais indígenas, Caixa 1609, Relatório de averiguações referente ao auto de notícia nº 1238, 18 de setembro de 1929.

⁴⁷⁶ Idem. O termo lobolo corresponde a grafia oficial portuguesa do respectivo fenômeno. Sua forma em changana seria lovolo. Optei por utilizar das duas grafias, variando de acordo com a maneira como ela apareceu na fonte. Muito foi discutido e continua sendo a respeito desse fenômeno.

dos Distritos de Lourenço Marques e Inhambane, aprovado em 1908. Prevendo normatizar as funções dos diferentes postos administrativos criados para gerir e ordenar a vida social nesses territórios, o documento previa que as “autoridades cafreais”, através da figura do régulo, deveriam julgar “todas as questões civis (milandos) entre indígenas do seu regulado”.⁴⁷⁷ Porém, os artigos nada diziam respeito de casos como o apresentado por Maria ou [Bisse]. Quando os ditos indígenas não estivessem atrelados a uma povoação específica e, conseqüentemente, a um régulo, coisa comumente ocorrida no meio urbano laurentino, acabou por recair na figura da Secretaria do Negócios Indígenas a responsabilidade para a resolução desse tipo de conflito.

Independentemente de suas possíveis origens e, conseqüentemente, experiências, Maria ou [Bisse], seus filhos, Alfredo Vilhena e Rosa, assim como Fernando Lidoi, foram registrados sempre acompanhados da alcunha de indígenas. Não chegou a ser preocupação da autoridade policial referenciar a naturalidade dos envolvidos no caso. Com as informações que possuo, é plausível supor que Maria ou [Bisse] não era natural de Lourenço Marques e que teria se deslocado para a cidade anos antes do imbróglio que se viu envolvida em 1929. Infelizmente, a documentação se encontra em estado deteriorado. Ao longo da fonte, a grafia do nome Bisse aparece constantemente borrada ou mal grafada. Porém, talvez essa não seja uma simples característica referente as deficiências de armazenamento do documento. O próprio produtor daqueles registros pode ter tido dificuldades em transpor para o papel um nome não-europeu e que remetia para uma origem de Maria ou [Bisse] afastado do mundo urbano. Diferentemente, seus filhos parecem ser originários da cidade ou, ao menos, moradores nela desde muito cedo. Essa hipótese é admissível por conta de Alfredo Vilhena e Rosa, assim como Fernando Lidoi, serem sempre nomeados com alcunhas europeizadas, enquanto que Maria aparece, ao longo de todo o processo, referenciada com dois nomes, Maria e [Bisse]. Tal característica remete a uma presença passada em alguma localidade que não aquela urbanizada de Lourenço Marques.

O acionamento dessas diferentes instituições para a resolução de conflitos apresentou uma preocupação daqueles que as acionava que foi além da necessidade de se manterem fieis a determinadas estruturas que pudessem gerir modelarmente suas ações. Assim demonstra como relações locais estabelecidas consuetudinariamente se imbricaram com instituições coloniais de maneiras múltiplas e complexas. Ao buscarem

⁴⁷⁷ *Regulamento das Circunscrições Civas dos Distritos de Lourenço Marques. Aprovado por portaria nº 671-A, de 12 de setembro de 1908.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908, p.17.

todos os meios possíveis para resolverem seus infortúnios, o que era facilitado quando se encontravam em Lourenço Marques, os envolvidos apresentaram um imbricado acionamento de expectativas e experiências produzidas pelas interseções que uma vivência cotidiana na cidade possibilitou naquele momento. Não foi possível saber se Maria e seu filho foram primeiramente procurar qualquer “autoridade cafreal”.⁴⁷⁸ Como apontado anteriormente, é imaginável conjecturar que estivessem com laços afrouxados o suficiente com esse tipo de autoridade o que explica o fato de procurarem apenas as autoridades coloniais. O que sabemos é que ambos foram até a polícia, ironicamente instituição marcada pela ação repressora dentro do espaço urbano sobre as populações ditas indígenas.⁴⁷⁹ A mesma, ao desvendar toda a situação, constatou que nenhum crime, dentro das legislações portuguesas vigentes, havia sido cometido. Afinal, Rosa tinha se deslocado de livre escolha para a casa de Fernando Lidoi.

Nesse sentido, as queixas de Maria e de Alfredo Vilhena não podiam ser resolvidas pela delegacia ou pelo sistema judiciário regular português. O procedimento adotado foi o de remete-las para o diretor da Secretaria dos Negócios Indígenas. O mesmo entendeu que o pagamento do lobolo seria a melhor maneira de pôr fim aos desentendimentos. Tema bastante extenso dentro da bibliografia africanista, visto por algumas perspectivas como o “preço da noiva” e por outras como garantia da descendência patrilinear, o pagamento do lobolo enquanto medida a ser adotada para resolver o caso só foi mencionado quando da intervenção do diretor da Secretaria dos Negócios Indígenas.⁴⁸⁰ O que havia sido verbalizado por Maria ou simplesmente traduzido pelo interprete da delegacia de polícia enquanto rapto, poderia ser considerado um caso de kutlhuva. Pesquisas etnográficas recentes têm insistido em afirmar que a

⁴⁷⁸ No AHM pude encontrar alguns casos ocorridos em regiões rurais onde as “autoridades cafreais” foram as primeiras a ouvirem os reclames e a buscarem solucionar as queixas, ao invés da polícia ou da Secretaria dos Negócios Indígenas. Muitas vezes esses casos só chegaram até nós porque aqueles que foram julgados por essas autoridades se sentiram prejudicados, indo procurar outros mecanismos de resolução de conflito, como aqueles que foram criados pela ação colonial portuguesa. Em outros momentos, era a própria administração colonial que intervinha no andamento da ação da “autoridade cafreal” com o intuito de enquadrá-la dentro de parâmetros legais portugueses. Para exemplos desses casos, ver: AHM, DSNI, Transgressões – Prisões, caixa 83 ou AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, caixa 1630.

⁴⁷⁹ Uma leitura dos jornais de Lourenço Marques nesse início do século XX mostra como a polícia, dentro do espaço urbano, não agia apenas na repressão dos chamados indígenas. A grande presença desses na cidade e as incertezas ocorridas com as transformações coloniais fizeram com que a polícia assumisse predicados atribuídos anteriormente as “autoridades cafreais”. Como exemplo, ver: *O Imparcial*, 16 de novembro de 1922. BNP.

⁴⁸⁰ Para alguns exemplos de bibliografia sobre o lobolo no sul de Moçambique e o debate em torno de sua definição, ver: GRANJO, Paulo. *Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Ver, também: BAGNOL, Brigitte. “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”. In: *Análise Social*, Vol. XLIII (2°), 2008, pp. 251-272.

pauperização das condições de vida influenciou no aumento de casos de kuthuva, enfraquecendo formas de casamento entendidas enquanto judicialmente consolidadas, seja através da cerimônia do lobolo, do casamento civil ou do religioso.⁴⁸¹ Descrito no início do século XX por Henri Junod e traduzido pelo mesmo como “casamento por rapto”, a união entre amantes sem o consentimento da família da mulher e, principalmente, sem o pagamento do lobolo, trazia uma situação de ruptura em relação as maneiras consideradas adequadas pelas populações do sul de Moçambique para o estabelecimento de um matrimônio.⁴⁸²

Nada sabemos sobre a família de Fernando Lidoi ou em que se empregava, partes fundamentais para o estabelecimento das formas possíveis de pagamento do lobolo. Além disso, em momento algum, foi referenciado o pai de Rosa e/ou o marido de Maria. É possível que ele tenha simplesmente se deslocado para a região das minas, como era bastante comum entre os homens no sul de Moçambique. Maria também poderia ser mãe solteira ou viúva, como muitas das que apresentamos no capítulo anterior. Fernando Lidoi e Rosa não pareciam estar dispostos a manter uma estrutura de relações matrimoniais que perdia seus pontos fulcrais dentro daquela sociedade em transformação. No entanto, para Maria e, sobretudo, para seu filho, Alfredo Vilhena, resolver aquela situação de uma união sem o estabelecimento do lobolo foi algo de suma importância. Alfredo Vilhena, por exemplo, via suas chances de conseguir uma boa quantia para o lobolo de uma mulher diminuírem drasticamente sem os bens ou o dinheiro advindo do estabelecimento da relação marital de sua irmã.

Esse caso apresenta questões que apontam para uma nova configuração social, desenvolvida com as transformações iniciadas com o colonialismo e pela presença desses indivíduos no espaço urbano. Antigas situações sociais, que estabeleciam formas culturais de lidar com momentos de ruptura, passaram a ser lidas através de novas reconfigurações das instituições que deveriam solucionar os mal-entendidos surgidos nesses momentos. Ao não se encontrarem sob os auspícios de uma “autoridade cafre”, encontraram apoio para sua reivindicação nas autoridades coloniais, que terminaram por reforçar o sistema do lobolo como forma de estabelecimento do matrimônio.⁴⁸³

⁴⁸¹ MUSSANE, Guilherme Afonso. *A kuna n'kinga: lobolo como foco das representações locais de mudança social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia IFCS-UFRJ, 2009.

⁴⁸² UNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.126 e apêndices VIII e IX.

⁴⁸³ As dificuldades no trato das disputas entre populações ditas indígenas e a necessidade que o colonialismo português via na codificação dos milandos, relacionado com a ideia de proteção dos

A grande variedade de episódios ocorridos em Lourenço Marques na qual a Secretaria dos Negócios Indígenas foi procurada para conciliar indica como, neste início do século XX, aquela secretaria funcionou como um local considerado apto para resolução de questões classificadas como milandos. O órgão colonial parece ter se tornado mais um mecanismo possível para a resolução de conflitos onde uma das partes envolvidas, pelo menos, poderia ser considerada indígena. Ao direcionarem suas demandas para aquela instituição, os chamados indígenas acabaram por questionar as hierarquias locais na qual estavam inseridos e, ao mesmo tempo, consolidaram algumas características próprias do trato colonial com essas hierarquias. No entanto, o trato cotidiano na resolução de milandos provocou uma alteração nessas estruturas existentes, que também passou a enxergar aquele espaço como mais um dos possíveis na resolução de conflitos. Ao mesmo tempo em que ocorreram apropriações das instituições coloniais pelos chamados indígenas, em busca de resolução para conflitos a partir das construções socioculturais que conheciam previamente, os agentes administrativos coloniais que cotidianamente lidaram com as queixas dos chamados indígenas também tiveram que lidar com as contradições geradas pelo paradoxo colonial de proteção dos “usos e costumes” e do incentivo para a assimilação.

Demonstrando esses ruídos internos que abriram brechas para a atuação dos chamados indígenas, o Administrador do Conselho de Lourenço Marques reclamou com a Secretaria dos Negócios Indígenas, em 1911, que não mais receberia os “indígenas [...] com guias passadas [pela secretaria] em virtude de queixas por eles formuladas contra seus patrões, sem que esses indígenas se achem registrados como serviçais” nos tramites dos regulamentos existentes. Apontando para a fragilidade da instituição criada para mediar as questões relacionadas com os chamados indígenas, a resposta da secretaria foi de insistir na necessidade de continuarem a permitirem que aquele fosse um espaço onde poderiam ser apresentadas reclamações “contra os patrões por falta de pagamento de salários, maus tratos, etc.”. O receio recaía na possibilidade de piora nas condições de trabalho e no enraizamento “no ânimo do indígena a noção de que o pedir justiça às autoridades é antes criar um pretexto para novos castigos do que a solução dos seus males”.⁴⁸⁴

chamados usos e costumes, causou inúmeros desencontros na atuação desses administradores. Os casos de herança parecem ter sido aqueles mais problemáticos de serem resolvidos. Ver: AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa 1603.

⁴⁸⁴ AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa 1602.

As próprias autoridades administrativas coloniais insistiram na necessidade de evitarem possíveis embaraços produzidos pelos ruídos internos da lógica de dominação e exploração da mão de obra local. No ano de 1907, em Magude, nas proximidades de Lourenço Marques, o administrador colonial responsável pela área chamou a atenção do Secretário dos Negócios Indígenas. Sua preocupação era a respeito dos “muitos [...] indígenas que apresenta[vam] queixa [...] por falta de pagamento dos patrões a que servem”. Segundo o administrador, a incapacidade das instituições coloniais em obrigar os patrões a cumprirem com suas partes acabava por tirar “por completo o prestígio a autoridade”, potencializando os “indígenas [...] de usar dos meios enérgicos que um serviçal europeu usaria em tais condições”.⁴⁸⁵

Esgueirando-se nessas brechas de disputa entre funções diferentes atribuídas as instituições coloniais, as queixas apresentadas recaíram, principalmente, sobre abusos cometidos por aqueles responsáveis pelas ações de repressão ao ordenamento de Lourenço Marques. Em 1918, por exemplo, “40 indígenas dos dois sexos residentes nos subúrbios da cidade” exigiram, ao administrador de Marracuene e ao secretário dos Negócios Indígenas, providências “contra as arbitrariedades praticadas pelos guardas” responsáveis pela fiscalização do fabrico das bebidas alcoólicas na cidade.⁴⁸⁶ Outra que reclamou junto à Secretaria dos Negócios Indígenas foi Chonguelassaba, doméstica e proprietária de um terreno no subúrbio de Lourenço Marques. Em carta escrita por uma terceira pessoa, a rogo da mesma, é interessante perceber que nenhum dos envolvidos no caso são apresentados com a alcunha de indígena, sendo referenciados apenas por seus nomes. No mais, a reclamante, ao não ser atendida pelo Comissário de Polícia quando tentou prestar queixas pelo roubo de cinco de suas galinhas, dirigiu sua reivindicação para a Secretária dos Negócios Indígenas de “ser indenizada” e de ver “um castigo severo” aos larápios. Para além de sua indignação com os roubos, não poupou críticas a ação policial, afirmando que a mesma “liga pouca importância, quando são queixas de preto, quando nós pagamos todas contribuições que o Governo nos pede”. Chonguelassaba acabou recebendo da secretaria uma indenização no valor de três libras.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ *Carta do Administrador de Magude ao Exm.º Snr. Secretário dos Negócios Indígenas, 25 de novembro de 1907.* AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa 1601.

⁴⁸⁶ *Carta do administrador de Marracuene ao Secretário dos Negócios Indígenas, 21 de novembro de 1918.* AHM, DSNI, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa 149.

⁴⁸⁷ *Carta de Chonguelassaba, escrita por Palmeira da Conceição, para o Secretário dos Negócios Indígenas, de 17 de junho de 1915.* AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa 1603.

As ambiguidades e fragilidades do poder dessas instituições para efetivarem no cotidiano o discurso justificador da presença colonial portuguesa, permitiu aos ditos indígenas pressionarem as mesmas a seu favor e, principalmente, as utilizarem como ferramenta de proteção contra algumas práticas de abusos patronais. Nos relatórios do Governador Geral de Moçambique, Freire de Andrade, publicados em 1907, o mesmo reconheceu que uma das maiores dificuldades para angariar mão de obra para suprir as demandas públicas e privadas portuguesas assentava-se nos abusos patronais. Preferindo escapar dessas formas de exploração, migrando para zonas mineradoras fronteiriças, as experiências exploratórias das formas de contrato compulsório empregados estariam produzindo uma escassez de mão de obra prejudicial aos interesses econômicos em Moçambique.⁴⁸⁸

Para corroborar sua interpretação, especialmente no que tange as violações patronais, Freire de Andrade optou por relatar um “caso típico”. Originalmente, “200 pretos” teriam sido contratados, em Chai-Chai, norte da cidade de Lourenço Marques, para trabalharem por 120 dias, para um sujeito de nome A. da Silveira. O mesmo os enviou para outra pessoa, que, em seguida, “os alug[ou] a Monteiro”, em Gaza, fronteira com a África do Sul. O esquema de pirâmide permitia a realização de diversas burlas nos contratos firmados que prejudicavam os trabalhadores contratados, como a falsificação dos papéis para ampliar os dias totais obrigatórios de trabalho e a marcação de faltas inexistentes nos “bilhetes de presença (tickets)”. Findo o tempo da prestação dos serviços acertados, os “pretos” exigiram o seu pagamento. Sem sucesso, nos meses seguintes, continuando trabalhando naquele esquema graças as falsificações realizadas, os “pretos começaram [...] a fugir a pouco e pouco sem serem pagos”. No final de sete meses do início desse caso, daqueles “200 pretos”, restavam, apenas, 80, que buscaram justiça em “Lourenço Marques, onde se dirigiram a todas as autoridades, pedindo o seu pagamento”. Cansados de tanto esperar e, possivelmente, percebendo que suas

⁴⁸⁸ Sua descrição de como funcionava o processo de angariamento da mão de obra local é bastante semelhante a formas de utilização dos chamados escravos de ganho das cidades brasileiras do século XIX. Como afirmou, “o *chibalo* era a regra geralmente seguida em Lourenço Marques; explicando em que consistia, direi que qualquer indivíduo que desejava obter pretos para o trabalho, se dirigia ao Governo, que ordenava a um dos chefes de circunscrição para os fornecer, pelo período de seis meses e ao preço, em regra, de 300 réis por dia de trabalho; esse indivíduo, ou empregava ele mesmo os indígenas, ou os negociava, isto é, alugava-os a um certo preço por dia, além de um prêmio por cabeça; e o pagamento era lhe feito a ele, que pagava aos indígenas no fim do seu período de trabalho”. D’ANDRADE, A. Freire. *Relatórios sobre Moçambique por Freire D’Andrade. Vol. II*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907, p.10. Sobre os escravos de ganho no Brasil, ver: REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000), 199-242.

reivindicações dificilmente seriam atendidas, “foram embora [de Lourenço Marques] sem pagamento”.⁴⁸⁹

Rasgar ou adulterar os bilhetes/tickets que comprovavam os períodos de trabalho foi uma prática corriqueira. Por um lado, essa tática foi usada por patrões para não realizarem os pagamentos devidos. Esses, ao incapacitarem o documento comprobatório da prestação dos serviços, tentaram ficar isentos de realizarem as liquidações devidas.⁴⁹⁰ Por outro lado, os ditos indígenas também usaram esse documento de diferentes maneiras, tentando burlar ou resistir às imposições abusivas patronais ou administrativas coloniais. Os trabalhadores regressados para Moçambique das minas da África do Sul, após passarem pela fronteira e pagarem suas taxas, frequentemente rasgaram seus bilhetes de identificação laboral. Numa postura de enfrentamento, a inutilização desses cartões era acompanhada de “gesto de frases ofensivas ao [...] prestígio e a soberania portuguesa”.⁴⁹¹

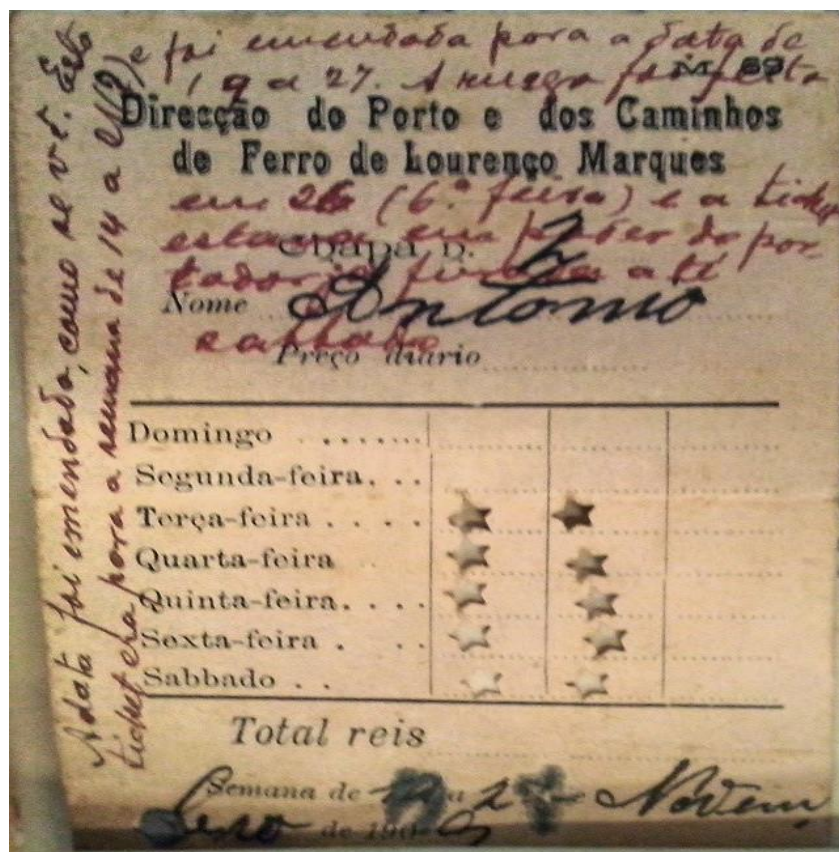
Noutros momentos, entendendo a importância daquele documento comprobatório do tempo de trabalho para além de possibilitar o recebimento de seu devido salário, tentaram controlar seu próprio tempo e escapar das repressões que insistiam em empurra-los para venderem sua força de trabalho. Durante as rusgas policiais nas cantinas e subúrbios de Lourenço Marques, com o objetivo de reprimir o que era entendido como vadiagem e angariar mão de obra, especialmente para os caminhos de ferro e para o porto, seria comum encontrar com os ditos indígenas, bilhetes/tickets “em branco, ou apenas com um quarto de dia marcado”. A tática vulgarmente conhecida consistia de irem “as segundas-feiras pedir etiquetas as diversas agências, não se apresentando, porém, nunca mais para trabalho, ou, quando muito, trabalhando apenas uma parte da manhã daquele dia, guardando depois cuidadosamente as etiquetas para as apresentarem a polícia quando ela os prende para serem compelidos ao trabalho”.⁴⁹²

⁴⁸⁹ D’ANDRADE, A. Freire. OP. Cit., p.10-11.

⁴⁹⁰ Outra tática recorrente usada pelos empregadores particulares para controlarem a mão de obra dita indígena foi a de pagar apenas uma parte de seus salários, deixando o restante para ser entregue no final do contrato. Essa prática possuía relações com o discurso racista que entendia o negro como propenso a vadiagem e ao vício pela bebida alcoólica. Ver: AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 30.

⁴⁹¹ *Carta do Fiscal de Emigração em Ressano Garcia para o Secretário dos Negócios Indígenas, em 07 de dezembro de 1920.* In: AHM, DSNI, Tribunais indígenas, caixa nº 1605.

⁴⁹² AHM, GG, Polícia – 1908-1914, caixa nº 19.



Variadas foram as formas empregadas de adulteração dos bilhetes/tickets para escapar da obrigatoriedade do trabalho. Esse bilhete encontra-se anexado ao processo referente a reclamação de cantineiros, feita para o Governador Geral, contra as rusgas policiais. Em resposta, o comissário de polícia apresentou seus pontos que corroborariam a importância desse procedimento, juntando essa “etiqueta [...], na qual se vem raspadas e emendadas as datas em que principiou e acabou a semana, já marcada até sábado”. Na lateral da etiqueta, provavelmente anotado pelo comissário de polícia, encontra-se escrito: “A data foi emendada, como se vê. Este ticket era para a semana de 14 a 21; e foi emendada para a data de 19 a 27. A rusga foi feita em 26 (6ª feira) e o ticket estava em posse do portador [ilegível]”. Estranhamente, atrás do documento, encontra-se um carimbo dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques com a data de 19 de novembro de 1909. Sendo assim, por um lado, é possível supor que Antônio, o empregado dono daquela etiqueta, não tenha necessariamente a adulterado, apenas a reutilizando para a semana seguinte do seu primeiro período de contrato. Por outro lado, talvez o nível de adulteração para escapar das garras policiais avidas em responder as demandas pelo fornecimento de mão de obra barata, tenha atingido níveis mais elevados de refinamento, chegando a falsificação também de carimbos. In: AHM, GG, Polícia – 1908-1914, caixa nº 19.

As rusgas, muitas vezes usadas para angariar trabalhadores compelidos, constantemente forneceram trabalhadores para as agências de carga e descarga que atuavam no porto de Lourenço Marques. A The Delagoa Bay Agency era uma dessas. Em 1926, remeteram dois de seus “indígenas compelidos” para a Secretaria dos Negócios Indígenas por ambos estarem supostamente cometendo irregularidades. No caso de Mainganhane, justificou a punição por conta de o mesmo desaparecer “depois de se lhe marcar a tiqueta” e só retornar à noite. As averiguações da secretaria acabaram

desacreditando as alegações iniciais, não aplicando nenhuma punição aos trabalhadores e criticou a postura caluniosa do empregador.⁴⁹³

O posicionamento paradoxal da Secretaria dos Negócios Indígenas, de buscar proteger o que entendia como interesse daqueles classificados indígenas, ao mesmo tempo em que deveria garantir a sua exploração enquanto mão de obra barata, fez com que sua popularidade junto com os empregadores de Lourenço Marques não fosse das melhores. Foi esse o caso envolvendo o serralheiro das oficinas do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, Abílio Pereira, quando a Secretaria dos Negócios Indígenas o intimou a “pagar a um indígena seu serviçal o saldo dos salários de 2 meses”. O nome do serviçal era Fafetine e havia trabalhado como serviçal doméstico para o intimado por, aproximadamente, 4 meses. Indignado com a cobrança, Abílio Pereira escreveu uma carta para a secretaria dizendo ser ele a vítima, já que Fafetine haveria “feito desaparecer 14 lenços de assoar e 2 lenções”. Sua conclusão era de que os “malandros” usavam daquela instituição por essa dar “demasiado crédito as [...] queixas que são apresentadas” e que desconhecia que “qualquer branco de quem o respectivo moleque se queixa a essa Intendência, saia ileso pois que, sempre os moleques são quem levam a melhor”.⁴⁹⁴

Uma das reclamações mais recorrentes daqueles a quem a secretaria estava incumbida de proteger era a do não pagamento dos salários devidos. É plausível dizer que os baixos vencimentos e os recorrentes mecanismos para evitar o pagamento dos mesmos, levou a ocorrência de pequenos furtos pelos trabalhadores, com o objetivo de aumentarem os seus vencimentos. Quando do término do contrato, o empregador insistia em não pagar o que devia ao seu empregado, geralmente justificando essa medida como uma forma de compensação dos seus prejuízos causados pelos supostos roubos ou por outras faltas diversas.⁴⁹⁵ O que interessa aqui é perceber como ao responderem as queixas apresentadas pelos chamados indígenas contra seus patrões, tentando controlar os abusos existentes, a Secretaria dos Negócios Indígenas golpeou uma chave fundamental do regime colonial português em Moçambique: a possibilidade de exploração da mão de obra local em baixíssimo custo.

⁴⁹³ AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, caixa nº 1634.

⁴⁹⁴ Carta de Abílio Pereira para o Intendente dos Negócios Indígenas, 18 de dezembro de 1916. In: AHM, DSNI, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa nº 148.

⁴⁹⁵ *Carta do Secretário dos Negócios Indígenas ao Comissário de Polícia, 03 de setembro de 1916.* In: AHM, Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa nº 148.

Em zonas rurais do sul de Moçambique, como Magude ou Gaza, pesquisas puderam analisar algumas das características das ações de resistência, ou o “meio enérgicos”, empregado pelas populações viventes, por agentes coletivos e individuais, contra os abusos patronais e o poderio colonial durante o início do século XX.⁴⁹⁶ No meio urbano de Lourenço Marques durante o período investigado, mesmo contando com uma grande presença dessas populações, não encontramos nenhum registro de grandes turbulências levadas a cabo pelos chamados indígenas questionando essas formas de exploração colonial/europeia.⁴⁹⁷ A complexidade do engajamento e da autonomia dos diferentes segmentos africanos às instituições importadas produziram incontáveis e inesperadas reinterpretações. Ao pensarmos a ação dos ditos indígenas sob o regime colonial de uma maneira mais polivalente e matizada, torna-se possível perceber como os mesmos atuaram dentro das oportunidades que lhes foram facultadas através de pressões que exerceram nas tensões existentes nos discursos e nas práticas coloniais, estatais ou particulares, cotidianas de dominação.

4.3. *Batuques negros, ouvidos brancos*

Retomando o exemplo que abre o presente capítulo, num primeiro momento, uma leitura que pode ser realizada a respeito das celebrações ocorridas na inauguração de uma igreja católica e dos ditos sucessos da exploração agrícola em suas terras, apresenta os “5.000 negros”, as dançarinas de Manhiça e os membros da orquestra de “dança dos *m'chopes*”, como perfeitos representantes das populações nativas cooptadas pela administração colonial. Ordeiros, trabalhadores, mas ainda exóticos e, portanto, dependentes dos agentes tutelares coloniais, representavam o ideal almejado pela administração colonial. No entanto, essa vasta gama de indivíduos interagiram com esses agentes não apenas como consolidadores das pretensões exploratórias

⁴⁹⁶ Ver: ISAACMAN, Allen F. *The tradition of resistance in Mozambique: anticolonial activity in the Zambezi Valley, 1850-1921*. Berkeley: Heinemann Educational Publishers, 1976. E, COOPER, Frederick; ISAACMAN, Allen; MALLON, Florencia; ROSEBERRY, William; STERN, Steve J. *Confronting Historical Paradigms: peasants, labor, and capitalista world system in Africa and Latin America*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1993.

⁴⁹⁷ A exceção são os ataques que a cidade sofreu em 1894 e a tentativa de greve dos trabalhadores do porto e dos caminhos de ferro classificados como indígenas. O primeiro evento ocorreu antes da consolidação da presença portuguesa na região e pode ser considerada como mais um dos catalizadores para o esforço militar português contrário ao Reino de Gaza e sua liderança, Gungunhana. O segundo caso, mencionado anteriormente e pesquisado por Jeanne Penvenne, foi rapidamente suprimido pela polícia e pela Secretaria dos Negócios Indígenas. Ver: SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010. E, PENVENNE, Jeanne Marie. Op. Cit., 1984.

portuguesas. Agindo dentro das possibilidades que lhes eram abertas e forçando-as para seus proveitos, terminaram por produzir inúmeras desventuras na construção do fenômeno colonial, sobretudo no dia a dia que obrigava a interseção nesse processo entre colonizados e colonizadores.

Nesses tratos cotidianos dentro dos marcos da dominação colonial com as populações nativas consideradas indígenas, as mesmas usaram e abusaram das diferentes autoridades, fossem aquelas estabelecidas previamente ao período analisado ou aquelas que se encontravam em processo de implementação através do aparato colonial. Dentro desse jogo de acionamento dos poderes no qual se encontravam abarcados, uma das formas recorrentes utilizadas para pressioná-los foi através da linguagem desenvolvida nas diversas formas musicais e dançantes dessas populações do sul de Moçambique.

Os relatórios apresentados por Alfredo Freire de Andrade e José António Matheus Serrano a respeito da expedição que realizaram no sul de Moçambique, entre junho e agosto de 1891, foram publicados com o título de “A Explorações Portuguesas em Lourenço Marques. Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques”.⁴⁹⁸ Os engenheiros-militares responsáveis pela Comissão tinham como objetivo prioritário a construção de marcos fronteiriços entre Moçambique e o Transvaal – atual África do Sul. Cumpridos os trabalhos de demarcação territorial, a comitiva portuguesa continuou percorrendo o território, passando pelos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane; apresentados no mapa de Hugh Tracey como ocupados, majoritariamente, pelos grupos shangana, tonga e chopi. Nesse momento, a questão das fronteiras deixou de ser primordial. A ênfase recaiu sobre a necessidade de reconhecer a região que se pretendia dominar, tanto fisicamente como socioculturalmente, assim como a possibilidade de estabelecer alianças com as populações locais.⁴⁹⁹

O estabelecimento dessas fronteiras foi um passo importante para o próprio reconhecimento da legitimidade da dominação portuguesa sobre a região frente aos desejos de outros países europeus e suas pretensões colonialistas. Por um lado, a influência inglesa em Lourenço Marques era considerada um fator de risco as

⁴⁹⁸ FREIRE DE ANDRADE, Alfredo Freire de & MATHEUS SERRANO, José António. *Explorações Portuguesas em Lourenço Marques. Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

⁴⁹⁹ Para uma análise aprofundada sobre a literatura de viagem na África durante o longo século XIX, ver: PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

possibilidades de posseção portuguesa. Por outro lado, a sublevação dos poderes locais à administração portuguesa era uma ameaça concreta aos anseios coloniais lusitanos.⁵⁰⁰ No sul de Moçambique, o Reino de Gaza, fundado pelos ngunis no início do século XIX por meio de movimentos migratórios que subjugaram outros povos da região, especialmente os chopi, tinham em Gungunhana sua grande liderança. Empossado em 1884, Gungunhana teve que enfrentar transformações que acabaram levando-o a sua deposição e prisão por tropas portuguesas em 1895.⁵⁰¹

A insistência de Freire de Andrade e Matheus Serrano de estabelecerem uma aproximação mais contundente com Gungunhana e, ao mesmo tempo, mapear e constituir contatos com as demais chefias locais insatisfeitas com o cenário político criado pelo reino de Gaza, revelam o interesse português pela região, assim como o imbricado jogo de poder existente naquelas terras. Por um lado, esse cenário desenhava-se como ideal para os militares portugueses conseguirem o estabelecimento de parcerias com grupos insatisfeitos. Por outro lado, as resistências ao poderio português eram maiores, tendo alguns régulos negado a venda de mantimentos para as caravanas da expedição, afirmando serem “vassallos de Gungunhana e que não tinham nada que ver com os brancos [...] e que o Gungunhana era a quem [...] pagava tributos, que já não pagava aos portugueses”.⁵⁰²

Os documentos elaborados pela Comissão, como o relatório e as imagens, apresentam a necessidade imperiosa do estabelecimento de parcerias para sobreviver as intemperes do terreno, a visão racista dos produtores desse corpus documental e o crescimento da curiosidade por práticas desse Outro. Aquele Outro descrito e

⁵⁰⁰ Esse processo de delimitação de fronteiras, no contexto da década de 1890, marcado por conflitos entre as metrópoles colonizadoras por regiões a serem controladas em África – vide o Mapa Cor de Rosa e o Ultimatum Inglês –, aparecem como sendo de extrema importância para o processo de consolidação da ocupação portuguesa sobre o atual território do sul-moçambicano. A maioria dos trabalhos sobre esse contexto possuem um viés de análise centrado nas questões das relações internacionais entre Portugal e Inglaterra e/ou da política interna portuguesa, deixando de lado questões relacionadas diretamente aos contextos do continente africano. Para exemplos das perspectivas de análise a partir do continente europeu, ver: TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”. In: *Análise social*, vol. XXIII (98), 1987 – 4º, pp. 687-719; para uma perspectiva diferente, ver: SANTOS, Maria Emília Madeira. “Ultimatum, espaços coloniais e formações políticas africanas”. *África. Revista do CEA - USP*, 16 - 17(1), 1993-1994.

⁵⁰¹ Pesquisas recentes estão buscando reescrever a história do Reino de Gaza numa perspectiva africanista. Um exemplo disso pode ser encontrado em: SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010. Diferentemente, podemos encontrar no final do século XIX e primeira metade do século XX, uma bibliografia sobre os vátuas e sua atuação como guerreiros a partir da visão de um português erradicado na região, em: GUERRA, D. Santos. *No paiz dos vátuas: história da guerra de Lourenço Marques*. Lisboa: António Maria Pereira Editor, 1896.

⁵⁰² Idem, p. 70. Esse não foi um caso isolado. Freire de Andrade afirma que encontrou “muitas povoações em princípio, pertencentes ao Gongunhama”, que negavam auxílio aos expedicionários. In: Idem, p. 134.

fotografado surge quase como mais um elemento na paisagem. Trabalhadores que acompanhavam a expedição, carregando os equipamentos através dos rios, construindo botes e arriscando suas vidas, em sua grande maioria homens, raramente foram nomeados. Em poucos momentos, a máquina fotográfica dos expedicionários portugueses foi utilizada para capturar eventos como do dia em que a “noite todos os swasis [que trabalhavam como carregadores para os bôeres] dança[ram] no acampamento”.⁵⁰³

Justamente nessas imagens, confrontadas com as descrições que as acompanham, torna-se possível pensar a respeito dos modos de vida dessas populações nativas, as formas de relação que estabeleciam entre si e como pensavam a sua relação com os europeus. O encontro da Comissão chefiada pelos engenheiros-militares portugueses com Gungunhana, por exemplo, foi bastante tumultuado. Desconfiando do interprete que mediava o encontro, afirmaram estarem surpresos e indignados com a maneira subserviente empregada pelo representante português junto à corte de Gungunhana, quando o mesmo dirigia a palavra ao poderoso líder de Gaza.⁵⁰⁴ Para corroborar a realização desse encontro e promover um diálogo maior entre as duas partes, foram realizadas fotografias de Gungunhana e de algumas de suas esposas.⁵⁰⁵

Deixar ser fotografado não era algo tão simples. Era mais do que apenas posar para a máquina. Noutra ocasião, o régulo de Mapanda, por exemplo, “resistiu [...] a

⁵⁰³ Idem, p.26. A fotografia produzida pode ser vista em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5613>. O acervo imagético da Comissão é composto por dois álbuns fotográfico, com um total de oitenta e seis fotografias. Os álbuns completos podem ser vistos em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC141> e <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC148>. Registrar os marcos de delimitação territorial, os cursos dos rios, a fauna e a flora local, os acampamentos e as dificuldades enfrentadas durante a expedição ou as ruas da cidade de Inhambane, ponto final da expedição, era uma forma de legitimar e autenticar o poder português na região. Por isso mesmo, daquele total de oitenta e seis, 53% delas (ou 62) são referentes a esses aspectos. Noutro momento, estabeleci uma análise mais aprofundada dessa expedição, de seu relatório e da importância dessas fotografias, em: PEREIRA, Matheus Serva. “The Lourenço Marques Frontier Limitation Committee and its pictorial records (Mozambique – 1891). In: *Rice-Unicamp Seminar III. Crossing places, crossing culture*. Texas: Rice University, march 2015.

⁵⁰⁴ Freire de Andrade constantemente suspeitou do intérprete durante a reunião. Sua descrição de Gungunhana era de um líder sanguinário e bêbado, apesar da figura simpática que teria encontrado. FREIRE DE ANDRADE, Alfredo Freire de & MATHEUS SERRANO, José António. Op. Cit., pp. 139-145.

⁵⁰⁵ Desconheço pesquisadores que tenham atribuído a autoria dessa famosa fotografia de Gungunhana ou dado mais informações sobre essas imagens, usando-as, na maioria das vezes, de forma ilustrativa. Apesar de produzir pesquisas de alta qualidade, podemos encontrar esse tipo de uso no trabalho de mestrado de THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Niterói: dissertação de Mestrado, UFF, 2008. P. 35. Links para as fotografias: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5177>; <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5179>; <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5176>; <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5180>;

deixar-se fotografar” pelos portugueses, com receio de desagradar Gungunhana.⁵⁰⁶ Diferentemente, mesmo correndo o risco de represália, o régulo Novéle não parece ter se importando em estar em contato com uma comissão portuguesa chefiada por militares. Achegado do final da expedição, Freire de Andrade estacionou sua caravana por alguns dias em suas terras, localizadas na região de Malasche, próxima da cidade de Inhambane. Tributário do régulo Massibi, que havia negado auxílio a campanha portuguesa, Novéle tentou estabelecer uma relação positiva com o expedicionário português.⁵⁰⁷ Freire de Andrade acabou por elaborar algumas descrições a respeito de costumes locais, como a crença no gagáo – prática referente a adivinhação - e o hábito de usar o cabelo “rapado em parte, [...] deixando-o quase sempre crescer em linhas longitudinais, geralmente paralelas”.⁵⁰⁸

A demonstração de insatisfação de Novéle com as guerras causadas por Gungunhana, assim como sua aproximação da comitiva de Freire de Andrade, demonstram como o régulo compreendia que a presença portuguesa na região poderia ser útil para seu objetivo político de retomar sua independência perdida com a submissão que prestava ao Reino de Gaza. Como forma de pressionar a adoção por parte dos portugueses de medidas a seu favor, ao mesmo tempo em que narrou e engrandeceu os feitos de sua gente, “quase todas as noites” enviou homens e mulheres para cantar e dançar no acampamento da Comissão. Apesar de adjetivar aquilo que via como composto por um som monótono, as apresentações feitas pela “gente de guerra” teriam obrigado Freire de Andrade a esconder o medo que sentiu. O engenheiro-militar, que nos anos subsequentes iria se tornar uma das figuras mais emblemáticas da campanha de ocupação portuguesa naquelas paragens, temeu quando os guerreiros chegaram quase a tocá-lo, com o avançar de suas zagaiais em punho, a fingirem atacar “os inimigos ausentes”.⁵⁰⁹

No final da estadia de Freire de Andrade em Malasche, a ação de propaganda feita por Novéle parece ter dado certo. O líder da Comissão saiu de lá convencido de que ali existia “gente guerreira e boa”. Para reforçar o seu posicionamento de parceria com o governo português, Novéle abasteceu o corpo expedicionário com mantimentos,

⁵⁰⁶ ENNES, António. *Relatório apresentado ao governo por António Ennes (publicado, pela primeira vez, em 1893)*. In: *O Africano*, 04 de agosto de 1915.

⁵⁰⁷ FREIRE DE ANDRADE, Alfredo Freire de & MATHEUS SERRANO, José António. Op. Cit., pp. 70-71.

⁵⁰⁸ Idem. No álbum, são, ao todo, 7 fotos com a população de Malaschede. Essa foi a população nativa que pude identificar seu local de origem, mais vezes retratada. A fotografia dos “Rapazes de Malashe” pode ser vista em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5170>.

⁵⁰⁹ Idem, p. 72.

prometeu fornecer pessoal quando necessário e o acompanhou com “mais de quatrocentos pretos [...] durante hora e meia de caminho [...], com a música cafre”.⁵¹⁰ As duas fotografias feitas dessa espécie de cortejo revelam que aquilo que Freire de Andrade chamou genericamente como “música cafre” foi produzido ao som de um grande tambor e, principalmente, de xilofones chamados por aqueles que o tocam como timbila (no singular, mbila). Esse instrumento musical foi usado por orquestras financiadas por régulos que funcionavam, principalmente, como um importante demarcador de pertencimento cultural empregado nas apresentações do ngodo (no plural, migodo), “um conjunto de canções e instrumentos organizados em uma composição”.⁵¹¹ Nesse sentido, apesar do relatório apontar em momentos muito específicos uma origem regional das populações localizadas no que viria a ser o território moçambicano cujo qual entraram em contato nas suas peregrinações, as fotografias produzidas nos permitem ir além e indicar um possível pertencimento étnico do régulo Novéle. É plausível imaginar que o mesmo se considerava chopi, um grupo que vendeu cara a sua independência ao reino de Gaza.⁵¹²

⁵¹⁰ Idem, p. 75.

⁵¹¹ VAIL, Leroy & WHITE, Landeg. “The Development of Forms. The Chopi Migodo”. In: *Power and the praise poem. Southern African voices in History*. Virginia: University Press of Virginia, 1991, p.112. No original: “a set of songs and instrumental pieces arranged into a composition”. Para uma descrição detalhada de diferentes aspectos do ngodo, elaborada ainda durante o período colonial e tratando-o como parte integrante da presença colonial portuguesa na região, ver: RITA-FERREIRA, António. “Em salvação da música chope”. In: *Notícias*, série de cinco artigos publicados entre junho e agosto de 1974.

⁵¹² Sobre o contexto de expansão e formação do reino de Gaza para as terras localizadas ao sul do rio Save e das conquistas dos povos que lá se encontravam, assim como as tentativas chopi de resistirem a esse processo, ver: WEBSTER, David J. *A sociedade chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2009. Ou HARRIES, Patrick. “Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction: the nature of free and unfree labour in South-East Africa”. In: *The Journal of African History*. Vol. 22, nº 3 (1981), pp.309-330.



Disponíveis no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), ambas as fotos resultantes desse encontro apresentam a legenda “Batuque em Malashe”. As

fotografias feitas pela Comissão não foram publicadas conjuntamente com o seu relatório. Apenas em 2013, quando o IICT as disponibilizou online, foi possível ter acesso a todas as suas imagens.⁵¹³ Apesar do esforço louvável de digitalização de um vasto corpo documental, majoritariamente produzido por órgãos científicos coloniais portugueses, as fotografias existentes nesse acervo ainda carecem de investigações.⁵¹⁴ O próprio instituto reconhece essa necessidade, pois informa ao pesquisador que não possui a identificação da autoria das fotografias, apenas o nome dos chefes que assinavam as expedições produtoras dessa documentação. Sendo assim, só foi possível descobrir o contexto da elaboração das imagens presentes nos álbuns intitulados pelo IICT, como da “Comissão de Delimitação de Fronteira de Lourenço Marques 1890-91”, a partir do título do álbum, dos autores atribuídos as imagens e, principalmente, do cotejamento das mesmas com as descrições elaboradas no relatório de Freire de Andrade e Matheus Serrano. Essa composição arquivista pode ser uma justificativa para que as legendas apresentadas no site descrevam essas fotografias como “Batuque em Malashe”, apesar de no relatório da expedição nunca terem sido nomeadas dessa maneira, aparecendo apenas o termo “música cafre”.

O descompasso entre o termo usado na legenda das fotos e aquele que aparece no relatório que contextualiza a produção da imagem abre pistas para uma reflexão sobre a utilização do termo batuque como definidor das danças, mas, principalmente, das músicas apresentadas por aquelas pessoas delimitadas como indígenas dentro do contexto colonial português do final do século XIX e início do século XX. Semelhante a maneira empregada para normatizar a variedade populacional existente no território que se pretendia dominar, o processo de nomeação daquilo que era visto produziu linhas distintas. Por um lado, unificou tudo aquilo que viam e ouviam advindo dos corpos, das cordas vocais e dos instrumentos musicais locais no genérico desígnio de batuque. A generalização das músicas e das danças é semelhante a generalização promovida pela racialização. Ao mesmo tempo, definiram essa forma de agir dançante e musical como algo depreciativo que representava e perpassava a natureza daqueles indivíduos. Por outro lado, a curiosidade dos círculos metropolitanos por aquilo que se considerava exótico nas colônias, somada à necessidade de estabelecer um processo colonial

⁵¹³ As fotografias da “música cafre” podem ser acessadas online pelos seguintes links: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5644> e <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5645>.

⁵¹⁴ Para além da minha pesquisa, algumas outras já estão sendo feitas com esse grande acervo imagético disponível pelo IICT. Para o resultado de uma delas, ver: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

racionalizado que aperfeiçoasse as formas de dominação, produziu descrições mais aguçadas que buscaram destrinchar as práticas locais sumariamente incorporadas ao linguajar português pelo emprego da palavra batuque.

É nesse vai e vem de homogeneização racializante das práticas culturais locais, mesclada a um processo de incorporação e diferenciação das mesmas ao projeto colonial português em Moçambique, que os estudos etnográficos portugueses classificaram a música como “o divertimento que mais impressiona o Negro”, sendo que um “batuque domina e excita todos os indígenas”.⁵¹⁵ O autor dessas palavras continua sua descrição depreciando os praticantes dessas formas de bailar e cantar. Para ele, seria corriqueiro que “homens e mulheres de qualquer idade, e até crianças” abandonassem tudo e fossem para “o mato fora em direção ao lugar” onde estariam ocorrendo os batuques. As “danças estranhas” seriam “quase sempre [...] acompanhadas de cantares pornográficos”. Enquanto que o final dos batuques acabaria, “em regra geral, numa embriaguez coletiva”.⁵¹⁶

O emprego do termo batuque foi disseminado pelos portugueses, independente das regiões na qual estivessem, dos grupos populacionais com os quais tiveram maior contato e das práticas musicais e dançantes das pessoas que buscaram descrever, assim como a sua associação com uma suposta essência natural daqueles ditos indígenas e a predileção dos mesmos por “dizeres e [...] trejeitos obscenos”.⁵¹⁷ A adjetivação empregada por aqueles que se dedicaram a analisar essas formas de expressão locais tendeu em distanciá-las do perímetro urbano, lendo-as através de um prisma da erotização dos passos de dança que presenciavam e, geralmente, numa depreciação das

⁵¹⁵ LIMA, Fernando de Castro Pires. *Contribuição para o Estudo do Folclore de Moçambique*. Porto: Separata da revista de etnografia nº 14. Museu de Etnografia e História, 1934, p.9.

⁵¹⁶ Idem. Essa parece ter sido uma leitura disseminada por todo o pensamento colonial português desde o final do século XVIII, passando por todo o século XIX e que reverberou pelo século XX. Nas cartas de Ernesto Kopke, Governador de Moçambique entre o final de 1860 e o início de 1870, o mesmo afirma que “o mal é que ninguém trata de educar melhor os pretos, nem de fazer pelos civilizar, eles são uns alarves, uns selvagens, cheios de vícios, andam principalmente agora a cair de bêbados, fazem uma gritaria pelas ruas, insuportável e a polícia creio que é pior do que eles... Eu embirro muito com os pretos, se eu pudesse mandava armar a polícia de chicotes e quando eles vão a gritar como uns possessos sem graça nenhuma, ou quando estão nos batuques a dançar e a cantar, que mais parecem demônios do que seres humanos, mandava reduzir tudo ao silêncio, a chicotadas” e “que dançam ao som duns tambores lá deles, danças de saltos e pirueta de fantasia, o qual melhor!... São doidos pelos batuques, dançam uma noite inteira com o mesmo fervor, não largam o batuque senão às seis horas da manhã às vezes... Morrem tísicos muitos pretos por causa desta asneira... Quando os não deixam ir, fogem aos amos, pretas e pretos, ouvindo o tambor, ninguém tem mão neles”. In: FERNANDES, José Queiroga. *Ecos do Império: análise do modelo colonial português nas cartas de Inácia Caroilina e Ernesto Kopke (1850-1880)*. Braga: Casa do Professor, 2004, p. 130 e 134-135.

⁵¹⁷ LIMA, Américo Pires de. *Explorações em Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943 (original de 1918), p.52.

habilidades musicais dos praticantes. Essa forma de enxergar aquelas práticas circulou não apenas em meios intelectuais e acadêmicos metropolitanos. Recordemos, por exemplo, as visões depreciativas sobre os batuques expressas nos jornais publicados em Lourenço Marques, nas três primeiras décadas do século XX. Como afirma José dos Santos Rufino, importante figura do meio periódico laurentino desse período, “o fim do batuque [...] não é como pode parecer – dançar: é beber”, sendo a música classificada como “simples ruídos” e a “letra [...] quase sempre sem significado”.⁵¹⁸ Unificando uma diversificada gama de sons que escutavam e de danças que presenciavam nas cantinas, nas esquinas, nos quintais e nos subúrbios da cidade, muitos daqueles que viviam propriamente no terreno colonial moçambicano e se dedicaram a falar dessas danças e músicas, produziram uma leitura adjetivada muito semelhante a apresentada na escola de etnografia do Porto.

Efetivamente, o que era chamado de batuque por aqueles que não praticavam essas formas de expressão poderia ser muitas coisas. Apesar de designar de forma genérica como “música cafre”, já pude identificar que aquilo que Freire de Andrade presenciou foi, na verdade, uma orquestra chopi. Para além, parece-me que nas noites que estive acampado nas terras de Novéle, o engenheiro-militar português foi agraciado com duas formas diferentes de apresentação. A primeira delas correspondia a uma representação dos feitos de guerra, onde, com suas armas em punhos, guerreiros demonstravam sua bravura. A segunda correspondeu a um ngodo propriamente dito. A diversidade englobada no termo batuque não era de todo desconhecida pelos sentidos daqueles de fora. Com olhos e ouvidos treinados numa perspectiva eurocêntrica, aqueles que se dedicaram a produzir materiais capazes de traduzir a pluralidade local para o linguajar português provavelmente foram os primeiros a darem sinal das dificuldades desse processo.

O administrador colonial António Augusto Pereira Cabral, ao compilar um livro sobre as “raças, usos e costumes dos indígenas da província de Moçambique”, salientou a hipótese de que a palavra batuque seria “derivada do português batucar, martelar, dar pancadas repetidas”, sendo esse o motivo para o seu emprego feito pelos “europeus [a] qualquer dança a que os indígenas se entregam para se divertirem”. Porém, como o objetivo do livro era o de aperfeiçoar as ferramentas utilizadas pelos futuros

⁵¹⁸ RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 10: Raças, usos e costumes indígenas. Fauna Moçambicana*. Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929, p. VI.

funcionários coloniais no trato com as populações locais, o autor advertia que o emprego do termo era “pouco correto [...] por ser vocábulo inteiramente estranho” as línguas locais. Além disso, cada dança e/ou música possuíam seus nomes próprios, variando entre os grupos populacionais, e nem todas constituíam em “divertimento”, podendo ser “um preceito ritualista”.⁵¹⁹

A dificuldade de nomear aquilo que era visto e ouvido coadunava-se com o contexto de efetivação da dominação portuguesa naquelas paragens do Sul do atual Moçambique. A partir do último quartel do século XIX, puluraram exercícios de traduções que buscaram converter diferentes aspectos das línguas locais para uma familiarização aos ouvidos e as escritas das gramáticas europeias. O pioneirismo desse aprendizado promovido por homens que estiveram naquele terreno, como o exemplo do missionário e etnógrafo Henri Junod analisado no capítulo anterior,⁵²⁰ esteve acompanhado pela formação de instâncias capazes de incentivar os instrumentos intelectuais garantidores da presença portuguesa no ultramar, como o desempenhado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875.⁵²¹ Nesse sentido, em 1895, com o objetivo de auxiliar as “tropas expedicionárias a Lourenço Marques” que guerrilhariam contra o reino de Gaza, foi publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em parceria com o Ministério da Guerra, um “guia de conversação em português, inglês e landim”, com algumas “noções de gramática landim”.⁵²²

Ao longo, pelo menos, de toda a primeira metade do século XX, foi possível localizar outros tantos exemplos como esse, muitos deles voltados para setores específicos que se relacionavam com as populações nativas. O enfermeiro do Corpo de Saúde de Moçambique, Guidione de Vasconcelos Matsinhe, por exemplo, publicou um livro com frase prontas relacionadas ao ambiente das consultas e tratamentos médicos ocidentais, que tinha como objetivo auxiliar os profissionais da saúde que trabalhavam com as populações ditas indígenas do Sul de Moçambique falantes das línguas ronga,

⁵¹⁹ CABRAL, António Augusto Pereira. *Raças, usos e costumes dos indígenas da província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925, p.40.

⁵²⁰ Henri Junod dedicou boa parte de sua vida acadêmica na construção de livros capazes de traduzir a oralidade nativa dos grupos ao qual estudou em elementos gramaticais. Exemplo marcante desse seu esforço pode ser encontrado em: CHATELAIN, Ch. W. and JUNOD, Henry A. *A pocket dictionary, Thonga (Shangaan) – English; English-Thonga (Shangaan), proceeded by na Elementary Grammar*. Lausanne: G. Bridel, 1909.

⁵²¹ Sobre as ações que promoveram a formação da Sociedade de Geografia de Lisboa, sua relação com suas congêneres europeias e com os processos de colonização levados a cabo por Portugal na África, ver: GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

⁵²² RAPOSO, Alberto Carlos de Paiva. *Noções de gramática landina. Breve guia de conversação em português, inglês e landim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1895.

shangana e xitsua.⁵²³ Outro que fez algo próximo disso foi o Padre António Lourenço Farinha, missionário português que publicou o livro “Elementos de Gramática Landim (shironga). Dialeto indígena de Lourenço Marques”. O autor, na parte final de seu livro, dedicou espaço a uma série de pequenas frases exemplificadoras de diálogos possíveis entre falantes da língua portuguesa e dos ditos indígenas. Ironicamente, mesmo formulados por um sacerdote, esses diálogos imaginados não voltaram muita atenção para o exercício da conversão das almas nativas ao catolicismo. As frases, na sua maioria referente a imperativos voltados para a realização de tarefas domésticas, estavam relacionadas ao dia-a-dia da exploração da mão de obra local.⁵²⁴

Paralelamente a esses exemplos, os dicionários foram importantes ferramentas que demonstram como a produção de conhecimento a respeito das formas gramaticais das línguas nativas esteve em concomitância com o processo de colonização e exploração da mão de obra local.⁵²⁵ Para além disso, por meio deles é possível perceber que aqueles que se dedicaram a traduzir a multiplicidade das danças e músicas nativas para o ambiente familiar do linguajar do colonizador português terminou por condensar a complexidade daquelas práticas ao léxico da língua portuguesa, que se apresentava como incapaz de defini-las com a mesma precisão apresentada pelas formas locais de nomeação daquilo que se praticava. No “Dicionário português-cafre-tetense”, produzido pelo padre Victor José Courtois e publicado em 1900, o mesmo buscou traduzir para a forma escrita a oralidade de povos da região do vale do rio Zambeze, no centro de Moçambique. Nele, as palavras dança, música e batuque aparecem correlacionadas com uma grande variedade de outros termos empregados para designar aquelas formas. A palavra batuque, em português, por exemplo, poderia ser traduzida como “t’unga; - de dançar, ng’oma; mbondo; chiwere; nkuwiri; tsengua; chinkufu; murumbi; kuendje; - de guerra, mbiriwiri; chindzete; dzache”.⁵²⁶

⁵²³ MATSINHE, Guidione de Vasconcelos. *O auxiliar do médico e do enfermeiro. Vocabulário das línguas ronga, shangaan e xitsua*. Lourenço Marques: Minerva Comercial, 1946.

⁵²⁴ FARINHA, Padre António Lourenço. *Elementos de Gramática Landina (shironga). Dialeto indígena de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946.

⁵²⁵ Sobre a importância da definição de uma língua escrita que fosse comum a maioria das populações nativas da região geográfica aqui analisada e os diferentes processos de colonização, ver: HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. Impacto dos missionários suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas Editorial, 2007. Especialmente o capítulo seis “Linguagem” e o sete “Alfabetização”.

⁵²⁶ COURTOIS, Victor José. *Dicionário Português-cafre-tetense ou idioma falado no Distrito de Tete e na vasta região do Zambeze inferior*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900, p.71. Ng’oma poderia ser também empregado para o verbo “batucar”, que ficaria sendo kumenya ng’oma. Tunga também poderia ser empregada para traduzir a palavra dança e música (p.132 e 324). Essas semelhanças que podem ser encontradas aqui ou acolá, inclusive no que diz respeito a palavras usadas por práticas culturais de matrizes africanas no Brasil, podem ser explicadas pela disseminação do tronco linguístico bantu por,

Para as regiões localizadas ao redor da cidade de Lourenço Marques, os “Dicionários shironga-português e português-shironga. Precedidos de uns breves elementos de gramática do dialeto Shironga, falado pelos indígenas de Lourenço Marques”, coordenado por E. Torre do Vale, é um dos mais completos para as primeiras décadas do século XX. Publicado em 1906, tendo realizado seu trabalho sob os auspícios do então Governador do distrito de Lourenço Marques, Ayres d’Ornellas, se inspirado nos trabalhos gramaticais de Henri Junod, e recebido o auxílio de importantes homens que compunham grupos locais mencionados diversas vezes ao longo da tese, como João Albasini, o autor dedicou sua obra a “necessidade de se produzir um dicionário onde os portugueses pudessem aprender o dialeto indígena, e outro onde os indígenas pudessem aprender a nossa língua”.⁵²⁷ Diferentemente de António Augusto Pereira Cabral, que pressupõe que o termo batuque haveria sido empregado pelos europeus quase que pela ausência de um termo específico nas línguas nativas para referir ao ato de bater em algo, o dicionário de E. Torre do Vale apresenta a existência do verbo gongondya, que significaria “bater à porta; bater num tambor; bater repetidas vezes”. Segundo o seu dicionário, a palavra portuguesa batuque poderia ser traduzida como “nkino” ou “nthlango”, sendo a primeira referente a “dança; batuque” e a segunda à “dança; brinquedo; divertimento; espetáculo; jogo”. Ambas as palavras – nkino e nthlango –, mais a palavra “ngoma”, também foram empregadas pelo autor como sinônimos de dança. Ngoma, por sua vez, seria algo maior do que dança, pois também poderia ser considerado como termo empregado referente a “tambor” ou “ritual da circuncisão”. Ao leitor, junto dessas palavras referentes ao universo do batuque, era indicado que o mesmo também deveria procurar os significados das palavras “Bunanga; Mutimba; Shindekandeka; Shiwombelo; Mutshongolo; Gila; Sabela; Nhlawo”. Essas, por sua vez, ampliavam o mundo que insistentemente o léxico português demarcava de maneira muito restrita por meio da expressão batuque. Afinal, Bunanga não seria apenas um batuque, mas sim uma dança específica referenciada como uma “fanfarra de cornos”. Shindekandeka seria uma dança praticada apenas por mulheres, talvez análoga aquela dança das “mulheres de Manhiça” que abriram o presente capítulo. Mutshongolo

praticamente, toda essa região que hoje corresponde ao Estado Nacional moçambicano. No entanto, isso não quer dizer que sejam exatamente a mesma coisa. Em contextos específicos, essas palavras e também os fenômenos que elas descrevem, ganharam significados distintos. Para um exemplo desses processos, ver: SLENES, Robert W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista USP*, n.12 (1992), pp.48-67.

⁵²⁷ VALLE, E. Torre. *Dicionários shironga-português e português-shironga. Precedidos de uns breves elementos de gramática do dialeto Shironga, falado pelos indígenas de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1906.

é apresentada como uma “dança indígena, importada do norte”. Enquanto que Gila e Sabela formariam importantes práticas referentes às lógicas de poder nativas, sendo a primeira apresentada para descrever “proezas guerreiras” e a segunda “quando se coroa um régulo”.⁵²⁸

A dificuldade em transcrever essas realidades múltiplas, acrescida de características referentes ao caráter dominador racista presente na colonização, muitas vezes tendeu a um processo de folclorização das práticas socioculturais nativas. Fernando de Castro Pires de Lima, em seu esforço de aglutinar a pluralidade existente dentro de uma categoria genérica denominada como “folclore moçambicano”, buscou realizar uma descrição ampla dos instrumentos mais comuns encontrados:

Um instrumento musical muito usado é *Mbira*, que é uma espécie de caixa aberta dum lado, tendo fixas num tampo umas varinhas de ferro de vários tamanhos e seguras por arames. Também usam o *Chindongane*, que é formado por uma varinha de bambu encurvada por meio de um fio de latão, ligado às extremidades; a *Nhanga*, construída por pequenos segmentos de cana de vários tamanhos, que são soprados alternadamente; a *Maranja*, que é uma flauta de cana; o *Dindua*, que é formado por um arco maior que o *Chindogare*, retesado também por um fio de latão em que está presa uma cabaça e que serve de caixa de ressonância. Ainda possuem a *Mputita*, que é um instrumento composto de um cilindro de folha ou ferro, e o *Ntuo* que é feito de um corno, no qual fazem um orifício perto da ponta. No entanto, o grande instrumento é a *Marimba*. Compõe-se a marimba de pequenos pedaços de madeira de vários tamanhos, ligados entre si por cordas de couro. Por baixo de cada pedaço de madeira são ligadas pequenas cabaças unidas com cera. As cabaças são de vários tamanhos, a fim de corresponderem a uma escala musical. Estas cabaças são furadas e o orifício coberto por uma película resistente, quase sempre extraída dos intestinos de qualquer animal, sendo a mais usada a película da asa do morcego. As cabaças e os pedaços de madeira são colocados numa armação também de madeira, o que permite facilmente o seu transporte. Para tocar as Marimbas tem duas baquetas de madeira com cabeças de borracha virgem. A Marimba mais vulgar tem dez pedaços de madeira, que correspondem a dez notas e a dez escalas, maiores ou menores. O compasso e o ritmo são bem marcados e tocam, além de música indígena, músicas europeias. Os régulos de categoria têm nas suas povoações orquestras de Marimbas compostas de quatro, seis, oito ou dez Marimbeiros. Não quer isto dizer que não haja também orquestras de doze, dezoito ou vinte Marimbas, tendo um chefe, ou, se quisermos, um regente de orquestra.⁵²⁹

Formas semelhantes desses instrumentos foram descritas por outros autores. Porém, foram usados diferentes nomes para designá-los. Parece-me plausível supor que esses eram instrumentos disseminados pela região do atual Moçambique e que ganhavam nomes distintos de acordo com cada grupo populacional. O que Fernando de Lima descreveu usando o nome de *ntuo*, por exemplo, é muito parecido com o que Henri Junod designou como *xipalapala*, que seria “a trompa oficial das convocações [...]”

⁵²⁸ Idem, p. 59, 68, 110, 115, 117, 120, 125, 141, 149, 196 e 215.

⁵²⁹ LIMA, Fernando de Castro Pires de. *Op. Cit.*, p.10.

com que se reúnem os súditos na capital”.⁵³⁰ Semelhantemente, Eduardo do Couto Lupi, relatando suas andanças pelo Norte de Moçambique, afirmou que os macuas possuíam algo análogo, chamado de “palapata, corno de antílope, com um furo lateral que serve de corneta”.⁵³¹

Para o caso das danças, também eram empregados nomes variados, apesar de possuírem características bastante parecidas. Uma das que mais mexeu com os sentidos daqueles que a presenciavam era o que veio a ser designado pelos portugueses como “danças de guerra”.⁵³² Talvez pelo caráter intimidador que as mesmas provocavam, sendo apresentadas em contextos específicos, aqueles contemporâneos do processo de colonização que dedicaram suas narrativas ou estudos para as danças, voltaram sua atenção com frequência para elas. Novamente o missionário e etnógrafo Henri Junod pode servir como exemplo. O mesmo descreveu a kugila ou kugiya, que seria corriqueiramente feita pelos povos localizados ao sul do rio Save, como um “simulacro de atos de valentia praticados pelos soldados que mataram inimigos nos campos de batalha”.⁵³³ Já, segundo António Cabral, essas seriam designadas como msongola ou gila, e seriam originárias dos zulus sul-africanos. Sendo consideradas danças importantes para demonstrar o poderio dos régulos, “os indígenas vestem-se a capricho” e se apresentam para “qualquer chefe indígena ou de alguma autoridade”, onde os homens interpretam os combates usando suas armas em punhos e as mulheres participavam cantando as façanhas encenadas.⁵³⁴ Todas essas formas supostamente típicas daquelas populações que eram conhecidas na época como os *barongas*, não distinguem das feitas pelos carregadores das caravanas bôeres durante a expedição portuguesa de 1891 ou pela gente do régulo Novéle, identificadas como chopi. Conforme afirma António Cabral, as danças chopi recebiam o nome de lifolo. Acompanhadas pela timbila, os praticantes enfeitavam-se da mesma maneira que na

⁵³⁰ JUNOD, Henry. *Usos e costumes dos Bantu. Tomo I – Vida social*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p. 343.

⁵³¹ LUPI, Eduardo do Couto. *Breve memória sobre uma das capitânicas-mores do distrito de Moçambique. Capitão-mor d'Angoche desde 4 de julho de 1903 a 5 de dezembro de 1905*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1907, p.108.

⁵³² Desconheço trabalhos de historiadores que tenham aprofundado numa análise das diversas danças existentes no território atual de Moçambique. Um exemplo frutífero de pesquisa sobre esse tema e que pretendeu estabelecer conexões amplas entre gestos dançantes, pode ser encontrado em MANHÃES, Juliana Bittencourt. *Um convite à dança: performances de umbigada entre o Brasil e Moçambique*. Tese (doutorado em Artes Cênicas) - Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

⁵³³ JUNOD, Henry, *Op. Cit.*, p.364.

⁵³⁴ CABRAL, António Augusto Pereira, *Op. Cit.*, p.40. O mesmo autor descreve de forma semelhante essa dança em CABRAL, António Augusto Pereira. *Raças, usos e costumes dos indígenas do Distrito de Inhambane*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1910, pp.28-36.

msongola, cantando e dançando “batendo os escudos no chão” e realizando “uma série de saltos e gestos simulando combater um inimigo”.⁵³⁵

É importante deixar claro que o objetivo aqui não é o de analisar cada expressão musical e dançante realizada pelos variados grupos populacionais existentes naquele período de consolidação da presença colonial portuguesa na região, muito menos a sua complexidade e sua importância em distintas cerimônias na qual as mesmas eram empregadas, como em guerras, casamentos, nascimentos, falecimentos. Analisar os diferentes tipos de estilos de danças e de instrumentos musicais empregados nessas práticas, como os variadíssimos tipos de tambores existentes ao longo de todo o território, os diversificados tamanhos da timbila tocados pelos chopi e tantos outros instrumentos, também não é aqui o cerne da questão. Dito isso, o que vale fixar é que cantar e dançar eram ferramentas socioculturais e políticas dessas populações que compunham a maioria da mão de obra que transitava ou vivia em Lourenço Marques. Era no contexto dessas celebrações e demonstrações de destreza artística que elas contavam suas façanhas, seus desmazelos amorosos, propagandeavam-se e contavam vantagem sobre outros grupos, marcavam os momentos de suas vidas, ou seja, se comunicavam entre si e com aqueles agentes externos que buscavam controlar suas vidas. Através dessas práticas agiam politicamente num contexto de dominação, especialmente quando apresentavam suas danças e músicas para uma audiência composta por europeus/brancos.

4.4. Entre o subsídio e a subversão aos projetos coloniais

Diferentes pesquisas enfocaram suas análises para a questão da poesia oral e de suas performances abordando-as como um importante mecanismo de comunicação existente em diversas formas de expressão da África subsaariana. Buscando compreendê-las a partir de uma perspectiva que valorizasse a voz africana que emanava dessas práticas, demonstrou-se como a liberdade de expressão reinante nessas formas orais de relatar a experiência puderam ser acionadas, em variados contextos de dominação colonial, como mecanismos de críticas mais duras as práticas de controle europeu no continente africano.⁵³⁶ A obra do etnomusicólogo Hugh Tracey pode ser considerada como

⁵³⁵ Idem, p.41. O autor ainda afirma ter presenciado a shivunvuri, na região de Tete, centro de Moçambique. Segundo ele, essa seria “uma imitação do chigombela”.

⁵³⁶ Para um balanço bibliográfico, ver: VAIL Leroy and WHITE, Landeg. ““Maps of experience”. Songs and Poetry in Southern Africa”. In: *Power and the praise poem. Southern African voices in History*. Virginia: University Press of Virginia, 1991.

exemplarmente desbravadora. Muito por conta do contexto em que sua pesquisa foi produzida e a perspectiva da musicologia que o mesmo empregou, suas análises sobre a timbila e o migodo não centraram nos aspectos relacionados ao questionamento que essas práticas traziam ao regime colonial português e as formas de exploração da mão de obra nas minas sul-africanas, assim como as transformações que esses fatores trouxeram as condições de vida nativa. Porém, sua pesquisa, realizada nos anos 1940, já as identificava como local “para expressar seus sentimentos ou vozes de protesto contra a dificuldade” e “cheio de palavrório, humor e fofocas”.⁵³⁷ Outras pesquisas foram além ao tentarem compreendê-las enquanto mais do que versões modernas de “joking relationships”. Investigações como as de Leroy Vail e Landeg White a partir de suas indagações sobre a relação entre exploração capitalista e expansão colonialista no distrito de Quelimane, na região da Zambézia, centro de Moçambique,⁵³⁸ levaram-nos a entender as canções dos trabalhadores da Sena Sugar Estates Ltd, “apesar do seu conteúdo irreverente, [...] como ‘um mapa’ da experiência de toda uma população”.⁵³⁹

Produzidas no recém pós-independência moçambicano e durante o contexto de conflito armado que assolou o país entre 1977 e 1992, uma parcela significativa das pesquisas que se preocuparam em recolher canções como aquelas analisadas nos trabalhos de Leroy Vail e Landeg White, atentaram para a necessidade de construir uma História do país em oposição às perspectivas historiográficas colonialistas portuguesas, conjuntamente com uma política de valorização das denúncias das experiências de exploração perpetradas pelos colonizadores.⁵⁴⁰ Como afirma Alpheus Manghezi, as canções “cantadas no passado como um ato de protesto e desafio contra o opressor colonial”, que teriam sido usadas “direta e abertamente” como “uma arma cultural contra o colonialismo”, continuaram sendo cantadas com “grande firmeza” mesmo

⁵³⁷ TRACEY, Hugh. *Chopi musicians. Their music, poetry, and instruments*. London: Oxford University Press, 1970, pp.3 e 48. No original, “to express its feelings or voice its protests against the rub of the times” e “full of chatter, humour, and local gossip”.

⁵³⁸ VAIL Leroy and WHITE, Landeg. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1981.

⁵³⁹ VAIL, Leroy; WHITE, Landeg. “Plantation protest. The History of a Mozambican song”. In: BARBER, Karin (Ed.). *Readings in African Popular Culture*. London: The International African Institute School of Oriental & African Studies. Oxford: James Currey Publishers. Indiana: Indiana University Press, 1997, p.54. No original: “despite its ribald content, [...] as ‘a map’ of the people’s whole experience”.

⁵⁴⁰ Exemplos dessa bibliografia podem ser vistos em: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1998 (1ª edição de 1977); MANGHEZI, Alpheus. *Massacane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.

depois da independência.⁵⁴¹ Porém, muitas vezes as pesquisas que se dedicaram a recolha dessas canções junto dos trabalhadores explorados durante o regime colonial, não parecem ter levado em consideração aspectos astuciosos de se trabalhar com depoimentos orais que emergem das memórias de seus informantes, assim como questões relacionadas aos contextos específicos contemporâneos ao momento em que esses relatos e canções foram recolhidas. Durante uma das canções recolhidas por Alpheus Manghezi, por exemplo, havia sido explicado ao autor, de forma confidenciada, que o significado oculto da canção “Tsutsumani Ngopfu (Corram, Rápido!)” era o de um protesto contra as políticas implementadas no contexto pós-colonial. Segundo Manghezi, a estrutura dessas canções era diametralmente oposta à forma supostamente mais escancaradas de protesto empregada nas músicas durante o período colonial, pois seriam cantadas “de uma forma indireta e sutil”.⁵⁴²

Nem como forma sutil de contestação das reconfigurações pós-independência, nem como maneiras escancaradas de questionamento dos mecanismos de exploração colonial. Trabalhos recentes têm encarado essas práticas a partir da formação de um campo musical das populações de origem africana nos subúrbios de Lourenço Marques e sua relação com a construção de perspectivas a respeito das disputas pela concepção de uma cultura moçambicana em oposição ao regime colonial.⁵⁴³ Outros, têm focado como essas práticas podem ser classificadas como compositoras constituintes de uma cultura popular urbana laurentina e, sobretudo, como esse conjunto de manifestações estabeleceram relações diversas com o poder colonial, dependendo do contexto de interação que constituíram.⁵⁴⁴ Fosse através das tentativas de patrimonialização desses chamados batuques as cerimônias oficiais do regime colonial ou pelo movimento das associações africanas existentes em Lourenço Marques na construção de um “folclore moçambicano” que simbolizasse um pertencimento nacional a Moçambique em

⁵⁴¹ MANGHEZI, Alpheus. *Guijá, Província de Gaza 1895-1977: trabalho forçado, cultura obrigatória do algodão, o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência. Entrevistas e canções recolhidas 1979-1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003, p.4.

⁵⁴² Idem, p.138.

⁵⁴³ SOPA, António. *A alegria é uma coisa rara – subsídios para a História da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, Conteúdos e Publicações Ltda., 2014. Outro exemplo dessa bibliografia é o trabalho de LARANJEIRA, Rui. *A Marrabenta – sua evolução e estilização, 1950 – 2002*. Maputo: Minerva Print, 2014.

⁵⁴⁴ DOMINGOS, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império colonial em questão (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2002.

oposição a Portugal, o que José Craveirinha chamou de “revolução do folclore”,⁵⁴⁵ esses estudos abordaram as maneiras como as variadas formas de dançar e de cantar das populações ditas indígenas, muitas vezes designadas de maneira genérica como batuques, foram acionadas politicamente por agentes sociais que as praticavam ou que as assistiam de acordo com os seus objetivos específicos.

De maneira geral, é perceptível como as apresentações dos ditos batuques, seja aquele das “mulheres da Manhiça”, das “danças dos m’chopes”, do migodo, da “música cafre”, dentre outros, passaram por um processo de espetacularização que os tornou, durante a primeira metade do século XX, num momento propício para expressar desejos e intenções de maneira pública e coletiva. Cada prática com as suas particularidades, transformando-se na medida em que interagiam entre si e com as modificações pelas quais eram obrigadas a passar com as pressões exercidas pelos poderes coloniais nos grupos sociais que as praticavam, ganharam novos e inesperados significados. Nesse sentido, é importante encarar de maneira genealógica as apresentações dos ditos batuques realizadas para um público não praticante, ou seja, os expectadores. O fenômeno da espetacularização dessas práticas através da orquestração de apresentações para um público específico, composto majoritariamente por homens e mulheres brancas/europeus, será explorado aqui por meio da análise de estudos de casos específicos ocorridos ao longo do período de consolidação do controle português na região e no decorrer da primeira metade do século XX. As frestas abertas pelo paradoxo colonial da diferenciação e assimilação das populações nativas africanas ficam evidentes com esses exemplos, onde pretendo perceber as maneiras como essas danças e músicas foram acionadas em determinadas horas como subsídio e, em outras, como possibilidades de subversão dos projetos coloniais.

4.4.1. Subsídios

A “música cafre” que tanto impressionou Freire de Andrade em 1891 apresentada pelos membros da comunidade chopi comandada pelo régulo Novéle parece ter se tornado, dez anos depois, num “espetáculo curiosíssimo [...] já conhecido” pelo correspondente e pelo público do jornal laurentino *O Português*. Outra mudança importante a ser notada é a própria organização dessas apresentações. Por um lado, a orquestra de Novéle apresentou-se todas as noites para o militar explorador. Cantaram e dançaram expondo

⁵⁴⁵ CRAVEIRINHA, José. *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance Editores, 2009.

seus feitos. Causaram receios à segurança da comitiva portuguesa ao realizarem suas performances. Acompanharam-na por longo tempo, deixando claro que estavam do lado daqueles europeus, desejando serem seus parceiros. Agiram por conta própria. Por outro lado, em 1901, as danças e músicas similares executadas pelos membros da comunidade chefiada pelo régulo Novéle continuava interagindo com instâncias do poder colonial português. No entanto, dessa vez, não mais causaram medo ao homem branco ou foram usadas como demonstrativo do poder de seus praticantes. Nesse momento, pareciam ter perdido sua autonomia. As “danças dos *m'chopes*” haviam entrado na ciranda da dominação colonial. Operacionalizadas para a celebração da inauguração de uma igreja católica, foram apresentadas como uma forma de espetáculo capaz de representar o exótico e o selvagem das populações nativas, ao mesmo tempo em que valorizavam a capacidade controladora portuguesa sob as mesmas.

Efetivamente, desde o início da expansão da presença europeia no Sul do atual Moçambique, a partir da segunda metade do século XIX, as apresentações de ngodo fascinaram os olhos e ouvidos daqueles que se aventuraram por aquelas paragens. Vicent Erskine, o primeiro europeu a ir da nascente até a foz do rio Limpopo, importante rio da região, descreveu com deslumbramento, em 1875, o ngodo que havia presenciado durante sua viagem. Quando chegou em uma importante localidade, foi recebido por

Quatro ou cinco pianos nativos, ou melhor, harmonium, foram produzidos, e vários tambores, grandes e pequenos, com chocalhos que contêm as sementes caíres fechadas em capsulas de caniços; também outros chocalhos fixos em alças, e um tipo peculiar preso acima da panturrilha e do tornozelo da perna direita. O piano começou a melodia, que formavam uma espécie de acompanhamento para o canto no ar; os pequenos tambores tiveram sua própria parte e os grandes tambores a sua; os chocalhos de um tipo e os chocalhos nas pernas também tiveram partes separadas. Os instrumentos de tipos diferentes foram tocados em conjunto, cada um na sua vez, e em intervalos, uma vez que fosse considerado necessário; um estrondo de todos veio num coro conjunto. O efeito foi bom, e a música muito regular. No momento em que ela morreu quase em silêncio, e então gradualmente foi ficando mais alto como se cada instrumento entrasse em conversação, até que os grandes tambores, os chocalhos de mão, os chocalhos das pernas, a voz grave e o coro vieram para o final crescendo, e depois gradualmente morreram novamente. Eu nunca ouvi novamente música nativa tão eficaz, em parte porque no nosso regresso, os homens estavam ausentes em uma expedição guerreira.⁵⁴⁶

⁵⁴⁶ ERSKINE, Vincent. “Journey to Umzila’s, South-East Africa, in 1871-1872”. In: *The Journal of the Royal Geographical Society of London*. Vol. 45 (1875), p.56-57. No original: “Four or five native pianos, or rather harmonium, were produced, and several drums, large and small, with rattles containing the seeds of the Kaffir boom enclosed in reed cases; also other calabash rattles fixed on handles, and a peculiar kind fastened above the calf and ankle of the right leg. The piano started the tune, which formed a sort of accompaniment to the singing or air; the little drums had their own part and the big drums their; the

Características semelhantes às descritas por Vincent Erskine, como a relação desse tipo de prática com funções militares dos praticantes, puderam ser sentidas ainda no século XIX por Freire de Andrade. As letras elaboradas previamente por um compositor que as imprimia como um mecanismo de comunicação entre aqueles que realizavam a performance e aqueles que a assistiam, as ricas coreografias previamente ensaiadas, e, principalmente, suas grandiosas orquestras de timbila, o instrumento musical que marcava com uma característica impar o ngodo, rapidamente transformaram-se em objeto de deslumbre e de análise dos administradores coloniais portugueses.

Elencada como ponto focal dessas apresentações, em detrimento dos outros instrumentos e dos outros elementos que compunham o ngodo, a timbila ganhou destaque, tornando-se o centro nervoso dessas apresentações e das descrições produzidas durante o período colonial sobre essa prática sociocultural nativa. Henri Junod, por exemplo, publicou um artigo, em 1927, dedicado à análise do “piano nativo da tribo chopi”. Segundo o conhecido missionário e etnógrafo, os xilofones seriam instrumentos que recorrentemente foram empregados pelos chamados Bantu. Porém, os chopi teriam desenvolvido técnicas tão apuradas na confecção e no tocar desses instrumentos que justificaria considerá-los enquanto uma genuína produção da genialidade desse grupo. Um ponto que corroborava essa ideia seria a de que as “tribos Bantus que os cercavam não hesitavam em chamar os chopi de ‘mestres’ da mbila”.⁵⁴⁷ Esse artigo em específico pode ser considerado como um dos primeiros a realizar uma descrição detalhada do processo de fabrico da mbila, das suas diferenças de tamanho que determinavam variadas sonoridades, de aspectos socioculturais relacionados a esse instrumento, da composição harmônica das orquestras de timbila e, principalmente, da sua estandização enquanto característica que deveria ser valorizada em detrimento de outras propriedades dessas orquestras. Junod, inclusive, teria tido “a sorte de comprar

rattlers of one sort and the leg-rattles also took separate parts. Instruments of one kind were played in conjunction with each other, each in their turns, and at intervals, as it was deemed necessary; a clash of the whole came in a chorus together. The effect was good, and the music very regular. At time it died away almost to silence, and then gradually grew louder as each instrument chimed in, till the big drums, hand-rattles, leg-rattles, bass voice and chorus came to the final crescendo, and then as gradually died away again. I never heard the native music again so effective, partly because on our return the men were absent on a warlike expedition”.

⁵⁴⁷ JUNOD, Henry. “The mbila orn ative piano of the Tchopi tribe”. In: *Bantu Studies*, vol.3:1, 1927, p. 275. No original: “The other Bantu tribes surrounding them do not hesitate to call the Vatchopi the ‘masters’ of the mbila”.

[uma tshilandza – mbila com maior número de teclas], que é uma verdadeira obra de arte", tendo as habilidades daqueles que produziam esses instrumentos podendo ser vista até na Universidade de Witwatersrand, na África do Sul.⁵⁴⁸

Outros contemporâneos a Junod, que foram anteriormente citados nesse capítulo, também ficaram impressionados pela timbila. Esse é o exemplo do administrador colonial António Augusto Pereira Cabral, que as apresentou como “o mais engenhoso instrumento usado pelos indígenas”.⁵⁴⁹ Ou de Fernando de Lima, que chamou a mbila apenas pela designação em português de marimba. O autor descreveu-a de forma simplificada, afirmou ser o “grande instrumento” usado para tocar “música indígena, [e] músicas europeias”.⁵⁵⁰ Sua interpretação do instrumento e da sua execução incorporava-as a cosmogonia do Império português na África. Fazendo parte de um éthos nacional que emanava da metrópole englobando todas as possessões ultramarinas, o som da timbila conseguiria deixar de ser “a música de Pretos”, tornando-se para o “coração saudoso autênticas melodias da terra natal”, sendo “frequente ouvirem-se os acordes do Hino Nacional” português. Sua conclusão era de que mesmo sendo uma “música indígena, bem tocada, é autêntica música portuguesa”.⁵⁵¹

Não deixa de ser irônico imaginar que para ouvidos portugueses, que poucas vezes tentaram entender os significados locais do ngodo e de suas orquestras de mbila durante as três primeiras décadas do século XX, aqueles sons tenham sido incorporados a uma perspectiva de representação da ação colonizadora civilizatória enquanto uma “autêntica música portuguesa”. Afinal, as orquestras eram muito importantes para as chefias chopi, sendo usadas pelos mesmos para representar o seu triunfo cultural frente outras comunidades, inclusive a portuguesa. De qualquer forma, parece ter sido importante esse tipo de construção da imagem desses músicos nativos e de seus instrumentos, pois os mesmos foram selecionados com frequência para representar a engenhosidade dos ditos indígenas moçambicanos nas exposições coloniais realizadas ao longo da primeira metade do século XX, em Portugal.

As grandes exposições surgiram na segunda metade do século XIX e ganharam força rapidamente, atingindo seu auge na primeira metade do século XX. Tornaram-se um grande palco ritual no qual os impérios selecionavam e produziam realidades das suas possessões ultramarinas, principalmente com o objetivo pedagógico de reforçar

⁵⁴⁸ Idem, p. 277. No original: “the good fortune to buy [a tshilandza], which is a real piece of art”.

⁵⁴⁹ CABRAL, António Augusto Pereira. *Op. Cit.*, 1925, p.41.

⁵⁵⁰ LIMA, Fernando de Castro Pires. *Op. Cit.*, p.10.

⁵⁵¹ Idem, p.11.

uma ordem colonial apresentada através dos esforços dos seus modelos de colonização e da reprodução de uma suposta verdadeira forma de vida daquele Outro que se buscava civilizar.⁵⁵² Para o caso de Portugal, foi por meio delas que buscou-se glorificar a “nação como um espaço pluricontinental”.⁵⁵³ Pesquisas como as de Omar Ribeiro Thomaz e de Patrícia Ferraz de Matos foram capazes de demonstrar a importância dessas exposições na construção de uma linha argumentativa que apresentava a colonização como algo necessário e como construção de um nacionalismo português, submentendo a própria sobrevivência da nação à capacidade expansionista portuguesa.⁵⁵⁴ No entanto, ao enfocarem as exposições a partir da metrópole, deixaram de lado as relações travadas durante seus preparativos no terreno das colônias e, conseqüentemente, os significados e as disputas que o processo seletivo daquilo que deveria ser enviado para ser exposto poderia acarretar.

Como tentativa de produzir uma “experiência sensorial da vida colonial”,⁵⁵⁵ a exibição de grupos humanos nessas exposições foi desde cedo um fator importante para a concretização do seu desígnio pedagógico e como forma de atrativo do público. A participação viva de nativos da Guiné, Angola e Moçambique, objetificados em gabinetes de curiosidade, ocorreram em diferentes cidades e exposições realizadas em Portugal ao longo desse período.⁵⁵⁶ Porém, foi na seção colonial da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 em Lisboa, evento considerado um marco na mudança de um ciclo político português sobre suas colônias na África, que a participação de indivíduos nativos provindos das diversas possessões portuguesas africanas foi substancialmente operacionalizada como chamariz para a atração do público metropolitano e como conferidor de legitimidade aos projetos coloniais portugueses.

A princípio, o comissário geral da Exposição do Mundo Português havia solicitado “um grupo de indígenas que reúna em tudo uma forte expressão etnográfica”

⁵⁵² Para uma análise abrangente sobre o fenômeno das exposições universais e sua relação com o poder colonial europeu, ver: CORBEY, Raymond. “Etnographic Showcases, 1870-1930”. In: *Cultural Anthropology*, vol.8, nº 3 (Aug., 1993), pp.338-369.

⁵⁵³ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UERJ/FAPESP, 2002, p.193.

⁵⁵⁴ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Op. Cit.* e MATOS, Patrícia Ferraz de. *Op. Cit.*

⁵⁵⁵ MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2014, p.166.

⁵⁵⁶ Para uma análise da primeira experiência centrada na presença de nativos nesse tipo de exposição, ver: MEDEIROS, António Fernando Gomes. “A primeira exposição colonial portuguesa e a representação etnográfica das províncias”. In: *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: ICS, 2006.

para serem remetidos para Lisboa. Sua lista era grande. Instava o Governador Geral de Moçambique que, por meio da Secretaria dos Negócios Indígenas, deveriam ser enviados de “4 a 6 indígenas da Zambézia”, “30 indígenas do norte da Colônia, de preferência ‘macondes’, ‘angonis’ ou macuas [...] que ofereçam interesse para exposições”, “1 casal de mestiços do Ibo”, mais outras duas famílias “compostas cada uma de 4 membros” da região de Inhambane e que pudessem construir “as cubatas típicas das respectivas regiões e nelas habitarem consoante os seus usos”. Além desses, as festas que estavam sendo organizadas deveriam contar com a presença de especial destaque de “40 indígenas do Sul da Colônia, landins ou machopes que possam exhibir o celebre batuque dos guerreiros”.⁵⁵⁷

A Secretaria dos Negócios Indígenas mostrou-se bastante preocupada com essa solicitação. Suas inquietações recaiam no alto custo que esse tipo de processo seletivo demandaria e sobre a responsabilidade pelas despesas referentes a manutenção dessas pessoas em Lourenço Marques e, posteriormente, em Lisboa. As correspondências entre administradores coloniais indicam que os gastos seriam demasiado altos para conseguirem corresponder às expectativas metropolitanas. A saída tomada foi a de selecionar com mais agudeza aqueles indivíduos que supostamente melhor serviriam como atrativos na exposição e que, no conjunto, seriam representativos do “indígena de Moçambique”. A preocupação da Secretaria dos Negócios Indígenas foi de, não conseguindo corresponder às demandas lisboetas, selecionar um “grupo de indígenas moçambicanos” para figurarem na Exposição do Mundo Português “formado por duas das mais representativas sub-raças bantus” que povoavam o território.⁵⁵⁸

Sendo assim, em 27 de abril de 1940, saíram de Lourenço Marques, rumo à Lisboa, 46 pessoas. Desse total, seis eram macondes, três homens e três mulheres, todos com alguma habilidade específica – escultores em madeira ou fabricantes de cestas e esteiras –, alguns traziam no corpo tatuado “a marca tribal”. No entanto, o principal destaque recaiu no grupo chopi formado por 30 homens, 5 mulheres e 5 crianças. Todos estariam levando “os seus trajes de batuque”. Os homens faziam parte de “uma orquestra de timbila (vulgarmente, marimbas), com os seus bailarinos”. A popularidade e a fama desse grupo pareciam ser significativas, o que indicava uma boa e anterior

⁵⁵⁷ *Carta do Comissário Geral da Exposição do Mundo Português para o Governador Geral de Moçambique*, de 21 de junho de 1939. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa 84. Machope era uma das muitas formas que apareciam grafadas o nome do grupo chopi.

⁵⁵⁸ *Circular do Chefe da repartição técnica de estatística para o Secretário dos Negócios Indígenas*, Lourenço Marques, 27 de abril de 1940. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa 84.

relação com setores da administração colonial. Comandada por um régulo da Circunscrição de Zavala, região ao norte de Lourenço Marques (vide mapa), bailarino e “compositor de melodias africanas que serão executadas pela orquestra”, previamente teriam se apresentado na África do Sul, onde teriam sido muito apreciados. Para além, o secretário em Lourenço Marques defendeu a validade da escolha desses bailarinos e músicos apelando para o conhecimento disseminado de que “as orquestras chopi de timbila” seriam a “expressão mais apurada da música indígena e os chopi são, das populações do nosso território, aquele que melhor traduz o gênio musical dos bantu”.⁵⁵⁹ Buscava-se, assim, repetir o sucesso que os “tocadores de marimbas moçambicanos” haviam feito na I Exposição Colonial Portuguesa, ocorrida em 1934.⁵⁶⁰

Na década de 1930 e 1940, esse tipo de apresentação organizada por diferentes setores do poder colonial, com objetivos relacionados a um processo de espetacularização da vida e de práticas socioculturais específicas das populações nativas, numa ação de apropriação das mesmas para preceitos dos projetos colônias, estava bastante consolidada. Apesar dos evidentes destaques, as orquestras de timbila nessas apresentações, ignorando aspectos que as inseriam nas lógicas do migodo e dentro de nexos de poder dos chopi, eram conectadas ao poderio colonial português desde o princípio da corrida expansionista na região. As experiências advindas desse processo no território colonial, conjuntamente com o paradoxo da assimilação/distinção, foram ferramentas importantes para a demonstração e para a consolidação do controle sobre as populações nativas. Raúl Bernardo Honwana, por exemplo, relembra em suas memórias que quando da viagem do alto-comissário britânico na África do Sul a circunscrição de Bela Vista, ao sul de Lourenço Marques, em 1929, o conde de Althon, e sua esposa, princesa Alice, membra da família real britânica, foram “os convidados [e] assistiram a vários batuques” organizados especialmente para os visitantes.⁵⁶¹

Outras apresentações dos genericamente designados batuques foram organizadas, ao longo das primeiras décadas do século XX, para figuras ilustres do cenário político português e para membros de famílias reais europeias durante suas passagens por Moçambique. Em meados de 1890, o proeminente ex-ministro da

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ SERRA, Filomena. “Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns”. In: *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v.5, n.1, jan./2016 – jun./2016, p.54. Sobre a exposição de 1934 e seus registros iconográficos, inclusive dos “marimbeiros da colônia de Moçambique”, ver: SERÉM, Maria do Carmo. *A Porta do meio: a Exposição Colonial de 1934: Fotografias da casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001.

⁵⁶¹ HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias*. Maputo: Marimbique, 2010, p.83.

Fazenda da monarquia portuguesa havia se deslocado para Moçambique com o objetivo de inventariar os recursos econômicos disponíveis naquele território. Num cenário distinto daquele encontrado no interior por Freire de Andrade, o político português foi recebido em Lourenço Marques num ambiente controlado pelas autoridades municipais, onde arranjaram um espetáculo de “dança de guerra landim” para os membros da comitiva poderem assistir.⁵⁶² A prática de receber uma autoridade portuguesa com um “grande batuque” parece ter se disseminado tão rapidamente quanto a própria presença da administração colonial portuguesa pelo território.

O Governador Geral, em 1905, ao viajar para o Norte, teria sido recebido em Quelimane por “um batuque de três mil negros”.⁵⁶³ No ano seguinte, quem teve o privilégio de assistir a algo parecido, mas agora em Lourenço Marques, foram os duques de Connaught. O jornal *O Progresso* anunciou, poucos dias antes da chegada dos membros da família real britânica, a vinda de “1.200 indígenas para tomar parte do batuque” organizado para recepcionar a ilustre comitiva. Esses “indígenas” especificamente provinham de Inhambane e, possivelmente, traziam suas orquestras de timbila com o intuito de realizarem uma performance em solo laurentino.⁵⁶⁴ O total de “indígenas que estiveram presentes no batuque”, segundo o *Lourenço Marques Guardian*, provindos de diferentes sedes administrativas coloniais que circundavam a cidade, adicionados alguns outros da região de Inhambane, somavam o espantoso número total de 15.250.⁵⁶⁵

A apresentação ocorreu no “centro da cidade”, onde “um exército de indígenas, completo em todos os detalhes, incluindo mesmo armas de ataque e defesa - azagaias, machadas e escudos” foi dirigido por “somente três europeus e um pequeno número da polícia indígena”. Mesmo com a exorbitante quantia de “indígenas [...] no local do batuque” e a reduzida quantidade de autoridades postas para evitarem qualquer imaginável tumulto, o evento teria sido primorosamente ordeiro. Com relação àqueles que provavelmente haviam sido deslocados forçosamente para Lourenço Marques com o intuito de apresentarem-se nesse espetáculo, o mesmo jornal afirmou que demonstraram “deleite e interesse”, não tendo ninguém notado “qualquer sinal de

⁵⁶² Sobre a viagem de Mariano de Carvalho e os registros produzidos durante a expedição, ver: FERNANDES, Paulo Jorge. “A fotografia e a edificação do Estado Colonial: a missão de Marinho de Carvalho à província de Moçambique em 1890”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *Op. Cit.*

⁵⁶³ *O Progresso*, 05 de agosto de 1905. BNP.

⁵⁶⁴ *O Progresso*, 22 de fevereiro de 1906. BNP.

⁵⁶⁵ *Lourenço Marques Guardian*, 12 de março de 1906. AHM. Cabe lembrar que os dados estatísticos apresentados no capítulo 3, que dizem respeito ao ano de 1904, dão um total populacional de 9.849 habitantes em Lourenço Marques.

‘aviltamento’ ou de descontentamento por parte dos indígenas”.⁵⁶⁶ Todos esses fatores evidenciam como o intento do evento, e das descrições subsequentes ao mesmo, tiveram claramente o intuito de valorizar a capacidade portuguesa de convocar, reunir e organizar, sem esforço excessivo e sempre sobre muito controle, um grande número daqueles que se encontravam sob o seu domínio. Ao mesmo tempo, ao insistirem na passividade dos ditos indígenas reforçavam uma suposta demonstração de adesão dessas populações nativas às causas colonizadoras portuguesas.

Aquilo que foi realizado em março de 1906 serviu como ensaio para o que veio a ocorrer em 1907, quando da passagem do príncipe-herdeiro D. Luiz Filipe de Bragança pela capital moçambicana. Apesar das poucas vozes dissonantes contrárias as festas planejadas,⁵⁶⁷ a imprensa de Lourenço Marques esteve em clima de rebuliço com a vinda de “Sua Alteza Real”, como assim o chamou *A Tribuna*, em editorial eufórico que dava boas-vindas a ilustre figura da monarquia portuguesa.⁵⁶⁸ Foram longos os preparativos para esse dia. Um mês antes da chegada da comitiva, no dia 15 de junho de 1907, o Secretário Geral convocou “todas as Associações, Grêmios, Clubes, Redatores de Jornais e Câmara Municipal de Lourenço Marques” para enviarem um delegado representante para participar de uma reunião com o “fim de se acordar num programa para a recepção de Sua Alteza o Príncipe Real D. Luiz Filipe”.⁵⁶⁹

Foram organizadas inúmeras recepções para o príncipe. A “colônia chinesa”, os “negociantes mouros”, os “notáveis de Lourenço Marques” e tantos outros grupos que habitavam a cidade tentaram participar e se mostrar presentes naqueles festejos.⁵⁷⁰ Era necessário preparar tudo para a visita do príncipe não apenas durante sua estadia em Lourenço Marques. A comitiva ainda passaria por outras terras em Moçambique, como a região de Manica e a cidade da Beira, e por outras importantes cidades do Natal, de Transvaal e da África do Sul. O Secretário Geral, por exemplo, direcionou cartas aos cônsules de Portugal em Pretória, Durban e Cidade do Cabo solicitando que fossem obtidas “bandeiras para embelezamento de ruas e edifícios, quantas, por que preço, de

⁵⁶⁶ *Lourenço Marques Guardian*, 08 de março de 1906. AHM.

⁵⁶⁷ O jornal *O Progresso* recusou-se a enviar um delegado de sua redação por se posicionar contra os gastos para os festejos e que uma visita como aquela organizada de nada alteraria a situação econômica existente. In: *O Progresso*, 27 de junho de 1907. BNP.

⁵⁶⁸ *A Tribuna*, 29 de julho de 1907. BNP.

⁵⁶⁹ *Carta do Secretário Geral, em Lourenço Marques, para o presidente da Direção do “Instituto Goano” de Lourenço Marques*, de 15 de junho de 1907. In: AHM, Fundo da Direção dos Serviços de Administração Civil (doravante, FDSAC), caixa 2195.

⁵⁷⁰ *O Progresso*, 15 de julho de 1907. BNP.

aluguer ou por compra”.⁵⁷¹ A enorme quantidade de correspondências entre diferentes setores dos poderes coloniais dessas cidades e, principalmente, o tom adotado nelas, sempre muito zeloso para tornar a visita mais agradável possível, sem preocupações em economizar dinheiro para isso, demonstra a importância que o evento havia ganhado para a administração colonial portuguesa em Moçambique. Aquele era o momento propício para demonstrar a eficácia dos administradores em efetivar o processo de colonização.

Dentre esses vários preparativos, coube aos “administradores das circunscrições” organizarem “os régulos para apresentarem [em Lourenço Marques] 6.000 a 7.000 indígenas em trajes de gala”.⁵⁷² Os administradores e os régulos conseguiram fazer um trabalho ímpar de angariar representantes capazes de demonstrar suas habilidades nas festas organizadas para o príncipe. Impressionando os estrangeiros que se encontravam na cidade, teriam permanecido nas ruas laurentinas “cerca de vinte mil indígenas armados em guerra, mantendo-se na perfeita ordem sem o mais ligeiro auxílio de força e apenas pela obediência aos administradores das respectivas circunscrições”.⁵⁷³ Essa capacidade de reunir tantos dito indígenas para “um espetáculo sem precedente e sem imitação possível em qualquer outra colônia” parece ter impressionado o filho do rei português, que recebeu pessoalmente os régulos do distrito de Lourenço Marques e alguns de Gaza. Em troca, as autoridades africanas “manifestaram o seu entusiasmo pela presença” real.⁵⁷⁴

Efetivamente, foi por meio da “concorrência de pretos” que se apresentaram com uma “orquestra dos Chopi” e com o “bataque de guerra”, realizados numa das principais avenidas de Lourenço Marques, que as celebrações alcançaram um patamar classificado pela imprensa laurentina como “um dos mais sensacionais espetáculos com que assombramos o mundo”. Essa era, em menos de um ano, a segunda vez que a administração colonial portuguesa conseguia, em parceria com os régulos locais, organizar a apresentação de um número exorbitante de “negros armados e equipados” para serem vistos performando um “bataque de guerra [...] no coração da cidade”. O “formigueiro humano de zagaias”, que traziam consigo “penachos estupendos a cobrir-

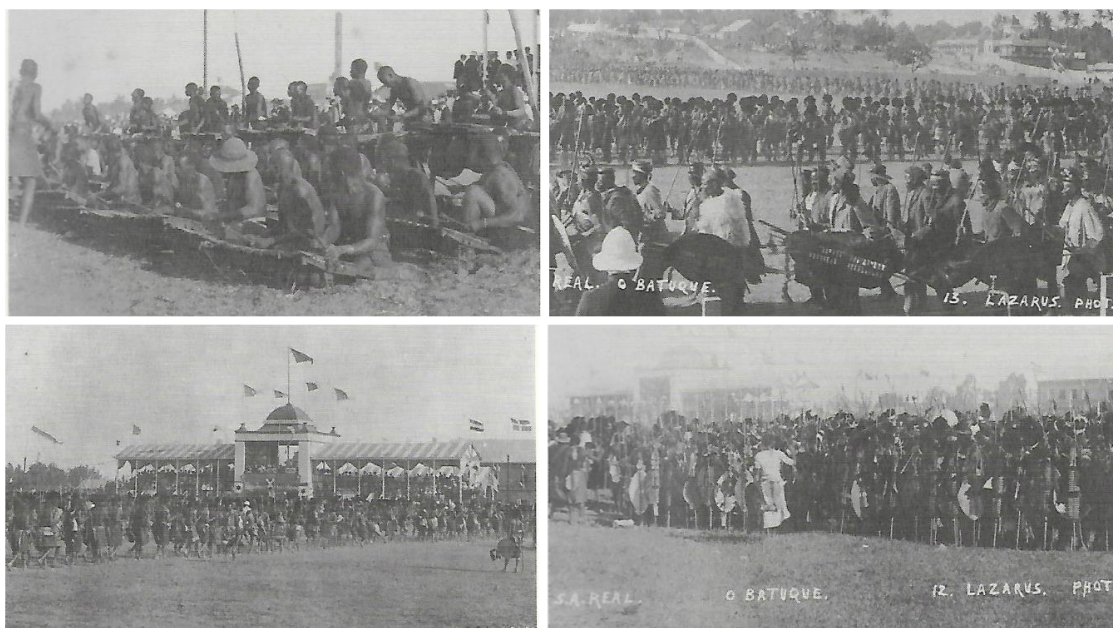
⁵⁷¹ *Carta do Secretário Geral aos cônsules de Portugal em Pretória, Durban e Cabo*, de 17 de junho de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

⁵⁷² *Carta do Secretário Geral ao Governador do Distrito de Lourenço Marques*, de 17 de junho de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

⁵⁷³ *Telegrama do Ministro da Marinha e do Ultramar para Lisboa*, Lourenço Marques, 30 de julho de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

⁵⁷⁴ *Telegrama do Ministro da Marinha e do Ultramar para Lisboa*, Lourenço Marques, 02 de agosto de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

lhe a cabeça e o rosto”, dando a impressão de “milhões de Diabos saídos das profundezas do Inferno”, certamente impressionou.⁵⁷⁵ Porém, a magnitude do espetáculo esteve mais na capacidade daqueles que se apresentaram serem mantidos ordenados em comunhão com os objetivos que a cerimônia previa, nutrindo uma suposta cooperação e comunicação entre partes distintas, do que os calafrios que percorriam as espinhas dorsais dos expectadores quando “talvez os mesmos [que se apresentaram], há cerca de 12 anos, ameaçavam pôr a ferro e fogo” a cidade de Lourenço Marques a baixo.⁵⁷⁶



Apud SOPA, António. *Op. Cit.*, p.259-260. As lentes dos irmãos Joseph e Moses Lazarus, responsáveis pelo principal estúdio fotográfico de Lourenço Marques na primeira década do século XX, registraram a “orquestra chopi” e o “bataque de guerra” realizados, em 1907, em homenagem a D. Luiz Filipe, príncipe herdeiro de Portugal. Utilizando-se de planos que captassem a vastidão de pessoas que se apresentaram no espetáculo, posso supor que as fotos referentes ao “bataque” foram tiradas com o intuito de capturar a grandiosidade daquele evento.

A interpretação oficial foi exatamente de que as festas apresentaram apenas cenas de regozijo e entusiasmo por parte daqueles que tomaram lugar no “espetáculo”. Ao desfilar performaticamente com seus batuques perante a “sua Alteza”, os homens, com suas armas em punhos, estariam demonstrando para todos que lá assistiam a “perfeita compreensão” que tinham do domínio português “sobre os indígenas”. Esse fator era reforçado pelas recorrentes referências a maneira como mantiveram-se

⁵⁷⁵ *O Progresso*, 01 de agosto de 1907. BNP.

⁵⁷⁶ *A Tribuna*, 30 de julho de 1907. BNP.

controlados e obedientes sob “as ordens de 6 ou 7 europeus”. Tudo isso serviria para demonstrar que, naquelas paragens moçambicanas, estaria sendo “válido o trabalho português”.⁵⁷⁷ Ao excluïrem o medo que em outros momentos esses tipos de “movimentos [...] de guerra” e de cantos poderiam ter causado, tratando-os como manifestações folclóricas de usos e costumes locais, o resultado do processo de espetacularização do domínio português a partir de práticas socioculturais nativas não poderia ser mais satisfatório para as autoridades coloniais que presidiram o evento.

4.4.2. *Subversões*

Desempenhados para olhos e ouvidos estranhos àquelas práticas, as orquestras de timbila, o ngodo, os “batus de guerra”, e tantas outras danças e cantos, passaram por um processo de ressignificação acelerado naquelas primeiras décadas do século XX. Por um lado, buscou-se, por meio de uma espetacularização daquelas apresentações, abrandar sentidos nativos das mesmas que poderiam ser nocivos aos intuítos dominadores portugueses, ao mesmo tempo em que tentou-se a apropriação das mesmas para reverberar aspectos importantes dos projetos coloniais. Por outro lado, independente das adaptações que aqueles praticantes se viram obrigados a promover no bojo desse processo, participar ou não dessas performances espetacularizadas que resignificavam tais práticas era angariar para si um espaço de diálogo que dificilmente existiria de outra maneira dentro da estrutura racista excludente colonial que vinha sendo desenvolvida.

Enquanto situações sociais, os momentos previamente analisados, assim como tantos outros similares, permitem entender formas de poder e de intercâmbios dentro dessa comunidade racialmente desigual, construída pela estrutura colonial portuguesa, que interagiram entre si. Ambos se influenciaram nesse processo. Ao forçarem as frestas das estruturas de controle produzidas pelo arcabouço do poder colonial, as populações nativas transformaram o próprio projeto colonizador, mas também foram transformadas a partir das trocas necessárias desenvolvidas a partir dessas interações obrigatórias. As mudanças ocorridas nessas práticas, advindas das pressões da dominação colonial, abriram portas para um novo contexto. Ao dançarem e cantarem para o príncipe, para uma plateia que não compartilhava das lógicas socioculturais que atribuíam um significado específico para essas práticas, fez-se um espetáculo. Nesse sentido, era algo

⁵⁷⁷ *Telegrama do Ministro da Marinha e do Ultramar para Lisboa*, Lourenço Marques, 02 de agosto de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

que deveria ser visto e que possuía um propósito que fugia aos grupos que desempenhavam as performances. No entanto, na medida em que os significados daquelas práticas estavam em disputa, o momento da celebração do poder português sobre aquelas pessoas foi uma ocasião preciosa para reivindicar a capacidade de dizer o que se pensa e mostrar do que é capaz.

O entusiasmo gerado pelas apresentações organizadas em 1907, por vezes, esmoreceu levemente quando era percebida a ocorrência de “uns pequenos distúrbios”.⁵⁷⁸ O pequeno número de “três prisões por desordens indígenas” foi minimizado pelas autoridades metropolitanas que se encontravam na cidade, frente a enorme quantidade de pessoas que permaneceram em Lourenço Marques por cerca de três dias.⁵⁷⁹ Para além dessas supostas prisões, nos meses seguintes ao “batuque em honra de S. A. o Príncipe Real” apareceram algumas reclamações mais acaloradas sobre as ações dos indivíduos que se encontravam na cidade para realizarem as apresentações. Queixando-se da incapacidade dos administradores coloniais de controlarem seus comandados, o serralheiro João Gomes Jardim, por exemplo, dirigiu uma solicitação de indenização pelos arames que teriam sido roubados de sua propriedade, no bairro do Alto Mahé, durante os festejos. A Secretaria dos Negócios Indígenas respondeu ao queixoso dizendo que o mesmo deveria recorrer aos tribunais responsáveis para ter seu prejuízo ressarcido.⁵⁸⁰

Esse não foi o único caso em que setores da administração colonial foram acionados para responder as ações daqueles que se encontravam em Lourenço Marques para engrandecer os festejos e a recepção ao príncipe real. O jornal *O Progresso*, mostrando-se preocupado em saber como haviam sido tratados os participantes da “parada de guerreiros negros”, afirmou que viu muitos partirem “levando grossas peças de carne para a viagem” e que também “se distribuiu vinho”.⁵⁸¹ Utilizando-se de tom depreciativo, alguns relatos sobre os chamados batuques enfatizaram que esses poderiam ser apresentados para qualquer plateia, desde que aqueles que os realizassem recebessem um pagamento em comida ou bebida pela sua performance. A necessidade de angariar um número exorbitante de “guerreiros negros” para as apresentações de 1907 teve como resposta possíveis demandas que dificilmente a administração colonial

⁵⁷⁸ *O Progresso*, 05 de agosto de 1907. BNP.

⁵⁷⁹ *Telegrama do Ministro da Marinha e do Ultramar para Lisboa*, Lourenço Marques, 30 de julho de 1907. In: AHM, FDSAC, caixa 2195.

⁵⁸⁰ *Processo referente a solicitação de indenização de danos causados em propriedade*, 28 de agosto de 1907 e 04 de setembro de 1907. In: AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, Caixa 1630.

⁵⁸¹ *O Progresso*, 05 de agosto de 1907. BNP.

seria capaz de responder. As peças de carnes que a imprensa afirmou ter visto nas mãos dos “guerreiros negros”, talvez não tenham sido fornecidas pelos responsáveis dos preparativos da festa como forma de retribuição a participação daqueles. Ao invés disso, podem ter sido tomadas a força atendendo as possíveis exigências daqueles que se apresentaram em Lourenço Marques.

Contrariando o discurso empregado para engrandecer as qualidades de subjugação dos nativos ao poder colonial português, os comerciantes Corrêa & Martins exigiram uma larga quantia de indenização às autoridades, pois “os pretos que deviam fazer parte do batuque” de 1907 teriam matado quatorze, dos 384 bois vivos que estavam sendo descarregados na cidade durante o evento. Segundo o relato anexado as demandas, os “suplicantes ou seus serviçais” nada puderam fazer para deter “uma avalanche de pretos que de azagaia em punho, atacaram os animais”.⁵⁸² Ao que parece, as reclamações de Corrêa & Martins não surtiram efeito. A comissão dos festejos se absteve de qualquer responsabilidade. Não podendo averiguar a veracidade do relato, respondeu que nada tinha “com os desmandos dos indígenas”.⁵⁸³ O desembarque dos bois ocorreu próximo a um local onde se “achavam indígenas de todas as circunscrições” acampados. O administrador de Manhica, localizada ao norte de Lourenço Marques, foi o único a prestar alguma informação. O mesmo disse ter visto “alguns pretos” da sua circunscrição com uma pequena quantidade de carne e um outro grupo “com uma perna de boi”. Perguntando a proveniência da carne, foi informado “ser de uns bois que tinham morrido na praia e que um branco [que] ali estava lhes havia dado”. A Secretaria dos Negócios Indígenas, que havia ficado de averiguar a procedência das reclamações, novamente adotou a postura de informar que os requerentes deveriam procurar os tribunais ordinários para poderem cogitar o recebimento de alguma indenização.⁵⁸⁴

O mesmo administrador teve que responder uma outra averiguação realizada pela Administração do Concelho de Lourenço Marques, a respeito das ações daqueles que o mesmo deveria controlar durante a recepção ao príncipe. Uma das testemunhas ouvidas nesse segundo caso relatou que quando voltava “de ver o batuque”, presenciou

⁵⁸² *Cartas dos comerciantes Corrêa & Martins ao Presidente e Vogais da Grande Comissão promotora de festejos e recepção de S. A. o Príncipe Real*, 05 de agosto de 1907 e 23 de agosto de 1907. In: AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, Caixa 1630.

⁵⁸³ *Informação prestada pelo presidente da Comissão promotora de festejos e recepção de S. A. o Príncipe Real*, 25 de agosto de 1907. In: AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, Caixa 1630.

⁵⁸⁴ *Informação prestada pelo administrador da circunscrição de Manhica*, 26 de agosto de 1907. In: AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, Caixa 1630.

“Luciano Ignácio Felix num rickshaw a berrar pelos pretos, que, tendo chegado primeiro do batuque,” furtavam uma grande quantidade de lenha que o mesmo armazenava perto do local onde esses acampavam. O proprietário teria ali “uns pretos guardando a lenha, mas que, com medo dos referidos indígenas, deixaram praticar o furto”. Outro depoente, postado na varanda de sua residência, viu “passar os pretos que recolhiam do batuque em honra de Sua Alteza o Príncipe Real, levando uma grande parte deles alguma lenha”. Mais outras duas testemunhas foram ouvidas e confirmaram o ocorrido.⁵⁸⁵

Em resposta às acusações, o administrador da circunscrição de Manhiça afirmou que antes de ir “com os pretos” para os festejos, havia realizado todos os preparativos necessários para a sua chegada na cidade. Tentando salvaguardar a sua competência enquanto funcionário colonial, que passava diretamente pela sua capacidade de manter o controle efetivo sobre aquele largo número de indivíduos que se encontravam em Lourenço Marques, disse que não houvera “durante os dias que ali permaneceram qualquer desordem entre os indígenas, nem estes se recusaram vez alguma a cumprir ou a desacatar quaisquer ordens dadas”. Isso não era de toda verdade. Nem todos respeitaram tanto assim a autoridade colonial representada por aquela figura, assim como não foi possível vigiar todos que se encontravam sobre sua responsabilidade. Afinal, o administrador colonial admitiu ser possível que “alguns pretos durante a noite [...] roubassem alguma lenha miúda e que ardesse melhor”, sem que esse fato fosse de seu conhecimento. No final, concluiu em sua defesa que era praticamente impossível “vigiar 5000 pretos que se julgavam em festa e que segundo o costume natural não se querem incomodar”.

Na conclusão desse caso, diferente dos anteriores, a parte que denunciou as ações dos ditos indígenas e acusou a incapacidade de vigilância da autoridade colonial, recebeu as 30 toneladas de lenha que havia exigido inicialmente como indenização. Os números dados pelos proprietários para a perda de seus patrimônios podem ser considerados exagerados, mas é sintomático perceber que no momento que deveria representar a comunhão entre lados opostos do processo de colonização, aqueles que participaram diretamente enquanto realizadores das apresentações espetacularizadas agiram de forma a sobrepujar o próprio controle exercido pelo poderio colonial sobre suas vidas. Foram momentos como esses que acabaram por servir de pressão das

⁵⁸⁵ *Auto de investigação procedido pelo secretário da Administração do Concelho de Lourenço Marques*, 20 de agosto de 1907 e 26 de agosto de 1907. In: AHM, DSNI, Tribunais Indígenas, Caixa 1630.

populações nativas para suas reivindicações ou, ao menos, para demonstrar que suas exigências perpassavam por uma autonomia dos seus modos de vida frente as tentativas de transformações impostas pelas forças coloniais.

Noutros momentos selecionados especificamente para demonstrar a força colonial portuguesa, onde a celebração dessa capacidade de dominação deveria ocorrer através da apresentação instrumentalizada dessas práticas vulgarmente designadas como batuques, percebe-se um processo que não foi pacífico e que rapidamente tornou-se num momento precioso para expressar a capacidade de pressão daqueles que tentavam ser cooptados sob seus algozes. A apropriação dessas práticas aos intuitos colonizadores teve que lidar com a sua incapacidade de controlar todas as forças envolvidas nesse jogo, assim como o gingado que os ditos indígenas souberam dançar quando pressionados para participarem dessas formas de publicização da capacidade colonizadora portuguesa.

O elencar de heróis que participaram das batalhas pelo desmantelo dos reinos africanos que se encontravam em territórios pleiteados pelos portugueses, no final do século XIX, e a biografia de alguns dos personagens que atuaram nesses conflitos, foram valorizadas dentro das narrativas sobre a conquista da África. Um dos momentos entendidos pelos contemporâneos desse processo como chave para a consolidação do poder português no sul de Moçambique foram as batalhas ocorridas em Marracuene, em 1895. Região localizada no marco fronteiro norte da cidade de Lourenço Marques, os conflitos travados entre forças militares portuguesas e régulos contrários a presença europeia foram considerados pelos intérpretes da colonização como um dos momentos mais importantes para a derrocada do reino de Gaza e da prisão de Gungunhana.⁵⁸⁶

Ao longo de toda a primeira metade do século XX, Marracuene e os combates por lá travadas, foram utilizados como símbolo da força e do heroísmo militar português. No aniversário de cinquenta anos das batalhas, o jornal *O Oriente* promoveu uma romagem cívica ao cemitério municipal “em homenagem aos heróis [...] de Marracuene”.⁵⁸⁷ O *Lourenço Marques Guardian* valorizou aquela data explicando aos seus leitores que o “combate de Marracuene” era a “base de todo [...] esforço feito para a ocupação definitiva de Moçambique”. A solenidade promovida em 1945 foi marcada pela presença de diferentes pelotões militares e pela realização de uma missa campal

⁵⁸⁶ CAYOLLA, Lourenço. *Marracuene*. Lisboa: Divisão de publicações e biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1935.

⁵⁸⁷ *Lourenço Marques Guardian*, 25 e 30 de janeiro de 1945. BNP.

assistida por “cerca de 2000 indígenas, que saudaram” com suas armas o hastear da bandeira portuguesa.⁵⁸⁸

Ao mesmo tempo que eventos como esses entraram para a narrativa colonizadora portuguesa, a proximidade de Marracuene com Lourenço Marques certamente foi um facilitador no momento da construção daquela paragem como local propício para a realização desse tipo de celebrações. Constantemente, a imprensa laurentina anunciava a realização de excursões recreativa até aquelas paragens.⁵⁸⁹ As visitas a Vila Luiza, nome empregado durante o período colonial para aquela região, por figuras de autoridade portuguesa como “o governador e outras entidades”, normalmente acompanhadas por “batuques organizados” pelos responsáveis desses passeios, era um evento recorrentemente noticiado pela imprensa laurentina.⁵⁹⁰

Por todos esses motivos, não é de surpreender que durante a passagem de D. Luiz Filipe de Bragança pela cidade, depois dos batuques em sua homenagem, o mesmo deslocou-se, acompanhado do Governador Geral e do Ministro da Marinha para aquele sítio, com o objetivo de prestar homenagens no “campo onde se feriu a batalha que primeiro imortalizou o exército português na rebelião cafre no ano de 1894 a 1895”.⁵⁹¹

Ainda assim, não parece ter sido uma prerrogativa de um regime político em específico, que estivesse em vigor em Portugal, usar-se das apresentações dos chamados batuques em Marracuene. O advento do regime republicano, em 1910, não alterou substancialmente o estilo dos eventos e a utilização de uma presença maciça das populações nativas em suas cerimônias, muito menos significou uma alteração do local escolhido para a sua realização. O jornal *O Africano* noticiou a ocorrência, em 1912, de grandes “festas da República em Marracuene”. Com a participação do governador geral de Moçambique, os régulos receberam “a bandeira do novo regime” e foram realizados “batuques e mais manifestações de estilo” assistidas por cerca de “cinco mil indígenas”.⁵⁹² Aparentemente para atrair a presença desse grande contingente de pessoas a solenidade da “entrega [...] das bandeiras aos régulos”, haviam sido preparados vários “bois para o sacrifício”.⁵⁹³

⁵⁸⁸ Lourenço Marques *Guardian*, 03 de fevereiro de 1945. BNP.

⁵⁸⁹ Exemplos dos preparativos e da realização dessas excursões podem ser vistos em: *O Brado Africano*, 06 de fevereiro de 1943 e 20 de março de 1943. BNP.

⁵⁹⁰ *O Africano*, 07 de agosto de 1912. Word Newspaper Archives (doravante, WNA). Nesse mesmo ano, teria sido inaugurada uma estátua em homenagem aos combatentes portugueses mortos durante os eventos de 1895. Ver: *O Africano*, 29 de agosto de 1912. WNA.

⁵⁹¹ *O Progresso*, 05 de agosto de 1907. BNP.

⁵⁹² *O Africano*, 17 de outubro de 1912. WNA.

⁵⁹³ *O Africano*, 19 de setembro de 1912. WNA.

Tomar parte em celebrações organizadas pelas autoridades coloniais não foi tão linear como a princípio pode parecer. Muito menos um movimento que emergia das entranhas do controle colonial e que se espelhava sem encontrar resistências em alguns setores daquela sociedade. Os eventos ocorridos em Marracuene, local que, por um lado, simbolizava a vitória portuguesa sobre grupos contrários a essa presença e, por outro lado, a submissão dos derrotados a constituição de um novo poder, exigiu mais do que as forças armadas europeias. Aqueles bois não estiveram ali, prontos para sacrifício, à toa. Como vimos anteriormente, os participantes das apresentações espetacularizadas de práticas nativas tomavam determinadas ações de acordo com o que entendiam ser o justo para estarem naquelas festas. O aprendizado da colonização promoveu uma pedagogia na qual mostrava-se necessário um diálogo para garantir a realização de alguns eventos, constituindo com isso necessários espaços de barganha.

Em 1905, dez anos após as batalhas travadas em Marracuene, o administrador colonial daquela circunscrição tentou organizar uma grande festa que deveria durar um final de semana inteiro. A concorrência para aquele evento foi grande. Muitos aproveitaram para visitar “o sítio onde se feriu o combate de [...] 1895”.⁵⁹⁴ Mas o que havia realmente chamado a atenção do público foi a promessa da realização de um batuque com a presença de diversos régulos e de seus homens. Contudo, os relatos publicados pela imprensa foram muito negativos. O enviado do jornal *O Progresso* afirmou já ter “visto muitos batuques”, o que o gabaritava em afirmar que aquilo que presenciou não foi “mais que um simulacro de batuque”, nunca tendo assistido “a um fiasco daquela ordem”.⁵⁹⁵

Porque, diferente dos demais, aquele havia fracassado tão miseravelmente? Não foi por não terem conseguido angariar um número significativo de homens para o realizar. Mesmo não sendo o número exorbitante que tinham anunciado, os régulos haviam trazido uma quantidade significativa de participantes. No começo parecia que tudo iria dar certo. O administrador da circunscrição de Marracuene e seu secretário conseguiram distribuir “os pretos ao longo da margem do rio”, para saudarem a chegada do governador geral no local da cerimônia. Entretanto, quando foi a vez de principiar o “batuque, [...] resultou muito desanimado e falto de efeito”. Do começo lânguido, para

⁵⁹⁴ *Diário de Notícias*, 13 de junho de 1905. BNP.

⁵⁹⁵ *O Progresso*, 15 de junho de 1905. BNP.

um final melancólico. “A certa altura do batuque, os pretos foram debandando e as 9 e meia da noite já não havia um único que dançasse”.⁵⁹⁶

O *Diário de Notícias* apontou para o fato de que fazia frio e de que muitos passaram “bastantes horas sem comer”.⁵⁹⁷ Os próprios régulos teriam tido dificuldades em conseguirem “levar ali a sua gente”. Ainda seria muito cedo para os guerreiros derrotados na batalha de Marracuene mostrarem-se coletivamente controlados por meio da sua participação em uma celebração simbólica dos vitoriosos? É uma hipótese. O que ficou constatado foi a “sagacidade do preto que, mais uma vez, se não deixou levar pelos lindos olhos de quem lhe endereçou o amável convite de o fazer rebentar de fome”.⁵⁹⁸ A contrapartida esperada por aqueles que participavam dessas performances apresentando-se para um público majoritariamente branco, ou não inserido nas lógicas socioculturais dessas práticas, era de serem compensados com uma significativa quantidade de comida. No caso das apresentações realizadas em 1907, para o príncipe real, os ditos indígenas que se encontravam em Lourenço Marques, talvez insatisfeitos com o que tinha sido prometido previamente, parecem ter resolvido essa questão passando por cima das autoridades que deveriam controlá-los e tomando à força o que entendiam ser seu por direito. Mesmo assim, o único caso registrado envolveu apenas aqueles indivíduos provindos da Manhiça, correspondendo a um episódio isolado, se pensarmos na enorme quantidade de indivíduos que se encontravam na cidade. Dois anos antes, em Marracuene, o administrador da circunscrição e todas as demais figuras de autoridade colonial, por um lado, haviam aprendido que sem, pelo menos, uma contrapartida entendida como satisfatória, existiriam debandadas dos chamados indígenas responsáveis pelas performances. Por outro lado, esses rapidamente entenderam a importância dessas cerimônias e as utilizaram para angariar algum benefício, nem que fosse a oportunidade de comer uma peça de carne bovina.

Essas apresentações performáticas nem sempre trouxeram apenas embaraços para a administração colonial com o descontrole, a escassez ou o abandono dos locais onde elas deveriam ocorrer. Nem todas as 40 pessoas que compunham o grupo chopi que havia zarpado para Lisboa, em 1940, para representar Moçambique na seção colonial da Exposição do Mundo Português, conseguiram voltar. O régulo que chefiou o grupo, nomeado na documentação portuguesa como Magengo, ficou doente, acabando

⁵⁹⁶ *Diário de Notícias*, 13 de junho de 1904. BNP.

⁵⁹⁷ *Idem*.

⁵⁹⁸ *O Progresso*, 15 de junho de 1905. BNP.

por falecer. Sepultado em Lisboa, sua viúva e seu filho voltaram sozinhos sem o corpo do finado marido. Quando do regresso dos “indígenas que foram representar” Moçambique nos festejos portugueses, Armando Magengo, filho do régulo Magengo, dirigiu-se para um órgão administrativo colonial localizado em Lourenço Marques para informar que seu pai havia falecido ainda em solo europeu. O chefe da repartição viu com preocupação o ocorrido. Sua leitura foi de que “a morte daquele régulo” deveria ser considerada “como tendo sido aos serviços da Nação” portuguesa. Para evitar qualquer sentimento de revolta que poderia se voltar contra as autoridades coloniais e para que “entre os indígenas” não ficasse “a mais leve impressão desagradável do Governo Português”, foi concedida a família do régulo uma indenização de 3.000 escudos. Além dessa quantia em dinheiro, previa-se que essa compensação fosse publicitada o máximo possível entre as “autoridades gentílicas [...] e os indígenas que fizeram parte do grupo que foi a Lisboa”. O intuito era de aproveitar o ocorrido para “elevar ainda mais o prestígio das autoridades entre os indígenas”.⁵⁹⁹

O fato de uma importante liderança nativa ter morrido e sido enterrada longe de sua terra natal provocou sentimentos angustiantes nos outros membros que compunham a comitiva, especialmente em Katini, compositor e músico que passou a ser o responsável pela orquestra de timbila anteriormente coordenada por Magengo. Katini foi um dos principais informantes de Hugh Tracey durante sua investigação sobre a musicalidade e os músicos chopi, nos anos 1940. As experiências decorridas daquela viagem haveriam de marcar a vida de Katini. Muitas das composições que foram apresentadas pelo informante do etnomusicólogo haviam sido feitas “enquanto est[eve] a bordo do navio entre Lourenço Marques e Lisboa”. A morte de Magengo, que aparece grafado no livro de Hugh Tracey como Manjengwe, também se tornou inspiração para uma de suas melhores composições, que funcionava como “clímax musical do ngodo”. No sétimo movimento do ngodo composto pelo líder da orquestra de timbila, em fevereiro de 1943, o seu autor cantava que

Fizemos novas músicas para a *Timbila* no meio do mar
Quando passamos por terras estrangeiras.
Ela veio trinando,
A filha Dewesiyane de Nyabindini,
Para incentivar a *Timbila*.
Você, Manjengwe, por que foi e morreu?
Agora você está morto, Manjengwe,

⁵⁹⁹ Carta do chefe da Repartição Central de Lourenço Marques ao Governador Geral, 24 de dezembro de 1940. E, carta do chefe da Repartição Central de Lourenço Marques ao administrador da Circunscrição de Zavala, 25 de janeiro de 1941. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa 84.

Não vamos vê-lo novamente.
 Se você aparecer nós não devemos acreditar nos nossos olhos.
 Pergunte Chinzawane, esposa de Manjengwe,
 Sobre a sua morte.⁶⁰⁰

Em nenhum momento as composições de Katini fizeram qualquer referência a indenização concedida pelas autoridades coloniais portuguesas. O sinal de prestígio que se pretendia inculcar parece ter sido em vão. Para além dos eventos ocorridos no início da década de 1940, nos trânsitos dessas pessoas entre Lisboa, Lourenço Marques e suas terras de origem, as letras de Katini e dos demais compositores, recolhidas por Hugh Tracey, versam sobre diferentes aspectos da realidade política e cotidiana do mundo no qual tantos outros classificados de forma genérica como indígenas estiveram inseridos. Os temas variaram. Por um lado, enfocaram a importância dos régulos como verdadeiros patronos para a realização das orquestras de timbila, ao mesmo tempo em que os criticavam quando não pensavam no bem comum. Utilizaram de suas vozes para se auto vangloriar, valorizar aspectos da história e da cultura chopi e a existência de rivalidades entre esses e outros grupos locais. Por outro lado, ainda que seja possível perceber a recorrência de temáticas engrandecedoras das capacidades chopi em detrimento dos recursos artísticos de outros grupos, como os shangana, a crítica as políticas coloniais portuguesas também parecem ter sido tema recorrente das composições do ngodo. Nesses casos, os enfoques recaíram sobre os mecanismos de exploração da mão de obra local, especialmente aqueles referentes as transformações nas formas de vida existentes anteriormente ao advento do trabalho migratório rumo as minas sul-africanas.

Como apontam Leroy Vail e Landeg White, os “alvos dos ataques mais ferozes no migodo são consistentemente aqueles que representam a autoridade portuguesa”.⁶⁰¹ Gomukomu, outro líder de uma orquestra de timbila, cantou que os “Chopi já não tem direito ao seu próprio país”.⁶⁰² Os portugueses, em geral, aparecem como agentes usurpadores do poder, que controlavam homens e mulheres através dos impostos que

⁶⁰⁰ TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, 1970, p. 18, 19, 24, 25, 26, 27. As passagens citadas no corpo do parágrafo, no original: “while on board ship between Lourenço Marques and Lisbon”, “musical climax of the ngodo”, ambas na página 27. O trecho do *mzeno* ou a música, no original: [...] We made new tunes for the *Timbila* in the midst of the sea / As we passed foreign lands. / She came warbling, / Dewesiyane daughter of Nyabindini, / To encourage the *Timbila*. / You, Manjengwe, why did you go and die? / Now you are dead, Manjengwe, / We shall not see you again. / If you appeared we should not believe our eyes. / Ask Chinzawane, wife of Manjengwe, / About his death, e se encontra na página 25.

⁶⁰¹ VAIL, Leroy; WHITE, Landeg. *Op. Cit.*, p.135. No original: “The targets of the most fierce attack in the *migodo* are consistently those that represent Portuguese authority”.

⁶⁰² TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.43. No original: “The Chopi no longer have right to their own country, let me tell you”.

cobravam e dos castigos físicos que infligiam. Os versos de Katini eram cheios dessas acusações. Os portugueses seriam aqueles que, por meio dos impostos, conseguiam se alimentar com “ovos e galinhas”, enquanto que os trabalhadores passavam fome.⁶⁰³ Era necessário bastante cuidado, porque os “portugueses batem nas nossas mãos / Em nós e nas nossas esposas”.⁶⁰⁴

Nas composições que exploravam as dificuldades do cotidiano no mundo racialmente hierarquizado que o colonialismo criou, os músicos versaram sobre as penúrias da migração para os locais de trabalho e como essa ausência afetou as relações sociais, especialmente as matrimoniais.⁶⁰⁵ É nesse vai e vem entre imposição do poder colonial português, através da taxaço e da coerço física, e a consolidaço dos movimentos migratórios para as minas sul-africanas, que essas canço es e orquestras de timbila tornaram-se numa forma de disseminaço de um sentimento anticolonial efervescente que conseguiu ir para além das fronteiras chopi. “O-oh, escute as ordens, / Escute as ordens do Português. / Homens! O Português diz, “Pague seu pound” / Isso é maravilhoso, pai! / Onde devo achar o pound?”.⁶⁰⁶ A pergunta provocadora de Katini nesses versos demonstra como a poesia cantada por homens como ele e Gomukomu exploraram muito bem a espetacularizaço que buscou controlar suas formas de expressáo ao inseri-las numa narrativa de pertencimento nacional português, como um palco para expressar esse sentimento.

Foi assim que o fascínio, do início do século XX, pelas apresentações de danças e músicas dos grupos nativos classificados como indígenas pelos portugueses, causaram um embaraço internacional. Em 1928, os alunos da Universidade de Witwatersrand resolveram promover uma festa. O objetivo era de angariar fundos para a construção de algumas instalações esportivas, como uma piscina para nataço. Para isso, organizaram a apresentação de “indígenas portugueses das raças ‘Shangane’ e ‘Mchope’”. O espetáculo da “dança usual” desses homens moçambicanos trabalhadores nas minas sul-africanas ocorreu no dia 21 de abril daquele ano e teria atraído mais de 5000

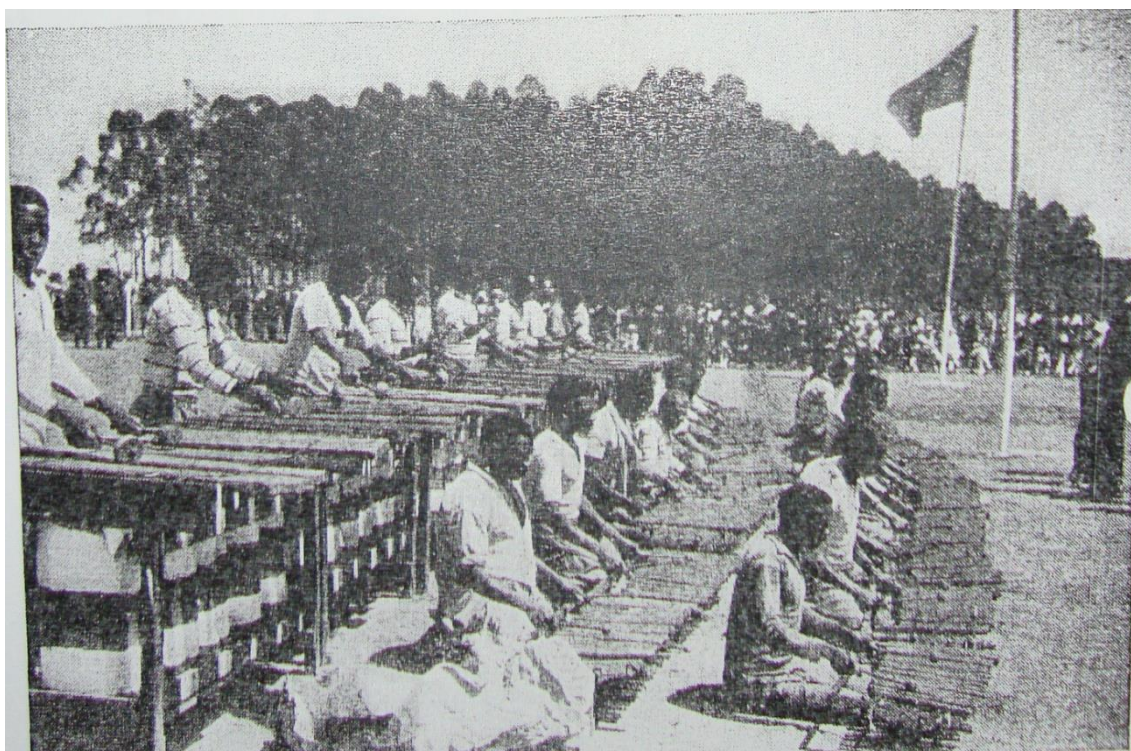
⁶⁰³ No original: “It is time to pay taxes to the Portuguese, / The Portuguese who eat eggs / And chicken”. In: TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.10. Noutra composiço, Gomukomu cantou “And when we spoke about the matter of food, / About the matter of food, they turned their backs. / We overheard the Portuguese speaking about food, / Speaking about food while their backs were turned”, p.48.

⁶⁰⁴ TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.15. No original: “the Portuguese beat us on the hands, / Both us and our wives”.

⁶⁰⁵ “I am most distressed, / I am most distressed as may man has gone off to work, / And he does not give me clothes to wear, / Not even black cloth”. In: TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.46.

⁶⁰⁶ TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.14. No original: “O-oh, listen to the orders, / Listen to the orders of the Portuguese. / Men! The Portuguese say, ‘Pay your pound’. / This is wonderful, father! / Where shall I find the pound?”.

espectadores ao Club Sportivo Wanderers, localizado no centro de Johannesburg. O trabalho de marketing dos alunos, divulgando o evento na imprensa local, havia dado resultado. O grande público presente, mas, principalmente, o programa do espetáculo com uma descrição breve do que seria apresentado, duas fotografias das danças e um sumário com trechos das letras das músicas que seriam cantadas, acabou por atrair a atenção das autoridades portuguesas. Aquela teria sido a “primeira vez que em danças indígenas se imprime programa”.⁶⁰⁷



⁶⁰⁷ *Correspondência confidencial do curador dos negócios indígenas em Johannesburg para o Diretor dos Serviços e Negócios Indígenas em Lourenço Marques, 27 de abril de 1928. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 37.*



Fotografias que foram usadas no programa do evento organizado pelos alunos da Universidade de Witwatersrand. Essas não são correspondentes as apresentações realizadas no dia 21 de abril de 1928. Todavia, o que nos interessa aqui é perceber como nessa época os espetáculos de “danças nativas” para um público branco e organizados por outros que não os próprios praticantes pareciam bastante consolidados. In: Explanatory Programme of Monster Native Dance at the Wanderers. AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 37.

Um dos funcionários do órgão responsável pelo trato dos “indígenas portugueses” nas minas de Johannesburg assistiu ao evento e rapidamente informou ao seu superior como havia “ficado positivamente vexado com o que ali se tinha passado”. O que tanto o incomodou foi o fato de terem sido apresentados cantos “ofensivos para a autoridade portuguesa”. Como o chefe da curadoria explicou em sua carta para o diretor da Secretaria dos Negócios Indígenas, o problema não estava exatamente nas canções possuírem críticas. Afinal, “toda a gente” sabia que “é hábito dos indígenas nas suas cantigas criticarem os brancos”. O problema estava na realização dessas críticas num espetáculo ocorrido em um “campo de um clube” para uma numerosa plateia e no programa vendido conter “a tradução em inglês do que os pretos cantavam”. Como agravante, para demarcar com clareza o que era apresentado pelos músicos e dançarinos, foi utilizado um megafone que anunciava o número correspondente marcado no programa. Segundo o funcionário colonial português, se não fosse por essas características, “ninguém correspondia o que os pretos diziam e a coisa passava”. Em

momento algum a correspondência entre os funcionários coloniais portugueses e as diferentes autoridades sul-africanas que prontamente mostraram-se preocupadas com as possíveis consequências desse desentendimento, dão a entender que os próprios praticantes daquelas danças e músicas tiveram a intensão de realizar aquelas críticas. A interpretação foi de que todos estavam “de acordo que o programa é uma estupidez [...] e confeccionado por pessoa ignorante dos atritos que poderia ocasionar”.⁶⁰⁸

Contudo, o comitê organizador do evento insistiu em afirmar que não teve nenhuma influência direta na opção dos “nativos para escolher suas canções ou em exercer propaganda de qualquer natureza”.⁶⁰⁹ Como venho demonstrando, a espetacularização dessas práticas, com a sua organização para um público majoritariamente branco, revela uma certa perda de autonomia e, ao mesmo tempo, uma apropriação por parte de diferentes segmentos coloniais dessas práticas locais ao mundo simbólico do dominador. Esse processo marcou uma série de mudanças, como a não correlação entre uma orquestra de timbila e um régulo específico, por exemplo. A emergência de novos patrocinadores dessas orquestras indica uma nova correlação entre essas práticas e os intentos narrativos de suas composições. Outras evidências dessas transformações podem ser encontradas na descrição das apresentações existente no programa vendido pelos organizadores do evento. Segundo o documento, os dois grupos chopi iriam dançar acompanhados da “*Timbila*, o piano nativo” e, como eram todos homens que trabalhavam nas minas, as mulheres que deveriam exibir passos de dança específicos do ngodo foram substituídas pelos homens. Semelhante a isso, os dois grupos shangana trocaram a presença feminina em suas danças por “um grupo de homens vestidos de mulheres, que batem as mãos e cantam, mantendo o ritmo da dança”.⁶¹⁰

Como um momento de recreação capaz de aliviar as duras condições de trabalho nas minas, os sumários e trechos das letras cantadas revelam a importância dessas práticas como um canal de comunicação interno e externo dessas comunidades. Ou seja, as transformações ocorridas graças à presença colonial não impediram que esses trabalhadores, por meio das suas músicas e danças, interpretassem e agissem frente às

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ *Carta do Gold Producers Committee para a Curadoria dos indígenas portugueses no Transvaal*, 26 de abril de 1928. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 37. No original: “The Committee is confident that no influence was brought to bear upon natives to choose their songs or to carry on propaganda of any kind whatsoever”.

⁶¹⁰ Explanatory Programme of Monster Native Dance at the Wanderers. In: AHM, DSNI, Diversos, caixa nº 37. No original: “*Timbila* the native piano” e “They have a group of men dressed as women, who clap their hands and sing, keeping the rhythm of the dance”.

transformações vivenciadas durante aqueles anos iniciais do século XX. O primeiro grupo chopi ao se apresentar, por exemplo, cantou sobre a experiência de saírem de suas terras, indo num trem em alta velocidade até o seu destino no Transvaal e, para sua surpresa, encontrar o local envolto em distúrbios provocados por uma grande greve ocorrida em 1922.⁶¹¹ O segundo grupo chopi cantou: “Lá vai o trem da Costa Leste; ele vai para a terra dos Portugueses, que estão nos tratando tão mal”. Enquanto que o primeiro grupo shangana reclamou que os portugueses estavam “sempre coletando dinheiro da gente”, e, para piorar, estariam dispostos a fechar os caminhos para irem trabalhar no Transvaal.⁶¹² Em seguida, o grupo enalteceu o seu compositor: “Há muitos compositores no compound, mas o nosso compositor, David, era um bardo na nossa casa, em Gazaland. Deixe os resmungões sozinhos no compound; deixe-os reclamar; todo mundo sabe que nós, homens de Chai Chai, somos famosos no mundo inteiro como dançarinos”.⁶¹³ Falar mal dos seus concorrentes diretos por um emprego ou elevar as capacidades dos seus pares poderia significar uma melhor ocupação no duro mercado de trabalho das minas.⁶¹⁴

Apesar de ser prática recorrente dos gerentes das empresas mineradoras encorajarem as diferenças étnicas como mecanismo de controle da força de trabalho,⁶¹⁵ a apresentação de questões que preocupavam aqueles trabalhadores e a possibilidade de dialogarem com outros que compunham aquela sociedade, fossem eles os colonizadores brancos, seus patrões ou mesmo os demais grupos rivais oriundos de diferentes regiões de Moçambique que arriscavam suas vidas nas profundezas das terras, revelam como essas apresentações também foram apropriadas por aqueles que fizeram das apresentações artísticas um mecanismo de ação concreta sobre aquela realidade. As

⁶¹¹ Idem. No original: “We leave home, enter the train and are rushed through a tunnel, when we have to clutch our hats, as the wind threatens to blow them away. Arrived at our destination we find there is a strike, and we see the white people chasing each other with the flying machine”. In: Idem.

⁶¹² Idem. No original: “The Portuguese are always collecting money from us, and now they want to close the way”.

⁶¹³ Idem. No original: “There goes the East Coast train; it goes to the land of the Portuguese, who are treating us so badly” e “There are many song-makers in the Compound, but our song-maker, David, was a bard even in our home in Gazaland. Leave the grumblers in the compound alone; let them complain; everybody knows that we men of Chai Chai are famous the world over as dancers”.

⁶¹⁴ Nos anos 1940, Gomukomu cantou para Hugh Tracey: “There is no relish left, you Shangaans, it has been eaten by the Sotho. / Cast of your skins! / There is no relish left, you Shangaans, it has been eaten by the Sotho. / It has been eaten by the Sotho and the Xhosa, and we will not get it. / They came to the gatekeeper and wanted good Jobs. / Even the cooks in the kitchen know it”. In: TRACEY, Hugh. *Op. Cit.*, p.30-31.

⁶¹⁵ Ver: HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londo: James Currey, 1994. Especialmente a segunda parte do livro: “Migrant labour and the Witwatersrand Gold Fields”.

transformações provocadas pelo processo de espetacularização das “danças nativas”, que buscou resignificá-las incorporando-as ao discurso do controle que legitimava a própria empresa colonial portuguesa, teve que lidar com esse processo inverso de apropriação daqueles palanques feita pelos próprios praticantes dessas músicas e danças. Nesse sentido, as populações nativas agiram ao se negarem a participar das celebrações que não achavam serem próprias para si ou que quebravam acordos consuetudinariamente estabelecidos, causando embaraços e resistindo aos intentos controladores coloniais. Ao mesmo tempo, quando participaram de maneira relativamente espontânea nos momentos em que foram chamadas para apresentarem seus ditos batuques, aproveitaram o público branco para dialogarem entre si, mas, principalmente, para expressarem suas queixas ao regime colonial. Ou seja, esses foram momentos preciosos para as populações nativas dizerem o que pensavam e mostrarem do que eram capazes, frente a um sistema construído para as oprimir.

Considerações finais

Em 2013, ano que ingressei no doutorado em História na Unicamp, a rapper curitibana Karol Conka lançou o seu álbum de estreia. Aclamado pela crítica musical, o título de seu disco fazia um jogo com a palavra batuque. O “Batuk freak”, que a cantora anunciou fazer, era marcado por uma variedade de sons. Incorporando batidas musicais do mundo para produzir novos sons, a brincadeira com o “k” substituindo o “que” trouxe, consigo, mais uma nova ressignificação para o já bastante polifônico termo que permeou a minha tese. Dos cartazes espalhados pelos postes, muros e pilastras do Rio de Janeiro, passando pelos samples musicais do rap, os batuques são quase como seres vivos. Termo incoerente e ambíguo, sempre em movimento, ganha novos e inesperados significados na medida em que diferentes agentes sociais o acionam com seus objetivos próprios.

No contexto do Sul do atual Moçambique, entre as décadas de 1890 e 1940, sobretudo na cidade de Lourenço Marques e em suas regiões periféricas, aquilo que o linguajar colonial português designou como batuques foi resignificado de diversas maneiras. Pude, ao acompanhar a história desse processo, demonstrar como no decorrer da construção e da implementação das práticas dos poderes colonizadores portugueses existiu um campo de disputa. Por muitas vezes a historiografia tratou essas disputas nos espaços africanos coloniais a partir de perspectivas que valorizavam categorias macro de análise. Noutros momentos, muitas dessas pesquisas terminaram por enxergar a ação colonial de maneira tão poderosamente aniquiladora das individualidades dos Outros dominados, que produziram abordagens que deixaram pouco, ou quase nenhum, espaço para esses Outros agirem.

Os intentos classificatórios homogeneizadores das diversidades locais, que faziam parte diretamente dos objetivos dominadores coloniais portugueses, encontrou barreiras concretas no trato cotidiano com as populações nativas. O esforço em construir Lourenço Marques como uma capital colonial propagadora dos intentos civilizatórios esteve atrelado aos arranjos estabelecidos nessas vivências e nos percalços que esse esforço teve que enfrentar. As incansáveis tentativas de regular o espaço urbano, como as demandas por uma indumentária que condissesse com os intentos que grupos sociais atribuíam aquele espaço ou do controle da presença feminina nativa no importante espaço das cantinas, demonstram, por um lado, um exercício de poder que buscou ser

totalizante. Por outro lado, foi por meio das ações entre as frestas desse contínuo processo excludente que sujeitos como as “raparigas de Maxaquene”, Maria e Maria Lougame, Fátima, Fanana Pendane, Maria ou [Bisse], Rosa, Alfredo Vilhena, Fernando Lidou, e tantos mais, conseguiram, ao menos, amenizar as duras vidas que levavam. Para além, as múltiplas interações sociais estabelecidas nesse processo produziram a emergência de novos significados nas suas redes de relações sociais.

É evidente que as situações sociais nas quais esses sujeitos apareceram nas fontes demonstram uma marca da colonização que foi a produção de uma inferiorização do Outro por meio das perspectivas racializantes que corroboravam as próprias ações coloniais. A produção em si dessa documentação foi carregada com esse viés. Porém, as situações sociais que os dados coletados apresentam não são “mera ilustração” da estrutura social racista, excludente e exploratória levada a cabo pelo colonialismo português no Sul de Moçambique. A análise de uma genealogia das apresentações musicais e dançantes realizadas no contexto de consolidação da presença dominadora portuguesa nessa região, entre as décadas de 1890 e 1940, apresentam situacionalmente as ações daqueles que praticavam as performances como ações dentro de contextos que reforçam ao mesmo tempo em que modificam esses contextos. Nesse sentido, o “batuque” que mimetizava a ação colonial portuguesa, também foi usado para subverter essa lógica, servindo para cantar os amores, os grandes feitos pessoais ou de seus grupos e para criticar as mazelas cotidianas resultantes das formas de exploração da mão de obra local.

A partir dos anos 1950, a expansão econômica que foi sentida em toda a África Austral, com o crescimento do incentivo à migração de população branca de origem portuguesa para zonas urbanas, como Lourenço Marques, e o surgimento de novos empreendimentos industriais, encontrou uma população classificada como indígena que desde o início do século XX vivia batucando pelas esquinas, ruas, quintais, cantinas e se apresentando em espetáculos com diferentes significados. Os rebuliços suburbanos de Lourenço Marques que vinham ocorrendo desde sua elevação à capital do colonialismo português na região foram marcados pelas duras condições de vida de seus habitantes e pelas intermitentes idas e vindas entre a cidade, suas periferias, as zonas rurais e as minas de Johannesburgo. Katini, o compositor chopi entrevistado por Hugh Tracey nos anos 1940 foi mais além. Circulando por todos esses meios, ainda teve papel importante em Lisboa, quando da Exposição do Mundo Português. Esses trânsitos contínuos

possibilitaram uma expansão no mundo dessas pessoas para além das relações com suas comunidades de origem ou com as autoridades coloniais portuguesas.

Resultando numa efervescência cultural que foi acionado por diferentes agentes sociais com seus interesses políticos próprios, as andanças de Katini, o compositor de ngodo de origem chopi que circulou entre sua terra natal, Lourenço Marques e Lisboa, representa de maneira exemplar alguns dos resultados possíveis das tensões, arranjos e experiências existentes no início do século XX.

Num momento subsequente, o retorno de Fany Mpfumo à Moçambique, em 1973, é um marco desses processos. Considerado um dos pais da Marrabenta, hoje ritmo estimado enquanto característico da identidade nacional moçambicana, Fany Mpfumo consolidou-se como músico durante os vinte anos que passou em Johannesburgo, onde havia primeiramente se deslocado para trabalhar nas minas Sul-Africanas. Quando de seu regresso, estreou no pavilhão do clube do Sporting, com grande alvoroço do público composto, majoritariamente, pela “população suburbana” de “origem africana”, ao lado de outros conjuntos que iriam se tornar símbolos de uma virada de cunho nacionalista-independentista de suas performances, como o Matalana e o Djambo 70.⁶¹⁶

A trajetória de vida de figuras como Fany Mpfumo, desde de sua migração até o seu apogeu na carreira musical e o seu declínio no pós-independência, abre possibilidades de análises que vinculam a relação entre práticas culturais musicais e dançantes surgidas nos intercâmbios promovidos pelas necessidades do remelexo para sobreviver em contextos de exploração colonial. Ao mesmo tempo, o seu surgimento como fenômeno musical só ocorreu graças a difusão do rádio e a sua importância como ferramenta para promover, por um lado, as investidas anti-independendistas portuguesas e, por outro lado, a disseminação de um ser moçambicano por meio da música que condizia com objetivos nacionalistas dos movimentos de independência. O projeto de nação que saiu vencedor em 1975 acabou, nos anos subsequentes, limando as canções de Fany Mpfumo. Seu cantar, que marcava as duras condições de vida dos trabalhadores moçambicanos em Johannesburgo, ao mesmo tempo que manifestava o desejo pela

⁶¹⁶ *Notícias*, 07 de junho de 1973. “O regresso de Fany Pfumo”, por António Rita Ferreira. In: <http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/publicacoes-em-journals-periodicosimprensa-nao-cientifico/27-o-regresso-de-fany-mpfumo>

“rapariga ronga”, a “rapariga chopi”, a “rapariga macua” e a “rapariga china”, não tinha espaço na nova nação que pretendia-se construir.⁶¹⁷

No entanto, essas, como tantas outras, são histórias vislumbradas, mas que extrapolam esta tese.

⁶¹⁷ Letra da música Ni Helile (Eu estou acabado), que diz: “Eu estou acabado homens / Eu estou acabado aqui no Jone / Eu agradecia as libras desta terra / Eu desejo as mulheres de lá Johannesburgo / Agora eu regressarei, eu vou para casa / Eu vou tomar uma rapariga ronga / Seu eu não conseguir uma rapariga ronga / Eu tomarei uma rapariga chopi / Se eu não conseguir uma rapariga chopi / Eu tomarei uma rapariga macua / Se eu não conseguir uma rapariga macua / Eu tomarei uma rapariga china”. Letra compilada e traduzida por António Rita Ferreira, citada em: <http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/transcricoes-e-traducoes-por-antonio-rita-ferreira-de-letras-de-cancoes-de-fany-mpfumo/34-ni-helile>

Bibliografia e Fontes:

Bibliografia:

ADERINTO, Saheed. "Pleasure for sale: prostitution in colonial Africa, 1880s-1960s". In: JACOB, Frank (ed.) *Prostitution: a companion to mankind*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016.

ALBUQUERQUE, Orlando de; MOTTA, José Ferra. *História da literatura em Moçambique*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1998.

ALLINA, Eric. "Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929". In: *History in Africa*, Vol. 24 (1997), pp. 9-52.

ALLINA, Eric. *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.

ALLINA, Eric. "'Captive to Civilization': Law, Labor, and Violence in Colonial Mozambique". In: VIGNESWARAM, Darshan and QUIRK, Joel (edited). *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2015.

ALMEIDA, Carlos. *Uma infelicidade feliz: A imagem da África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kingo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*. Lisboa: Tese de doutorado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

ALMEIDA, Silvia Capanema & SILVA, Rogério Sousa. "Do (in)visível ao risível: o negro e a 'raça nacional' na criação caricatural da Primeira República". In: *Estudos Históricos*. Vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: FGV, Jul/Dez, 2013.

ALPERS, Edward. "The role of culture in the liberation of Mozambique". In: Ufahamu, vol. 12,13 (1983), pp. 143-189.

ANTUNES, Luis Frederico Dias. *O Bazar e a Fortaleza em Moçambique. A comunidade baneanes do Guzereta e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)*. Tese de doutorado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

ARAÚJO, Teresa (Org.). *Moçambique na I Guerra Mundial. Diário de um Alferes-médico, Joaquim Alves Correia de Araújo, 1917-1918*. Ribeirão (Portugal): Edições Húmus, 2015.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney. "Apresentação". In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney (Orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e*

cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNOL, Brigitte. “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”. In: *Análise Social*, Vol. XLIII (2º), 2008, pp. 251-272.

BARBER, Karin. “Popular Arts in Africa”, *African Studies Review*, vol. 30, nº 3 (Sep., 1987), pp.1-78.

BIRMINGHAM, David. “Vinho, mulheres e guerra”. In: Alexandre, Valentim (org.) *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

BITTENCOURT, Marcelo. “Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

BRAGA-PINTO, César. “O olhar estrábico d’O Africano: jornalismo e literatura em Moçambique”. In: *Revista de Estudos Portugueses*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v. 7, 2005, p. 67-87.

BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPELA, José. *O Imposto de Palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977.

CAPELA, José. “Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892: a transição do senhorio para a plantação”. In: *Africana Studia*, n.1, 1999, pp. 143-173.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Afrontamentos, 2002. CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: Edição Humus / Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.

CASTRO HENRIQUE, Isabel. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1997.

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1998 (1ª edição de 1977).

CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Editora Vega, 1994.

COLE, Catherine M.; MANUH, Takyiwaa; MIESCHER, Stephan F. *Africa after gender?* Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2007.

CONVENTS, Guido. *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual*. Maputo: Conteúdos e Publicações, 2011.

COOPER, Frederick; STOLER, Ann L. "Introduction. Tensions of empire: colonial control and visions of rule". In: *American Ethnologist*, Vol. 16, nº 4 (Nov., 1989), pp. 609-621.

COOPER, Frederick. "From free labor to Family allowances: labor and African society in colonial discourse". In: *American Ethnologist*, Vol. 16, nº 4 (Nov., 1989), pp.745-765.

COOPER, Frederick and PACKARD, Randall (org.). *International Development and the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1997.

COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 2005.

COOPER, Frederick. "Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África". In: *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, Vol. 15, nº 27, jul. 2008, p.21-73.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. & SCOTT, Rebeca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COOPER, Frederick; ISAACMAN, Allen; MALLON, Florencia; ROSEBERRY, William; STERN, Steve J. *Confronting Historical Paradigms: peasants, labor, and capitalista world system in Africa and Latin America*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1993.

CORBEY, Raymond. "Etnographic Showcases, 1870-1930". In: *Cultural Anthropology*, vol.8, nº 3 (Aug., 1993), pp.338-369.

COSTA, Maria Inês Nogueira da. “No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988”. In: *Arquivo*. Maputo, nº 06, outubro de 1989, pp. 65-76.

CRAVEIRINHA, José. *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance Editores, 2009.

DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.1, jan-jun. 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICKERMAN, Carol. “The Use of Court Records as Sources for African History: Some Examples from Bujumbura, Burundi”. In: *African Studies Association*. Vol. 11 (1984), p. 69-81.

DICKERMAN, Carol. “African Courts Under the Colonial Regime: Usumbura, Ruanda-Urundi, 1938-62”, In: *Canadian Journal of African Studies*. Vol. 26, nº 1 (1992), pp. 55-69.

DOMINGOS, Nuno. “Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”. In: MELO, Vitor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto. *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

DOMINGOS, Nuno. “Urban football narratives and the colonial process in Lourenço Marques”. In: *The International Journal of the History of Sport*, Vol. 28, Nº 15, 2011, pp. 2159-2175.

DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

DOMINGOS, Nuno. “A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques”. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (Orgs.). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.

DOMINGOS, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.

FALOLA, Toyin & SALM, Steven J. (edited). *Urbanization and African cultures*. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2004.

FERNANDES, José Queiroga. *Ecos do Império: análise do modelo colonial português nas cartas de Inácia Caroilina e Ernesto Kopke (1850-1880)*. Braga: Casa do Professor, 2004.

FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

FERNANDES, Paulo Jorge. “A fotografia e a edificação do Estado Colonial: a missão de Marinho de Carvalho à província de Moçambique em 1890”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *O Império da visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

FORTUNA, Carlos. *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento, 1993.

FRY, Peter. “Nas redes antropológicas da escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual”. In: *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2011, p. 1-13.

GAJANIGO, Paulo. *O Sul de Moçambique e a História da Antropologia: os usos e costumes dos Bantos, de Henri Junod*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNICAMP, 2006.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

GRANJO, Paulo. *Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

HARRIES, Patrick. “The antropologist as historian and liberal: H-A. Junod and the Thonga”. In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 8, Nº 1, Special issue on Anthropology and History (Oct., 1981), pp. 37-50.

HARRIES, Patrick. “The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in South-East Africa”. In: *African affairs*, Vol. 87, nº 346 (jan. 1988), pp.25-52.

HARRIES, Patrick. “Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction: the nature of free and unfree labour in South-East Africa”. In: *The Journal of African History*. Vol. 22, nº 3 (1981), pp.309-330.

HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.

HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. Impacto dos missionários suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas Editorial, 2007.

HOHLFELDT, Antonio & GRABAUSKA, Fernanda. “Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão”. In: *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, nº 1, 2010, pp. 195-214.

HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias*. Maputo: Marimbique, 2010.

HUIGEN, Siegfried. *Knowledge and Colonialism. Eighteenth-Century travellers in South Africa*. Boston: Brill, 2009.

IBHAWOH, Bonny & WHITFIELD, Harvey Amani. “Problems, Perspectives, and Paradigms: Colonial Africanist Historiography and the Question of Audience”. In: *Canadian Journal of African Studies*. Vol. 39, Nº (2005), pp. 582-600.

ISAACMAN, Allen F. *The tradition of resistance in Mozambique: anticolonial activity in the Zambezi Valley, 1850-1921*. Berkeley: Heinemann Educational Publishers, 1976.

ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. “Resistance and collaboration in southern and central Africa, 1850-1920”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 10, n.1 (1977), pp. 31-62.

ISAACMAN, Allen. *Cotton is the mother of poverty: peasants, work, and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth: Heinemann, 1996.

ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. *Slavery and beyond: the making of men and Chikunda ethnic identities in the unstable world of South-Central Africa, 1750-1920*. London: Heinemann, 2004.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno; DIAS, Nuno. “Indígenas, imigrantes e outros povos”. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Fundação EDP e Tinta da China, 2010.

JUNOD, Henry. *Usos e costumes dos Bantu. Tomo I – Vida social*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

JUNOD, Henry. “The mbila ornative piano of the Tchopi tribe”. In: *Bantu Studies*, vol.3:1, 1927.

- JUNOD, Henry A. and CHATELAIN, Ch. W. *A pocket dictionary, Thonga (Shangaan) – English; English-Thonga (Shangaan), preceded by an Elementary Grammar*. Lausanne: G. Bridel, 1909.
- KEESE, Alexander. “Slow abolition within the colonial mind: British and french debates about ‘vagrancy’, ‘african laziness’, and forced labour in West central and South central Africa, 1945-1965”. In: *IRSH*, 59 (2014), pp.377-407.
- KUBIK, Gerhard. “Drum patterns in the ‘batuque’ of Benedito Caxias”. In: *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, Vol. 11, nº 2 (Atumm – Winter, 1990), pp. 115-181.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LARANJEIRA, Rui. *A Marrabenta – sua evolução e estilização, 1950 – 2002*. Maputo: Minerva Print, 2014.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdiUERJ, 2012.
- LOBATO, Alexandre. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Edições da Revista Lusitânia, 1948.
- LOBATO, Alexandre. *História do Presídio de Lourenço Marques. 1º vol. 1782-1786*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1949.
- LOBATO, Alexandre. *Lourenço Marques, Xilunguine: biografia da cidade*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- MACAGNO, Lorenzo. “O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: António Enes e a geração de 1895”. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique e ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MACAGNO, Lorenzo. *Outros Muçulmanos. Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.
- MALOKA, Tshidiso. “Khomolua Oela: Canteens, Brothels and Labour Migrancy in Colonial Lesotho, 1900-1940”. In: *The Journal of African History*. Vol. 38, nº 1 (1997), pp. 101-122.
- MANGHEZI, Alpheus. *Massacane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.
- MANGHEZI, Alpheus. *Guijá, Província de Gaza 1895-1977: trabalho forçado, cultura obrigatória do algodão, o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência*.

Entrevistas e canções recolhidas 1979-1981. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.

MANHÃES, Juliana Bittencourt. *Um convite à dança: performances de umbigada entre o Brasil e Moçambique*. Tese (doutorado em Artes Cênicas) - Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

MARZANO, Andrea. “Nem todas as batalhas eram de flores: cotidiano, lazer e conflitos sociais em Luanda”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As “cores” do Império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: USP, 2012.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MEDEIROS, António Fernando Gomes. “A primeira exposição colonial portuguesa e a representação etnográfica das províncias”. In: *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: ICS, 2006.

MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MITCHELL, J. Clyde. “A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORAIS, Carolina Maíra Gomes. *Estado Colonial Português e Medicinas ao Sul do Save. Moçambique (1930-1975)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, 2014.

MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

- MOORMAN, Marissa J. *Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens: Ohio University Press, 2008.
- MUSSANE, Guilherme Afonso. *A kuna n'kinga: lobolo como foco das representações locais de mudança social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia IFCS-UFRJ, 2009.
- NASCIMENTO, Augusto. “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-217.
- NASCIMENTO, Augusto. “Em torno do associativismo africano na era republicana: da afirmação da raça negra à defesa dos africanos na colônia”. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio; RODRIGUES, Eugénia (Orgs.). *Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP*. Maputo: Alcance Editores, 2011.
- NASCIMENTO, Augusto. “Salubridade, urbanismo e ordenamento social em S. Tomé”. In: *Actas do Colóquio Construção e ensino da História de África*. Lisboa, pp.411-428.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda, 1997.
- OKOME, Onookome and NEWELL, Stephanie. “Measuring time: Karin Barber and the study of popular arts in contemporary Africa”. In: *Research in African Literatures*, Vol.43, nº4, (winter 2012), pp. VII-XVIII.
- O’LAUGHLIN, Bridget. “Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique”. *African Affairs*, (2000), nº 99, pp.5-42.
- O’LAUGHLIN, Bridget e IBRAIMO, Yasfir. “A Expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude”. In: *Cadernos IESE*, nº 12P/2013.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. “De Indígena a Imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX e XX”. In: *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Nº 3, Junho/2009.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição. 1854-1918. Volume I & II*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- PENVENNE, Jeanne. “‘Here everyone walked with fear’: the Mozambique labor system and the workers of Lourenço Marques, 1945-1962”. In: COOPER, Frederick (org.). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. Berkeley: Sage, 1983.

PENVENNE, Jeanne Marie. "Labor struggles at the port of Lourenço Marques, 1900-1933". In: *Review (Fernand Braudel Center)*. Vol. 8, Nº 2, The Struggle for Liberation in Southern Africa (Fall, 1984), pp. 249-285.

PENVENNE, Jeanne Marie. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.

PENVENNE, Jeanne Marie. "Seeking the factory for women: Mozambican urbanization in the late colonial era". In: *Journal of Urban History*, Vol. 23, nº 3, 1997, pp.342-379.

PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995.

PENVENNE, Jeanne Marie. "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique". *Journal of African History*, v. 37, n. 3, 1996, p. 419-464.

PENVENNE, Jeanne Marie. "Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975". In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PENVENNE, Jeanne Marie. *Women, migration & the cashew economy in Southern Mozambique: 1945-1975*. Oxford: James Currey, 2015.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. *Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, Matheus Serva. "Anúncios e comunicados: 80 réis por linha. Propaganda e cotidiano nas páginas de O Africano (1909-1919)". In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. (Org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

PEREIRA, Matheus. "'Beijos a mais, miolos a menos...': representação, repressão e lazer dos grupos africanos subalternos nas páginas da imprensa de Lourenço Marques (1890-1910)". In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

- PEREIRA, Matheus Serva. “The Lourenço Marques Frontier Limitation Committee and its pictorial records (Mozambique – 1891). In: *Rice-Unicamp Seminar III. Crossing places, crossing culture*. Texas: Rice University, march 2015.
- PEREIRA, Rui Mateus. *Conhecer para Dominar. O desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, Lisboa: Tese de Doutoramento em Antropologia, UNL/FCSH, 2005.
- PEREIRA, Rui M. “Raça, sangue e robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa”. In: *Caderno de Estudos Africanos*, n. 7-8 (2005), pp. 209-241.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PINA-CABRAL, João de. “Um Livro de Boa Fé? A contraditoriedade do presente na obra de Henri-Alexandre Junod (1898-1927)”. In: DIAS, Juliana Braz & LOBO, Andréa de Souza (Orgs.), *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.
- PINHO, Osmundo. “A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique”. In: *Afro-Ásia*, 43 (2011), 9-41.
- PORTER, Andrew. *Imperialismo europeu: 1860-1914*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RANGER, Terence O. *Dance and Society in Eastern Africa, 1890-1970: The Beni Ngoma*. California: University of California Press, 1975.
- REINHARD, Bruno. “Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2014, V. 57 nº 2, pp. 329-375.
- REIS, Carlos Santos. *A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1973.
- REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000), 199-242.
- RIBEIRO, Fátima & SOPA, António (org.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Associação Moçambicana de Língua Portuguesa: Maputo. 1996.
- RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M, 1967/1968.
- RITA-FERREIRA, António. “Em salvação da música chope”. In: *Notícias*, série de cinco artigos publicados entre junho e agosto de 1974.

- ROBERTS, Richard. "Text and Testimony in the Tribunal de Première Instance, Dakar, during the Early Twentieth Century". In: *The Journal of African History*. Vol. 31, Nº 3, 1990.
- ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Promédia: Moçambique, 2002.
- ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique. História e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.
- RODRIGUES, Eugénia. "As donas de prazos do Zambeze: políticas imperiais e estratégias locais". In: *VIª Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006, pp. 16-34.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SALVE, Giovani Grillo. "O médico político e o político médico: o caso do Dr. Abdullah Abdurahman e a medicina e política colonial na Cidade do Cabo, 1895-1921". In: *apresentação oral realizada no Seminário Internacional "Cultura, Política e Trabalho na África Meridional"*. Campinas: 11-14 de maio de 2015 – UNICAMP.
- SANTANA, Jacimara Souza. *A Experiência dos Tinyanga, Médicos-Sacerdotes ao sul de Moçambique: culturas, identidades e relações de poder (C. 1937-1988)*. Campinas: tese de doutorado em História Social, UNICAMP, 2014.
- SANTANA, Noeme. "Olhares britânicos: visualizar Lourenço Marques na ótica de J and M Lazarus, 1899-1908". In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.) *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Maciel. "Imposto e algodão: o caso de Moçambique (1926-1945). In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano – articulação com o poder político*. Porto: Campo das letras, 2007.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. "Ultimatum, espaços coloniais e formações políticas africanas". *África. Revista do CEA - USP*, 16 - 17(1), 1993-1994.
- SCHUMAKER, Lyn. "A tent with a view: Colonial officers, anthropologists, and the making of the field in northern Rhodesia, 1937-1960". In: *Osiris*, 1996, v.11, 237-258.
- SCHUMAKER, Lyn. *Africanizing anthropology. Fieldwork, networks, and the making of cultural knowledge in Central Africa*. Durham & London: Duke University Press, 2001.

- SCHUMAKER, Lyn. "The director as significant other: Max Gluckman and team research at the Rhodes-Livingstone Institute". In: HANDLER, Richard. *Significant Others: interpersonal and professional commitments in anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2004.
- SERÉM, Maria do Carmo. *A Porta do meio: a Exposição Colonial de 1934: Fotografias da casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001.
- SERRA, Carlos (direção). *História de Moçambique – Volume I. Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Parte II – Agressão imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.
- SERRA, Filomena. "Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns". In: *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v.5, n.1, jan./2016 – jun./2016.
- SHEPPERSON, G. & PRICE, T. *Independent African: John Chilembwe and the origins, setting and significance of the Nyasaland Native Rising of 1915*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1958.
- SHELDON, Kathleen. "Writing about women: approaches to a gendered perspective in African History". In: PHILIPS, John Edward (edited). *Writing African History*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2005.
- SHELDON, Kathleen. "Markets and Gardens: placing women in the history of urban Mozambique". In: *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 37, Nº 2/3 (2003), pp. 358-395.
- SHOHAT, Ella. "Gender and the culture of Empire: toward a feminist ethnography of the cinema". In: *Quarterly Review of Film and Video*. 13, 1-3 (Primavera, 1991), pp. 45-84.
- SLENES, Robert W. "'Malungu ngoma vem!': África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, n.12, (1992), pp. 48-67.
- SILVA, Cristina Nogueira da. "'Missão civilizacional' e codificação de usos na doutrina colonial portuguesa (século XIX-XX)". In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, nº 33-34, 2004-2005, pp. 899-921.
- SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. "Da carta de alforria ao alvará de assimilação: a cidadania dos 'originários de África' na América e na África portuguesas, séculos XIX e XX". In: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de & BERBEL,

Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz – Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929”. In: *Varia História*. Vol. 25. Nº 41. Belo Horizonte: UFMG, Janeiro/Junho 2009, pp. 107-128.

SILVA, Cristina Nogueira da. “O registo da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais (Moçambique, primeira metade do século XX)”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O Império da visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

SLENES, Robert W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista USP*, n.12 (1992), pp.48-67.

SOPA, António. *A alegria é uma coisa rara. Subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, 2014.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”. In: *Análise social*, vol. XXIII (98), 1987 – 4º, pp. 687-719.

THOMAZ, Fernanda. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Niterói: dissertação de Mestrado, UFF, 2008.

THOMAZ, Fernanda. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Niterói: tese de doutorado em História Social, UFF, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Apresentação”. In: JUNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TRACEY, Hugh. *Chopi musicians: their music, poetry, and instruments*. Londres: Oxford University Press, 1970 (1ª edição de 1948).

YOSHIKUNI, Tsuneo. *African Urban Experience in Colonial Zimbabwe. A Social History of Harare before 1925*. Harare, Zimbabwe: Weaver Press, 2007.

VAIL Leroy and WHITE, Landeg. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1981.

- VAIL, Leroy (ed.). *The criation of tribalism in Shouthern Africa*. London: James Currey and Berkley: University of California Press, 1989.
- VAIL, Leroy & WHITE, Landeg. *Power and the praise poem. Southern African voices in History*. Virginia: University Press of Virginia, 1991.
- VAIL, Leroy; WHITE, Landeg. "Plantation protest. The History of a Mozambican song". In: BARBER, Karin (Ed.). *Readings in African Popular Culture*. London: The International African Institute School of Oriental & African Studies. Oxford: James Currey Publishers. Indiana: Indiana University Press, 1997.
- VALENTIM, Alexandre. *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- VICENTE, Filipa Lowndes (org.) *O império da visão: fotografia no contexto colonial português*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- WEBSTER, David J. *A sociedade chope. Indivíduo e aliança no sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- WEST, Harry G. "Inverting the Camel's Hump: Jorge Dias, his wife, their interpreter, and I". In: HANDLER, Richard (edit.). *Significant Others. Interpersonal and professional commitments in anthropology*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2004.
- WEST, Harry G. *Kupilikula. O poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- WHITE, Luise. "A colonial state and na African petty bourgeoisie: prostitution, property, and class struggle in Nairobi, 1936-1940". In: COOPER, Frederick (editor). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. California: SAGE Publications, 1983.
- WHITFIELD, Harvey Amani & IBHAWOH, Bonny. "Problems, perspectives, and paradigms: colonial historiography and the question of audience". In: *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol. 39, nº 3 (2005), pp.582-600.
- ZIMBA, Benigna. "O papel da mulher no consumo de tecido importado no norte e no sul de Moçambique, entre os finais do século XVIII e os meados do século XX". In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio; RODRIGUES, Eugénia (Orgs.). *Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP*. Maputo: Alcance Editores, 2011.

ZAMPARONI, Valdemir. “A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de ‘O Africano’ – 1908-1920”. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP – S. Paulo, 11(1): pp.73-86, 1988.

ZAMPARONI, Valdemir Marques. “Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940”. *Afro-Ásia*, n. 23, Salvador, 1999, p.147-174.

ZAMPARONI, Valdemir: *Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998.

Para uma complexificação das relações entre colonialismo e trabalho doméstico em Moçambique, ver: ZAMPARONI, Valdemir. “Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940”. In: *Afro-Ásia*, 23 (1999).

ZAMPARONI, Valdemir. “Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, 1890-1940”. In: *Lusotopie*, 2000: 191-222.

ZAMPARONI, Valdemir. “Copos e corpos: a disciplinarização do prazer em terras coloniais”. In: *Travessia*. Nº 4/5. 2004, pp.119-137.

ZAMPARONI, Valdemir. “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.299-325

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.

Fontes:

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo da Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas:

Álcool e bebidas, caixa 06.

Bairros e povoações indígenas, caixa 528.

Curadoria e Negócios Indígenas, caixa 573.

Curadoria e Negócios Indígenas caixa 602.

Diversos, caixa 29.

Diversos, caixa 30.

Diversos, caixa 37.
 Diversos, caixa 84.
 Diversos, caixa 91.
 Diversos, caixa 103.
 Diversos, Projetos de assistência aos indígenas, caixa 225.
 Transgressões – prisões, caixa 07.
 Transgressões – prisões, caixa 83.
 Tribunais indígenas, caixa 1586.
 Tribunais indígenas, caixa 1601.
 Tribunais indígenas, caixa 1602.
 Tribunais indígenas, caixa 1603.
 Tribunais indígenas, caixa 1605.
 Tribunais indígenas, caixa 1606.
 Tribunais indígenas, caixa 1609.
 Tribunais Indígenas, caixa 1630.
 Tribunais indígenas, caixa 1632.
 Tribunais Indígenas, caixa 1634.
 Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa 148.
 Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa 149.
 Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa 150.
 Requerimentos, petições, reclamações e queixas, caixa 196.

Fundo da Direção dos Serviços de Administração Civil
 Caixa 2195.

Fundo da Administração do Concelho de Moçambique:
 Diversos Confidenciais, caixa 05.
 Caixa nº 2010;
 Caixa nº 3245.

Fundo do Governo do Distrito de Lourenço Marques:
 Século XIX, caixa 71.
 Livros de Registro, caixa 3245.

Fundo do Governo Geral:

Caixas, 34, 102, 108.

Processos – Polícia (1908-1914), caixa 19.

Imprensa:

Lourenço Marques Guardian (1906-1918);

O Incondicional (1910-1914);

O Mignon (1905);

Os Simples (1911);

Semana Desportiva (1923);

Arquivo Histórico Ultramarino*Direção Geral do Ultramar (DGU):*

1ª Repartição, 2ª Seção, Caixa: S/N, 1896, Correspondência.

1ª Repartição, 1ª Seção, Caixa 1322, Correspondência, 1902.

1ª Repartição, 1ª Seção. 1903.

3ª Repartição, Caixa 1644, 1900.

3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas.

3ª Repartição, Caixa: 1396, 1891-1892, Obras Públicas.

Biblioteca Nacional de Portugal*Imprensa:*

A Tribuna (1907);

O Portuguez (1900-1901);

O Progresso de Lourenço Marques (1902-1908);

O Distrito (1904-1905);

Diário de Notícias (1905);

Lourenço Marques Guardian (1945);

O Imparcial (1922-1924);

Heraldo (1910);

O Chocarreiro (1910);

O Intransigente: Suplemento humorístico e ilustrado (1911);

Boletim Oficial, nº 48 (1904);

Publicações impressas:

LIMA, Américo Pires de. *Explorações em Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943 (original de 1918).

LIMA, Fernando de Castro Pires. *Contribuição para o Estudo do Folclore de Moçambique*. Porto: Separata da revista de etnografia nº 14. Museu de Etnografia e História, 1934.

Word Newspaper Archives

O Africano (1908-1920);

O Brado Africano (1918-1922).

Portal Memórias da África e do Oriente

RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 1: Lourenço Marques, panoramas da cidade*. Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929.

RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume 3: Lourenço Marques - Aspectos da cidade, Vida Comercial, Praia da Polana, etc.* Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929.

RUFINO, José dos Santos (editor). *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique. Volume X: raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana*, Lourenço Marques: J. S. Rufino, 1929.

Arquivo Científico Tropical – Digital Repository

Álbum fotográfico nº3: Comissão de Delimitação de Fronteira de Lourenço Marques 1890-91

Álbum fotográfico nº10: Comissão de Delimitação de Fronteira de Lourenço Marques 1890-91